

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

MARIANO LUIS SÁNCHEZ

**CRISE E FASCISTIZAÇÃO**  
**Brasil, 2014-2018**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2023**

MARIANO LUIS SÁNCHEZ

**CRISE E FASCISTIZAÇÃO**

**Brasil: 2014-2018**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no Curso de Doutorado em História, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História.

Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais

Linha de pesquisa: Estado e Poder

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Carla Luciana Silva

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2023**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Sánchez, Mariano Luis  
Crise e fascistização. Brasil, 2014-2018 / Mariano Luis Sánchez; orientador Carla Luciana Silva. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.  
299 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.


1. Psicologia de massas. 2. Personalidade autoritária. 3. Grande mídia. 4. Neoliberalismo. I. Silva, Carla Luciana, orient. II. Título.

### Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE **MARIANO LUIS SÁNCHEZ**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 6 dia(s) do mês de outubro de 2023 às 9h00min, no(a) Auditório das Pós-Graduações, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) Mariano Luis Sánchez, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Carla Luciana Souza da Silva, Eurelino Teixeira Coelho Neto, Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes, Gilberto Grassi Calil, Ângela Meirelles de Oliveira. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Carla Luciana Souza da Silva. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "**Crise e fascistização. Brasil, 2014-2018**". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Eurelino Teixeira Coelho Neto, Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes, Gilberto Grassi Calil, Ângela Meirelles de Oliveira. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

  
Orientador(a) - Carla Luciana Souza da Silva  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

  
Eurelino Teixeira Coelho Neto  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

**Programa de Pós-Graduação em História**

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE **MARIANO LUIS SÁNCHEZ**,  
ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO  
DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.



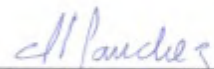
Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes  
Universidade Federal Fluminense (UFF)



Gilberto Grassi Calil  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Angela Meirelles de Oliveira  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Mariano Luis Sánchez  
Aluno(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

*Dedico este trabalho aos amores da minha vida,  
À minha amada esposa, Vanize,  
E ao meu amado filho, Benicio*

*E a Mônica Jacques de Moraes,  
com eterno agradecimento.*

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar ao povo brasileiro, cujo trabalho sustenta a universidade pública e gratuita, na qual realizei esta pesquisa (UNIOESTE *campus* marechal Cândido Rondón) e na qual trabalho (UFFS *campus* Laranjeiras do Sul, PR). Agradeço à UFFS, que me concedeu uma licença para desenvolver esta tese, e à UNIOESTE, que ofereceu todas as condições para a sua realização.

Agradeço à minha orientadora, Dra. Carla Luciana Silva, cujas leituras, aportes, críticas e sugestões foram essenciais para este trabalho.

Agradeço aos professores que compuseram as Bancas de Qualificação e Defesa, Dr. Mauro Iasi, Dr. Gilberto Calil, Dr. Flávio Cassimiro, Dra. Virgínia Fontes, Dr. Eurelino Coelho e Dra. Angela Meirelles de Oliveira.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em História, pelo conhecimento oferecido, pelo diálogo sempre enriquecedor e pela amizade que me ofereceram desde que comecei o curso.

Agradeço à secretária do Programa de Pós-graduação em História, Marileusa Serra Pareja, pelo cuidado e disponibilidade permanente em resolver toda questão relativa ao curso.

Agradeço a todas as pessoas que fazem a Universidade funcionar, inclusive aquelas que, com seu trabalho pesado, mantêm um ambiente limpo e organizado para professores e alunos.

Agradeço especialmente à Dra. Maria do Rosário Porto, pela leitura cuidadosa de todo o trabalho e pelos comentários sempre agudos e oportunos.

Agradeço aos colegas de trabalho da UFFS, em especial à prof<sup>a</sup>. Ana Hammel, cuja ajuda para iniciar este curso foi decisiva, e à prof<sup>a</sup>. Siomara Marques, por todo o estímulo e colaboração na etapa final da realização deste trabalho.

Agradeço a minha irmã, Liliana Sánchez, pelo seu amor, sempre presente, e a meus amigos, Diego Recagno, Renato Marques de Oliveira, Thiago Bolívar, Rogério Alves, Raphael Dal Pai e Fernando Strano (*in memoriam*).

*"Os socialistas jamais enfrentaram seriamente a questão da possibilidade de um golpe de Estado e dos meios a implementar para defender-se e passar à ofensiva."*

***Antonio Gramsci***

*(Escritos Políticos, Volume 2, 1921-1926, p. 67)*



## RESUMO

Esta tese tem por objeto o processo de fascistização que ocorreu no Brasil no período de 2014 a 2018. Estuda os fatores que se conjugaram para fabricar, ao longo desse período, o grande apoio social que recebeu o projeto autoritário de governo que representou o denominado bolsonarismo. O processo de fascistização é pensado, em termos gerais, a partir do aumento da propaganda autoritária, promovendo a intolerância, a agressividade e a manifestação de violência por motivos político-ideológicos, que resultam impunes devido à omissão ou cumplicidade das instituições estatais que deveriam coibi-los ou puni-los. O que distingue o fascismo de outras formas políticas autoritárias é a mobilização de massas, principalmente pequeno-burguesas, e a organização de tropas de choque que exercem a violência ilegal. Portanto, a formação de massas fascistas é o meio pelo qual um projeto autoritário produz amplo apoio social. Neste trabalho estudamos a mediação entre o discurso autoritário e a sua recepção social sob a perspectiva da psicologia social, que se concentra na relação líder - massa. Como sustentamos que o processo de fascistização no caso brasileiro se iniciou antes do aparecimento da figura do líder autoritário, consideramos que a narrativa da grande mídia, durante o período acima indicado, se configurou como um proto-discurso do líder, amplificando a crise política e econômica então em curso. Argumentamos que a narrativa da grande mídia teve um efeito fortemente fascistizante na medida em que conjugava um discurso do ódio com um discurso do medo, impactando sensivelmente nas emoções das audiências, difundindo um clima social de indignação moral e intolerância política. Na medida em que promovia a formação e mobilização de massas, alimentava a instabilidade política e a corrosão da institucionalidade democrática. Entretanto, como o poder de influência do discurso fascistizante (midiático neste caso) não é absoluto, seu êxito depende de encontrar correspondência com um tipo de personalidade potencialmente autoritária já presente na sociedade. Neste sentido, argumentamos que a gestão neoliberal do capitalismo contemporâneo produz uma subjetividade proclive a apoiar soluções autoritárias para os problemas e crises políticas, econômicas ou sociais. O discurso fascistizante é pensado, desta maneira, como um dispositivo que ativa a personalidade autoritária latente na sociedade, resultado de uma objetividade socioeconômica caracterizada pela superexploração do trabalhador, pela máxima precarização laboral ou, no extremo, pela sua marginalização total. Dedicamos a última parte deste trabalho a estudar as causas mais profundas da emergência, de caráter internacional, de discursos, movimentos e lideranças com características neofascistas, demonstrando a continuidade, antes do que a ruptura, entre a crise ou esgotamento do projeto neoliberal e o ressurgimento do neofascismo como resposta à necessidade de gestão das crescentes massas marginais no contexto do aprofundamento da crise estrutural do capital. Nas considerações finais, argumentamos que um processo de fascistização é resultado da decisão das frações mais poderosas dos interesses econômicos dominantes, e por esta causa, o fascismo será sempre uma possibilidade concreta em toda sociedade capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neofascismo, Psicologia de massas; Personalidade autoritária; Grande mídia; Neoliberalismo; Crise de hegemonia.

## ABSTRACT

This thesis focuses on the process of fascistization that plagued Brazil from 2014 to 2018. It seeks to analyze the factors that combined to produce, over this period, the great social support given to the authoritarian government project represented by the so-called Bolsonarism. In general terms, the process of fascistization is thought here from the rise of authoritarian propaganda, promoting intolerance, inciting aggressiveness and the manifestation of symbolic for political-ideological reasons that go unpunished due to the omission or complicity of state institutions that should curb or penalize them. What distinguishes Fascism from other forms of political authoritarianism is the mobilization of masses, mainly a petty-bourgeois base of supporters, and the organization of shock troops that carry out illegal violence. Therefore, the formation of Fascist masses is the means by which an authoritarian project engenders broad social support. In this work, we study the mediation between authoritarian discourse and its social reception from the perspective of Social Psychology, which focuses on the leader-mass relationship. Since we maintain that the process of fascistization in the Brazilian case began before the appearance of the figure of the authoritarian leader, we consider that the narrative produced by the mainstream media, during the aforementioned period, was configured as a proto-discourse of the leader, amplifying the political and economic crisis then ongoing. We argue that the mainstream media's narrative had a strongly fascistizing effect insofar as it combined hate speech and fear speech, significantly impacting audience emotions, and thus spreading a social climate of moral indignation and political intolerance. To the extent that it promoted the formation and mobilization of the masses, it fed political instability and the erosion of democratic institutions. However, as the power of influence of the Fascist discourse (media in this case) is not absolute, its success depends on finding correspondence with a potentially authoritarian personality type already present in society. In this sense, we argue that the neoliberal management of contemporary capitalism produces a subjectivity prone to supporting authoritarian solutions to political, economic or social problems and crises. In this sense, the Fascist discourse is thought of as a device that activates the latent authoritarian personality in society, the result of a socioeconomic objectivity characterized by the superexploitation of the worker, by the utmost precariousness of work or, in the extreme, their total marginalization. We dedicate the last part of this work to studying the deeper causes of the emergence of discourses, movements and leaderships — quite international in their nature — imbued with neo-Fascist characteristics, demonstrating the continuity, rather than the rupture, between the crisis or exhaustion of the neoliberal project and the resurgence of Neo-Fascism as a response to the need to manage the ever-growing marginalized masses in the context of the ever-deepening structural crisis of capital. In the final considerations, we point out that every process of fascistization is the result of the decision of the most powerful fractions of the dominant economic interests, and for this reason, Fascism will always be a concrete possibility in every capitalist society.

**KEYWORDS:** Neo-Fascism, Mass psychology; Authoritarian personality; Mainstream media; Neoliberalism; Crisis of hegemony.

## RESUMEN

Esta tesis tiene por objeto el proceso de fascistización que ocurrió en Brasil en el período de 2014 a 2018. Estudia los factores que se conjugaron para fabricar, a lo largo de este período, el gran apoyo social que recibió el proyecto de gobierno autoritario que representó el denominado bolsonarismo. El proceso de fascistización es entendido, en este trabajo, a partir del aumento de la propaganda autoritaria, promoviendo la intolerancia, la agresividad y la manifestación de violencia por motivos político-ideológicos que resultan impunes debido a la omisión o a la complicidad de las instituciones estatales que deberían cohibirlos o punirlos. Lo que distingue al fascismo de otras formas políticas autoritarias es la movilización de masas, principalmente pequeño burguesas, y la organización de tropas de choque que ejercen la violencia ilegal. Por lo tanto, la formación de masas fascistas es el medio por el que un proyecto autoritario produce amplio apoyo social. En este trabajo estudiamos la mediación entre el discurso autoritario y su recepción social desde la perspectiva de la psicología social, que se concentra en la relación líder - massa. Como sostenemos que el proceso de fascistización en el caso brasileño se inició antes de que apareciera la figura del líder autoritario, consideramos que la narrativa de grandes medios de comunicación, durante el período más arriba indicado, se configuró como un proto-discurso del líder, amplificando la crisis política y económica entonces en curso. Argumentamos que la narrativa de los grandes medios tuvo un efecto fuertemente fascistizante en la medida en que conjugaba un discurso de odio con un discurso de miedo, impactando sensiblemente en las emociones de las audiencias, difundiendo un clima social de indignación moral e intolerancia política. A medida que promovía la formación y movilización de masas, alimentaba la inestabilidad política y la corrosión de la institucionalidad democrática. Sin embargo, como el poder de influencia del discurso fascistizante (mediático en este caso) no es absoluto, su éxito depende de encontrar correspondencia con un tipo de personalidad potencialmente autoritaria ya presente en la sociedad. En este sentido, argumentamos que la gestión neoliberal del capitalismo contemporáneo produce una subjetividad proclive al apoyo de soluciones autoritarias para los problemas y crisis políticas, económicas o sociales. El discurso fascistizante es entendido, de esta manera, como un dispositivo que activa la personalidad autoritaria latente en la sociedad, resultado de una objetividad socioeconómica caracterizada por la superexplotación del trabajador, por la máxima precarización laboral o, en el extremo, por su marginalización total. Dedicamos la última parte de este trabajo a estudiar las causas más profundas de la emergencia, de carácter internacional, de discursos, movimientos y liderazgos con características neofascistas, demostrando la continuidad, en vez de la ruptura, entre la crisis o agotamiento del proyecto neoliberal y el resurgimiento del neofascismo como respuesta a la necesidad de gestión de las crecientes masas marginales en el contexto de la profundización de la crisis estructural del capital. En las conclusiones, señalamos que un proceso de fascistización es resultado de la decisión de las fracciones más poderosas de los intereses económicos dominantes, y que por esta causa, el fascismo siempre será una posibilidad concreta en toda sociedad capitalista.

**PALABRAS CLAVE:** Neofascismo, Psicología de masas; Personalidad autoritaria; Grandes medios de comunicación; Neoliberalismo; Crisis de hegemonía.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

<b>Gráfico 1</b> - Textos de capa de O Globo e notícias do Jornal Nacional sobre candidatos – Valência contrária – Eleições 2014 .....	182
<b>Gráfico 2</b> – Textos de capa de O Globo e notícias do Jornal Nacional sobre partidos políticos – Valência contrária – Eleições 2014 .....	183
<b>Gráfico 3</b> - Taxa de lucro das maiores empresas no Brasil (2010-2021) .....	218
<b>Gráfico 4</b> – Taxa de crescimento anual do PIB mundial (1961-2020) .....	256
<b>Gráfico 5</b> – Taxa de lucro das economias dos países do G20 (1950-2016) .....	257
<b>Gráfico 6</b> - Distribuição das classes sociais no Brasil – 2020 .....	265
<b>Tabela 1</b> – Indicadores da economia brasileira 2010-2016 .....	196

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Sikêra Júnior manda recado para "maconheiros": vão morrer antes do Natal (Programa Alerta Amazonas, dezembro de 2020) .....	123
<b>Figura 2</b> - Sikêra Júnior fala de Operação da Polícia na Cidade Sorriso (Programa Plantão Alagoas, janeiro de 2014) .....	125
<b>Figura 3</b> - Marcelo Rezende (Programa Cidade Alerta, abril de 2014) .....	129
<b>Figura 4</b> - José Luiz Datena (Imagem extraída de vídeo do Canal Meteoro Brasil) .....	132
<b>Figura 5</b> – Apresentação das notícias sobre corrupção pelo JN em 25/09/2018 .....	189
<b>Figura 6</b> – Apresentação das notícias sobre corrupção pelo JN em 27/09/2019 .....	190
<b>Figura 7</b> – Exemplos da campanha midiática contra o governo de Dilma Rousseff .....	192
<b>Figura 8</b> – Delação de Marcelo Odebrecht (Edição do JN do 05/09/2017) .....	200
<b>Figura 9</b> – Anúncio da reportagem sobre a delação de Marcelo Odebrecht (JN do 05/09/2017) .....	201
<b>Figura 10</b> – Delação de Marcelo Odebrecht cita Lula (JN do 05/09/2017) .....	201
<b>Figura 11</b> – Trecho da denúncia do Procurador Geral da República Rodrigo Janot (JN do 05/09/2017) .....	202
<b>Figura 12</b> – Trecho da transcrição do grampo telefônico do Lula e Dilma (Abertura do JN do dia 16/03/2016) .....	207
<b>Figura 13</b> – Trecho do grampo telefônico vazado para o JN (Edição do dia 16/03/2016) ....	210
<b>Figura 14</b> – Trecho da transcrição do grampo telefônico do Lula e Dilma (JN do dia 16/03/2016) .....	211
<b>Figura 15</b> – Trecho da transcrição do grampo telefônico (JN do dia 16/03/2016) .....	212
<b>Figura 16</b> – Protestos em Belo Horizonte contra nomeação do Lula (JN do dia 16/03/2016)	213
<b>Figura 17</b> – Protestos em São Paulo contra nomeação do Lula (JN do dia 16/03/2016) .....	214
<b>Figura 18</b> – Protestos em Brasília contra nomeação do Lula (JN do dia 16/03/2016) .....	214

Trechos desta tese se encontram publicados ou divulgados nas seguintes produções:

. SÁNCHEZ, Mariano Luis, "O papel da grande mídia e as raízes do processo de fascistização: o 'discurso do medo' do jornalismo policial sensacionalista", *In*: PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PAIVA, Gabriel (Org.) **Democracias, ditaduras, fascismos: estudos de poder e hegemonia**, Editora Acervus, Passo Fundo, 2023, p. 219-246.

. SÁNCHEZ, Mariano Luis, "Mídia, discurso, ideologia e personalidade autoritária segundo Theodor Adorno", em **Anais** do VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: imperialismo, neofascismo e socialismo no século XXI, organizado pelo GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina), promovido pelo Departamento de Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, de 13 a 17 de setembro de 2021, com 21 hs. de duração, por via remota. (Disponível em [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/Anais\\_VI\\_GT6.html](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/Anais_VI_GT6.html)).

. SÁNCHEZ, Mariano Luis, "Debates sobre psicologia de massas do fascismo: S. Freud, W. Reich, e T. W. Adorno", em **Anais** do III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder: "Tempos e espaços de pandemia", promovido pela Linha de Pesquisa Estado e Poder do Grupo de Pesquisa História e Poder do Programa de Pós-graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – campus de Marechal Cândido Rondon, PR, e pelo Laboratório de Pesquisa Estado e Poder, realizado no dia 05 de novembro de 2020, por via remota, ISBN 978-65-00-15940-0, p. 36-41.

. SÁNCHEZ, Mariano Luis, "Nem fascismo nem neofascismo: considerações sobre os elementos estruturantes do processo de fascistização", em **Anais** do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder: "Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise", promovido pela Linha de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-graduação em História, Poder e Práticas Sociais; Grupo de Pesquisa História e Poder; Colegiado do Curso de História; Laboratório de Pesquisa Estado e Poder, realizado do 30 de setembro a 03 de outubro de 2019 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *campus* de Marechal Cândido Rondon, PR. ISBN 978-65-00-04502-4, p. 222-230.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
1 A pergunta pelo nome .....	17
2 <i>Processo de fascistização</i> segundo Antonio Gramsci .....	21
3 <i>O processo de fascistização</i> brasileiro .....	23
<b>1 COMO É POSSÍVEL O APOIO AO FASCISMO?</b>	
1.1 A MASSA E A SOMBRA DO LÍDER .....	30
1.1.1 Psicologia das multidões e psicologia das massas .....	30
1.1.2 A pulsão de morte: do caráter regressivo ao impulso agressivo .....	35
1.1.3 O líder como sintoma .....	41
1.1.4 Massa e horda primordial .....	43
1.1.5 Massa e multidão .....	45
1.2 UMA REVOLTA EM BUSCA DE SUBMISSÃO .....	47
1.2.1 Da psicologia das massas à psicologia política .....	47
1.2.2 Crítica da pulsão de morte .....	51
1.2.3 O vínculo psique - sociedade .....	57
1.2.4 Frankfurt e a crise da família reichiana .....	61
1.2.5 A estrutura de caráter autoritário .....	66
1.2.6 Além da estrutura de caráter do homem médio: as portas da cultura .....	70
1.2.7 Fragilidades e acertos do freudomarxismo reichiano .....	72
1.3 AUTORITARISMO LATENTE E SEUS AGITADORES: A LUTA PELAS MAIS OBSCURAS PULSÕES .....	77
1.3.1 A psicologia social como mediação .....	77
1.3.2 De Frankfurt a Berkeley: conceituando a mentalidade autoritária .....	79
1.3.3 A pesquisa sobre a personalidade autoritária e a Escala F .....	88
1.3.4 Preconceito, estereotipia e intensificação da agressividade .....	98
1.3.5 A dialética pulsional do indivíduo como promessa de resistência .....	100
1.3.6 Irrracionalidade socioeconômica e personalidade mutilada .....	106
1.3.7 Fusão e desfusão pulsional como operação política .....	108
1.3.8 As técnicas psicológicas dos agitadores fascistas .....	110

## **2 A GRANDE MÍDIA E O PROTO-DISCURSO DO LÍDER**

2.1 A VIOLÊNCIA DAS IMAGENS ( <i>O discurso do medo</i> ) .....	122
2.1.1 Programas e apresentadores .....	122
2.1.2 Jornalismo popular e sensacionalismo .....	134
2.1.3 A violência na produção imaginária do Outro .....	142
2.1.4 O discurso do medo .....	150
2.1.5 Neoliberalismo como desuniversalização da dominação .....	158
2.2 RAJADAS DE INDIGNAÇÃO E TIROS DE MORALISMO ( <i>O discurso do ódio</i> ) ....	166
2.2.1 Do jornalismo popular ao jornalismo de referência .....	166
2.2.2 Discurso e discurso do ódio .....	170
2.2.3 O papel da Rede Globo .....	176
2.2.4 O discurso da corrupção do Jornal Nacional .....	184
2.2.5 Um exemplo para o manual de formação de massas fascistas .....	205
2.2.6 O discurso da corrupção como discurso do ódio e seus interesses .....	215
2.2.7 Do proto-discurso do líder à fragilidade subjetiva .....	229

## **3 O ESGOTAMENTO DA GESTÃO NEOLIBERAL DA CRISE ESTRUTURAL**

3.1 AMERICANISMO E PÓS-FORDISMO .....	233
3.1.1 A fabricação fordista de um novo tipo de homem .....	233
3.1.2 Regime de acumulação flexível e modo de (des)regulação neoliberal .....	242
3.1.3 Uma subjetividade flexível para muito além da fábrica .....	247
3.2 O NEXO NEOLIBERALISMO – NEOFASCISMO .....	251
3.2.1 O neoliberalismo como forma não-hegemônica de dominação .....	251
3.2.2 A marginalização disfuncional .....	259
3.2.3 A intensificação ideológica pela impossibilidade hegemônica .....	274

<b>UM BREVE ENSAIO A MODO DE CONCLUSÃO</b> .....	276
--	-----

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	283
---	-----



## Introdução

### 1. A pergunta pelo nome

Quando o bolsonarismo foi tomando corpo e se transformando, ano a ano, em um movimento político com chances reais de ganhar as eleições presidenciais de 2018, se multiplicaram debates sobre se se tratava de uma ameaça fascista ou se o termo *fascismo* era inapropriado para descrever a natureza autoritária desse fenômeno político. Por exemplo, em 2 de janeiro de 2019, o cientista político Atilio Boron escreveu que definir o então novo governo de Jair Bolsonaro como fascista era um erro grave: “O fascismo não deriva das características de um líder político, por mais que em testes de personalidade – ou nas atitudes da vida cotidiana, como no caso de Bolsonaro – se comprove um esmagador predomínio de atitudes reacionárias, fanáticas, sexistas, xenófobas e racistas.”<sup>1</sup> Assim, a presença de indivíduos, grupos ou até de partidos de inspiração fascista não definem a natureza profunda da forma estatal fascista. Boron define o fascismo, portanto, como

uma forma excepcional do Estado capitalista, com características absolutamente únicas e irrepetíveis, que irrompeu quando seu modo ideal de dominação, a democracia burguesa, enfrentou uma gravíssima crise no período entre a Primeira e a Segunda Guerra mundiais. Por isso dizemos que é uma “categoria histórica” e que já não pode ser reproduzida porque as condições que tornaram possível seu surgimento desapareceram para sempre.<sup>2</sup>

O erro de caracterizar o governo Bolsonaro como fascista, segundo Boron, consistiria em quatro equívocos: em primeiro lugar, o fascismo clássico,

foi a fórmula com a qual um bloco dominante hegemônico por uma burguesia nacional resolveu, pela via reacionária e despótica, uma crise de hegemonia causada pela inédita mobilização das classes subalternas e o aprofundamento do dissenso no interior do bloco dominante ao final da Primeira Guerra Mundial. Para completar, as burguesias na Alemanha e na Itália lutavam para conseguir um lugar na divisão do mundo colonial e enfrentavam as potências dominantes no terreno internacional, principalmente o Reino Unido e a França.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> BORON, Atilio, Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave, *In: Brasil de Fato*, 02 jan. 2019, Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave> > Acesso em 9 set. 2023.

<sup>2</sup> Idem, p. 2-3.

<sup>3</sup> Idem, p. 3.

Hoje, pelo contrário, afirma Boron, as burguesias nacionais (“incluindo as dos países de capitalismo desenvolvido”<sup>4</sup>), foram fagocitadas por uma burguesia imperialista e multinacional que opera em escala global. Em segundo lugar, os regimes fascistas foram profundamente estatistas. Implementaram políticas protecionistas, ampliaram empresas públicas, e estimularam o crescimento por meio de uma economia de guerra. Em contraposição, o ministro de economia de Bolsonaro seria um “Chicago Boy” com longa atuação no setor financeiro. Em terceiro lugar, os fascismos europeus se caracterizaram pela organização e mobilização de massas, fenômeno improvável porque politicamente inconveniente na atualidade uma vez que, para Boron, “espantaria os mercados”.<sup>5</sup> E, por último, os fascismos foram regimes agressivamente nacionalistas, enquanto para este autor, Bolsonaro não iria além de “uma retórica insubstancial, pura verborragia sem consequências práticas.”<sup>6</sup>

Esta análise foi contestada uma semana depois por Armando Boito Jr., em um artigo publicado em 10 de janeiro de 2019. Nesse texto, Boito Jr. aponta que Boron define o fascismo como forma de Estado porém, quando passa a argumentar contra a possibilidade de haver Estados fascistas na atualidade, se concentra “sobre o arranjo específico existente entre as classes e frações de classe que exerceram o poder de Estado naquele mesmo período”.<sup>7</sup> Desse ponto de vista, Boito Jr. argumenta que tanto os Estados Unidos, quanto Inglaterra ou França também praticaram políticas comerciais protecionistas, medidas intervencionistas, estratégias nacionalistas, e tiveram políticas imperialistas em favor de suas respectivas burguesias nacionais. Em consequência, a composição de interesses que integram o bloco no poder não permite identificar a especificidade do fascismo. Para Boito Jr., “Sob um Estado fascista pode-se ter uma política econômica nacionalista ou entreguista, intervencionista ou neoliberal, políticas essas que refletirão composições e arranjos distintos dos blocos no poder vigentes. Por essa razão, pensamos que *é sim possível o reaparecimento do fascismo no século XXI*.”<sup>8</sup>

Neste mesmo sentido, Gilberto Calil apresenta exemplos históricos que demonstram que não há incompatibilidade entre fascismo e neoliberalismo.<sup>9</sup> Segundo este autor, no Brasil, é

---

<sup>4</sup> Idem, p. 3.

<sup>5</sup> Idem, p. 4.

<sup>6</sup> Idem, p. 4.

<sup>7</sup> BOITO Jr., Armando, A questão do fascismo no governo Bolsonaro, *In: Brasil de Fato*, 10 jan. 2019, < <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro> >, Acesso em 9 set. 2023, p. 3.

<sup>8</sup> Idem, p. 5, grifos nossos.

<sup>9</sup> CALIL, Gilberto, Pode o fascismo ser neoliberal? Um precedente do integralismo brasileiro, *In: Esquerda Online*, 25 set. 2018, Disponível em < <https://esquerdaonline.com.br/2018/09/25/pode-o-fascismo-ser-neoliberal-um-precedente-do-integralismo-brasileiro/> >, Acesso em 9 set. 2023.

exemplar o caso do integralismo e sua adesão ao ideário liberal, analisando seus posicionamentos políticos entre 1945 e 1965. Assim, o integralismo,

Ainda que seguisse se proclamando “nacionalista”, reduzia o significado do termo a elementos simbólicos sem qualquer decorrência social e econômica, e colocava-se em aberta oposição ao projeto nacional de desenvolvimento propugnado pelos trabalhistas, inclusive confundindo propositalmente intervenção do Estado com nazismo. [...] No contexto do pós-guerra, para sobreviver politicamente os integralistas precisavam se apresentar como “democratas”, e o caminho para isto foi frequentemente associar o nazismo ao comunismo, propondo que ambos eram estatistas, identificando intervenção estatal na economia com ditadura.<sup>10</sup>

Confirmando a possibilidade de o fascismo não ser incompatível com um programa neoliberal de governo, como foi o movimento integralista, é possível reformular a questão considerando a impossibilidade de o fascismo ser um movimento autoritário verdadeiramente nacionalista em um país periférico e dependente. Diferentemente das burguesias dos países imperialistas, o caráter subordinado das burguesias periféricas e a condição dependente dos modelos de acumulação das economias latino-americanas impediria que um governo fascista implementasse as políticas apontadas por Atilio Boron na sua caracterização dos fascismos europeus. Na completa ausência de uma burguesia *nacional*, toda revolução burguesa, na América Latina, está condenada a reproduzir a dependência econômica, seja sob uma forma Estado democrático-burguesa, uma ditadura cívico-militar ou um regime fascista. Poderia alcançar uma revolução produtiva, uma modernização conservadora, porém, não constituiria uma revolução burguesa em sentido pleno, fundante da autonomia da nação. Neste sentido, Florestan Fernandes escreveu que

Ou há uma burguesia interna – embora sua “condição nacional” seja heteronômica – que *controla o processo, ou não há nada*. Porque se não houver uma burguesia interna que controle o processo, qual é a alternativa? Em um extremo a persistência da situação colonial. Em outro extremo, poderia ser uma regressão à situação colonial. Haveria uma terceira hipótese: a transição direta para o socialismo.”<sup>11</sup>

Em consequência, caracterizar o bolsonarismo como um movimento fascista não encerraria contradição nenhuma com seu programa de governo neoliberal, representado pelo seu ministro de economia Paulo Guedes. Antes, poderíamos pensar que estava condenado a aceitar tal programa como pré-requisito para poder aceder ao poder.

Analisando a emergência de uma direita radical transformada em fenômeno global a partir da eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, Enzo Traverso afirma

<sup>10</sup> Idem, p. 2 e 3.

<sup>11</sup> FERNANDES, Florestan, 1. Florestan Fernandes, *In: BASTOS, Elide Rugai, Conversas com sociólogos brasileiros*, [entrevistas por] Elide Rugai Bastos, Fernando Abrucio, Maria Rita Loureiro e José Marcio Rego, 1º ed., Editora 34, 2006, p. 37, grifos nossos.

que “o conceito de fascismo parece ser *inapropriado e indispensável* para se compreender esta nova realidade.”<sup>12</sup> Em uma palestra de 1967, surpreendente pela sua atualidade, Theodor Adorno afirmou que “apesar do seu colapso, os pressupostos sociais dos movimentos fascistas, ainda que não os diretamente políticos, continuam a existir.”<sup>13</sup> Mais de cinquenta anos depois, aqueles pressupostos políticos então ausentes se manifestam a cada dia com maior intensidade, quando partidos de extrema-direita, nacionalistas e xenófobos, ganham eleições e chegam ao poder em coligações em cada vez mais países da União Europeia.<sup>14</sup> Ao mesmo tempo, Adorno advertia que “é naturalmente necessário sublinhar claramente as diferenças em relação ao período da República de Weimar, se não queremos adotar um pensamento esquemático, baseado em analogias.”<sup>15</sup> A consideração dessas diferenças são as que justificam o prefixo neo quando nos referimos aos movimentos fascistas contemporâneos, o que não impede, deste modo, o uso do conceito de fascismo.

Dado que a consolidação da ditaduras fascistas, de acordo com Gilberto Calil, percorreu três etapas sucessivas, “a obtenção de um resultado eleitoral expressivo (mas não majoritário); a chegada ao governo (ainda que sem maioria parlamentar) e o fechamento progressivo do regime, com a destruição das garantias e liberdades democráticas”<sup>16</sup>, consideramos mais apropriado adotar a noção de *processo de fascistização* para analisar os eventos políticos que, conjugados, resultaram na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Com a chegada ao poder do movimento bolsonarista, não podemos nos referir apropriadamente, ainda, a um regime fascista, nem tampouco, considerando por contraste as experiências europeias históricas, neofascista. Por isso, sustentamos no presente trabalho que o resultado eleitoral de 2018 representava o fim de uma primeira etapa de um processo de fascistização que, visto do ano 2018, ainda podia continuar a se desenvolver e terminar na construção de uma nova forma de Estado fascista. Assim, o objeto do presente trabalho consiste na análise e interpretação daqueles processos que, conjugados, resultaram no início do processo de fascistização sofrido pelo Brasil, entre 2014 e 2018. A sua continuação durante os anos de Jair Bolsonaro como presidente, constituiria uma segunda etapa do processo de fascistização, de 2019 a 2022,

---

<sup>12</sup> TRAVERSO, Enzo, Do fascismo ao pós-fascismo, *In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Vol. 13, número 2, 2019, Universidade de Brasília, Brasil, Disponível em < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=131833131833003> > Acesso em 9 set. 2023, p. 2, grifos nossos.

<sup>13</sup> ADORNO, Theodor W., *Aspetos do novo radicalismo de direita*. Lisboa, Edições 70, 2020, p. 12.

<sup>14</sup> ADLER, Katya, O rápido avanço dos partidos de direita radical pela Europa, *In: BBC News Brasil*, 03 jul. 2023, Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gm0pj2ykgo> >, Acesso em 9 set. 2023.

<sup>15</sup> ADORNO, Theodor W., *Aspetos do novo radicalismo de direita*, op. cit., p. 27-28.

<sup>16</sup> CALIL, Gilberto, Gramsci e o fascismo, *In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (Org.), O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*, Rio de Janeiro, Consequência, 2019, p. 63.

centrada no estudo das mudanças institucionais que desde o próprio governo buscariam construir uma nova forma Estado. Mas esse seria um outro objeto de estudo.

## 2. *Processo de fascistização segundo Antonio Gramsci*

A noção de processo de fascistização surge das análises de Antonio Gramsci sobre a ascensão do fascismo na Itália. Gramsci decifrou o significado do fascismo enquanto testemunhava seu crescimento e sua chegada ao poder por meio de uma série de textos jornalísticos publicados em diversos meios, como no jornal do *Avanti!*, do Partido Socialista Italiano (PSI), e no *L'Ordine Nuovo*, fundado por ele e outros militantes comunistas. A originalidade de seu pensamento devia-se ao fato de que, segundo Lincoln Secco, “As definições de Gramsci emergem da historicidade do processo fascista e não de um programa prévio ou de alguma teoria que o tenha predelineado.”<sup>17</sup> Neste sentido, a noção gramsciana de processo de fascistização nos permitirá estudar um objeto complexo porque resultado da conjugação de múltiplas dimensões, que exigirá, portanto, a integração de múltiplas perspectivas teóricas para cada uma delas.

Calil destaca o artigo *O que é a reação*<sup>18</sup>, publicado em 24 novembro de 1920, como o primeiro texto no qual Gramsci se ocupou especificamente do fascismo.<sup>19</sup> Nesta análise já se encontram elementos fundamentais da compreensão gramsciana do significado do fascismo, descrito como uma “intensificação da reação capitalista”, “fase preparatória da restauração do Estado”, que consistiria na legalização da “ilegalidade da violência capitalista”.<sup>20</sup> Esta perspectiva já denunciava, deste modo, a possibilidade de uma futura fusão das instituições estatais até esse momento passivas ou até cúmplices da violência privada das milícias fascistas.

Outro momento essencial da reflexão gramsciana sobre o processo de fascistização, segundo Calil, se encontra no artigo *O povo dos macacos*<sup>21</sup>, em 2 janeiro de 1921. Neste texto, Gramsci analisa o papel histórico da pequena burguesia italiana, que havendo perdido toda função produtiva, busca protagonismo histórico “macaqueando” a classe trabalhadora e

<sup>17</sup> SECCO, Lincoln, Gramsci e o fascismo: um mapa da questão, *In: Revista Novos Rumos*, Marília, v. 59, n. 2, p. 96-119, Jul.-Dez., 2022, p. 7.

<sup>18</sup> GRAMSCI, Antonio, O que é a reação, *In: \_\_\_\_\_, Escritos Políticos*, Volume 1, 1910-1920, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 427-430.

<sup>19</sup> CALIL, Gilberto, José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação da ascensão do fascismo (1921-1922), *In: História*. Revista da FLUP, Porto, IV Série, Vol. 10 n° 1, 2020, p. 11.

<sup>20</sup> GRAMSCI, Antonio, O que é a reação, *op. cit.*, p. 429.

<sup>21</sup> GRAMSCI, Antonio, O povo dos macacos, *In: \_\_\_\_\_, Escritos Políticos*, Volume 2, 1921-1926, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 30-34.

realizando também manifestações de rua.<sup>22</sup> Entretanto, a pequena burguesia corrompe e destrói as instituições do Estado, desde o Parlamento até o exército, a polícia, a magistratura “sem nenhuma finalidade precisa (a única finalidade precisa deveria ser a criação de um novo Estado: mas ‘o povo dos macacos’ se caracteriza precisamente pela incapacidade orgânica de criar para si uma lei, de fundar um Estado).”<sup>23</sup>

Em 11 de março de 1921, Gramsci publica o artigo *Itália e Espanha*<sup>24</sup>, sobre o qual Calil afirma que “Gramsci já percebia a pequena burguesia como tropa de choque do fascismo, subordinada subjetiva e objetivamente ao grande capital”<sup>25</sup>, com a função de enfrentar e reprimir a classe trabalhadora. Neste artigo Gramsci registra uma primeira definição sintética (e memorável) do fascismo, com as seguintes palavras: “O que é o fascismo, visto em escala internacional? É a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora e tiros de pistola.”<sup>26</sup> A violência fascista se intensificava, e entre 1920 e 1921, incêndios, assassinatos de lideranças políticas e de dezenas de trabalhadores morriam nos ataques das tropas de choque fascistas.

Se em 4 de março de 1921, Calil destaca que no artigo *Burocratismo*<sup>27</sup>, Gramsci acusava a *Confederazione Generale del Lavoro* (CGdL) de temporizar com os fascistas, no artigo *Os partidos e a massa*<sup>28</sup>, de 25 de setembro de 1921, Gramsci denunciava o pacto de pacificação entre socialistas e fascistas assim como a estratégia de conciliação do governo socialista com setores dominantes, porque, “estaria levando o PSI a abdicar da autonomia política e organizativa dos trabalhadores, fragilizando-os.”<sup>29</sup> O processo de fascistização se radicalizava, e Gramsci criticava a colaboração, cumplicidade ou omissão das instituições do Estado italiano frente aos crimes dos fascistas.

---

<sup>22</sup> Idem, p. 31.

<sup>23</sup> Idem, p. 32.

<sup>24</sup> GRAMSCI, Antonio, *Itália e Espanha*, In: \_\_\_\_\_, **Escritos Políticos**, Volume 2, 1921-1926, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 46-48.

<sup>25</sup> CALIL, Gilberto, José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação da ascensão do fascismo (1921-1922), op. cit., p. 19.

<sup>26</sup> GRAMSCI, Antonio, *Itália e Espanha*, op. cit., p. 46.

<sup>27</sup> GRAMSCI, Antonio, *Burocratismo*, In: \_\_\_\_\_, **Escritos Políticos**, Volume 2, 1921-1926, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 40-43.

<sup>28</sup> GRAMSCI, Antonio, *Os partidos e a massa*, In: \_\_\_\_\_, **Escritos Políticos**, Volume 2, 1921-1926, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 87-92.

<sup>29</sup> CALIL, Gilberto, José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação da ascensão do fascismo (1921-1922), op. cit., p. 16.

No artigo do dia 3 de julho de 1921, *Os líderes e as massas*<sup>30</sup>, Gramsci acusou o Giolitti, Presidente do Conselho de Ministros, de “favorecer o movimento fascista”, permitindo que este organizasse 400.000 homens armados que aterrorizaram regiões inteiras, cometendo massacres, incendiando e destruindo cooperativas de trabalhadores, Câmaras do Trabalho e Casas do Povo.<sup>31</sup> Em consequência, para Gramsci o processo de fascistização, devido à participação de funcionários públicos nos atos de violência cada vez maiores, representava uma progressiva absorção do aparato repressivo do Estado italiano por parte do movimento fascista.<sup>32</sup>

No artigo *Os arditi del popolo*<sup>33</sup>, de 15 de julho de 1921, Gramsci escreveu que “o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, com sua polícia, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo e dos capitalistas.”<sup>34</sup>

Deste modo, a denúncia da política conciliatória do PSI, a capacidade de cooptação de Giolitti, o *negocismo* das lideranças sindicais no Congresso da CGdL em Livorno, o pacto de Roma, o desinteresse do Poder Judiciário italiano em punir os crimes e assassinatos das tropas de choque fascistas, a cumplicidade de agentes públicos que muitas vezes até participavam da violência cada vez mais descontrolada das milícias, e o final do processo de ajustamento entre o movimento fascista e os interesses econômicos dominantes que transformaria este movimento em expressão orgânica da burguesia, constituem momentos decisivos da primeira etapa do processo de fascistização que Gramsci interpretaria de maneira exemplar. O que poderíamos considerar como uma segunda etapa deste processo, a partir da chegada ao poder de Mussolini em 1922, consistiria na construção de uma nova forma de Estado fascista.

### 3. O processo de fascistização brasileiro

No Brasil, o período 2014 – 2018, lido como o início de um processo de fascistização cuja primeira etapa se arremataria com a vitória eleitoral do Bolsonaro, apresenta toda uma série de acontecimentos cuja trama revela o progressivo agravamento de uma grave crise

<sup>30</sup> GRAMSCI, Antonio, *Os líderes e as massas*, In: \_\_\_\_\_, **Escritos Políticos**, Volume 2, 1921-1926, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 71-73.

<sup>31</sup> Idem, p. 72.

<sup>32</sup> CALIL, Gilberto, José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação da ascensão do fascismo (1921-1922), op. cit., p. 21.

<sup>33</sup> GRAMSCI, Antonio, *Os arditi del popolo*, In: \_\_\_\_\_, **Escritos Políticos**, Volume 2, 1921-1926, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 73-77.

<sup>34</sup> Idem, p. 75.

política, institucional e, conseqüentemente, de uma crise de legitimidade democrática. A crise de representatividade dos partidos políticos, a corrosão do sistema judicial, a crise econômica, o golpe de Estado de 2016, a ilegitimidade do instável governo que sucedeu ao golpe, toda essa multiplicidade de crises eram acompanhadas e alimentadas pela intensificação de discursos autoritários e pelo crescimento do movimento bolsonarista. Pontuando só alguns desses acontecimentos, em dezembro de 2014 o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), partido do candidato perdedor da eleição presidencial, Aécio Neves, solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a cassação da candidata Dilma Rousseff e a posse desse candidato derrotado como presidente.<sup>35</sup> O questionamento do resultado eleitoral representaria o início de uma estratégia de oposição política sistemática desse partido e seus aliados contra o governo recém reeleito, buscando inviabilizar seu funcionamento. Após um ano de tensão política permanente, em outubro 2015, o vice-presidente Michel Temer apresentou, surpreendentemente, um programa alternativo de governo, contra o governo do qual ele mesmo fazia parte. Este programa, publicado no documento *Uma ponte para o futuro*<sup>36</sup>, elaborado pelo seu partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), contribuiu com o esvaziamento de poder em torno da presidenta Dilma Rousseff.

Enquanto a crise econômica se aprofundava, se multiplicavam protestos e manifestações contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), em grande medida motivados pela difusão dos escândalos de corrupção que eram investigados pela Operação Lava Jato e quase que diariamente noticiados dramaticamente pela grande mídia. Em 2016 acontece o golpe contra a debilitada presidenta Dilma Rousseff, e durante o instável e ilegítimo governo de seu vice, Michel Temer, se implementaram profundas reformas econômicas regressivas, como a Proposta de Emenda Constitucional nº 55 (a PEC do teto dos gastos públicos), em novembro de 2016, a reforma trabalhista de 2017, por meio da Medida Provisória 808, e a Lei Nº 13.429/2017 (Lei de Terceirização), em março de 2017, a qual autorizava a terceirização de atividades-fim para as empresas. Em 2018, a campanha eleitoral para presidente começou com a prisão do candidato que aparecia em primeiro lugar em todas as pesquisas de opinião, Luiz

---

<sup>35</sup> PASSARINHO, Natália, PSDB pede a TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente, *In: Portal de Notícias G1*, 18 dez. 2014, Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html> > Acesso em 10 set. 2023.

<sup>36</sup> CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: < [http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril\\_v54\\_n215\\_p139](http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139) > Acesso em 26 fev. 2023.



Inácio Lula da Silva, em 7 de abril de 2018, e transcorreria em meio à intensificação de discursos de ódio, mobilizações de massas e atos de violência política, para finalmente confluir para a vitória do candidato ultradireitista.

Ao longo de todo este processo, é possível identificar alguns elementos presentes nas análises gramscianas acima referidas: a omissão ou a cumplicidade de agentes públicos nos atos durante as manifestações bolsonaristas, o processo de ajustamento do bolsonarismo com os grandes interesses econômicos, o que resultaria na indicação do seu ministro de economia, o papel da imprensa e da grande mídia em relação ao candidato que defendeu, durante a campanha, “metralhar a petezada”<sup>37</sup>, ao que acrescentamos, por fim, a instrumentalização das novas tecnologias digitais de comunicação (internet, celulares e redes sociais), para difundir, com um impacto surpreendente, discursos de ódio, mentiras, ofensas, falsas denúncias, difamando opositores e manipulando eleitores.

Certamente, a noção de processo de fascistização não se limita ao período 2014-2018; envolveria também os quatro anos seguintes do governo Bolsonaro. Porém, nessa nova etapa mudaria sua natureza, orientado agora desde o poder à construção de uma nova institucionalidade autoritária. Neste mesmo sentido, “é importante observar que a constituição do governo Mussolini não implicou de imediato na constituição de um regime fascista.”<sup>38</sup>, nos lembra Calil. Assim,

Entre novembro de 1922 e junho de 1926, a Itália tinha um governo liderado por um fascista – tal como temos atualmente no Brasil – mas em uma condição de transição na qual subsistiam determinadas liberdades. [...] Em abril de 1924, em eleições que se realizaram ainda com certas condições de liberdade, Gramsci foi eleito deputado e retornou à Itália para assumir seu mandato. Pouco depois [...] o deputado socialista Giacomo Matteoti foi assassinado por fascistas logo após ter proferido um discurso denunciando fraude eleitoral e agravamento da violência política. Gramsci então defendeu que a única alternativa de resistência seria a convocação imediata de uma greve geral, rompendo com o imobilismo legalista e confrontando abertamente o governo fascista. Sua posição não se impôs e a escalada repressiva seguiu seu curso, até que ao longo de 1926 completou-se a reconfiguração do regime italiano. Em novembro daquele ano, Gramsci teve seu mandato cassado e sua prisão decretada.<sup>39</sup>

O processo de fascistização objeto deste trabalho se circunscreve a sua primeira etapa, considerando seus inícios em 2014, até a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. Buscamos entender as origens do processo de fascistização. A pergunta inicial que provocou este trabalho consistiu em questionar como foi possível o apoio social ao bolsonarismo. Ao

<sup>37</sup> RIBEIRO, Janaína, "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre, *In*: Revista **Exame**, 3 set. 2018, Disponível em < <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/> >, Acesso em 10 set 2023.

<sup>38</sup> CALIL, Gilberto, Gramsci e o fascismo, op. cit., p. 66.

<sup>39</sup> Idem, p. 66-67.

mesmo tempo, destacamos uma das características distintivas do fascismo em relação a outras formas autoritárias, a saber, a mobilização de massas e na constituição de milícias ou tropas de choque. Essa dimensão mobilizadora se contrapõe ao medo e à paralisia que uma ditadura militar, por exemplo, busca causar na população por meio de uma política repressiva sistemática ou terrorismo de Estado. O fascismo, ao contrário, mobiliza massas, impõe um estado de guerra na população, estimula a agressividade, o confronto, a violência, em definitiva, legitima no horizonte político a ideia do extermínio do outro. Deste modo, o esforço de explicar o apoio social que conquistou o bolsonarismo exigia retroceder historicamente até identificar aqueles processos e dispositivos que mobilizaram e organizaram a parte da população como massa fascista. O capítulo 1 começa assim estudando como se constitui uma massa fascista. A psicologia social de orientação psicanalítica considera que a massa fascista garante sua unidade por meio da função que ocupa a figura do líder na estrutura de personalidade de cada indivíduo, cujo discurso assegura a coesão do grupo por meio da canalização da agressividade para um objeto de ódio comum, construído com preconceitos socialmente existentes.

Como sustentamos que o processo de fascistização no caso brasileiro se iniciou antes do aparecimento da figura do líder autoritário, consideramos que a narrativa da grande mídia se configurou no período estudado como um *proto*-discurso do líder, amplificando a crise política e econômica então em curso e, o que é mais importante, iniciando o processo de fascistização. Este será o tema do capítulo 2, no qual argumentamos que a narrativa da grande mídia teve um efeito fortemente fascistizante na medida em que conjugava um discurso do ódio com um discurso do medo, impactando sensivelmente nas emoções das audiências, difundindo um clima social de indignação moral e intolerância política. Na medida em que promovia a formação e mobilização de massas fascistas, alimentava a instabilidade política e a corrosão da institucionalidade democrática.

Certamente, o estudo do processo de fascistização ocorrido entre 2014 e 2018 necessariamente deve incluir outros atores com variados interesses políticos, econômicos e ideológicos, entre os quais se encontram, obviamente, as Forças Armadas e as igrejas evangélicas, fundamentais para explicar o surgimento do movimento bolsonarista. No obstante, o estudo e análise de sua participação escapa aos limites deste trabalho, que se concentra em explicar a fascistização produzida pelos discursos midiáticos e seus impactos na sociedade.

Entretanto, como o poder de influência da propaganda autoritária, ou do discurso fascistizante (midiático neste caso), não é absoluto, seu êxito depende de encontrar correspondência com um tipo de personalidade potencialmente autoritária já presente na

sociedade. Neste sentido, argumentamos no capítulo 3 que a subjetividade neoliberal que emerge das novas condições da produção e do trabalho na era do capitalismo de acumulação flexível possui determinadas características que a tornam proclive a apoiar soluções autoritárias para os problemas sociais, políticos ou econômicos. O discurso fascizante é pensado, desta maneira, como um dispositivo que ativa a personalidade autoritária latente na sociedade, resultado de uma objetividade socioeconômica baseada na superexploração e precarização extremas dos trabalhadores com contrato de trabalho e relação salarial estável. A hipótese maior é que o discurso fascizante mobiliza massas apresentando um objeto de ódio construído por meio de determinadas figuras e preconceitos socialmente existentes que encobrem o universo daqueles trabalhadores marginalizados do mundo do trabalho, promovendo um cenário de guerra civil no interior da classe trabalhadora.

Neste sentido, buscando explicitar as causas mais profundas da emergência, de caráter internacional, de discursos, movimentos e lideranças com características neofascistas, dedicamos a última parte deste capítulo 3 a demonstrar a continuidade, antes do que a ruptura, entre a crise ou esgotamento do projeto neoliberal e o surgimento do neofascismo. Este emergiria como uma resposta, para os interesses dominantes, frente à necessidade de gestão política das crescentes massas marginais no contexto do aprofundamento da crise estrutural do capital. A organização e mobilização de massas fascistas, a proliferação de discursos do ódio e da ideia do extermínio do outro apontam para uma nova solução final para as massas marginais produzidas pelas mais de quatro décadas de gestão neoliberal do capitalismo contemporâneo.

Certamente podemos apontar que o fascismo não se origina na grande mídia nem nas redes sociais, mas se promove através delas. Como argumentamos, ao longo do trabalho, que um processo de fascistização é, na realidade, efeito das decisões das frações mais poderosas dos interesses econômicos dominantes, por esta causa, o fascismo será sempre uma possibilidade concreta em toda sociedade capitalista. Neste sentido, apresentamos nas considerações finais uma reflexão sobre quando as frações dominantes do grande capital teriam cometido a opção pela ruptura do pacto democrático vigente desde a Constituição de 1988 e desatado aquela multiplicidade de processos disruptivos que terminaram com a vitória do bolsonarismo em 2018.

# 1

**Como é possível o apoio ao fascismo?**

*"O fascismo é o nome da profunda decomposição da sociedade italiana, que não podia deixar de se fazer acompanhar pela profunda decomposição do Estado."*

*"O fascismo [...] permitiu que uma multidão informe cobrisse com um verniz de idealismo político vago e nebuloso o transbordamento selvagem das paixões, dos ódios, dos desejos."*

**Antonio Gramsci**

*(Escritos Políticos, Volume 2, 1921-1926, p. 57)*

# 1.1

## A massa e a sombra do líder

### 1.1.1. Psicologia das multidões e psicologia das massas

*Psicologia das massas e análise do eu*<sup>1</sup>, publicado em 1921, é um ensaio escrito por Sigmund Freud sob o impacto da terrível destruição provocada na Europa pela Primeira Guerra Mundial. Revisando criticamente a bibliografia mais importante de psicologia social publicada até esse momento, Freud aponta a insuficiência desses estudos e, aplicando conceitos da própria teoria psicanalítica, abre todo um novo horizonte interpretativo para pensar como tinha sido possível o convencimento e mobilização de milhões para uma catástrofe cujo grau de destruição era inédito na Europa. Como entender a ação coletiva das multidões em um contexto de colapso da ordem europeia? Como pensar essas novas massas que se multiplicavam nas grandes metrópoles europeias? Como surgem e que tipo de relações se estabelecem entre os membros de uma massa?

Freud inicia seu estudo analisando a obra *Psicologia das Multidões* de Gustave Le Bon<sup>2</sup>, livro de 1895, com quem parece concordar inicialmente sobre o caráter irracional e manipulável das massas. Porém, Freud considera insuficientes as explicações de Le Bon para entender

---

<sup>1</sup> FREUD, Sigmund, *Massenpsychologie und Ich-analyse*, In: \_\_\_\_\_, **Gesammelte Werke** (German Edition), Ideenbrücke Verlag, 2016, *E-book*, Edição Kindle. (No Brasil: *Psicologia das massas e análise do eu*, In: FREUD, Sigmund, **Obras Completas**, Volume 15: *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*, Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 13-113).

<sup>2</sup> O tradutor da edição das *Obras Completas* de Freud que estamos utilizando, Paulo César de Souza, traduziu as citações de Le Bon da versão original francesa: LE BON, Gustave, **Psychologie des Foules**, Presses Universitaires de France, Paris, 1895. (No Brasil, **Psicologia das multidões**, 1º ed., Trad. Mariana Servulo da Cunha, São Paulo, Martins Fontes, 2008).

comportamentos grupais. Le Bon atribui a unidade psíquica da massa não a aspectos descritivos exteriores (número, aglomerações), mas a modificações comportamentais que sofre o indivíduo quando integrado na massa. Freud coincide neste ponto inicial, afirmando que “na massa o indivíduo está sujeito a condições que lhe permitem se livrar das repressões dos seus impulsos instintivos inconscientes.”<sup>3</sup> Mas a grande questão, que determina o carácter fundamental da análise freudiana, é estabelecer a *causa* que provoca esta mudança de comportamento. Freud transcreve uma longa citação de Lebon, na qual é possível perceber a visão depreciativa do comportamento das massas. Uma massa, de acordo com Le Bon, é

impulsiva, volúvel e excitável. É guiada quase que exclusivamente pelo inconsciente [...] Tem o sentimento de onipotência [...] é extraordinariamente influenciável e crédula [...] Pensa em imagens [...] Os sentimentos da massa são sempre muito simples e exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza [...] a massa também é excitada apenas por estímulos desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa [...] Ela respeita a força [...] O que ela exige de seus heróis é fortaleza, até mesmo violência [...] ao se reunirem os indivíduos numa massa, todas as inibições individuais caem por terra e todos os instintos cruéis, brutais, instintivos [...] são despertados [...] Mas as massas também são capazes, sob influência da sugestão, de elevadas provas de renúncia, desinteresse, devoção a um ideal [...] Nas massas as ideias opostas podem coexistir e suportar umas às outras, sem que resulte um conflito de sua contradição lógica, [...] a massa está sujeita ao poder verdadeiramente mágico das palavras, [...] E por fim: a massas nunca tiveram a sede de verdade. Nelas o irreal tem primazia sobre o real, o que não é verdadeiro as influencia quase tão fortemente quanto o verdadeiro.<sup>4</sup>

É de notar que no meio desta descrição, Le Bon afirma que as massas são ao mesmo tempo capazes de sacrifícios por um ideal, de um comportamento desinteressado. Também Freud considera que “a moralidade da massa, em algumas circunstâncias, pode ser mais elevada que a dos indivíduos que a compõem, e que apenas as coletividades são capazes do mais alto desinteresse e devoção.”<sup>5</sup> Como exemplos deste comportamento no campo intelectual, Freud aponta a cultura popular, a música, o folclore, e a própria língua como bens comuns do que é capaz a alma coletiva.<sup>6</sup> Este lado *positivo* do fenómeno das massas já se encontra na obra de Le Bon, porém relativizado, em virtude de sua visão grandemente negativa das massas como inimigas da cultura. Le Bon situa nas massas populares a “alma da raça”, onde se resume o património de um povo.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> FREUD, Sigmund, *Psicologia das massas e análise do eu*, op. cit., p. 21.

<sup>4</sup> LE BON *apud* FREUD, *ibidem*, p. 25 a 30.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 32-33.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>7</sup> A “alma do povo”, a outra expressão que utiliza Le Bon, não dissimula o viés biologicista da “alma da raça”, que permeia sua obra (Cf. LE BON, Gustave, **Psicologia das multidões**, op. cit.).

A causa do comportamento impulsivo e volúvel das massas, segundo Le Bon, consiste na facilidade do contágio de sentimentos e atos entre os indivíduos, o que ele vai atribuir a uma alta *sugestionabilidade* dos membros, equiparada por ele a um estado hipnótico. Freud considera que estes elementos, meramente descritivos, não dão conta da especificidade da massa, isto é, do fundamento de sua unidade e coesão. Também avalia como insuficiente a análise leboniana do líder, que aparece na sua obra como uma figura que responde às necessidades instintivas de obediência da massa. Esta, como rebanho dócil, se submeteria a qualquer um que expressasse ideias fortes despertando crenças coletivas, adquirindo assim “prestígio”, a qualidade necessária para conduzir o grupo.

Domenico Losurdo adverte sobre a conexão entre o surgimento da psicologia das multidões, a final do século XIX, e o avanço das lutas pelo reconhecimento do sufrágio universal: o caráter selvagem, imaturo (infantil) e emocional (irracional) das massas é a advertência conservadora de Le Bon contra a conquista desse direito pela classe trabalhadora. De acordo com Losurdo, Le Bon associa massa a proletariado, e condena as ideias socialistas que buscavam à época a organização dos trabalhadores em sindicatos e partidos políticos. Porém, mesmo desde esta posição restauradora, a solução para Le Bon não consiste em negar a ampliação da participação eleitoral. Ao contrário, dada a impossibilidade de reflexão e comportamento racionais por parte de uma massa, segundo sua própria análise, ela clama por direção, demanda ser seduzida por um César capaz de suscitar o desejo de glória nacional nas multidões.<sup>8</sup> Em definitivo, toda a visão condenatória de Le Bon, apresentando o caráter bárbaro das massas como a sua essência, funciona como uma justificativa para postular a necessidade de um poder para mantê-la sob controle: o líder, aquele que domina e conduz a massa. Neste sentido, a obra de Le Bon pode ser pensada não como um estudo de psicologia social mas, considerando a sua preocupação com o discurso do líder e o efeito das palavras e da voz do orador sobre a massa volúvel, como um tratado político reacionário preocupado com o controle e domesticação das populações.<sup>9</sup>

Freud considera que a descrição que faz Le Bon das massas refere-se, na verdade, a massas efêmeras, isto é, massas formadas heterogeneamente por interesses transitórios. Revisando a tese de McDougall, na sua obra *The Group Mind* (1920), Freud distingue entre massas simples (multidão) e massas organizadas. Assim, a massa deixa de ser *multidão* quando

---

<sup>8</sup> LOSURDO, Domenico, **Democracia ou bonapartismo**: triunfo e decadência do sufrágio universal, Trad. Luiz Sérgio Henriques, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, São Paulo, Editora Unesp, 2004, p. 87-92.

<sup>9</sup> A obra de Le Bon, louvada por Mussolini e Hitler, inspirou a escrita de *Mein Kampf* e era livro de cabeceira de Mussolini, (PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio, **A linguagem fascista**, São Paulo, Hedra, 2020, p. 36-39).



os indivíduos partilham um objetivo comum, um interesse ou uma orientação afetiva comum, sendo o aumento da afetividade o elemento mais importante na formação da massa. Este mecanismo de *intensificação do afeto* é responsável pela prazerosa sensação de fundir-se em um todo e sentir-se mais poderoso e sem temor a perigos que um indivíduo isolado claramente perceberia, porém inclui também uma inibição da inteligência, uma redução da autonomia intelectual do indivíduo, agora intimidado pela massa. Freud destaca que para McDougall o comportamento da massa mais desorganizada<sup>10</sup> opõe-se ao das massas estáveis, que em virtude de sua maior estruturação (duração, clareza das reivindicações comuns e da função do indivíduo dentro dela, tradições e disposições definidas, especialização de papéis), se corporificam finalmente em instituições da sociedade. Como grandes exemplos, Freud dedicará especial atenção ao Exército e à Igreja como casos de massas institucionalizadas, se detendo naqueles elementos que mantêm sua coesão além dos mecanismos mais coercitivos em que se baseiam sua permanência e estabilidade.

Assim como em relação à análise do *Le Bon*, Freud também considera insuficiente a explicação de McDougall, que encontra na mera pressão da massa a causa da mudança de comportamento no indivíduo. Para Freud, a intensificação da sua afetividade, a intimidação de todo pensamento autônomo e a supressão das inibições instintivas próprias do indivíduo não conseguem ser explicadas pela alta sugestionabilidade dos indivíduos ou pela pressão do grupo; Freud procura a causa psicológica mais profunda que explique essa mudança do comportamento do indivíduo na massa. Com ela, Freud oferece uma interpretação do fenômeno das massas que rompe com toda a literatura da época: o que leva o indivíduo a abandonar suas características pessoais para poder estar de acordo com a massa encontra-se no tipo particular de relações que se estabelecem entre os indivíduos de uma massa. Contrariamente à violenta descrição leboniana de indivíduos exaltados, desinibidos e impulsivos, para Freud a existência de uma massa deve basear-se em um tipo de relação afetiva, em laços de sentimentos entre os indivíduos, que só podem estar baseados em um *Eros* que empurra o indivíduo a estar de acordo e não em conflito com seus semelhantes. Freud aplica aqui conceitos de sua teoria psicanalítica, demonstrando que toda psicologia é uma psicologia *social*.<sup>11</sup> Assim, Freud propõe que a

---

<sup>10</sup> Freud faz uma longa citação sobre a visão de McDougall sobre as massas, muito semelhante à descrição de *Le Bon*: “totalmente excitável, impulsiva, apaixonada, instável, inconsequente, indecisa e no entanto inclinada a ações extremas, suscetível apenas às paixões mais grosseiras e sentimentos mais singelos, extraordinariamente sugestionável, ligeira nas considerações, veemente nos juízos, receptiva somente para as conclusões e os argumentos mais simples e imperfeitos, fácil de dirigir e intimidar...”, (FREUD, Sigmund, *Psicologia das massas e análise do eu*, op. cit., p. 37).

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 14-15.

unidade psíquica de uma massa se sustenta em laços constituídos pela energia das pulsões sexuais<sup>12</sup> dos indivíduos, a *libido*.<sup>13</sup>

Desta maneira, Freud descarta as explicações como as de Le Bon ou McDougall, para propor que os laços entre os integrantes de uma massa se baseiam em certo tipo particular de laços libidinais. Para afirmar esta hipótese, Freud parte da constatação de que a existência de uma massa só é possível porque acontece uma suspensão dos impulsos de hostilidade que são comuns a todo tipo de relação afetiva próxima (amigos, cônjuges, pais e filhos), impulsos hostis que não são percebidos pelo mecanismo do recalque.<sup>14</sup> Mais ainda; nesses impulsos agressivos que aparecem

Nas antipatias e aversões não disfarçadas para com estranhos que se acham próximos, podemos reconhecer a expressão de um amor a si próprio, um narcisismo que se empenha na afirmação de si, [...] é inegável que nesse comportamento dos indivíduos se manifesta uma prontidão para o ódio, uma agressividade cuja procedência é desconhecida, e à qual se pode atribuir *um caráter elementar*.<sup>15</sup>

Porém, como entender que estes impulsos agressivos são suspensos quando o indivíduo se integra a uma massa? Considerando inclusive que não só acontece uma suspensão, mas também uma completa *inversão* de laços hostis em novos laços libidinais. Freud remete neste momento a outra obra sua, *Além do princípio do prazer*, de 1920<sup>16</sup>, na qual analisa os impulsos agressivos como manifestações de uma “pulsão de morte”, e postula a existência de uma polaridade na vida psíquica entre pulsões de vida e pulsões de morte. Nesta obra, Freud afirma que “fomos levados a distinguir duas espécies de instintos, aqueles que pretendem conduzir a vida à morte e os sexuais, que sempre buscam e efetuam a renovação da vida.”<sup>17</sup> Com uma

---

<sup>12</sup> Idem, p. 43-45.

<sup>13</sup> Freud retirou o conceito de *libido* do campo da sexologia para fazer dela “um componente essencial da sexualidade como fonte do conflito psíquico, para integrá-la na definição de pulsão e na relação de objeto (libido objetal) e, por fim, para lhe encontrar uma identidade narcísica (a libido do eu), a partir de 1914”. Cf. ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, Rio de Janeiro, Zahar, 1998. p. 471-474. Na *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud refere-se à libido em termos de uma *energia*, a relaciona ao *Eros* platônico, ao *amor* do apóstolo Paulo, para definir que, para a psicanálise, esses instintos amorosos serão pensados como instintos sexuais (FREUD, Sigmund, *Psicologia das massas e análise do eu*, op. cit., p. 43-44).

<sup>14</sup> Na teoria psicanalítica freudiana, “o recalque designa o processo que visa a manter no inconsciente todas as ideias e representações ligadas às pulsões e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-se em fonte de desprazer”, (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 647-649). No Brasil, utiliza-se também a expressão *recalcamento*, e o termo mais antigo, *repressão*, que se mantém na tradução de Paulo César de Souza na edição das obras completas de Freud da Editora Companhia das Letras que utilizamos aqui.

<sup>15</sup> FREUD, Sigmund, *Psicologia das massas e análise do eu*, op. cit., p. 57-58, grifos nossos.

<sup>16</sup> FREUD, Sigmund, *Jenseits des Lustprinzips*, In: **Gesammelte Werke** (German Edition), Ideenbrücke Verlag, 2016, *E-book*, Edição Kindle, (No Brasil, *Além do princípio do prazer*, In: FREUD, Sigmund, **Obras Completas**. Volume 14: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), *Além do princípio do prazer e outros textos* (1917-1920), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 161-239).

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 214.

escrita em tom exploratório, Freud reformula com esta nova hipótese a sua primeira teoria das pulsões.

### 1.1.2. A pulsão de morte: do caráter regressivo ao impulso agressivo

Em primeiro lugar, é necessário definir o conceito: o que significa pulsão? Na obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905<sup>18</sup>, Freud utiliza por primeira vez este termo. Mas é em *Os instintos e seus destinos*, obra de 1915<sup>19</sup>, trabalho de sistematização de suas reflexões de dez anos sobre este tema, que Freud define pulsão como

um conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo.<sup>20</sup>

Freud, “querendo marcar a especificidade do psiquismo humano, preservou o termo *Trieb*, reservando *Instinkt* para qualificar os comportamentos animais”<sup>21</sup>, evitando o biologicismo contido no termo instinto, dado que, etimologicamente, o termo *pulsão* remete “à ideia de um impulso, independentemente de sua orientação e seu objetivo.”<sup>22</sup> O conceito de pulsão fazia parte da nova teoria da sexualidade humana que Freud vinha desenvolvendo à época, equivalendo a pulsão sexual, impulso interno incontornável, diferente de outras

<sup>18</sup> FREUD, Sigmund, *Drei Abhandlungen Zur Sexualtheorie*, In: **Gesammelte Werke** (German Edition), Ideenbrücke Verlag, 2016, *E-book*, Edição Kindle. (No Brasil: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, In: FREUD, Sigmund, **Obras Completas**. Volume 6: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”)*, e outros textos (1901-1905), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2016, p. 13-172).

<sup>19</sup> FREUD, Sigmund. *Triebe Und Triebchicksale*, In: **Gesammelte Werke** (German Edition), Ideenbrücke Verlag, 2016, *E-book*, Edição Kindle. (No Brasil: *Os instintos e seus destinos*, In: FREUD, Sigmund, **Obras Completas**. Volume 12: *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*, Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 51-81).

<sup>20</sup> Idem, p. 57.

<sup>21</sup> ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 629.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 628, grifos nossos. É importante ter presente as discussões sobre a tradução do alemão *Trieb* por instinto ou por pulsão e suas múltiplas implicações, (assim como de outros conceitos fundamentais como *Es*, por Id ou Isso; *Verdrängung*, por repressão ou por recalque; *Kultur* por cultura ou civilização, e muitos outros). Gilson Iannini afirma que a escrita freudiana implica uma prática, a atividade clínica, e, portanto, a opção por uma ou outra terminologia terá efeitos práticos. Ernani Chaves aponta as implicações filosóficas e políticas de traduzir *Trieb* por instinto ou por pulsão. Luiz Alberto Hanns, psicanalista e tradutor de um projeto de tradução das obras completas de Freud lamentavelmente interrompido, afirma que “atualmente prevalecem duas vertentes: uma leitura de influência lacaniana e laplanchiana que é de cunho filosófico-semiótico e outra da psicanálise inglesa que enfatiza o cunho instintual-impulsivo dos processos psicológicos”, (Cf. IANNINI, Gilson. Dossiê: A língua de Freud e a nossa, In: Revista **CULT**, ano 16, nº 181, São Paulo, Jul, 2013, p. 20-40). O tradutor Paulo César de Souza, germanista, tem optado por traduzir *Trieb* por instinto, como justifica no prólogo explicativo da edição das obras completas que aqui utilizamos. É por este motivo que este texto oscila entre o termo *instinto* nas citações de Freud e o termo *pulsão* no resto do nosso texto. É possível assistir uma valiosa palestra do tradutor Paulo Cezar de Souza na qual explica e fundamenta seus critérios, no vídeo **Traduzir Freud**, Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=TFfAPy\\_eQzc&t=664s](https://www.youtube.com/watch?v=TFfAPy_eQzc&t=664s) > Acesso em 10 dez. 20.

excitações exteriores que podiam ser ignoradas pelo indivíduo.<sup>23</sup> É sabido que Freud provocaria desta maneira uma revolução sobre as concepções da sexualidade da época: “a pulsão sexual, diferente do instinto sexual, não se reduz às simples atividades sexuais que costumam ser repertoriadas com seus objetivos e seus objetos, mas é *um impulso do qual a libido constitui a energia*.”<sup>24</sup> Segundo Nasio, as pulsões sexuais são, de acordo com a concepção de Freud,

múltiplas, povoam o território do inconsciente, e sua existência remonta a um ponto longínquo de nossa história, desde o estado embrionário, só vindo a cessar com a morte. [...] Freud decompõe a pulsão sexual em quatro elementos. Deixando de lado a *fonte* de onde ela brota (zona erógena), a *força* que a move e o *objetivo* que a atrai, a pulsão serve-se de um *objeto* por meio do qual tenta chegar a seu objetivo ideal.<sup>25</sup>

Em *Os instintos e seus destinos*, Freud pensava as pulsões sob a forma de uma antítese, contrapondo as pulsões sexuais (cuja energia é a libido) às pulsões do Eu (ou pulsões de autoconservação do Eu, porque “participam da defesa do Eu contra sua invasão pelas pulsões sexuais”<sup>26</sup>). Referindo-se a esta primeira teoria das pulsões, Freud lembra em *Além do princípio do prazer* que naquela época

A análise das neuroses de transferência nos impôs, num primeiro momento, a oposição entre ‘instintos sexuais’, voltados para o objeto, e outros instintos, de que tínhamos conhecimento insatisfatório e que designamos provisoriamente como ‘instintos do Eu’. Entre eles tivemos de reconhecer, em primeira linha, os instintos que servem à autoconservação do indivíduo.<sup>27</sup>

Esta antítese organiza os conjuntos pulsionais segundo o modo de funcionamento do aparelho psíquico: as pulsões sexuais obedecem ao “princípio de prazer”, enquanto as pulsões do Eu respondem ao “princípio de realidade”.<sup>28</sup> De acordo com Gomes, é possível afirmar que

Pulsões do eu, portanto, são pulsões que visam à conservação de si mesmo, e não à reprodução. Já as pulsões sexuais, embora nem sempre estejam diretamente atreladas à reprodução, visam, *em última análise*, à conservação da espécie. É a oposição entre os interesses dos indivíduos e os interesses da espécie, portanto, que se reflete na oposição entre pulsões do eu e pulsões sexuais.<sup>29</sup>

<sup>23</sup> ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 628.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 629, grifos nossos.

<sup>25</sup> NASIO, J.-D., Introdução à obra de Freud, *In*: NASIO, J.-D., (Direção). **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995, p. 33, grifos do autor.

<sup>26</sup> ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 629.

<sup>27</sup> FREUD, Sigmund, *Além do princípio do prazer*, op. cit., p. 221.

<sup>28</sup> A expressão “princípio de prazer”, sempre em par com a expressão “princípio de realidade”, apresentadas por Freud em 1911, designam “os dois princípios que regem o funcionamento psíquico. O primeiro tem por objetivo proporcionar prazer e evitar o desprazer, sem entraves nem limites (como o lactante no seio da mãe, por exemplo), e o segundo modifica o primeiro, impondo-lhe as restrições necessárias à adaptação à realidade externa.”, (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 603).

<sup>29</sup> GOMES, Gilberto, Os dois conceitos freudianos de *Trieb*, *In*: Revista **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 17, n. 3, Set-Dez 2001, p. 252, grifos do autor.

Em *Além do princípio do prazer*, Freud começa analisando a “compulsão à repetição”<sup>30</sup> como pulsão do Eu. A compulsão dos indivíduos à repetição chama a atenção de Freud quando aparece fora de todo controle do sujeito e este vivencia passivamente, uma e outra vez, o mesmo destino.<sup>31</sup> Freud afirma que, certamente, esta situação deve-se a que o Eu se resiste a liberar o reprimido e, obedecendo ao princípio do prazer, desenvolve a compulsão à repetição para evitar enfrentar esse desprazer. Assim, “compulsão à repetição e direta satisfação prazerosa do instinto parecem aí entrelaçadas em íntima comunhão.”<sup>32</sup> Freud considera então a conexão existente entre a compulsão à repetição (pensada portanto como impulso de autoconservação) e pulsão, e infere que “*Um instinto [uma pulsão] seria um impulso, presente em todo organismo vivo, tendente à restauração de um estado anterior*, que esse ser vivo teve de abandonar por influência de perturbadoras forças externas.”<sup>33</sup> Freud reconhece a estranheza que pode provocar tal conceituação, uma vez que associamos a ideia de pulsão a uma força que impulsiona mudanças e portanto desenvolvimento, contudo agora expressa “a natureza *conservadora* do vivente.”<sup>34</sup> Freud parece querer levar às últimas consequências este raciocínio, chegando a afirmar que, desta maneira, a compulsão à repetição e as pulsões de autoconservação parecem levar a vida a buscar “um velho estado inicial, que o vivente abandonou certa vez e ao qual ele se esforça por voltar”, e que por isso será possível concluir que “*o objetivo da vida é a morte*, e, retrospectivamente, que o inanimado existia antes que o vivente.”<sup>35</sup> Neste ponto da argumentação, Freud parece afirmar que as pulsões de autoconservação, que em princípio buscam preservar a vida, são na verdade pulsões de morte. Contudo, pouco mais a frente, Freud exclama que isto não pode ser assim, e aponta a existência de outras pulsões, as pulsões sexuais, como as verdadeiras pulsões de vida.<sup>36</sup>

Como vimos, a primeira formulação da teoria das pulsões, baseada na polaridade entre pulsões sexuais e pulsões do Eu ou de autoconservação, será revisada no seu ensaio *Além do princípio do prazer*. Reconstituindo nesta obra a evolução de sua teoria das pulsões, Freud lembra que

---

<sup>30</sup> “O que a psicanálise aponta nos fenômenos de transferência dos neuróticos é encontrado igualmente na vida das pessoas não neuróticas. [...] a psicanálise sempre viu tal destino como, em boa parte, preparado por elas mesmas e determinado por influências da primeira infância. [...] De modo que conhecemos pessoas para as quais toda relação humana tem igual desfecho.” (FREUD, Sigmund, *Além do princípio do prazer*, op. cit., p.181-182).

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 182.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 202.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 202, grifos do autor.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 204, grifos do autor.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 206 e ss.

Em lento e ponderado avanço, a psicanálise observou então com que regularidade a libido é tirada do objeto e voltada para o Eu (introversão), e, ao estudar o desenvolvimento da libido da criança em suas fases iniciais, chegou à percepção de que o Eu é o genuíno e original reservatório da libido, a qual somente a partir dele é estendida ao objeto. O Eu tomou lugar entre os objetos sexuais e logo foi visto como o mais eminente deles. A libido que permanecia de tal modo no Eu foi chamada de ‘narcísica’.<sup>37</sup>

Foi a descoberta do narcisismo, no artigo *Introdução ao narcisismo*, de 1914<sup>38</sup>, quando o Eu passa a ser entendido como sendo *objeto da libido* das pulsões, o que fez perder sentido à oposição entre pulsões sexuais e pulsões do Eu. As pulsões de defesa do Eu frente às pulsões sexuais ficam descaracterizadas porque “O objeto sexual externo, o objeto sexual fantasiado e o Eu são uma só e mesma coisa, que chamamos objeto da pulsão.”<sup>39</sup> Em palavras de Freud, “Uma parte dos instintos do Eu foi vista como libidinal; no Eu atuavam – provavelmente junto a outros – também instintos sexuais”, reconhecendo assim que os instintos de autoconservação possuem um caráter libidinal.<sup>40</sup> Reconhecendo como insatisfatória a primeira antítese<sup>41</sup>, Freud questiona a seguir: se agora as pulsões do eu, junto com as pulsões sexuais, passam a ser todas pulsões libidinais, é possível pensar que só existiria um tipo único de pulsões?

Freud responde negativamente, apresentando então a nova polaridade. Reorganizando as pulsões sexuais e as antes chamadas pulsões do Eu sob o termo único de *pulsões de vida*, Freud irá contrapô-las às que agora denominará *pulsões de morte*.

O alvo das pulsões de vida é a ligação libidinal, isto é, o atamento dos laços, por intermédio da libido, entre nosso psiquismo, nosso corpo, os seres e as coisas. As pulsões de vida tendem a investir tudo libidinalmente e a manter a coesão das partes da substância viva. Em contrapartida, as pulsões de morte visam ao desligamento, ao desprendimento da libido dos objetos e ao retorno inelutável do ser vivo à tensão zero, ao estado inorgânico.<sup>42</sup>

Nesta reelaboração, o conceito de libido sofrerá uma reformulação. Se na primeira teoria das pulsões, a libido se referia exclusivamente à energia das pulsões sexuais, agora o conceito se amplia para significar a energia de toda pulsão de vida. Esta reformulação é a que permite,

<sup>37</sup> Ibidem, p. 222-223.

<sup>38</sup> Em FREUD, Sigmund, Zur Einführung des Narzissmus, *In: Gesammelte Werke* (German Edition), Ideenbrücke Verlag, 2016, *E-book*, Edição Kindle. (No Brasil: *Introdução ao narcisismo*, *In: FREUD, S., Obras Completas*. Volume 12: *Introdução ao narcisismo, Ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*, Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 13-50).

<sup>39</sup> NASIO, J.-D., *Introdução à obra de Freud*, op. cit. p. 44.

<sup>40</sup> FREUD, Sigmund, *Além do princípio do prazer*, op. cit. p. 223.

<sup>41</sup> Freud não descarta totalmente a primeira teoria das pulsões. Ele afirma que “a velha fórmula, segundo a qual a psicose baseia-se num conflito entre os instintos do Eu e os instintos sexuais, nada contém que hoje se deva rejeitar. Apenas sucede que a diferença entre as duas espécies de instintos, originalmente pensada como de algum modo qualitativa, deve ser agora caracterizada de outra forma, isto é, como sendo *topológica*”, (FREUD, Sigmund, *Ibidem*, p. 223, grifo do autor).

<sup>42</sup> Nasio especifica que “a ‘morte’ que rege essas pulsões nem sempre é sinônimo de destruição, guerra ou agressão. As pulsões de morte representam a tendência do ser vivo a encontrar a calma da morte, do repouso e do silêncio.” (NASIO, J.-D., *Introdução à obra de Freud*, op. cit., p. 44).

precisamente, incluir as pulsões de autoconservação dentro das pulsões de vida em função de sua natureza libidinal.<sup>43</sup>

Porém, para desenvolver esta nova hipótese da existência de pulsões de morte, Freud revisará o entendimento dos impulsos agressivos, estudados anteriormente sob o conceito de *sadismo*.

Em uma obra anterior, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905<sup>44</sup>, Freud tinha considerado o sadismo como pertencendo às pulsões sexuais. Assim,

A sexualidade da maioria dos homens mostra um elemento de *agressividade*, de inclinação a subjugar, cuja significação biológica estaria na necessidade de superar a resistência do objeto sexual por algum outro meio além de fazendo-lhe *a corte*. O sadismo corresponderia, então, a um componente agressivo do instinto sexual que se tornou independente, exacerbado, e foi colocado na posição principal mediante deslocamento.<sup>45</sup>

Em *Os instintos e seus destinos*, de 1915, Freud continuou considerando o sadismo como pulsão sexual parcial, pois tinha como alvo dominar, mas não infringir dor. Neste sentido, seria entendido como uma pulsão de domínio.<sup>46</sup> Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud tinha considerado as fontes da pulsão de domínio como de fato independentes da sexualidade.<sup>47</sup> Por isso, “podemos também pensar na pulsão agressiva (enquanto pulsão de domínio) como pulsão de autoconservação, embora profundamente fusionada às pulsões sexuais.”<sup>48</sup>

Referindo-se ao ódio, em *Os instintos e seus destinos*, Freud escreveu que “De fato, pode-se se afirmar que os verdadeiros protótipos da relação de ódio derivam não da vida sexual, mas da luta do eu por sua conservação”, e continua: “O ódio, (...) como expressão da reação de desprazer provocada pelos objetos, permanece em íntima relação com as pulsões de

<sup>43</sup> GOMES, Gilberto, Os dois conceitos freudianos de *Trieb*, op. cit., p. 254-255.

<sup>44</sup> FREUD, Sigmund, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, op. cit., p. 13-172.

<sup>45</sup> Idem, p. 51-52, grifos do autor.

<sup>46</sup> Isto mudará porque “a partir da inclusão do masoquismo, presente no sadismo através da identificação ao objeto, é que o alvo de infligir dor surge também”, (GOMES, Gilberto, op. cit., p. 252). Embora Freud nunca tenha dedicado um texto específico à dimensão de domínio, esta atravessa toda sua obra: “A questão do domínio perpassa todos os modos do funcionamento psíquico em um entrecruzamento dos registros intrassubjetivo e intersubjetivo. No que concerne à dimensão intrassubjetiva, o autor ressalta o domínio que a pulsão exerce sobre o ego, o domínio do superego e o da fantasia. Quanto à dimensão intersubjetiva, o domínio dos homens sobre outros homens, do perverso sobre seu parceiro, do hipnotizador sobre o hipnotizado, *do líder sobre a massa* e do pai morto como lei sobre a coletividade dos filhos”, (GANTHERET, F., *apud* EFKEN, Pedro Henrique de Oliveira, A dimensão de domínio na constituição do ego, In: Revista **Subjetividades**, Fortaleza, 17 (1): janeiro, 2017, p. 24, grifos nossos).

<sup>47</sup> No verbete “pulsão de dominação” da obra *Vocabulário da Psicanálise*, se lê: “Freud entende por ela uma pulsão não sexual que só secundariamente se une à sexualidade e cujo alvo é dominar o objeto pela força”, (LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B., *apud* EFKEN, Pedro Henrique de Oliveira, *ibidem*, p. 24).

<sup>48</sup> GOMES, Gilberto, op. cit., p. 252.

conservação do eu.”<sup>49</sup> Assim, as pulsões de domínio e o ódio são consideradas nesta fase do pensamento freudiano como pulsões do Eu, em oposição às pulsões sexuais, incluindo nestas o sadismo.

Contudo, em *Além do princípio do prazer*, Freud revisará sua concepção de sadismo, questionando “como pode o instinto sádico, que visa ferir o objeto, ser derivado do Eros conservador da vida? Não cabe supor que esse sadismo é na verdade um instinto de morte que foi empurrado do Eu pela influência da libido narcisista, de modo que surge apenas em relação ao objeto?”<sup>50</sup> Assim, o sadismo, diferentemente de sua primeira formulação, passa a ser agora considerado como uma pulsão de morte. Relacionando a nova polaridade entre pulsões de vida e pulsões de morte com a polaridade amor (afeição) e ódio (agressão), o sadismo soma-se às pulsões de domínio e aos impulsos agressivos como o ódio.

Ainda assim, Freud reconhece a dificuldade em provar a existência de pulsões de morte. Aceita seu caráter especulativo e assume não ter evidências claras, porém, em primeiro lugar, afirma que

No estágio oral da organização da libido, a posse amorosa ainda coincide com a destruição do objeto, depois o instinto sádico se separa e enfim, no estágio da primazia genital, para a finalidade da procriação, assume a função de subjugar o objeto sexual até o ponto exigido para realização do ato. Podemos dizer, de fato, que o sadismo expulso do Eu mostrou o caminho aos componentes libidinais do instinto sexual; depois estes acorrem para o objeto. [...] Se for permitido fazer tal suposição, estará satisfeita a exigência de oferecer o exemplo de um – deslocado, é certo – instinto de morte.<sup>51</sup>

E em segundo lugar, recuperando o conceito de pulsão, considera que

O fato de havermos reconhecido como tendência dominante da vida psíquica, talvez da própria vida dos nervos, o esforço de diminuir, manter constante, abolir a tensão interna dos estímulos [...], tal como se exprime no princípio do prazer –é um dos nossos mais fortes motivos para crer na existência de instintos de morte.<sup>52</sup>

Esta última afirmação leva a considerar que o dualismo pulsões de vida e pulsões de morte não deve ser pensado como uma oposição excludente, porque ambos os polos são pulsões que compartilham um traço comum. Freud escreve que “se não quisermos abandonar a hipótese de instintos de morte, será preciso conjugá-los a instintos de vida desde o começo”, e conclui afirmando que esta hipótese “faz derivar um instinto *da necessidade de restauração de um estado anterior*.”<sup>53</sup> Ou seja, toda pulsão de vida como toda pulsão de morte busca voltar a uma

<sup>49</sup> FREUD, Sigmund, *apud* GOMES, Gilberto, op. cit., p. 253

<sup>50</sup> FREUD, Sigmund, *Além do princípio do prazer*, op. cit., p. 225.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 225-226.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 228.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 230, grifos do autor.



situação passada, seja com um aumento da tensão (pulsão de vida), que exige um trabalho para poder eliminar o estímulo perturbador, ou seja com a busca de um retorno direto à calma e ao repouso (pulsão de morte) prévios à perturbação. Por isso, “A compulsão a repetir é uma pulsão primária e fundamental, a pulsão das pulsões; já não se trata de um princípio que orienta, mas de uma tendência que exige retornar.”<sup>54</sup> Freud escreve que “a asserção do caráter *regressivo* dos instintos baseia-se em material observado, isto é, nos fatos da compulsão à repetição.”<sup>55</sup> Isto significa que tanto as pulsões de vida quanto as pulsões de morte têm uma tendência *conservadora* (tendência comum às pulsões, a de voltar a um estado anterior), que se expressa por meio dessa compulsão à repetição. E esta se impõe porque a compulsão à repetição vai além do princípio do prazer: “amiúde tendemos a repetir nossos fracassos e nossos sofrimentos, com uma força mais poderosa, às vezes, que do que a que nos leva a reencontrar os acontecimentos agradáveis.”<sup>56</sup>

### 1.1.3. O líder como sintoma

Freud parte da constatação de que a agressividade, a hostilidade e o ódio, desaparecem das relações entre os indivíduos quando estes se constituem em uma massa. Freud considera a seguir que essa limitação do narcisismo só pode ser produzida porque na massa se estabelece um tipo específico de ligação afetiva, libidinal, e que esta ligação é resultado da *identificação* que se desenvolve entre seus membros. Ela é o que garante a coesão da massa. Mas em que consiste este *mecanismo de identificação*?

Sendo a forma mais antiga e original de ligação afetiva, segundo Freud, a identificação tem um papel importante na pré-história do complexo de Édipo. O menino toma como modelo ao pai, quer ser como ele. Enquanto estabelece com a mãe um investimento objetal direto, desenvolve uma *identificação* com o pai ao tomá-lo como modelo.<sup>57</sup> A identificação, deste modo, é um mecanismo que tenta dar forma ao próprio Eu segundo a imagem do Eu tomado como modelo. No entanto, Freud distingue entre a identificação com o pai e a escolha do pai

---

<sup>54</sup> NASIO, J.-D., Introdução à obra de Freud, op. cit., p. 45.

<sup>55</sup> FREUD, Sigmund, Além do princípio do prazer, op. cit., p. 233, grifos do autor.

<sup>56</sup> NASIO, J.-D., Introdução à obra de Freud, op. cit. p. 45.

<sup>57</sup> Freud resume a seguir o surgimento do complexo de Édipo: com o progresso da vida psíquica, em algum momento o pai é percebido pelo filho como um obstáculo entre ele e a mãe; assim, a identificação com o pai adquire uma hostilidade que chega a querer substituir o pai. A identificação com o pai, que mistura assim ternura com hostilidade, depois desaparece. (FREUD, Sigmund, Psicologia das massas e análise do eu, op. cit. p. 60-61).

como objeto.<sup>58</sup> Mas quando há formação neurótica de sintomas (isto é, recalçamento e domínio de mecanismos do inconsciente), há um tipo de identificação que não recai no Eu nem guarda relação objetal, mas que se realiza através do *sintoma*: uma “mesma disposição afetiva” desloca a identificação para o sintoma como “*indício* de um local de coincidência dos dois Eus, *que deve permanecer reprimido*.”<sup>59</sup> Neste caso, a identificação “pode surgir a qualquer nova percepção de *algo em comum* com uma pessoa que não é objeto de instintos sexuais.”<sup>60</sup>

Está apresentada a hipótese de Freud: o tipo de laço libidinal que caracteriza a identificação entre os indivíduos de uma massa consiste em um vínculo de meta sexual inibida que conduz à coincidência de dois Eus quando se percebe a existência de “algo afetivo importante em comum”<sup>61</sup> por meio do sintoma. Quando a meta sexual do laço libidinal original é desviada de sua origem, por causa do recalque, torna-se possível este tipo de identificação, de onde surge para Freud o sentimento social, base de toda vida em comunidade. Seus produtos, a linguagem, a cultura, como citados mais acima, são resultado da renúncia aos impulsos (sexuais e agressivos), e por esta causa Freud reduz “a gênese das propriedades psicológicas da massa ao indivíduo e à sua relação com a família.”<sup>62</sup> Isto se deve a que a massa não é um fenômeno primário, mas resultado de condições sociais e históricas sob as quais se desenvolvem, entre outros, os processos psíquicos de cada indivíduo que irá fazer parte dela. As consequências são que as ameaças e os horrores do fascismo não são produzidos espontaneamente pelas massas, mas pelos interesses dominantes que as organizam para servir-se delas.<sup>63</sup> Voltaremos sobre este ponto.

Entretanto, falta definir o elemento essencial para completar a análise de Freud, esse *algo em comum*, que se manifesta como um sintoma, a partir do qual se produz a identificação entre os indivíduos de uma massa. Assim é introduzida a figura do Líder, cujo papel é o de organizar psiquicamente a massa uma vez que é o *tipo de ligação com o líder* esse sintoma que faz os indivíduos se identificarem entre si. Neste sentido, líder e massa são inseparáveis para Freud.

---

<sup>58</sup> Freud explica que pode ocorrer uma inversão no complexo de Édipo, por meio da qual o pai, numa postura feminina, pode ser tomado como objeto de satisfação dos instintos sexuais, sendo a identificação, neste caso, precursora de uma ligação *objetal* ao pai. “No primeiro caso o pai é aquilo que se gostaria de *ser*, no segundo, o que se gostaria de *ter*. Depende, portanto, de que a ligação recaia no sujeito ou no objeto do Eu. (Ibidem, p. 62).

<sup>59</sup> Ibidem, p. 64, grifos nossos.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 65, grifos nossos.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 85-86.

Mas qual é a especificidade desse tipo de vínculo com o líder? Freud distingue o caso da identificação na qual há uma renúncia ou perda do objeto investido pelos instintos libidinais, do caso em que o objeto é conservado.<sup>64</sup> No primeiro caso, o Eu é enriquecido porque *introjeta os atributos do objeto* perdido ou renunciado no Eu. É o exemplo da primeira fase da vida, quando o recalque impõe à criança a renúncia à maioria das metas sexuais infantis, as pulsões sexuais se tornam de impulsos de meta inibida, e os vínculos com os pais continuam como sentimentos ternos. No segundo caso, o Eu resulta debilitado porque *o objeto é conservado*, e havendo recalque ou recuo das tendências sensuais, o Eu sofre a ilusão de desejar o objeto por seus atributos espirituais, tornando-o cada vez mais sublime e o Eu cada vez mais modesto. É o caso do enamoramento, quando “o objeto é tratado como o próprio Eu” [e] torna-se mesmo evidente que o objeto serve para substituir um ideal não alcançado do próprio Eu.”<sup>65</sup> Em uma situação extrema, o enamoramento pode deixar de lado a busca da satisfação dos impulsos sexuais diretos e o objeto assim idealizado (sublimado até chegar a uma ideia abstrata) assume o lugar do Ideal de Eu.<sup>66</sup>

Assim Freud reuniu todos os elementos para sintetizar a fórmula da constituição das relações libidinais de meta inibida que caracterizam uma massa: os indivíduos puseram um único e mesmo objeto, *o líder*, no lugar de cada Ideal de Eu, e é este tipo de vínculo com o objeto-líder (o sintoma) que faz com que seus Eus se identifiquem entre si, constituindo a massa como unidade psíquica coesa.<sup>67</sup>

#### 1.1.4. Massa e horda primordial

“A natureza da massa é incompreensível se negligenciamos o líder”<sup>68</sup>, assevera Freud, depois de analisar a hipótese do “instinto gregário” de W. Trotter<sup>69</sup> e concluir que ela não consegue explicar o papel do líder em uma massa. Adotando a conjectura de Darwin de que a horda foi a primeira forma de sociedade humana, Freud afirma que antes do que um animal de

<sup>64</sup> FREUD, Sigmund, *Psicologia das massas e análise do eu*, op. cit., p. 69-75.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>66</sup> O Ideal de Eu é uma instância do aparelho psíquico que se desenvolve e se separa de nosso Eu e pode entrar em conflito com ele, cujas funções são “auto-observação, consciência moral, censura do sonho e principal influência na repressão.” Este Ideal de Eu reúne as influências do meio e lhe dirige exigências que o Eu nem sempre pode cumprir, sendo fortemente crítico do Eu. (*Ibidem*, p. 68).

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>69</sup> Freud cita a obra de Wilfred Trotter, **Os instintos do rebanho na paz e na guerra**, publicado em 1916, (*Ibidem*, p. 78).

rebanho, o homem é na realidade um animal de horda, e por isso sempre conduzido por um chefe.

Freud remete a sua obra *Totem e Tabu*, de 1912-3<sup>70</sup>, cujo texto é retomado aqui para recuperar sua tese sobre a horda primordial e o posterior totemismo como origem da ordem social. Para Freud, “a massa nos parece [...] uma revivescência da horda primeva” e o indivíduo integrado na massa “corresponde a um estado de regressão a uma atividade psíquica primitiva.”<sup>71</sup> Freud escreve que “o desenvolvimento do totemismo, o qual traz em si os começos da religião, da moralidade e da organização social, está ligado ao violento assassinio do chefe e à transformação da horda paterna em uma comunidade de irmãos.”<sup>72</sup> Freud desenvolve sua hipótese imaginando que

O pai primordial havia impedido os seus filhos de satisfazerem seus impulsos sexuais diretos; obrigou-os à abstinência e, por conseguinte, ao estabelecimento de laços afetivos com ele e entre si, que podiam resultar dos impulsos de meta sexual inibida. *Ele os compeliu, por assim dizer, à psicologia da massa.*<sup>73</sup>

Isto é narrado por Freud hipotetizando que

Esses filhos se juntaram numa ocasião, e o mataram e despedaçaram. Nenhum dos membros vencedores pôde se colocar no seu lugar, ou, quando um deles o fez, renovaram-se a lutas, até perceberem que todos tinham que renunciar à herança do pai. Então formaram a comunidade totêmica de irmãos, todos com direitos iguais e unidos pelas proibições do totem, destinadas a preservar e a expiar a memória do assassinio.<sup>74</sup>

Assim, é central nesta hipótese a passagem da horda primordial para o clã totêmico pensada como a mudança do *temor* que os filhos sentiam do pai originário (mortal) para o *amor* com que se iludem de serem tratados por igual, por meio de um processo de *idealização* do pai morto (agora divinizado). Ilusão que ainda é válida, segundo Freud, para massas altamente organizadas e institucionalizadas, como a Igreja e o Exército. Por este motivo, elas colocam uma figura como Cristo ou o comandante superior, no topo da hierarquia, para ocuparem o lugar do líder-pai, com quem os indivíduos estabelecem laços afetivos de temor e amor que garantem, enquanto sintoma comum, a coesão da massa.

<sup>70</sup> FREUD, Sigmund, Totem Und Tabu, **Gesammelte Werke** (German Edition), Ideenbrücke Verlag, 2016, *E-book*, Edição Kindle. (No Brasil: Totem e Tabu, *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Volume 11: Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914), Trad. Paulo César de Souza, 1º ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 13-244).

<sup>71</sup> FREUD, Sigmund, Psicologia das massas e análise do eu, op. cit. p. 85.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 87, grifos nossos.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 101.

Freud escreve que “Ainda hoje os indivíduos da massa carecem da ilusão de serem amados igualmente e justamente pelo líder, mas este não precisa amar ninguém mais, é-lhe facultado ser de natureza senhorial, absolutamente narcisista.”<sup>75</sup> Certamente, este líder remete ao pai da horda primordial:

o pai da horda primeva era livre. Seus atos intelectuais eram fortes e independentes mesmo no isolamento, sua vontade não carecia do reforço dos demais. Supomos, conseqüentemente, que seu Eu tinha poucos laços libidinais, ele não amava ninguém exceto a si mesmo.<sup>76</sup>

Por isso, para Freud, a formação de uma massa tem um nexos com a horda primordial. Assim como a massa remete à horda primeva, e o líder remete ao pai primordial, a relação entre a massa e o líder é da mesma natureza que a relação entre a horda e o pai original. Desta maneira, quando Freud insere a figura do líder, sem a qual não é possível fundar a coesão da massa, os laços entre os indivíduos passam a reproduzir certos arcaísmos que explicam por que “a massa quer ainda ser dominada com força irrestrita, tem ânsia extrema de autoridade, ou, nas palavras de Le Bon, sede de submissão.”<sup>77</sup> Mas desta maneira, Freud, depois de ter criticado com sua análise a limitada (e reacionária) explicação leboniana da massa, parece com esta última citação recuperar a visão negativa desta, reaproximando a massa de horda/barbárie. Entretanto, é possível manter duas visões: na primeira, considerando que Eros tende a agregar os indivíduos em unidades cada vez maiores, as pulsões de autoconservação resistem a essa pulsão gregária fortalecendo o ego para rejeitar as pressões da massa. O resultado é um *ego forte*, que consegue realizar a mediação do conflito entre o princípio do prazer (a sexualidade individual) e a sociedade (como imposição do princípio de realidade). Em uma segunda visão, a captura do Ideal de Eu pela figura do líder, que constitui o indivíduo plenamente integrado à massa, evidencia, contrariamente, um *ego fraco*, cuja redução ou debilidade explica essa sede de entrega e submissão a um princípio de autoridade externo.<sup>78</sup>

### 1.1.5. Massa e multidão

Como conclusão, para Freud não é possível compreender a formação de uma massa psíquica sem considerar o papel do líder. Neste sentido, é o líder que “cria” sua massa. Mas é claro que não cria uma massa do nada. Pensando na sua processualidade, teria que haver antes

---

<sup>75</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>78</sup> Cf. MARCUSE, Herbert, **Cultura e sociedade**, Vol. 2, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, p. 106 e p. 111.

uma massa simples, desorganizada, ou em outras palavras, *uma multidão dispersa em livre disponibilidade*, composta por indivíduos com uma certa estrutura psíquica (o sintoma comum, um ego frágil), e, portanto, com uma certa *predisposição* a serem integrados a uma massa pela identificação com a figura do líder. Mas introduzir a *multidão* como uma espécie de estágio pré-massa já exige a intervenção de outras muitas variáveis sócio-históricas que ainda precisam ser explicitadas, nos próximos capítulos, para poder afirmar que as massas modernas são produto da decisão de um poder que, por meio de um discurso ou propaganda específicos, ativa arcaísmos e desencadeia processos regressivos em indivíduos, em torno da figura de um líder. Por enquanto, desde a teoria freudiana, o processo de formação de uma massa não pode ser pensado sem o simultâneo processo de construção da figura do líder, no sentido aqui desenvolvido.

## 1.2

### Uma revolta em busca de submissão

#### 1.2.1. Da psicologia das massas à psicologia política

*Psicologia das massas e análise do eu* foi publicado em 1921, ou seja, é uma obra anterior à chegada ao poder dos governos fascistas. Porém, sabemos que foi escrito em plena gestação do ovo da serpente<sup>1</sup>, constituindo-se sem dúvida em uma das grandes obras para pensar o fenômeno das massas e do fascismo até hoje. Freud continuará a pensar sobre os problemáticos processos constitutivos da ordem social e da cultura e sobre a permanente ameaça de barbárie por meio dos impulsos hostis à civilização em outras obras fundamentais, as suas obras mais “sociológicas”.<sup>2</sup> Mas um importante membro da chamada segunda geração internacional do movimento psicanalítico, Wilhelm Reich, escreveria uma obra de referência para a compreensão deste fenômeno: *Psicologia de massas do fascismo*, concebida durante o processo de ascensão do nazismo ao poder.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Conhecida referência ao magistral filme *O ovo da serpente* (The Serpent's Egg, EUA, 1977), dirigido por Ingmar Bergman, cuja história transcorre em Berlim, durante a República de Weimar (1925-1933). Esta expressão é usada hoje correntemente para significar a soturna gestação e o clima prévio à eclosão do mal, extraída da peça *Júlio César* (1599) de William Shakespeare.

<sup>2</sup> Principalmente *Totem e tabu* (1913), *O futuro de uma ilusão* (1927), *O mal-estar na cultura* (1930), *Moisés e o monoteísmo* (1939), entre outros ensaios e livros.

<sup>3</sup> *Die Massenpsychologie des Faschismus* foi publicada originalmente em Copenhague, 1933, quando Reich fugia de Berlim pelo triunfo do nacional-socialismo. Foi proibida pelos nazistas em 1935 junto com outras obras de psicologia política. Uma nova versão foi publicada na Inglaterra em 1942, reescrita e ampliada com muitas alterações que incorporavam os novos desenvolvimentos teóricos da reflexão reichiana. A primeira versão de 1933 em alemão está disponível em < [https://archive.org/details/Reich\\_1933\\_Massenpsychologie\\_k](https://archive.org/details/Reich_1933_Massenpsychologie_k) > Acesso em: 15 mai 2020. (No Brasil: **Psicologia de massas do fascismo**, 3º ed., Trad. Maria da Graça M. Macedo, São Paulo, Martins Fontes, 2001).

Reich definiu com clareza que o principal problema de seu estudo era entender como a classe trabalhadora podia aderir a uma força política reacionária que ia contra seus próprios interesses. Problema que remete, em última instância, à quiçá maior pergunta do pensamento político: por que razão as pessoas obedecem? Em que se fundamenta a dominação? Como o poder obtém a obediência das maiorias? Reich é consciente da universalidade de sua pergunta quando afirma que ainda “não se estudaram os motivos por que há milênios os homens aceitam a exploração e a humilhação moral, por que, numa palavra, se submetem à escravidão.”<sup>4</sup> Neste sentido esta obra de Reich se insere em uma longa tradição que indaga as razões de por que as maiorias se submetem às minorias, que remonta ao ensaio já clássico escrito no século XVI de Étienne de La Boétie, o *Discurso sobre a servidão voluntária*.<sup>5</sup> O desafio é explicar o que nos aparece como contrassenso, isto é, que as pessoas optem *voluntariamente* pela servidão antes do que pela liberdade. Reich procura analisar um fenômeno quase monstruoso, a saber, que se o fascismo não pode ser integralmente explicado pela manipulação e pela propaganda, o que é necessário compreender é como as massas puderam *desejar* o fascismo.

Reich começa descrevendo o fracasso do movimento dos trabalhadores frente à ascensão do nacionalismo em toda Europa; lembra da derrota da Internacional dos Trabalhadores no começo da Primeira Guerra Mundial<sup>6</sup>, e do avanço da reação política internacional passando sobre todas as forças progressistas. Dirige sua primeira crítica ao marxismo, considerando que era a grande teoria dos dirigentes políticos dos trabalhadores alemães.<sup>7</sup> Acusa os marxistas de terem cometido o erro de não compreender a estrutura do caráter das massas, por estarem concentrados na análise do processo econômico da sociedade e as formas da exploração econômica, ou seja, *processos históricos objetivos*. Um marxismo degradado em ortodoxia rígida, economicista, teria levado os dirigentes alemães, segundo Reich, a pensar que a gravidade da crise econômica de 1929-1933 levaria por si mesma as

<sup>4</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 24.

<sup>5</sup> La BOÉTIE, Étienne de, **Discurso sobre a servidão voluntária**, *E-Book*, 1ª ed., Trad. Evelyn Tesche, São Paulo, Edipro, 2020. O texto foi escrito em 1549 e publicado em 1576 depois do falecimento do jovem autor em 1563.

<sup>6</sup> A Internacional Operária e Socialista (ou Segunda Internacional dos Trabalhadores) nasceu em 1889 como sucessora da Primeira Internacional (a Associação Internacional dos Trabalhadores), fundada e organizada por Marx e outras importantes lideranças em 1864. A Segunda Internacional era uma associação livre de partidos socialdemocratas e trabalhistas, com participação de agrupamentos revolucionários e reformistas. Chegou ao fim com o início da Primeira Guerra Mundial, quando suas seções mais importantes violaram os princípios da organização e apoiaram a participação na guerra imperialista. (Marxists Internet Archive, **Dicionário Político: As Internacionais**. Disponível em < <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/internacional.htm> > Acesso em: 12 ago. 20).

<sup>7</sup> Reich se interessava pelas obras de Marx e Engels desde 1924, quando estudava a origem social das doenças mentais e nervosas. Desta época já buscava articular conceitos do marxismo e da psicanálise. Depois de ter pertencido ao Partido Social-democrata austríaco, Reich adere ao Partido Comunista em 1928. (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 651).



massas a uma luta revolucionária. Contudo, tanto a Revolução russa de 1917 quanto a ascensão de Hitler ao poder em 1933 eram acontecimentos históricos que não podiam ser explicados recorrendo exclusivamente aos fatores objetivos. Pelo contrário, segundo a leitura marxista predominante à época, o atraso econômico russo, seu incipiente desenvolvimento industrial e um proletariado relativamente reduzido não permitia explicar a revolução de 1917 e, no mesmo sentido, o alto grau de desenvolvimento industrial alemão e uma classe operária organizada e com experiência de lutas impedia entender o triunfo da reação fascista.<sup>8</sup> Nestes casos, entender o *fator subjetivo da história* era decisivo para compreender esses processos políticos. Esse marxismo esquemático ficou sem explicação quando as massas submergidas na pior miséria realizaram uma virada para a extrema direita e passaram a apoiar o nacional-socialismo. Como explicar então esse crescimento (internacional, como enfatiza Reich) do fascismo e a derrota dos movimentos dos trabalhadores?

Reich aponta a existência de uma *clivagem* entre a situação objetiva, socioeconômica, das massas trabalhadoras, e sua situação subjetiva, a sua consciência política. Essa clivagem não era compreendida pelo marxismo vulgar da época porque, de acordo com Reich, se baseava numa visão mecânica da relação entre economia e ideologia, na qual as condições materiais da existência determinavam linearmente as formas da consciência. Porém, o que esta perspectiva impedia discutir era precisamente o *efeito de volta da ideologia* sobre a base econômica, isto é, a ideologia como força histórica concreta. Contrariamente a todo determinismo, Reich afirma que esse marxismo ortodoxo “Jamais compreenderá que uma situação difícil nunca é desesperadora para a reação política ou que uma grave crise econômica *tanto pode conduzir à barbárie como à liberdade social.*”<sup>9</sup> Será portanto tarefa da psicologia política estudar o fator subjetivo da história, em seus dois momentos: no processo de transformação das condições materiais de existência em consciência (ideologia), e na concretização desta consciência nas práticas dos sujeitos, incidindo, por sua vez, sobre a base econômica da sociedade. Essa *repercussão* da ideologia sobre a base material exige, segundo Reich, o estudo psicológico da estrutura do caráter dos indivíduos, dos seus processos psíquicos, e da sua relação com a estrutura ideológica da sociedade, permitindo compreender assim os modos de pensar e de agir dos sujeitos em determinadas circunstâncias históricas.

---

<sup>8</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. **Teoria Crítica e psicanálise**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1983, p. 13-14.

<sup>9</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 15, grifos nossos.

A repercussão da ideologia sobre o processo econômico implica considerá-la não só como um discurso sobre as condições materiais de existência, senão também como força material: a ideologia tem a função “de inserir esse processo econômico *nas estruturas psíquicas dos seres humanos dessa sociedade*.”<sup>10</sup> E como os seres humanos, nas suas condições de existência, estão duplamente condicionados, diretamente pela sua situação econômica e indiretamente pela estrutura ideológica da sociedade, “desenvolvem sempre, na sua estrutura psíquica, uma contradição entre a influência exercida pela sua situação material e a influência exercida pela estrutura ideológica da sociedade.”<sup>11</sup>

Essa contradição, digamos interior, no aparelho psíquico, não consegue ser explicada exclusivamente pela dimensão exterior, socioeconômica, incapaz de compreender um comportamento que resulta incoerente (irracional) respeito da própria situação econômica. Segundo Reich, aqui onde se detém a reflexão socioeconômica é que começa o trabalho da psicologia política. Precisamente, o desconhecimento da estrutura do caráter das massas não só leva a questionamentos sem efeitos práticos<sup>12</sup>, mas também impede responder à pergunta de por que as massas de trabalhadores não conseguiam reconhecer a natureza reacionária do fascismo. Reich afirma que interpretações puramente econômicas ou políticas não conseguem explicar totalmente um acontecimento, como por exemplo a Primeira Guerra Mundial, porque não respondem “como a *estrutura psicológica das massas* foi capaz de absorver a ideologia imperialista.”<sup>13</sup> A verdadeira explicação deve partir do reconhecimento do papel da ideologia:

*a ideologia imperialista transforma concretamente as estruturas das massas trabalhadoras para servir ao imperialismo*” [uma vez que] “*cada ordem social cria nas massas que a compõem as estruturas de que ela necessita para atingir seus objetivos fundamentais*.”<sup>14</sup>

A compreensão do comportamento irracional das massas exige, portanto, analisar o vínculo *essencial* entre a estrutura econômica da sociedade e a estrutura psicológica das massas. Colocar o problema na imbricação entre personalidade e sociedade demonstra porque esta obra de Reich é fundadora da psicologia política. Esta tentativa de compreender a interpenetração da dimensão social da dominação com a dimensão psíquica do indivíduo, parte da tese de que “as

---

<sup>10</sup> Ibidem, p. 17, grifos do autor.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>12</sup> “Os comunistas, por exemplo, explicaram a subida do fascismo ao poder com base nos erros políticos da social-democracia. Mas esta explicação levava a um beco sem saída, pois uma das características fundamentais da social-democracia é exatamente propagar ilusões. Assim, não resultou desta explicação qualquer novo tipo de prática. Igualmente estéril é argumentar que a reação política, sob a forma do fascismo, teria ‘confundido’, ‘corrompido’ ou ‘hipnotizado’ as massas populares. Esta é e sempre será a função do fascismo, enquanto ele existir” (Ibidem, p. 19).

<sup>13</sup> Ibidem, p. 21, grifos do autor.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 21, grifos do autor.

*contradições* da estrutura econômica da sociedade estão enraizadas na estrutura psicológica das massas oprimidas.”<sup>15</sup> Desta maneira, Reich constata que o trabalhador médio está dividido, isto é, que o trabalhador não está pré-determinado a agir de uma maneira reacionária ou revolucionária segundo uma determinada situação econômica. Seu comportamento expressará contradições individuais, subjetivas, que estão vinculadas com as contradições da situação objetiva, socioeconômica e ideológica, na qual se encontra.

Reich reconhece de Marx a concepção materialista da vida social, a centralidade do processo econômico e da luta de classes. Mas considera que a questão da dominação foi pensada fundamentalmente como coerção, sem considerar a principal arma da dominação dos trabalhadores, que seria a ideologia. O que deve ser explicado é, portanto, o fator subjetivo da história, o processo específico por meio do qual a ideologia opera concretamente sobre o aparelho psíquico das massas, cujo efeito torna possível comportamentos contrários a seus próprios interesses de classe.

### 1.2.2. Crítica da pulsão de morte

A psicologia de massas que procura explicar o fator subjetivo na história não tem relação, adverte Reich, com “a psicologia reacionária e a economia psicologista”<sup>16</sup>, que psicologizam os fenômenos sociais.<sup>17</sup> Ao mesmo tempo, Reich nega, contra qualquer crítica, que ele pretenda corrigir Marx, no sentido de estar *psicologizando* o método materialista. Reich cita *A Ideologia Alemã* e *Teorias da mais-valia* para demonstrar que é possível reconhecer uma psicologia de massas em Marx, dado que, se “o próprio homem é a base da sua produção material” e “todas as condições e funções humanas exercem influência sobre a produção material”, isso refere-se para Reich não só às condições materiais do processo do trabalho, mas também a todas “as realizações mais íntimas e maiores do instinto e do pensamento humanos”<sup>18</sup>. Se a ideologia também exerce influência sobre a produção material, Reich vai considerá-la como força material quando ela repercute sobre o processo econômico e, portanto, é mister compreender os mecanismos psíquicos por meio dos quais se impõe a dominação ideológica.

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 22, grifos do autor.

<sup>16</sup> Podemos imaginar a psicologia das multidões de Le Bon como exemplo para o primeiro caso, onde a alta sugestionabilidade das massas explicaria circularmente seu caráter volúvel, e o liberalismo clássico, que vê na natureza egoísta do *homo economicus* a justificativa para a sociedade capitalista.

<sup>17</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**. op. cit., p. 15.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 16.

Desta maneira, Reich irá recorrer à psicanálise para explicar o funcionamento do aparelho psíquico e assim poder explicar os modos de enraizamento da ideologia nele.

Reich reconhece que o pensamento de Freud oferece elementos teóricos fundamentais para analisar o fator subjetivo da história, e os sistematiza em quatro descobertas mais importantes: em primeiro lugar, a descoberta de que nossa vida psíquica é governada por processos inconscientes que, por fugir precisamente do controle da consciência, permitem outorgar sentido a fenômenos ou comportamentos antes incompreensíveis. Em segundo lugar, a descoberta da sexualidade infantil e portanto, da diferenciação entre sexualidade e reprodução, o que revelou a fonte de energia fundamental do aparelho psíquico, a libido. Em terceiro lugar, a descoberta de que a sexualidade infantil é reprimida e que o medo de castração é constitutivo das relações pai-filho (complexo de Édipo), e que mesmo apagada da memória consciente, não desaparece, provocando diversas perturbações e patologias da mente.<sup>19</sup> Finalmente, em quarto lugar, Reich reconhece em Freud a descoberta de que

o código moral no ser humano, longe de ter origem divina, provém da educação dada pelos pais e pelos seus representantes na mais tenra infância. Dentre as medidas educativas, destacam-se as que se opõem à sexualidade da criança. O conflito que originalmente se trava entre os desejos da criança e as proibições dos pais torna-se, mais tarde, um conflito entre o instinto e a moralidade *dentro* da pessoa. O código moral, em si mesmo inconsciente, atua, no adulto, contra a compreensão das leis da sexualidade e da vida psíquica inconsciente; reforça a repressão sexual (“resistência sexual”) e é responsável pela resistência geral ao “desvendar” a sexualidade infantil.<sup>20</sup>

As descobertas de Freud eram prova, para Reich, do caráter crítico e revolucionário da psicanálise porque, ao provocar uma completa reviravolta na compreensão daqueles comportamentos (e sofrimentos) humanos até então vistos como inexplicáveis, desmontavam a ideologia sexual burguesa, a moral conservadora e a metafísica religiosa.

Contudo, se “a psicanálise revela-nos os efeitos e mecanismos da opressão e da repressão sexual e suas consequências patológicas para o indivíduo”, Reich aponta que ainda é necessário indagar algo que a psicanálise não responde: “*por que motivos sociológicos a sexualidade é reprimida pela sociedade e recalcada pelo indivíduo?*”<sup>21</sup> Reich formula a pergunta pelas causas sociais da repressão sexual. E enumera as grandes explicações apresentadas até o momento: a religião responderá que é pela salvação da alma; a filosofia moral mística responderá que é pela natureza moral do homem; e a filosofia da civilização de

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 26, grifos do autor.

Freud responderá que é do interesse da cultura.<sup>22</sup> Na perspectiva de Reich, as concepções freudianas desenvolvidas em *O Mal-Estar na Civilização*<sup>23</sup> se equivocam quando consideram a repressão sexual pressuposto da vida *cultural*, porque a repressão sexual que sofrem os indivíduos responderia na realidade a questões de ordem *social*.

A tese freudiana estabelece uma correlação entre o desenvolvimento cultural da humanidade e a repressão dos instintos. No início do seu ensaio, Freud considera que a felicidade humana não é realizável, que todo o arranjo do universo parece se opor a este desígnio. Isto se deve a que, por um lado, o princípio do prazer, que rege as operações do aparelho psíquico, evitando a dor e procurando o prazer, “vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico”<sup>24</sup>. E por outro lado, que estas já restringidas possibilidades de felicidade humana são ameaçadas por poderosos fatores, como a fragilidade do corpo, as ameaças do mundo externo (da natureza), e “a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade.”<sup>25</sup> Freud rejeita aquelas atitudes que atribuem à cultura a causa de nosso sofrimento, defendendo o retorno a condições de vida mais primitivas, quando, na verdade, segundo ele, é precisamente com o desenvolvimento civilizatório que tentamos nos defender daquelas grandes ameaças de sofrimento. Esta postura anticultural tem origem na visão religiosa que menospreza a vida terrenal em função de uma vida imaginária no além, e na visão distorcida que os europeus construíram sobre os povos “descobertos” na era das grandes navegações, imaginando-os felizes por causa de sua existência simples e modesta. Freud considera que, historicamente, a última causa surgiu quando a psicanálise permitiu compreender o mecanismo das neuroses, comprovando que estas se originam na frustração que a sociedade e seus ideais de cultura lhe impõem ao indivíduo.<sup>26</sup>

Freud analisa como no desenvolvimento do conjunto de realizações técnicas, intelectuais e institucionais que denomina como cultura, sempre esteve envolvida certa renúncia instintual.<sup>27</sup> Um exemplo decisivo é o papel da sublimação no desenvolvimento das atividades

---

<sup>22</sup> Ibidem, p. 26-27.

<sup>23</sup> FREUD, Sigmund, *Das Unbegahen in der Kultur*, In: **Gesammelte Werke** (German Edition), Ideenbrücke Verlag, 2016, *E-Book*, Edição Kindle. (No Brasil: *O Mal-Estar na civilização*, In: FREUD, Sigmund, **Obras Completas**. Volume 18: *O Mal-Estar na civilização*, Novas conferências introdutórias à psicanálise e Outros textos, (1930-1936), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 13-354).

<sup>24</sup> FREUD, Sigmund, *O Mal-Estar na civilização*, op. cit., p. 30-31.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 43. Freud ainda afirma que destas três fontes de sofrimento, as relações com outros seres humanos sejam o que “nós experimentamos talvez mais dolorosamente do que qualquer outro”, (Ibidem, p. 31).

<sup>26</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>27</sup> Freud entende por cultura o conjunto de realizações que nos distanciam dos antepassados animais e que tem por fim nos proteger da natureza e regular as relações entre as pessoas. Discorre sobre todas as ferramentas e máquinas

psíquicas superiores, científicas, artísticas, ideológicas. Como um indivíduo possui quantidades limitadas de energia psíquica para realizar todas suas tarefas, Freud conclui que a cultura está necessariamente obrigada a extrair da sexualidade grande parte da energia psíquica que precisa para se desenvolver. Outra razão reside na evolução dos impulsos amorosos. A sua transformação, desde aquele impulso libidinal que instituiu a família até aqueles que possibilitaram o estabelecimento de laços sociais em agregados comunitários de maior alcance, exigiu o desenvolvimento de laços de meta sexual inibida, através da imposição de restrições à vida sexual por meio de tabus, costumes e leis (como, por exemplo, na primeira fase cultural do totemismo). A condição humana se levanta assim a partir da oposição entre cultura e vida sexual.<sup>28</sup>

Agora bem, Freud considera que tem outra razão envolvida nesse impulso à ampliação dos laços comunitários que a cultura promove por meio de identificações entre seus membros. A causa disto é a necessidade de restringir as tendências agressivas do ser humano, uma vez que as necessidades e os benefícios do trabalho em comunidade não são suficientes para manter a coesão do grupo. A cultura está obrigada à realização de grandes esforços para dominar a agressividade humana, e por isso recorre a certas operações que Freud denominou de formações reativas psíquicas.<sup>29</sup> Portanto, é difícil para o ser humano alcançar a felicidade porque a cultura exige grandes sacrifícios, não só às pulsões sexuais mas também às poderosas pulsões agressivas.

Vimos que Freud, em *Além do princípio do prazer*, descobre o caráter conservador e regressivo das pulsões por meio da compulsão à repetição. Deste modo, deduz a existência de um outro polo pulsional, oposto ao impulso agregador do *Eros*, dirigido à dissolução e ao retorno a um estado primordial inorgânico.<sup>30</sup> Freud reformula então sua primeira teoria das pulsões e propõe a tese da existência de uma pulsão de morte, em permanente pugna contra a

---

criadas para nos proteger dos elementos naturais, sobre os valores como a beleza, a higiene e a ordem, sobre as produções intelectuais e artísticas, e por fim, sobre as instituições que buscam regular os vínculos humanos, que se expressam no direito e nos ideais de justiça e liberdade. A renúncia instintual esteve presente em cada uma delas, como por exemplo, no trabalho disciplinado exigido nas grandes obras para domínio das forças naturais, na necessidade da educação para a criação de hábitos de ordem e limpeza, no direito como restrição à força bruta de um indivíduo contra outro. (Ibidem, p. 48-57).

<sup>28</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>29</sup> As formações reativas são um dos mecanismos de defesa do Ego, por meio dos quais o Ego protege o aparelho psíquico de impulsos indesejáveis, inibindo a percepção de suas representações. Os mecanismos de defesa, segundo Freud, incluem o recalque, “a regressão, a formação reativa, a anulação retroativa, a inversão e o retorno sobre a pessoa própria, a identificação, a projeção, a denegação e a racionalização.” A formação reativa consiste em um hábito ou atitude oposta ao desejo recalcado. (ROUANET, Sérgio Paulo. **A razão cativa**. As ilusões da consciência: de Platão a Freud, 3<sup>o</sup> ed., São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 122-123).

<sup>30</sup> FREUD, Sigmund, O Mal-Estar na civilização, op. cit., p. 86.

pulsão de vida. Este ensaio inclui frases lapidares sobre os impulsos agressivos e destrutivos do ser humano. Por exemplo, Freud resgata o lema hobbesiano *Homo homini lupus*, afirmando a respeito da agressividade que “quando as forças psíquicas que normalmente a inibem estão ausentes, ela se expressa também de modo espontâneo, e revela o ser humano como uma besta selvagem que não poupa os de sua própria espécie.”<sup>31</sup> Mais adiante, afirma que “Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade.”<sup>32</sup> É precisamente o papel do povo judeu, assevera Freud, naquelas culturas que o hospedaram. Neste sentido, não surpreende o papel do antissemitismo no projeto de dominação nacional-socialista, preconceito que não era exclusivo dos alemães, mas amplamente estendido por toda Europa cristã.

Freud afirma que a pulsão de morte, quando se dirige contra o mundo externo sob a forma de agressão, poderia ser pensada a serviço de Eros, porque destruiria outras coisas ou seres e não a si próprio. Por outro lado, a repressão da agressividade poderia se transformar em impulsos autodestrutivos. E reconhece que as pulsões libidinais e as pulsões destrutivas dificilmente operam isoladas uma da outra, mas que se fundem até se tornarem irreconhecíveis.<sup>33</sup> Freud cita o sadismo e o masoquismo como casos em que se manifesta uma forte fusão das pulsões eróticas e destrutivas, o que lhe permite interrogar sobre manifestações agressivas não eróticas. Neste caso, “onde surge sem propósito sexual, ainda na mais cega fúria destruidora, é impossível não reconhecer que sua satisfação está ligada a um prazer narcísico extraordinariamente elevado, pois mostra ao Eu a realização de seus antigos desejos de onipotência.”<sup>34</sup>

Como conclusão, Freud concebe a cultura como um processo que se desenvolve sobre toda a humanidade, um programa a serviço do *Eros* agregador ao qual se opõe *Thanatos*, a pulsão de morte. Esta batalha entre pulsões de vida e de morte é concebida por Freud como “o conteúdo essencial da vida [...], a luta vital da espécie humana.”<sup>35</sup>

Reich irá se opor à segunda teoria das pulsões de Freud, rejeitando a tese da existência de uma pulsão de morte. É importante esclarecer que esta ruptura com as concepções freudianas se dá no contexto da construção de toda uma perspectiva teórica própria ao longo dos anos 20.<sup>36</sup>

---

<sup>31</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>32</sup> Ibidem, p.80-81.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>36</sup> Reich ingressa à Associação Psicanalítica Internacional em 1920 e é um ativo participante até sua expulsão em 1934. Na sua expulsão foi decisiva sua ativa militância comunista e sua defesa da necessidade de combater o

A partir de sua experiência clínica<sup>37</sup> e baseado em noções freudianas<sup>38</sup>, Reich, “centrado na magnitude energética dos fenômenos, embalado por uma crítica à moral sexual do período e que concebe o comportamento sexual como o protótipo das demais reações humanas”<sup>39</sup>, tomará como alvo de estudo e crítica a repressão sexual existente, estudando as instituições que moldavam a sexualidade das pessoas: a família, a escola e a religião. Durante os anos 1920 irão se desenvolvendo as discrepâncias com a visão freudiana: para Reich, as neuroses teriam raízes sociais e culturais, não seriam resultado de condições universais e a-históricas.

Reich explicita suas divergências com a perspectiva freudiana em *A análise do caráter*, publicado em 1933.<sup>40</sup> Nesta obra, resultado de mais de uma década de trabalho e publicações, constrói uma polaridade entre duas estruturas de caráter: pelo lado da saúde, propõe a existência de uma estrutura psiquicamente harmoniosa, que chama de caráter genital; pelo lado da doença, uma estrutura sob intenso conflito psíquico, o caráter neurótico. Assim, “o caráter genital está associado a uma economia da libido regulada [implicando], no caso do adulto, uma atividade sexual genital orgástica e, também, uma capacidade sublimatória.”<sup>41</sup> A satisfação sexual genital transforma-se, para Reich, na condição de melhores sublimações e isso favorece as atividades intelectuais, facilitando o domínio das pulsões. No caráter neurótico, contrariamente, predomina o recalque; uma economia libidinal não regulada deve apelar recorrentemente a mecanismos de defesa (formações reativas), configurando estruturas de caráter em constante conflito.

Esta formulação se contrapõe à perspectiva freudiana, para a qual a neurose, como acabamos de ver, é constitutiva da vida civilizada, sendo o preço a pagar pela repressão dos instintos. Reich, pelo contrário, rejeita a oposição sexualidade e cultura, pois considera que as causas das neuroses, sobretudo as relativas à sexualidade, são resultado de condições históricas. Os impulsos agressivos são efeito de uma estrutura de caráter doente, cuja intensidade corresponde à insatisfação sexual produto de uma economia libidinal desregulada. A solução

---

nazismo em ascensão, percebidos como um perigo por uma Associação que pretendia manter-se à margem das lutas políticas da época. (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**. op. cit., p. 652).

<sup>37</sup> Reich se dedicou intensamente a trabalhar em duas organizações criadas pela IPA em 1922, nos Seminários de Técnica Psicanalítica e na Policlínica Psicanalítica de Viena, onde realizou atendimentos a pessoas da classe trabalhadora. (ALBERTINI, Paulo, Wilhelm Reich: percurso histórico e inserção do pensamento no Brasil, **Boletim de Psicologia**, Vol. LXI, n. 135, 2011, p. 163).

<sup>38</sup> Fundamentalmente noções do ponto de vista econômico (aquelas referidas à quantificação dos fenômenos psíquicos, pensados como processos de circulação e distribuição de energia pulsional), como neurose atual e estase da libido. (ALBERTINI, Paulo, Reich e a possibilidade do bem-estar na cultura, *Revista Psicologia USP*, 14 (2), São Paulo, 2003, p. 70-75).

<sup>39</sup> ALBERTINI, Paulo, Wilhelm Reich: percurso histórico e inserção do pensamento no Brasil, op. cit., p. 165.

<sup>40</sup> REICH, Wilhelm, **Análise do caráter**. 3º ed., Trad. Ricardo Amaral do Rego, São Paulo, Martins Fontes, 2020.

<sup>41</sup> ALBERTINI, Paulo, Reich e a possibilidade do bem-estar na cultura, op. cit., p. 75-76.



aponta, portanto, à mudança das condições socioculturais repressivas que produzem as neuroses.

O dualismo freudiano entre pulsão de vida e pulsão de morte é substituído na reflexão reichiana por um monismo energético, que faz com que Reich opere “uma dessexualização da libido em benefício de uma genitalidade biológica, fundada no desenvolvimento de uma felicidade orgástica, da qual a pulsão de morte estaria excluída.”<sup>42</sup> Na perspectiva reichiana, a teoria freudiana perde seu potencial emancipador porque Freud “criou uma antítese absoluta entre processo de civilização e satisfação sexual, [e] concebeu instintos destrutivos como sendo fatores biológicos primários que dominam irremediavelmente o destino humano.”<sup>43</sup> A filosofia da civilização de Freud levaria, deste modo, a um “ceticismo paralisador” ao postular a hipótese da pulsão de morte. Segundo Marin,

a compreensão que Reich tinha da pulsão de morte exclusivamente como uma tendência à inatividade, cujo resultado seria o de reduzir a zero o conflito, só poderia conduzir ao conformismo e à função adaptativa. Assim, não poderia servir como base para uma teoria das transformações sociais. Para Reich, fica subentendido que somente a pulsão sexual, na medida que se orienta para a vida, para a busca do prazer, pode garantir a direção transformadora do movimento dialético marxista.<sup>44</sup>

Desta maneira, fica claro que a revolução sexual de Reich não era uma mera reivindicação hedonista, mas um esforço teórico imbricado em um amplo projeto de transformação social e cultural.

Investigando sobre as causas *sociais* da repressão sexual, Reich considerou que era necessário estabelecer todo um novo campo de investigação, que ele denominou economia sexual, desenvolvida a partir de uma sociologia da vida sexual humana. Esta nova ciência da economia sexual estaria baseada na articulação de conceitos das obras de Marx e de Freud, dando origem a toda uma corrente de pensamento conhecida como freudomarxismo.

### 1.2.3. O vínculo psique - sociedade

O freudomarxismo parte da concepção de que “o freudismo e o marxismo são duas doutrinas da libertação do homem, articuladas com o paradigma da Revolução. A primeira visa transformar o sujeito através da exploração singular de seu inconsciente, a segunda, a

<sup>42</sup> ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit, p. 651.

<sup>43</sup> REICH, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 25.

<sup>44</sup> MARIN, Inara Luisa, **Psicanálise e emancipação na teoria crítica**, In: NOBRE, Marcos (Org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas, São Paulo, Papirus, 2008, p. 232.

transformar a sociedade através da luta coletiva.”<sup>45</sup> Vários pensadores embarcaram na tentativa de articular a psicanálise com o materialismo dialético,<sup>46</sup> e no caso de Reich, ele dedicou um livro a esta problemática, *Materialismo Dialético e Psicanálise*, publicado em 1929.<sup>47</sup>

Nesta obra, Reich discute as possíveis ligações entre a psicanálise e o materialismo dialético. Delimita o objeto de cada teoria e reconhece que uma ciência não pode substituir a outra, e muito menos se unificarem em uma grande teoria.

Como ciência, a psicanálise é irmã da sociologia marxista; uma trata dos fenômenos psíquicos, outra dos fenômenos sociais, e se acontece de ajudarem-se mutuamente, é apenas na medida que o fato social deve ser explorado no psiquismo individual, ou inversamente, o fato psíquico no ser social.<sup>48</sup>

Se o objeto da psicanálise é a vida psíquica do homem tornado ser social, ela só estudará o psiquismo das massas como fenômeno individual, mas assim não poderá compreender o fenômeno da consciência de classe, e portanto tampouco acontecimentos políticos como uma greve.<sup>49</sup> Distinguindo o marxismo como método e como uma ciência, Reich afirma que a “sociologia” marxista não poderia explicar, por sua vez, uma neurose, um distúrbio comportamental no ambiente laboral ou a sexualidade.<sup>50</sup> Isto posto, frente à acusação marxista de que a psicanálise seria uma ciência idealista, Reich afirma que deve-se investigar antes se seus resultados contradizem o materialismo dialético.

Com este objetivo, Reich procura demonstrar os fundamentos materialistas da psicanálise. Assim, se a teoria das pulsões é a base da teoria psicanalítica, Reich lembra que a pulsão é uma noção limite entre o psíquico e o somático, e que a libido encontra sua fonte em processos químicos do organismo, no aparelho sexual e nas zonas erógenas. Porém, os problemas aparecem com a segunda teoria das pulsões. Segundo Reich, a noção de pulsão de morte carece de um fundamento material: “a pulsão de morte só será materialista na medida em que uma relação *real* a ligue aos processos de autodestruição no organismo.”<sup>51</sup> Baseada na

<sup>45</sup> ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 281.

<sup>46</sup> A escola freudomarxista inclui “De Wilhelm Reich, (simultaneamente marxista, freudiano e comunista) a Otto Fenichel ou Marie Langer (representantes de uma esquerda freudiana marxista e social-democrata), até os artífices do neo-freudismo (menos marxistas do que culturalistas), passando por Joseph Wortis (que foi stalinista e, depois, anti-freudiano) e Herbert Marcuse (que reacendeu o debate em meados dos anos sessenta, através de uma virulenta crítica a seus predecessores neofreudianos).” (Idem, p. 281-282). É importante recordar que todos os freudomarxistas foram expulsos ou marginalizados da Associação Psicanalítica Internacional, organização que no seu momento decidiu não confrontar o nacional-socialismo, assim como foram desprezados pelo movimento comunista internacional, que considerava a psicanálise uma ciência idealista.

<sup>47</sup> REICH, Wilhelm. **Materialismo dialético e psicanálise**, 3º ed., Lisboa, Presença, 1977.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 11-12.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 23.

especulação acerca do caráter regressivo das pulsões, o caráter extra-clínico da noção de pulsão de morte conduz a especulações idealistas e conservadoras. Como conclusão, se não estamos condenados à neurose porque uma estrutura de caráter com uma economia libidinal harmoniosa e regulada não se opõe ao desenvolvimento cultural, e se os impulsos agressivos não revelam uma pulsão de morte sem fundamento material, mas uma estrutura de caráter neurótica produto de determinadas condições socioculturais repressivas, apenas a nova ciência da economia sexual poderá responder à questão da função *social* da repressão sexual nos indivíduos. Na medida em que está procurando estabelecer a relação entre opressão sexual e opressão material (socioeconômica), Reich, discordando de seu mestre Freud, considera que a repressão da sexualidade

não surge com o começo do desenvolvimento cultural; ou seja, a repressão e o recalçamento não são os pressupostos do desenvolvimento cultural. Só bem mais tarde, com o estabelecimento de um patriarcado autoritário e com o início das divisões de classe, é que surgiu a repressão da sexualidade. É nesse estágio que os interesses sexuais gerais começam a atender aos interesses econômicos de uma minoria.<sup>52</sup>

Reich procura estabelecer uma relação entre a repressão sexual e ordem social, pensada como a produção de uma subjetividade funcional ao desenvolvimento de uma sociedade dividida em classes organizada sob uma ordem patriarcal autoritária. Como consequência, o entrelaçamento entre a exploração material e opressão sexual deve achar-se, segundo Reich, na instituição social básica da sociedade patriarcal autoritária, isto é, na família. Em suas palavras, “*a combinação da estrutura socioeconômica com a estrutura sexual da sociedade e a reprodução estrutural da sociedade verificam-se nos primeiros quatro ou cinco anos de vida, na família autoritária.*”<sup>53</sup> A família, instituição central na reprodução ideológica da dominação, é o grande elo que conecta o espaço externo (a realidade social) com o espaço interno (a estrutura psicológica dos indivíduos), e precisamente por isso “o Estado autoritário tem o maior interesse na família autoritária; *ela transformou-se numa fábrica onde as estruturas e ideologias do Estado são moldadas.*”<sup>54</sup>

Desta maneira, Reich desenvolve uma das teses mais importantes desta obra, relativa a como opera concretamente a convergência Estado-família. É a repressão da sexualidade infantil o que produz uma criança domesticada no ambiente primário da família patriarcal autoritária, o que tem por efeito a produção de um adulto coibido, incapaz de pensamento crítico e ação autônoma. Reich afirma que

---

<sup>52</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 27.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 27, grifos do autor.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 28, grifos do autor.

A inibição da moral da sexualidade natural na infância, cuja última etapa é o grave dano da sexualidade genital da criança, torna a criança medrosa, tímida, submissa, obediente, ‘boa’ e ‘dócil’, no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como o sexo é um assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento e do espírito crítico. Em resumo, o objetivo da moralidade é a criação de um indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária [...] através da fixação das inibições e medos sexuais na substância viva dos impulsos sexuais.<sup>55</sup>

A adaptação à vida social geral é resultado da produção de uma estrutura de caráter passivo no seio da ordem familiar autoritária. Reich analisa o caso de uma “esposa conservadora típica de um trabalhador”<sup>56</sup>, sobre a qual afirma que sofre tantas dificuldades quanto uma esposa liberada, porém, é a esposa conservadora a que vota no partido fascista. É a moral antisssexual que a leva a se vincular fortemente com a igreja, impedindo-lhe de perceber sua real situação social. A incapacidade do marxismo mecanicista, segundo Reich, de entender a ausência de revolta neste caso, no qual à exploração econômica se acrescenta a opressão sexual, deve-se a que

A primeira leva à revolta, *mas a segunda impede a rebelião* contra as duas espécies de repressão ao reprimir os impulsos sexuais, retirando-os do domínio do consciente e fixando-os como defesa moral”, [concluindo que] “a inibição da própria rebelião é inconsciente”, [e por isso] “O resultado é o conservadorismo, o medo da liberdade; em resumo, a mentalidade reacionária.<sup>57</sup>

Reich analisa os efeitos da repressão sexual afirmando que quando a sexualidade do indivíduo é impedida de alcançar sua satisfação normal, não só produz sujeitos submissos, mas também indivíduos que encontram no sadismo uma satisfação substituta à repressão libidinal. Aqui a religião tem um papel principal na imposição da moral antisssexual. Expressão do misticismo religioso, o fascismo “transforma o caráter masoquista da velha religião patriarcal do sofrimento numa religião sádica. [...] transpõe a religião, do ‘campo extraterreno’ da filosofia do sofrimento, para o ‘domínio terreno’ de assassinio sádico.”<sup>58</sup> Neste caso, “a agressão natural transforma-se em sadismo brutal”<sup>59</sup>, componente do aparelho psíquico a ser ativado para conduzir as massas às guerras imperialistas. Vemos neste exemplo como Reich busca explicar o sadismo não como pulsão de morte, segundo a concepção freudiana, mas como resultado de um processo de subjetivação autoritária (na família patriarcal), no qual a pulsão de domínio (via repressão sexual) é transformada (historicamente) em comportamentos funcionais aos interesses dominantes (belicosidade). Esta historização das categorias da psicanálise que opera Reich fica evidente quando chega a afirmar que “O complexo de Édipo, descoberto por Freud,

<sup>55</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 29, grifos nossos.

<sup>58</sup> Ibidem, p. XIX.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 29.

não é tanto causa como, muito mais, consequência da repressão sexual exercida pela sociedade sobre a criança.”<sup>60</sup>

Como conclusão, Reich considera que a repressão sexual no seio da família autoritária é o caminho pelo qual a ideologia revela seu efeito de volta sobre a base econômica, porque torna submisso o caráter e faz com que os indivíduos, apesar da exploração econômica (fator objetivo), ajam contra seus próprios interesses (fator subjetivo), aderindo e até desejando a dominação vigente.

#### 1.2.4. Frankfurt e a crise da família reichiana

Esta perspectiva reichiana fazia parte do clima intelectual na Alemanha dos anos 20 e 30. No Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*) dirigido por Max Horkheimer em Frankfurt<sup>61</sup>, foi realizada uma obra importante, *Estudos sobre autoridade e família*<sup>62</sup>, publicado parcialmente na revista oficial do instituto em 1936.<sup>63</sup> Erich Fromm, que dirigiu esta obra, parte da perspectiva freudomarxista de que a psicanálise é capaz de estabelecer a relação entre o social e o individual pensando no laço entre psique e sociedade. Fromm conheceu as ideias de Reich em um grupo de psicanalistas marxistas em Berlim, e foi quem introduziu a psicologia social de orientação psicanalítica no Instituto. Assim,

a maior contribuição de Fromm é a de retomar o *insight* de Reich que confere à família um lugar central na transmissão da ideologia burguesa. Com a introdução da família como agente psicológico da sociedade, Fromm consegue historizar as categorias freudianas, enraizando a psicanálise nas formas de vida dos homens e não em “dados naturais”.<sup>64</sup>

Todas as pesquisas da chamada Escola de Frankfurt se baseavam em um projeto de atualização do marxismo que encontra em Max Horkheimer seu fundador, devido a que foi o primeiro a conceitualizar a ideia de uma *Teoria Crítica* em oposição à teoria tradicional. A

---

<sup>60</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>61</sup> O primeiro diretor do Instituto foi Carl Grünberg, que ficou desde sua fundação em 1923 até 1927. Max Horkheimer consolidará as atividades do Instituto e definirá em grande medida a orientação teórica do grupo, que incluirá, entre outros intelectuais, a Erich Fromm, Walter Benjamin, Theodor W. Adorno, e Herbert Marcuse. (Cf. JAY, Martin. **A imaginação dialética**, 1º ed., Rio de Janeiro, Contraponto, 2008, cap. 1).

<sup>62</sup> HORKHEIMER, Max; MARCUSE, Herbert; FROMM, Erich; et al. **Studien über Autorität und Familie**. Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung. Reimpressão da edição de Paris, 1936, Klampen, Lüneburg, 2005.

<sup>63</sup> NOBRE, Marcos. Max Horkheimer. A teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio, *In: \_\_\_\_\_*, (Org.), **Curso livre de teoria crítica**, op. cit., p. 40.

<sup>64</sup> MARIN, Inara Luisa, Psicanálise e emancipação na teoria crítica, *In: NOBRE, Marcos (Org.), Curso livre de teoria crítica*, op. cit., p. 233.

primeira formulação da Teoria Crítica, desenvolvida nos anos 1930<sup>65</sup>, exigia estudar todas as transformações ocorridas na sociedade capitalista que as análises de Marx não chegaram a acompanhar. Este projeto de atualização do marxismo, o qual Horkheimer irá empreender, foi realizado em um momento de avanço do fascismo e de derrotas do movimento operário, o que levou este autor a pensar nos bloqueios ao papel revolucionário que a classe trabalhadora não estava em condições de representar. O esforço teórico para identificar os bloqueios à emancipação exigia a elaboração de um *diagnóstico de época*<sup>66</sup>, que estaria constituído por três elementos: a fase monopolista que tinha alcançado o capitalismo, as pesquisas realizadas sobre a classe trabalhadora alemã (na qual se inserem os citados *Estudos sobre autoridade e família*) e o processo de ascensão do nazismo. Resultavam centrais a este diagnóstico o impactante desenvolvimento dos meios de comunicação de massa na ascensão do nazismo, assim como os novos *mecanismos psicossociais* que incidiam sobre os processos de diferenciação da classe trabalhadora e atualizavam as formas da dominação burguesa.<sup>67</sup> Precisamente, o primeiro projeto do Instituto sob a direção de Horkheimer foi um estudo empírico, *A classe trabalhadora na Alemanha de Weimar: um estudo psicológico e sociológico*, de 1929, dirigido por Erich Fromm, cujas conclusões indicaram que “mesmo entre eleitores de esquerda havia uma tendência de submissão a figuras autoritárias e de reprodução da autoridade, expressas nas respostas a questões atitudinais.”<sup>68</sup> Por consequência, nos anos 30, Horkheimer considerava que os bloqueios às lutas emancipatórias demandavam o estudo da estrutura psíquica dos indivíduos.

A perspectiva do *materialismo interdisciplinar* com que Horkheimer pensou o primeiro modelo crítico teve na psicanálise freudiana um exemplo importante da incorporação de outras disciplinas para ampliar uma reflexão teórica de caráter emancipatório. Isto se verifica na sua introdução aos Estudos sobre autoridade e família, sob o título de *Autoridade e Família*.<sup>69</sup> Esta introdução está dividida em três partes: Cultura, Autoridade e Família. Na primeira parte, afirma que as ações dos indivíduos não podem ser explicadas unicamente pelos processos

---

<sup>65</sup> HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica (1937), *In*: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jürgen, **Textos Escolhidos**. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983, p. 117-154.

<sup>66</sup> “Inaugurado por Hegel, trata-se, neste caso, de atentar para a relação entre as formas de sofrimento e as formas de alienação da consciência como método para apreender, no tempo e no objeto cultural, as contradições entre sociedade e indivíduo”, (DUNKER, Christian, Apresentação à edição brasileira, *In*: ADORNO, **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Trad. Verlaine Freitas, 1ª ed., São Paulo, Editora Unesp, p. 31).

<sup>67</sup> NOBRE, Marcos. Max Horkheimer, A teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio, *op. cit.*, p. 35-41.

<sup>68</sup> FERNANDES, Simone Bernardette, A recepção crítica da filosofia de Nietzsche por Horkheimer nos anos 30: a interiorização dos instintos e seus desdobramentos, *In*: Revista **Kínesis**, Vol. X, n. 22, julho de 2018, p. 241.

<sup>69</sup> HORKHEIMER, Max, *Autoridade e família*, *In*: \_\_\_\_\_, **Teoria Crítica I**. Trad. Hilde Cohn, São Paulo, Perspectiva, 2015, p. 175-236.

econômicos<sup>70</sup> assim como a dominação tampouco pode ser explicada exclusivamente pela coação<sup>71</sup>. Resulta necessário entender a constituição psíquica dos homens em seus diferentes grupos, conhecer como é formado o caráter, *com a intervenção das forças culturais de cada época*.<sup>72</sup> A estrutura psíquica dos indivíduos não é atemporal, mas apresenta modificações que são “momentos de um processo cujo ritmo foi ditado na história pela evolução e pela contínua transformação da relação dos homens com a natureza dada a cada vez na reprodução da vida, ou seja, foi ditado pela necessidade econômica.”<sup>73</sup> Porém, isto não implica nenhum determinismo econômico: “não impera aqui qualquer fatalismo como na teoria idealista, já que os indivíduos e grupos da sociedade, trabalhando e lutando, com suas capacidades formadas decerto pela evolução histórica precedente, reagem às respectivas condições econômicas.”<sup>74</sup> Mais à frente, Horkheimer, considerando o desenvolvimento da consciência moral e do senso do dever como forças interiorizadas por meio da coação, afirma que elas são forças específicas da estrutura psíquica dos indivíduos que “não só se submetem ao existente, mas também, em certas circunstâncias, se opõem a ele.”<sup>75</sup>

Na segunda parte, mediante uma reconstituição histórico-filosófica sobre as posições diante da autoridade no processo de formação da sociedade moderna, Horkheimer afirma que “A mais completa adaptação possível do sujeito à autoridade efetiva da economia é, ao mesmo tempo, a forma da razão na realidade burguesa.”<sup>76</sup> Trata-se de uma análise próxima de Reich quando ele afirmou, referindo-se à ideologia imperialista, que “*cada ordem social cria nas massas que a compõem as estruturas de que ela necessita para atingir seus objetivos fundamentais*.”<sup>77</sup> Isto fica evidente, segundo Horkheimer, desde a propagação do protestantismo: “Toda a literatura política, religiosa e filosófica da época moderna está permeada de elogios à autoridade, à obediência, à abnegação, ao duro cumprimento do dever.”<sup>78</sup> O seu produto, o indivíduo, pensa-se livre, porém aceita passivamente os fatos socialmente condicionados, sendo que “As instituições culturais e os ramos de atividade, igreja, escola, literatura, etc., reproduzem estas contradições no caráter dos homens.”<sup>79</sup>

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 180, grifos nossos.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 178.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 178.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 184.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 202.

<sup>77</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 21, grifos do autor.

<sup>78</sup> HORKHEIMER, Max. *Autoridade e família*, op. cit., p. 208.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 209.

Na terceira parte do artigo, a família é considerada como o fator decisivo na formação psíquica dos indivíduos. A partir da concepção protestante de família, Horkheimer analisa o seu papel de educar para o comportamento autoritário, do qual depende a manutenção da dominação burguesa.<sup>80</sup> Esta função encontra sua raiz no caráter patriarcal da ordem familiar, baseada na autoridade do pai sobre a mulher e os filhos cujo poder conjuga o poder do dinheiro com a força física juridicamente secundada: “O pai, sendo mais forte *de facto*, o é também *de jure*; [...] Nesta situação familiar, que é decisiva para o desenvolvimento da criança, já é antecipada em ampla escala a estrutura de autoridade da realidade fora da família.”<sup>81</sup> Mas Horkheimer vai além desta análise, avançando na sua argumentação, quando contextualiza historicamente este modelo de família, indicando que, em função das mudanças e crises cada vez mais profundas do sistema econômico, a família executa de maneira cada vez pior as funções necessárias à ordem social.

Por um lado, a análise de Horkheimer coincide em vários momentos com os estudos de Reich. Em primeiro lugar, em relação ao papel histórico da família na formação do caráter autoritário:

Os diversos mecanismos que atuam na formação do caráter autoritário na família [...], de um lado, a falta de iniciativa, o profundo sentimento de inferioridade da maioria dos homens, a concentração de toda a vida psíquica em torno dos conceitos de ordem e subordinação e, de outro lado, também as realizações culturais dos homens, são determinados pelas relações da criança com os pais, ou seus representantes, e com os irmãos. Os conceitos de repressão e sublimação, como frutos dos conflitos com a realidade social, ajudaram amplamente a compreensão destes processos. Para a formação do caráter autoritário é especialmente decisivo que as crianças sob a pressão do pai aprendam a não atribuir cada insucesso a suas causas sociais, mas a deter-se nas razões individuais.<sup>82</sup>

Em segundo lugar, quando vincula este modelo de família como “escola de autoridade” com as massas pequeno-burguesas,

nas quais a pressão sobre o pai se reproduzia na pressão sobre os filhos, ela teve como consequência aumentar diretamente, além da crueldade, a tendência masoquista a abandonar-se voluntariamente a qualquer chefia, desde que esta seja classificada como poderosa.<sup>83</sup>

E em terceiro lugar, quando Horkheimer fundamenta a estrutura autoritária da família no seu caráter patriarcal, uma vez que é a partir do desenvolvimento do sistema patriarcal que “aparece no mundo o contraste entre classes, a divisão entre vida pública e familiar, e também

---

<sup>80</sup> Ibidem, p. 214

<sup>81</sup> Ibidem, p. 215.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 221-222.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 222.



na própria família passa a ser usado o princípio de autoridade brutal.”<sup>84</sup> Deste modo, o papel da família como instituição de socialização repressiva se desenvolve a partir de transformações socioculturais relativas a determinados processos históricos, como sustentava Reich na sua controvérsia com a perspectiva freudiana.

Por outro lado, diferentemente da análise de Reich, que descreve a fortaleza desse modelo de família repressiva, Horkheimer, no final do artigo, aponta a crise deste modelo. A dinâmica cultural do capitalismo provoca a dissolução de todos os valores e instituições culturais criados pela própria burguesia, e como consequência, Horkheimer assinala que “o elemento destrutivo da cultura ressalta com maior força sobre o elemento conservador.”<sup>85</sup> Desta maneira, a unidade da cultura burguesa, baseada no princípio de autoridade, por sua vez desenvolvido no seio da instituição familiar, vai transformando-se em “uma unidade de forças divergentes”<sup>86</sup>. E por causa deste processo, “No fim, *tudo tem que ser mais artificialmente apoiado e conservado.*”<sup>87</sup> Para Horkheimer, portanto, neste texto escrito em 1936, o triunfo das forças reacionárias não se baseava em um poderoso núcleo familiar repressivo produtor de caráter autoritário, mas, pelo contrário, devia-se a sua crise.

Horkheimer prosseguirá esta perspectiva sobre família e a crise do princípio de autoridade em outros textos, dos anos 40 e 50, junto com Theodor Adorno,<sup>88</sup> cujas análises vão expressar mudanças teóricas em seu pensamento. Nesta etapa posterior, Horkheimer e Adorno chegaram a considerar que era um equívoco atribuir as causas do nacional-socialismo à estrutura patriarcal da família alemã, uma vez que a autoridade familiar era quase inexistente na época da República de Weimar. Pelo contrário, para estes autores, Hitler foi o resultado de uma sociedade na qual a figura do pai e o princípio de autoridade estavam destruídos:

A família entrou em crise na Alemanha talvez antes que em qualquer outro lugar e a mais tardar quando da época da primeira inflação. Por isso é errôneo atribuir à estrutura patriarcal da família alemã a culpa pelo nacional-socialismo. [...] Mais do que aliar-se à autoridade familiar, o III Reich poderá representar, em termos de psicologia social da família, a substituição, levada ao extremo, de uma autoridade familiar já praticamente inexistente.<sup>89</sup>

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 228.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 236.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 236.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 235, grifos nossos.

<sup>88</sup> Por exemplo, o ensaio Família, em HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W., (Orgs.) **Temas básicos da sociologia**, São Paulo, Cultrix, 1978, p.132-150. A edição original, *Soziologie Excuse. Nach Vortragen und Diskussionen* (Frankfurt am Main, Europäische Verlagsanstalt, 1956), reúne um conjunto de ensaios a partir dos escritos de uma série de conferência e palestras realizadas entre 1953 e 1954.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 145.

Horkheimer e Adorno concluem a análise categoricamente:

a violência da autoridade, por um lado, a necessidade de autoridade, por outro, aparecerão quase como que invocadas pela ausência de autoridade na Alemanha de Weimar. Hitler e a ditadura moderna são, de fato, o produto de uma sociedade em que está destruída a figura do pai.<sup>90</sup>

### 1.2.5. A estrutura de caráter autoritário

Reich procurava contestar o erro das interpretações da época que atribuíam a causa da adesão das massas ao fascismo ao efeito manipulatório da propaganda nacional-socialista ou ao mero embotamento intelectual das massas. Ele procurava demonstrar que o discurso do Führer não podia convencer as massas sem estabelecer necessariamente uma correspondência profunda com determinada estrutura de caráter média existente em amplas camadas da população. E como vimos, encontrou a gestação de uma estrutura de caráter autoritário no espaço da família patriarcal.

Deste modo, pelo lado da propaganda autoritária, Reich demonstra que Hitler e seus propagandistas não tinham completa clareza sobre o funcionamento dos mecanismos que garantiam seu sucesso sobre as massas.<sup>91</sup> Parecia que iam descobrindo intuitivamente determinadas leis da psicologia social, pelo impacto que provocavam determinados discursos nas massas. Reich assinala que os discursos nos comícios nacional-socialistas se baseavam em fortes apelos emocionais, nos quais declamações grandiosas sobre os destinos nacionais substituíam todo tipo de argumentação racional. Por estas razões, Reich afirma que o caráter reacionário do hitlerismo não explica por que as massas foram receptivas a este tipo de propaganda. Para que uma mera provocação emocional, seja mais ou menos sofisticada, teatralizada pelo homenzinho patético que na verdade todo líder fascista é, produzisse tamanho convencimento ideológico nas massas, era necessário revelar a correspondência existente entre o discurso do Führer e a estrutura de caráter autoritário nelas pré-existente. Em outras palavras,

A alienação não é o mesmo que ideologia e dela diferencia-se substancialmente. A alienação que se expressa na primeira forma da consciência é subjetiva, profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psicológico. A ideologia agirá sobre essa base e se servirá de duas

---

<sup>90</sup> Ibidem, p. 145. Retomo este tema central no próximo capítulo sobre o estudo da personalidade autoritária de Adorno nos anos 40 e no capítulo 3 deste trabalho sobre análises da estrutura de personalidade predominante em nossos dias, em termos da denominada subjetividade neoliberal e a diluição da função social da *imago paterna*.

<sup>91</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit, p. 31-32.

características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, *encontra nos indivíduos um suporte* para que se estabeleça subjetivamente.<sup>92</sup>

Reich caracteriza esse suporte subjetivo, no qual encontra correspondência o discurso do nacional-socialismo assim como de todo movimento reacionário, como um indivíduo de classe média e de classe média baixa.<sup>93</sup> A característica básica das estruturas da classe média, segundo Reich, consiste em uma conjugação contraditória entre revolta e submissão, e isto em função da própria posição social da classe média. Por isso afirma Reich que não importam a figura individual e a história pessoal do Hitler, mas sim o fato de que “a origem da classe média baixa nas suas ideias coincidia, nos seus traços essenciais, com as estruturas de massas que avidamente aceitaram essas ideias.”<sup>94</sup> Hitler recorreu ao nacionalismo para organizar uma base de massas para o nacional-socialismo, mas “*Foi a estrutura humana autoritária, que teme a liberdade, que possibilitou o êxito de sua propaganda.*”<sup>95</sup>

Reich evita todo essencialismo em relação ao conceito de classe média quando afirma que não há diferença entre a classe média baixa fascista e a classe média baixa liberal, senão as diferentes fases históricas do capitalismo que viveram: “Não há uma simples relação mecânica entre a situação social e a estrutura do caráter.”<sup>96</sup> A classe média detenta um caráter *ambíguo* uma vez que “*não possuindo os principais meios de produção nem trabalhando neles, não pode ser uma força motriz permanente da história e, por isso, oscila invariavelmente entre o capital e os trabalhadores.*”<sup>97</sup> Revolta e submissão: assim a classe média revela seu papel histórico como base social do fascismo quando, “Na mais grave crise econômica jamais atravessada pelo sistema capitalista (1929-1932), a classe média, representando a causa do nacional-socialismo, tomou o poder político e impediu a reconstrução revolucionária da sociedade.”<sup>98</sup>

É importante destacar então que aqui a análise de Reich está distinguindo dois elementos do fenômeno fascista: por um lado, a propaganda fascista, a ideologia do Führer. Por outro lado, o que garantiu seu sucesso, uma estrutura de caráter autoritária previamente construída em amplos setores sociais, fundamentalmente na classe média, cuja ambiguidade constitutiva (mistura de revolta e submissão) devia ser capturada e dirigida em função de outros interesses

<sup>92</sup> IASI, Mauro, Reflexão sobre o processo de consciência, *In*: \_\_\_\_\_, **Ensaio sobre consciência e emancipação**, 1ª edição, São Paulo, Expressão Popular, 2007, p. 20, grifos nossos. Nestes termos, o *discurso do líder* como categoria político-comunicacional pode ser pensado como uma das formas particulares que adota a ideologia dominante para incidir sobre os indivíduos em determinadas circunstâncias históricas.

<sup>93</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 6, 33, 40 e 42.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 36, grifos nossos.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 39, grifos nossos.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 37-38.

que não os próprios. É assim que a revolta da classe média pôde significar a derrota dos trabalhadores, massa organizada para servir de obstáculo para a revolta social e base de apoio para a chegada ao poder de um projeto reacionário.

A captura dessa estrutura autoritária da classe média pelo fascismo se deveu a que “Hitler apelou para os sentimentos *nacionalistas* das massas, mas decidiu organizar, tal como o marxismo, uma base de massas, desenvolvendo sua própria técnica de propaganda.”<sup>99</sup> E esta estratégia foi consequência do “reconhecimento da força do marxismo organizado e do reconhecimento da *importância das massas para qualquer movimento político*.”<sup>100</sup> Desta maneira, é pelo apoio da classe média que o fascismo se transforma em um movimento de massas, e chega ao poder para cumprir sua função imperialista pelo apoio das massas de classe média.<sup>101</sup> O caráter reacionário do fascismo deve-se a que constitui, em sentido lato, uma reação ao avanço das lutas dos trabalhadores, nas décadas anteriores, em toda Europa. O fascismo busca assim dividir e desorganizar a classe trabalhadora, capturar parte desta como massa de manobra e virá-la contra seus pares trabalhadores, colocando-a a serviço dos interesses do grande capital.

A posição social da classe média está determinada por seu papel no processo de produção, por seu lugar no aparelho do Estado e também por sua situação familiar específica. Reich reconhece todas as diferenças entre os pequenos comerciantes e empresários, os burocratas do Estado e os pequenos agricultores, porém, sua tese consiste em que a *sua situação familiar*, que determina sua predisposição ao autoritarismo, é idêntica entre todos eles.<sup>102</sup>

Em relação aos pequenos empresários, Reich contextualiza o capitalismo daquele momento, cuja fase monopolista significava uma ameaça de aniquilação para todo esse setor, fosse temor de empobrecimento ou diretamente de desaparecimento, temores que a propaganda nacional-socialista soube explorar.<sup>103</sup> Ao mesmo tempo, a própria situação de concorrência entre as empresas pequenas as impedia de construir algum tipo de laço coletivo como os existentes entre os sindicatos de trabalhadores;

o indivíduo da classe média baixa não podia se solidarizar nem com a sua classe social, nem com os trabalhadores da indústria –com a sua classe social porque nela a

---

<sup>99</sup> Ibidem, p. 36, grifos do autor.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 35, grifos do autor.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 39.

competição é a regra; com os trabalhadores da indústria, porque o que mais temia era, exatamente, a proletarização.<sup>104</sup>

Será o movimento fascista que conseguirá organizar coletivamente esta classe média de pequenos empresários, destacando Reich que tanto a crise econômica quanto as pesadas dívidas privadas com países estrangeiros estimulava a revolta da classe média “‘contra o sistema’, que ela entendia ser o ‘regime marxista’ da social-democracia.”<sup>105</sup> Ou seja, a classe média, capturada como força reacionária, não conseguia enxergar a crise profunda do próprio sistema capitalista, mas por efeito de uma propaganda nacional-socialista, atribuía estes males aos governantes “socialistas” inimigos da nação. No caso dos funcionários, públicos ou privados, esta estrutura de caráter é definida por Reich a partir de sua total identificação com o princípio de autoridade. Representante do poder frente aos trabalhadores, porém subordinado à chefia, esse fragmento de autoridade simbólica do funcionário médio lhe permitia, segundo Reich, se identificar com a autoridade, seja com o Estado ou com a empresa, e não se reconhecer como subordinado, revelando a clivagem entre sua situação econômica e sua situação ideológica.<sup>106</sup> De acordo com Reich, no caso dos camponeses, nos quais predominam valores tradicionais, o papel do pai frente à mulher e filhos reproduz o papel do Estado frente à família: isto favorece a identificação com a nação, que é reveladora da isomorfia entre a estrutura autoritária estatal e a estrutura autoritária familiar. Os filhos reproduzem, em relação ao pai, a submissão do pai em relação ao Estado. Deste modo, os estreitos vínculos entre seus membros, derivados das exigências da produção e da sobrevivência econômica, se baseiam em uma moral sexual patriarcal fortemente repressiva.

Assim, segundo a perspectiva que desenvolve Reich, a inibição sexual constitui a pré-condição da existência da família autoritária, na qual se forma a estrutura de caráter do indivíduo de classe média baixa. O recalçamento sexual, reforçado pelo temor religioso, cria um forte sentimento de culpa sexual, enraizado nas emoções desse indivíduo, diferentemente do indivíduo genitalmente satisfeito que, segundo Reich, é “honrado, responsável, corajoso e controlado, [...]”. Tais atitudes são uma parte orgânica de sua personalidade.<sup>107</sup> No indivíduo genitalmente enfraquecido,

A fraqueza sexual tem como consequência uma diminuição da autoconfiança, que em alguns casos é compensada pela brutalização da sexualidade, e, em outros, por uma rigidez do caráter. A compulsão para controlar a própria sexualidade, para manter o

---

<sup>104</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 42-43.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 50.

recalcamento sexual, provoca o desenvolvimento de concepções patológicas e altamente emocionais de honra e dever, coragem e autodomínio.<sup>108</sup>

Por isto o indivíduo de classe média baixa é tão receptivo às ideias reacionárias: para Reich, a escala de valores da ideologia nacional-socialista, “honra pessoal, honra da família, honra da raça, honra nacional”<sup>109</sup> captura com facilidade a estrutura de caráter autoritária. Deste modo, a família autoritária pode ser pensada como a grande fábrica de ideologia reacionária, e por isso mesmo todo discurso reacionário coloca em primeiro lugar a defesa da família como valor supremo.<sup>110</sup>

De acordo com Reich, a honra da nação é o cume do irracionalismo fascista, e seu êxito se encontra em que “As concepções de *pátria* e de *nação* são, no seu *fundo emocional subjetivo*, *concepções de mãe e de família*.”<sup>111</sup> Porém, o discurso fascista só é efetivo, do ponto de vista da psicologia de massas, se apresenta a nação encarnada em um líder, e este líder ganha o reconhecimento das massas se ele “souber como despertar os laços afetivos da família, nos indivíduos das massas”, de maneira que “ele será também uma figura do pai autoritário.”<sup>112</sup>

### 1.2.6. Além da estrutura de caráter do homem médio: as portas da cultura

Segundo Reich, a parte da classe trabalhadora que passou a apoiar o nazismo sofreu a influência de outro tipo de mecanismos, diferentes daqueles que operaram sobre a estrutura de caráter da classe média e média baixa. A impacto psicológico do discurso do Führer não incidia na classe trabalhadora da mesma maneira como o fazia nas classes médias, e Reich atribuiu isso a que “no seu modo de vida diferente do modo de vida da classe média baixa, as forças de afirmação sexual são muito mais pronunciadas e também muito mais conscientes.”<sup>113</sup> Longe da moral sexual repressiva da classe média, a classe operária urbana manifestava atitudes bem mais abertas em relação à sexualidade. Segundo Reich, a sua experiência demonstrava que contribuíam para esta situação as condições precárias de moradia e a proximidade dos corpos nos locais de trabalho, diferentes do isolamento familiar rural e de suas formas tradicionais de produção. Como consequência, na classe trabalhadora não se reproduzia nem generalizava uma

---

<sup>108</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 52, grifos do autor.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 51.

estrutura de caráter autoritário, e esta ausência impedia a identificação imediata dos trabalhadores com o Estado e com a autoridade.

A adesão de parte da classe trabalhadora ao nacional-socialismo, que Reich denomina como “domesticação dos operários industriais”<sup>114</sup>, obedecerá a mecanismos mais distantes da manipulação psicológica do discurso autoritário, chamando a atenção para “a importância dos pequenos hábitos do dia a dia”<sup>115</sup>, por meio dos quais valores conservadores se infiltram na consciência dos trabalhadores.<sup>116</sup> Reich distingue os processos estritamente políticos do campo cultural, e por isso sublinha a necessidade de a classe operária construir uma visão de mundo própria. Desta maneira, está apontando aqui à cultura como novo campo de disputa política, em uma percepção próxima do pensamento de Antonio Gramsci, permitindo ampliar a análise da dominação aos denominados aparelhos privados de hegemonia, tema central do próximo capítulo 2.<sup>117</sup>

Paralelos aos processos de dominação cultural da classe trabalhadora por meio do domínio de hábitos e valores conservadores dissimulados nas pequenas ações do dia a dia, Reich denuncia os processos políticos de captura da subjetividade operária por meio da burocratização do movimento dos trabalhadores. Entretanto, não considera que o verdadeiro problema esteja nas lideranças senão na psicologia conservadora dos trabalhadores, uma vez que “Do ponto de vista da psicologia de massas, a social-democracia apoia-se nas estruturas conservadoras dos seus adeptos.”<sup>118</sup> E isto é analisado como resultado das próprias conquistas do movimento operário, que junto com a melhora relativa das condições de vida dos trabalhadores, levava à adoção de “hábitos da classe média.”<sup>119</sup> Esta melhora das condições materiais vista como uma “assimilação estrutural à classe média”<sup>120</sup> em épocas de expansão econômica, tinha o efeito de bloquear a consciência revolucionária em épocas de crise. Como consequência, o triunfo eleitoral da social-democracia era na verdade expressão da consciência

---

<sup>114</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>116</sup> O exemplo de Reich aponta como erro “o fato de ter se pretendido ir ao encontro das tendências conservadoras dos trabalhadores, por exemplo, organizando festas para conseguir uma ‘aproximação’ das massas. O fascismo reacionário sabia ser muito mais eficiente. Não se alimenta a construção de hábitos de vida revolucionários. O ‘vestido longo’ que a mulher do trabalhador adquiria para ir à tal ‘festa’ é muito mais revelador da estrutura reacionária dos trabalhadores do que uma centena de artigos de jornal”, (Ibidem, p. 63).

<sup>117</sup> A diferença entre a perspectiva freudomarxista e categorias como aparelhos privados de hegemonia reside em que o freudomarxismo pensou os aparelhos culturais com categorias da psicanálise. Assim, a função destes aparelhos era produzir a *identificação* das massas com a ideologia dominante. (ROUANET, Sergio Paulo, **A razão cativa**. op. cit., p. 120).

<sup>118</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 65.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 66.

conservadora dos trabalhadores. Desta maneira, Reich considera correto o diagnóstico comunista de que a social-democracia tinha sido funcional à chegada do fascismo. Por isso, conclui que “A desilusão com a social-democracia, aliada à contradição entre miséria econômica e uma maneira de pensar conservadora, leva ao fascismo, se não houver organizações revolucionárias”.<sup>121</sup>

### 1.2.7. Fragilidades e acertos do freudomarxismo reichiano

Não é difícil questionar retrospectivamente alguns dos pressupostos teóricos das análises desenvolvidas por Reich em *Psicologia de massas do fascismo*, sobretudo se consideramos décadas de profundas transformações sociais de toda ordem, econômicas, políticas, culturais, acontecidas entre sua obra e nosso presente. Tanto a centralidade outorgada à repressão sexual como fundamento último do êxito da ideologização fascista do indivíduo, assim como a estrutura da família patriarcal, se encontram longe das novas condições de formação da subjetividade contemporânea. Porém, isso não significa descartar as questões levantadas pelo seu pensamento, que formulou problemas que ainda hoje servem para orientar a reflexão e a pesquisa sobre as relações entre ordem social, dominação ideológica e a estrutura psíquica dos indivíduos. Muito tem sido escrito sobre o declínio da imago paterna, cuja crise logo foi percebida, como vimos, por Max Horkheimer, em textos dos anos ‘30 e desenvolvida em novas condições históricas por Herbert Marcuse, quem escreveu, em 1963, que

O modelo psicanalítico clássico, segundo o qual o pai e a família eram o agente da socialização psíquica, perde seu valor uma vez que a sociedade dirige diretamente, através dos *mass media*, dos agrupamentos escolares e esportivos, dos bandos de jovens, etc., o ego que está se constituindo.<sup>122</sup>

Contudo, a percepção reichiana da importância da família e dos primeiros anos de vida do indivíduo, derivada certamente do pensamento freudiano, agora vista como objeto de investigação do pensamento crítico pelo seu papel na imbricação do psíquico com a dominação política e seu papel na reprodução ideológica da sociedade, conserva sua relevância quando de fato a família se mantém como objeto de intensa disputa político-ideológica por parte de toda força reacionária.

---

<sup>121</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>122</sup> Cf. MARCUSE, Herbert, A obsolescência da psicanálise, *In*: \_\_\_\_\_, **Cultura e sociedade**. Vol. 2, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, p. 94.



É necessário lembrar que foi o intenso trabalho clínico realizado por Reich em Viena, entre 1922 e 1930, atendendo pacientes da classe trabalhadora fundamentalmente, que foi a base de suas reflexões teóricas.<sup>123</sup> Concentrado na análise da neurose, foi a experiência de lidar com sofrimentos neuróticos recorrentemente ligados a problemas sexuais que levaram Reich a interrogar-se pela incidência da moral antisssexual nas patologias da época. Por outro lado, a crítica que aponta uma hipervalorização da repressão da sexualidade, cuja repressão no ambiente da família patriarcal dá origem à personalidade submissa/sádica proclive à identificação com o discurso do Führer, na verdade revela o esforço de Reich por revelar os fundamentos *sociais* da estrutura de caráter autoritário, inclusive conforme a diferentes situações de classe social. Reich foi além de Freud no sentido de tentar *historizar* categorias da teoria psicanalítica, procurando revelar, no processo de formação da estrutura psíquica dos indivíduos, a internalização da ideologia, fundamento da obediência à ordem político-autoritária e a correspondente aceitação da exploração econômica. Entretanto, nesse esforço analítico, a crítica apontou que Reich cometeu um revisionismo teórico que o levou a erros conceituais graves<sup>124</sup>, tanto em relação à psicanálise quanto ao marxismo. Por exemplo, a principal confusão

consiste em assimilar o processo de *recalcamento*, que funciona a nível psíquico, à *repressão* ideológica e política: como para Freud o recalcamento diz respeito à sexualidade e incide sobre os objetos sexuais, torna-se fácil denunciar a repressão política e ideológica da sexualidade, e ainda mais fácil ver na sexualidade, em detrimento dos outros meios de libertação econômica e política, a única base da sublevação mundial.<sup>125</sup>

Isto significa que os problemas da perspectiva freudomarxista não se limitam à óbvia constatação da mudança das condições históricas. O problema reside na viabilidade de uma articulação consistente entre marxismo e freudismo.

Rouanet afirma que Reich acabou falsificando Marx, porque teria hiperdimensionado o papel da ideologia, atribuindo-lhe “um papel central na formação e deformação da consciência, deixando de levar em conta que, em boa teoria, *é o conjunto da formação social, em todas suas instâncias*, que estrutura a consciência.”<sup>126</sup> E teria falsificado Freud, porque

ao conferir ao represamento da libido o poder de gerar as ilusões da consciência, com o corolário de que essas ilusões se dissipariam com a ausência da repressão sexual, não considera que é a libido, precisamente, que se infiltrando nos processos

<sup>123</sup> ALBERTINI, Paulo, Wilhelm Reich: percurso histórico e inserção do pensamento no Brasil, op. cit., p. 163-164.

<sup>124</sup> Cf. BRUNO, Pierre; CLÉMENT, Catherine B.; SÈVE, Lucien, **Para uma crítica marxista da teoria psicanalítica**, Lisboa, Estampa, 1975, p. 104-108.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 105, grifos do autor.

<sup>126</sup> ROUANET, Sergio Paulo, **A razão cativa**, op. cit., p. 121, grifos nossos.

secundários, sede da percepção e do pensamento, sabota a objetividade da consciência, e que esta só pode ser assegurada pela colocação entre parêntesis do princípio do prazer, a serviço do princípio da realidade.<sup>127</sup>

Deste modo, a tese reichiana da repressão sexual como causa da ideologização do indivíduo é, no mínimo, problemática conceitualmente também, não só porque desconsidera a intervenção de outras instâncias na formação da consciência, mas porque uma suposta liberação das energias psíquicas dos mecanismos de repressivos não garantem *per se* a passagem de uma falsa consciência para uma consciência crítica, solução que próprio Reich chegou a afirmar:

O problema prático da psicologia de massas é, portanto, a ativação da maioria passiva da população, que contribui sempre para a vitória da reação política, e a eliminação das inibições que impedem o desenvolvimento do desejo de liberdade, proveniente da situação econômica e social. A energia psíquica das massas [...] não poderia ser de novo reprimida se conseguisse libertar-se das suas cadeias e seguir aos caminhos que conduzem aos objetivos racionais do movimento pela liberdade.<sup>128</sup>

Rouanet a considera, por um lado, uma perspectiva simplificadora, porque apelando a uma causalidade linear, desconsidera “a dialética das mediações pulsionais, que não se deixam petrificar em invariantes rígidos”<sup>129</sup> e, por outro, irracionalista, porque “desloca para o Id, implicitamente, a fonte da verdade psíquica.”<sup>130</sup> Ao mesmo tempo, a solução reichiana enfrenta o problema de que a estrutura de caráter autoritário, constituída pela repressão sexual exercida no ambiente da família patriarcal desde a primeira infância, termina se transformando em um “destino cognitivo”<sup>131</sup> porque bloqueia todo tipo de percepção alternativa (crítica) da realidade:

Não se trata, aqui, de uma consciência falsificada pela apropriação de falsos conteúdos, e sim pela intervenção de defesas que suprimem ou dissimulam a percepção [e] impõem falsas conexões ao trabalho do pensamento, e reprimem o vetor cognitivo do imaginário.<sup>132</sup>

Como consequência, elimina-se o papel da razão crítica, inviabiliza-se a luta política pela emancipação, e portanto, as massas parecem condenadas a desejar sua opressão.

A importância desta obra de Reich quiçá resida mais nos problemas que apontou do que na explicação unicausal do papel da repressão sexual que ofereceu. Reich foi o primeiro em apontar que se a adesão das massas ao fascismo não era mero efeito da manipulação pela propaganda autoritária, o fenômeno da servidão voluntária também devia ser investigado no campo do psiquismo através do processo de estruturação do caráter dos indivíduos. Neste sentido, a *Psicologia de massas do fascismo* de Reich parte claramente das elaborações

<sup>127</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>128</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 30.

<sup>129</sup> ROUANET, Sergio Paulo, **A razão cativa**, op. cit., p. 121.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 248.

freudianas de *Psicologia das massas e análise do eu*. A análise freudiana de que as massas se mantêm coesas pela existência de laços libidinais entre seus membros e não por medidas coercitivas; de que esses laços libidinais de meta sexual inibida entre os indivíduos da massa são resultado de um elemento em comum que resulta da colocação do líder no lugar do Ideal de Eu de cada membro da massa; e de que a identificação com o líder recupera o papel do pai repressor do complexo de Édipo, --todos estes elementos se encontram na base das análises reichianas. Porém, Reich desenvolveu sua própria perspectiva, procurando revelar as raízes sociais do complexo de Édipo quando situa a repressão sexual que sofre a criança como produto da família patriarcal, fábrica de ideologia autoritária, origem de estruturas de caráter proclives à submissão ao líder fascista, que reveste a figura do pai autoritário. Ainda considerando as críticas às análises reichianas, este autor iniciou todo um novo campo de reflexão, a psicologia política, procurando revelar a junção do fator objetivo com o fator subjetivo da história. Por isso, a tese de que uma estrutura de caráter autoritário devia preexistir nos indivíduos para que o discurso do Führer tivesse êxito na mobilização deles enquanto massas fascistas é central a este trabalho. Não haveria processo de fascistização sem o aumento da propaganda autoritária, porém este discurso do líder não teria impactos significativos se não encontrasse em parte da sociedade, uma correspondência com indivíduos com estruturas de caráter autoritário.

Em segundo lugar, Reich identifica a estrutura de caráter autoritário com uma classe social específica: fundamentalmente a classe média e sobretudo a classe média baixa. Reich é taxativo quando define o fascismo como “a expressão politicamente organizada da estrutura de caráter do homem médio.”<sup>133</sup> A massa fascista não está atrelada a raças, nações ou partidos. Reich a descreve como “geral, internacional”. Isto é, o que hoje chamaríamos de subjetividade fascista, que para Reich é “a atitude emocional básica do homem oprimido da civilização autoritária da máquina, com sua maneira mística e mecanicista de encarar a vida.”<sup>134</sup> Como “a mentalidade fascista é a mentalidade do zé-ninguém, que é subjugado, sedento de autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado”<sup>135</sup>, o movimento fascista é “uma amálgama de sentimentos de revolta e ideias sociais reacionárias.”<sup>136</sup> A base social do fascismo é fundamentalmente a classe média, porque, amálgama de submissão e revolta que alimenta o ressentimento, a classe média expressa sempre, na sua falsa rebelião, um gesto reacionário. Por este motivo Reich afirma que não foi o fascismo que criou a teoria da raça para justificar o imperialismo, mas que, pelo

---

<sup>133</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. XVII.

<sup>134</sup> Ibidem, p. XVI.

<sup>135</sup> Ibidem, p. XIX.

<sup>136</sup> Ibidem, p. XVIII.

contrário, o fascismo foi o produto politicamente organizado do ódio racial.<sup>137</sup> Como conclusão, para Reich, o fascismo é “o somatório de todas as reações *irracionais* do caráter do homem médio.”<sup>138</sup>

Reich ainda vai colocar outra questão a nosso juízo fundamental, que é relativa a como, em cada época, “cada ordem social cria nas massas que a compõem as estruturas [psíquicas] de que ela necessita para atingir seus objetivos fundamentais.”<sup>139</sup> Em outras palavras, Reich está se referindo a como as formas da subjetividade de cada época estão relacionadas com as exigências da ordem econômica, ou, em outras palavras, como determinado estágio do capitalismo irá desenvolver processos de subjetivação acordes às necessidades do processo de acumulação. Assim entendida, a estrutura de caráter autoritário do homem de classe média e classe média baixa que investigou Reich (moldada pelas instituições sociais da ordem burguesa, como a família e a igreja), será organizada reaccionariamente (como massa) e explorada (politicamente) pelo movimento fascista, em função dos interesses da ordem social do capital em crise, segundo as determinações históricas desse período.

Finalmente, a última grande questão que coloca a reflexão de Reich refere-se à percepção do que ele chamou de “domesticação” da classe trabalhadora por parte do movimento fascista, que teria ocorrido por meio de outros canais diferentemente aos da classe média. Se a família patriarcal e o ambiente de forte repressão sexual da classe média não se aplicavam à classe trabalhadora, Reich aponta que para conseguir a adesão desta ao movimento fascista entraram em jogo outras instituições, que Antonio Gramsci denominava, quase que contemporaneamente, de aparelhos privados de hegemonia, utilizando o campo cultural antes do que o psíquico para garantir a dominação ideológica.

---

<sup>137</sup> Ibidem, p. XIX.

<sup>138</sup> Ibidem, p. XVIII.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 21.

## 1.3

### **Autoritarismo latente e seus agitadores: a luta pelas mais obscuras pulsões**

#### **1.3.1. A psicologia social como mediação**

No Prefácio de 1942 a *Psicologia de massas do fascismo*, Wilhelm Reich conta que a obra foi pensada nos anos da crise na Alemanha, entre 1930 e 1933, mas que teve que ser publicada na Dinamarca, em setembro de 1933, para onde tinha emigrado por causa da perseguição nazista<sup>1</sup>. Nesse mesmo ano, Theodor Adorno se refugiava na Inglaterra e em 1938 se mudava para os Estados Unidos, a convite de Max Horkheimer. É neste país que Adorno, entre outras atividades acadêmicas e científicas, irá coordenar uma equipe de pesquisadores e produzir um estudo original e importantíssimo sobre o fascismo latente em sociedades democráticas como a estadunidense daquele momento: *A personalidade autoritária*, publicado em 1950<sup>2</sup>.

Os estudos de Adorno sobre o fascismo parecem por vezes ter pontos em comum com as perspectivas de Reich, porém as divergências são numerosas, e profundas. Por um lado, ambos os autores tiveram em comum a questão do autoritarismo no centro de suas pesquisas, e também tentaram entender o apoio das massas ao fascismo a partir da articulação entre a dimensão social (econômica, ideológica) e subjetiva (psíquica) do indivíduo. Reich afirmou

---

<sup>1</sup> REICH, Wilhelm, Prefácio à 3ª. Edição em língua inglesa, corrigida e aumentada, *In: \_\_\_\_\_, Psicologia de massas do fascismo*, op. cit., p. XXII.

<sup>2</sup> ADORNO, Theodor W.; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel J.; SANFORD, R. Nevitt, **The Authoritarian Personality**, New York, Harper & Brothers, Copyright American Jewish Committee, 1950. Disponível em < <https://archive.org/details/THEAUTHORITARIANPERSONALITY.Adorno/page/n5/mode/2up> >, acesso em: 15 jul. 19. No Brasil: ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, Organizado por Virginia Helena Ferreira da Costa, Trad. Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo, São Paulo, Editora Unesp, 2019.

que “o fascismo é um fenômeno *internacional* que permeia todos os corpos da sociedade humana de *todas* as nações” pois “não existe um único indivíduo que não seja portador, na sua estrutura, de elementos do pensamento e do sentimento fascistas.”<sup>3</sup> Com esta afirmação, Reich buscava afastar um erro, comum à época, que o fascismo fosse uma característica nacional, específica de alemães ou japoneses. Contrariamente à visão essencialista, o estudo da estrutura de caráter autoritário do homem médio era para Reich a maneira de explicar o fascismo como uma subjetividade produto da “civilização autoritária da máquina.”<sup>4</sup> De modo semelhante, nas referências teóricas do estudo sobre a personalidade autoritária, Adorno afirmou que

A concepção de estrutura de personalidade é a melhor salvaguarda contra a inclinação a atribuir as tendências persistentes no indivíduo a algo ‘inato’ ou ‘básico’ ou ‘racial’ dentro dele. A alegação nazista de que traços naturais, biológicos, definem o ser total de uma pessoa não teria sido um dispositivo político tão exitoso se não tivesse sido possível apontar para numerosas instâncias de relativa fixidez no comportamento humano<sup>5</sup>

Para o estudo da estrutura de caráter autoritário (Reich) ou da personalidade autoritária (Adorno), ambos autores recorreram à teoria freudiana. Porém, aqui as semelhanças acabam, uma vez que estes autores desenvolveram interpretações divergentes sobre a psicanálise. Por exemplo, Adorno afirma que “As maiores influências sobre o desenvolvimento da personalidade surgem no decurso da formação da criança, como levada a cabo na configuração da vida familiar. O que ocorre aqui é profundamente influenciado por fatores econômicos e sociais”.<sup>6</sup> Esta afirmação parece ser muito semelhante às análises do Reich, que escreveu: “as inibições e fraquezas sexuais, que se constituem nos pré-requisitos fundamentais para a existência da família autoritária e são o princípio essencial da formação estrutural do indivíduo de classe média baixa, são mantidas por meio do temor religioso”.<sup>7</sup> Contudo, Adorno continua esclarecendo que “Não se trata apenas de como cada família, ao tentar criar suas crianças, procede de acordo com os comportamentos dos grupos sociais, étnicos e religiosos aos quais ela se associa, *mas de fatores econômicos brutos afetando diretamente o comportamento dos pais em relação à criança.*”<sup>8</sup> Adorno rejeitará toda análise que busque explicar inclinações políticas segundo experiências neurotizantes na infância, evitando o erro de psicologizar o social. Por outro lado, diferentemente de Reich, Adorno não se interessou pela clínica

<sup>3</sup> REICH, Wilhelm, Prefácio à 3ª. Edição em língua inglesa, corrigida e aumentada, *In*: \_\_\_\_\_, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. XVIII, grifos do autor.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. XVII.

<sup>5</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 81.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>7</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit. p. 50.

<sup>8</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 80, grifos nossos.

psicanalítica, concentrando a sua leitura de Freud na denominada metapsicologia.<sup>9</sup> Desta maneira, mesmo havendo reconhecido a influência dos estudos de Reich (e de outros autores, como Erich Fromm, Erick H. Erickson, Arthur H. Maslow, e George B. Chisholm)<sup>10</sup>, Adorno não se interessará pela perspectiva reichiana<sup>11</sup>, uma vez que este autor desenvolverá em *A personalidade autoritária* uma metodologia científica original baseada em uma psicologia social de orientação psicanalítica, que organizará conceitualmente uma monumental pesquisa empírica sobre a dimensão subjetiva da ideologia, obra plenamente relevante até nosso presente.

### 1.3.2 De Frankfurt a Berkeley: conceituando a mentalidade autoritária

No seu exílio nos Estados Unidos, Adorno se integrou ao Princeton Radio Research Project, convidado por Max Horkheimer, que nesse momento dirigia o Instituto de Pesquisa Social em Nova York graças a sua conexão com a Universidade de Columbia. Chamado por Adorno de “projeto radiofônico”, este projeto, dirigido pelo sociólogo Paul Lazarfeld, permitiu-lhe retomar suas pesquisas sobre sociologia da música.<sup>12</sup> O confronto com as práticas científicas e as concepções de ciência social predominantes nos Estados Unidos, levaram Adorno a questionar uma ciência reduzida à coleta de dados, orientada por um forte sentido prático, distante em tudo da investigação social teórica e crítica tal como pensada no Instituto de Frankfurt.<sup>13</sup> Confrontado com a primazia a métodos quantitativos em um ambiente com certa desconfiança com a teoria social, Adorno contrapõe o conceito europeu de metodologia (como crítica do conhecimento) à concepção norte-americana (como conjunto de técnicas práticas de investigação).<sup>14</sup> Esta discussão terá seu impacto na construção da metodologia de *A personalidade autoritária*, no desenvolvimento dos instrumentos e técnicas de coleta de dados e nas relação entre as dimensões quantitativa e qualitativa da pesquisa.

---

<sup>9</sup> Metapsicologia é o termo criado por Freud “para qualificar o conjunto de sua concepção teórica e distingui-la da psicologia clássica. A abordagem metapsicológica consiste na elaboração de modelos teóricos que não estão diretamente ligados a uma experiência prática ou a uma observação clínica; ela se define pela consideração simultânea dos pontos de vista dinâmico, tóxico e econômico” do aparelho psíquico e suas instâncias. (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, Rio de Janeiro, Zahar, 1998, p. 511-513).

<sup>10</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 140.

<sup>11</sup> SAFATLE, Vladimir. Freud em Frankfurt: a função da psicanálise no pensamento de Theodor Adorno, *In*: KUPERMANN, Daniel (Org.), **Por que Freud hoje?**, 1ª ed., São Paulo, Zagodoni, 2017, p. 66.

<sup>12</sup> ADORNO, Theodor, Experiências científicas nos Estados Unidos, *In*: \_\_\_\_\_, **Palavras e sinais**. Modelos críticos 2, Trad. Maria Helena Ruschel, Petrópolis, RJ, Vozes, 1995, p. 139-141. Refere-se aos artigos A situação social da música (1932), Sobre o jazz (1936), Sobre o caráter fetichista da música e a regressão da audição (1938), que continuaria com Fragmentos sobre Wagner (1939) e Sobre a música popular (1940-1941).

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 142-152.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 143.

Adorno tentou combinar suas atividades formulando nos textos teóricos para o Instituto as experiências que queria utilizar no projeto radiofônico, buscando conciliar análises sociológicas, técnico-musicais e estéticas. Porém, tomou consciência de que o projeto, na realidade, consistia em “coleta de dados, dos passos da planificação no campo dos meios de comunicação de massas, em benefício, quer da indústria imediatamente, quer dos assessores culturais e agremiações semelhantes.”<sup>15</sup> Sem espaço para pesquisa social crítica, Adorno decide estudar “o outro lado”, as reações dos ouvintes, e realiza neste contexto uma série de entrevistas informais. Porém, metodologicamente se opõe a estudar reações sem relacioná-las com os estímulos, quer dizer, com a objetividade da indústria cultural que provoca essas reações subjetivas.<sup>16</sup> No contexto deste *Music Study*, considera a reação do ouvinte algo mediato e derivado, diferentemente do modelo positivista de investigação social predominante naquele momento nos Estados Unidos, que tomava as reações dos indivíduos como a primeira fonte do conhecimento sociológico. Assim, Adorno questiona

Até que ponto tais reações subjetivas dos indivíduos são, na realidade, tão espontâneas e imediatas como dão a entender os sujeitos; até que ponto, por trás daquelas, escondem-se não só os mecanismos de propaganda e a força de sugestão do aparato, senão também das conotações objetivas dos meios e, por fim, as estruturas sociais mais amplas, até chegar à sociedade como um todo.<sup>17</sup>

Por conseguinte, se para Adorno não poderia haver análise das reações (do público ouvinte) sem estudo dos estímulos, as reações dos indivíduos (estudo do subjetivo) exigem considerar as condições prévias dessas reações (dimensão objetiva), que, relendo a citação acima, incluem progressivamente: 1. os mecanismos de propaganda, 2. as condições objetivas da mídia e a mensagem que veiculam, 3. as estruturas sociais e por fim, 4. a totalidade social. Entretanto, a questão agora passa a ser o que Adorno chama o problema da *mediação*, isto é, como as reações do público (no caso, em relação à música, no contexto da pesquisa de Princeton sobre o rádio) se encontram condicionadas pelo clima cultural e pelas estruturas sociais. Sobretudo porque a pesquisa rigorosamente empírica que Adorno critica<sup>18</sup>, e também a chamada “análise motivacional”, que tenta incluir as condições prévias às reações subjetivas dos indivíduos, só conseguem identificar algumas influências particulares “extraídas mais ou menos arbitrariamente da totalidade daquilo que não opera sobre os homens unicamente desde

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 143-144.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>18</sup> “concedamos também que a sociologia está mais bem fundada quando começa pela averiguação desses dados. No obstante, está-se muito longe de ter demonstrado que se pode progredir efetivamente desde as opiniões e os modos de reação das pessoas individuais até a estrutura da sociedade e a essência do social.” (Ibidem, p. 146).



o exterior, mas que também se encontra há tempo *interiorizado* neles.”<sup>19</sup> E assim conclui este autor que os estudos de sociologia dos meios de comunicação de massa não podem ser realizados sem considerar o que na filosofia alemã designa-se como *coisificação*: fenômenos como standardização, mercantilização das obras artísticas e pseudoindividualização, produzem uma *consciência coisificada*, “quase incapaz de experiência espontânea, mas em si mesma manipulável.”<sup>20</sup>

Estas reflexões, articuladas no conceito de “indústria cultural”, serão desenvolvidas em *Dialética do Esclarecimento* (1944)<sup>21</sup> e obras posteriores, nas quais o império da indústria cultural implica “A constituição de uma realidade [que] encontra-se enraizada numa exploração planejada do aparelho pulsional dos indivíduos, de modo que o que se oferece ao público veicula a forte impressão de ser desejado, demandado pelo mesmo.”<sup>22</sup> Assim, o problema da mediação não podia ignorar a dimensão psicológica: para Adorno, “a psicologia social constituía uma mediação subjetiva do sistema social objetivo”<sup>23</sup>, especificamente, uma psicologia social em conexão com a teoria psicanalítica de Sigmund Freud.

Terminado o *Music Study* do projeto de pesquisa radiofônico de Princeton, Adorno se trasladou a California, e entre 1941 e 1944, se dedicou a escrever, junto com Max Horkheimer, a obra *Dialética do Esclarecimento*. Durante sua estadia em Nova York, Horkheimer tinha iniciado um projeto sobre antissemitismo, que resultaria em um texto escrito conjuntamente com Adorno, *Elementos do antissemitismo*, acrescentado à segunda edição de *Dialética do Esclarecimento* em 1947. Este estudo foi o que determinou a participação de Adorno no projeto da pesquisa sobre a personalidade autoritária.

Em 1945, Horkheimer assume a direção do departamento de pesquisas do American Jewish Committee de Nova York, obtendo recursos para uma série de pesquisas agrupadas em um grande projeto, os *Estudos sobre o preconceito*.<sup>24</sup> Horkheimer tinha contato com uma

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 147, grifos nossos.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 147-148.

<sup>21</sup> ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos, Trad. Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

<sup>22</sup> DUARTE, Rodrigo. Notas sobre modernidade e sujeito na Dialética do esclarecimento, In: \_\_\_\_\_, **Adornos: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano**, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1997, p. 57.

<sup>23</sup> ADORNO, Theodor, Experiências científicas nos Estados Unidos, op. cit., p. 161.

<sup>24</sup> HORKHEIMER, Max; FLOWERMAN, Samuel H. (Eds.) **Studies in Prejudice**, New York, Harper & Brothers, 1949-1950. Disponível em < <http://www.ajcarchives.org/main.php?GroupingId=1380> > Acesso em: 15 jul 19. Esta obra consiste em uma série de estudos, entre os quais se encontra A Personalidade Autoritária. Os cinco volumes publicados em 1950 são: The Authoritarian Personality, Studies in Prejudice Series, Volume 1; Dynamics of Prejudice, Studies in Prejudice Series, Volume 2; Anti-Semitism and Emotional Disorder, Studies in Prejudice Series, Volume 3; Rehearsal for Destruction, Studies in Prejudice Series, Volume 4; and Prophets of Deceit, Studies in Prejudice Series, Volume 5.

equipe de pesquisadores da Universidade de California em Berkeley, psicólogos clínicos e sociais, que realizariam junto com Adorno a pesquisa sobre a personalidade autoritária: Nevitt Sanford, Else Frenkel-Brunswik e Daniel Levinson, do *Berkeley Public Opinion Study Group*.<sup>25</sup>

Dirigida por Adorno e Sanford, a pesquisa não tinha por objetivo estudar o fascismo de Estado, os regimes nacional-socialista de Hitler ou o fascista de Mussolini, ou a ideologia nacionalista e militarista de extrema direita; o objetivo era estudar a *mentalidade autoritária* presente em sociedades com regimes democráticos.<sup>26</sup> O forte antissemitismo então existente nos Estados Unidos levantou a questão de se seria possível acontecer um fenômeno semelhante ao nazismo em um país democrático como esse. Assim, iniciando os estudos sobre preconceito antissemita, o reconhecimento de que o indivíduo com predisposição antissemita tinha também predisposição a discriminar outros grupos étnicos, foi transformando a pesquisa em um estudo sobre o preconceito em geral, levando a que um dos pressupostos mais importantes do estudo afirmasse que

o *objeto* (os judeus, os negros, os homossexuais, etc.) de representações preconceituosas é *interpermutável*, porque ele cumpre uma função psicológica na economia psíquica do sujeito preconceituoso, de modo que as características do objeto do preconceito importam menos do que as características do sujeito preconceituoso.<sup>27</sup>

O conjunto de traços característicos do indivíduo preconceituoso foi pensado como uma síndrome, a síndrome autoritária. Estes traços característicos não são inatos, mas adquiridos no processo de socialização, e podem constituir uma estrutura de personalidade determinada, a personalidade autoritária. Assim,

Na tarefa de procurar a presença de opiniões, atitudes e valores autoritários em plena democracia, os autores não encontraram muitos casos de pessoas abertamente antidemocráticas, mas identificaram traços de potenciais fascistas em indivíduos que seriam suscetíveis à propaganda ideológica autoritária. Foi considerado que o apoio a tais ideologias poderia passar de um estado latente ou velado e muitas vezes não consciente para uma defesa aberta e ações violentas contra minorias em momentos específicos de crise social. Para tanto, os autores tentaram encontrar quais seriam as gratificações na economia emocional e pulsional subjetivas envolvidas na identificação com ideologias autoritárias.<sup>28</sup>

Com o objetivo de identificar e estudar esta estrutura de personalidade autoritária latente, foram entrevistados, entre 1944 e 1947, 2099 participantes, divididos em 21 grupos, na

---

<sup>25</sup> ADORNO, Theodor, Experiências científicas nos Estados Unidos, op. cit., p. 159.

<sup>26</sup> CARONE, Iray, A personalidade autoritária. Estudos frankfurtianos sobre o fascismo, *In: Revista Sociologia em Rede*, Vol. 2, nº 2, 2012, Publicação eletrônica do Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (GPDS) da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), p. 14.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 15, grifos do autor.

<sup>28</sup> COSTA, Virginia Helena Ferreira da, Apresentação à edição brasileira, *In: ADORNO, Theodor, Estudos sobre a personalidade autoritária*, op. cit., p. 21.

sua maioria residentes das áreas de San Francisco e Los Angeles, não tendo representatividade estatística da população norte-americana.<sup>29</sup>

Segundo Adorno, a hipótese maior do trabalho foi considerar que as convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo constituem um padrão que é resultado de tendências profundas de sua personalidade.<sup>30</sup> Com um primeiro foco no antissemitismo, a pesquisa dirigiu-se para os fatores subjetivos do indivíduo e a sua situação social total. Compreender opiniões e atitudes antissemitas em um indivíduo levava à questão do porquê alguns indivíduos adotam essas ideias e outros as rejeitam. Partiu-se então de duas suposições: a primeira, que o antissemitismo não era um fenômeno particular, mas fazia parte de um quadro ideológico maior, e a segunda, que a suscetibilidade de um indivíduo a essa ideologia dependia de suas *necessidades psicológicas*.<sup>31</sup> Estas suposições colocavam, por sua vez, a questão da relação entre personalidade e ideologia. E exigiam, portanto, explicitar uma determinada concepção de personalidade assim como de ideologia. Utilizando uma concepção geral de ideologia como a organização de opiniões, atitudes e valores em um modo de pensar o ser humano e a sociedade, produto de processos históricos e eventos contemporâneos, a questão que se colocava era a de entender a relação entre a ideologia e as necessidades subjacentes na pessoa.<sup>32</sup>

Tornava-se central para a pesquisa desenvolver instrumentos para aceder às tendências mais profundas da personalidade de um indivíduo, pois é nelas que se poderia encontrar o potencial para o pensamento e a ação democráticos ou antidemocráticos. Se em determinadas circunstâncias históricas de crise houvesse um aumento da propaganda antidemocrática, era previsível esperar que alguns indivíduos aprovassem e repetissem esse tipo de propaganda, enquanto outros a rejeitariam. Neste sentido,

os indivíduos variam em sua *suscetibilidade* à propaganda antidemocrática, em sua prontidão em exibir tendências antidemocráticas. Parece necessário estudar a ideologia nesse “nível de prontidão” a fim de estimar o potencial para o fascismo neste país.<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> Amostra integrada por “adultos de 20 a 35 anos, nativos dos Estados Unidos, não pertencentes a minorias étnicas, não participantes de partidos e milícias políticas, com escolaridade suficiente (12 anos de estudo) para responderem aos questionários escritos, da classe socioeconômica média, participantes de grupos tais como associações de trabalho, ocupação e recreação, sem conotação política”, e incluindo de maneira diferenciada “110 homens da prisão de San Quentin e 121 pacientes psiquiátricos da clínica da Universidade de Califórnia.” (CARONE, Iray, *A personalidade autoritária. Estudos frankfurtianos sobre o fascismo*, op. cit., p. 17. Ver também ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 111-112).

<sup>30</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 71.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 74-75.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 77, grifos do autor.

Estudar o grau de receptividade ideológica de um indivíduo a um discurso autoritário implica uma questão de *potencialidade*, pois nem todo indivíduo submetido a esse tipo de propaganda colocará em prática ideias antidemocráticas. Assim sendo, todas as possibilidades (o que um indivíduo diz em público, ou em um ambiente privado, familiar, o que ele pode pensar e nunca expor, o que ele pode pensar e nunca admitir para si mesmo, o que ele é capaz de fazer se submetido a diferentes estímulos ideológicos) podem constituir um tipo de personalidade, pensada como uma estrutura singular: “A estrutura pode não estar integrada, ela pode conter contradições tanto quanto consistências, mas ela está *organizada* no sentido de que as partes constituintes estão relacionadas de forma psicologicamente significativa.”<sup>34</sup> Segundo a noção de personalidade adotada na pesquisa, Adorno afirma que

a personalidade é uma organização de forças mais ou menos duradoura no interior de indivíduo. Essas forças persistentes da personalidade ajudam a determinar a resposta em várias situações e, portanto, é em grande medida a elas que se deve atribuir a consistência do comportamento – seja verbal ou físico.<sup>35</sup>

Segundo Adorno é importante que a personalidade não é a resposta do indivíduo, ela se encontra *detrás* do seu comportamento; as forças da personalidade são as que definem aquela *prontidão* para a reação ao estímulo ideológico.<sup>36</sup> As forças da personalidade se encontram em um nível profundo, diferentemente dos aspectos observáveis da personalidade que se revelam em comportamentos explícitos. Para estudar estes últimos, a equipe recorreu à psicologia acadêmica; para abordar aquelas forças profundas que se encontram inibidas, Adorno e os pesquisadores recorreram à teoria da estrutura da personalidade de Freud.<sup>37</sup> Assim,

As forças da personalidade são primeiramente necessidades (pulsões, desejos, impulsos emocionais) que variam de um indivíduo para outro em sua qualidade, intensidade, modo de gratificação e objetos de sua fixação e que interagem com outras necessidades em padrões harmônicos ou conflitivos. Há necessidades emocionais primitivas, há necessidades de se evitar a punição e conservar a boa vontade do grupo social, há necessidades de se manter a harmonia e a integração dentro de si.<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 78, grifos do autor.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>36</sup> Neste sentido, é muito pertinente a nota sobre a tradução desta obra: a expressão utilizada no original, “*readiness to be provoked into action*” (a “prontidão a ser levado à ação”), significa que os participantes da amostra não são concebidos como os autores das ideologias autoritárias, mas se encontram adaptados a um “clima cultural geral” autoritário no interior de uma democracia (COSTA, Virginia Helena Ferreira da, Apresentação à edição brasileira, op. cit., p. 26), em função do qual desenvolvem diferentes respostas segundo sua predisposição à aceitação de tais ideologias.

<sup>37</sup> Além do excelente clima de cooperação com os membros da equipe de Berkeley, Adorno destaca que a base desse grupo de trabalho foi a orientação freudiana que todos compartilhavam. Os quatro membros concordavam em não tratar a psicanálise como um dogma nem a descaracterizar como os revisionistas. O caráter sociológico da pesquisa evitava todo psicologismo: “A aceitação dos momentos objetivos, aqui sobretudo o clima cultural, não era conciliável com ideia freudiana da sociologia como psicologia aplicada. Os desideratos da quantificação que abraçamos também diferiam em certa medida dos de Freud, para quem a substância da investigação consiste nos estudos qualitativos”, (ADORNO, Theodor, *Experiências científicas nos Estados Unidos*, op. cit., p. 162-163).

<sup>38</sup> ADORNO, Theodor, *Estudos sobre a personalidade autoritária*, op. cit., p. 79.

É a partir desta conceitualização segundo a qual opiniões, atitudes e valores dependem de necessidades humanas, e de que a personalidade é fundamentalmente uma organização de necessidades, que é possível pensar a personalidade como determinante das preferências ideológicas de um indivíduo. Mas Adorno adverte que não se trata de um determinante como instância originária, dada, que age sobre o mundo a partir de si mesma. A personalidade não pode ser isolada da totalidade social, pois seu desenvolvimento se realiza sob as influências do ambiente social. E como estas influências são mais fortes nos primeiros anos de vida do indivíduo, é na vida familiar onde se forma a criança que elas impactam com maior intensidade.<sup>39</sup>

Por outro lado, assim como a personalidade não pode ser pensada como uma instância autônoma, independente do ambiente social, ela tampouco pode ser reduzida a simples derivado ou resultado do ambiente social: o desenvolvimento da personalidade constitui uma instância própria entre esses extremos, uma *estrutura* dentro do indivíduo. Isto significa conceitualmente que ela age sobre o ambiente social funcionando como um mecanismo de seleção frente a múltiplos estímulos, e que sendo modificada neste processo, também resiste à mudanças fundamentais.<sup>40</sup> Segundo Adorno, esta concepção de personalidade permite analisar várias situações: a persistência de um mesmo comportamento em situações variáveis, a manutenção de visões ideológicas apesar de fatos contraditórios, a semelhança de visões ideológicas em pessoas com situações sociais diferentes, e “por que pessoas cujo comportamento foi modificado por meio de manipulação psicológica recaem em seus antigos modos tão logo as agências de manipulação são eliminadas.”<sup>41</sup>

Desta maneira, a teoria da estrutura da personalidade em que se baseou a pesquisa empírica trabalhava com a noção de padrões de personalidade, resultado daquela disposição à permanência de certos comportamentos nos indivíduos. Considerando tanto a fixidez quanto a flexibilidade como extremos de um mesmo continuum da personalidade, buscava-se assim conceber a personalidade como um potencial (a *prontidão* para certo tipo de ação, a inclinação para um tipo de comportamento) e não o comportamento em si, uma vez que este só pode acontecer em função de situações objetivas.<sup>42</sup> Por sua vez, as situações objetivas implicam a necessidade de uma compreensão da totalidade social, para poder explicar a causa do aumento das tendências antidemocráticas em uma determinada sociedade em um determinado momento

---

<sup>39</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 82.

histórico. Aqui Adorno deixa claro que a intensificação da propaganda antidemocrática refere-se a processos envolvendo decisões dos poderosos interesses econômicos.<sup>43</sup> Tratar-se-ia da opção destes interesses por manter a dominação por meio desta estratégia em determinadas circunstâncias históricas, porém constituía uma problemática política e econômica, colocando no seu centro relações de poder, interesses objetivos e classes sociais, o que ia além do objetivo específico da pesquisa, de estudar a dimensão psicológica do fascismo.<sup>44</sup>

A grande interrogação que levou Wilhelm Reich a inaugurar a psicologia política, a questão de que a situação objetiva, ou os interesses materiais, não podiam explicar o comportamento dos trabalhadores que aderiam ao fascismo na Alemanha dos anos 30, é fundamentalmente a mesma de Adorno e a equipe de Berkeley. Segundo Adorno, é necessário ter em conta outras necessidades além das econômicas, uma vez que o comportamento dos indivíduos frequentemente não corresponde a seus interesses materiais, ou de outro modo, “como se seu ponto de vista fosse determinado mais pela sua necessidade de apoiar esse grupo e de suprimir grupos opostos do que pela consideração racional de seus próprios interesses.”<sup>45</sup> Adorno aponta que quando referidas a questões sociais e políticas, as pessoas reagem em geral de modo emocional, revelando com facilidade suas tendências irracionais (preconceitos, estereótipos, senso comum), e por isso os motivos econômicos devem ter seu papel relativizado incluindo na análise outro tipo de necessidades.

Adorno aponta a seguir outro fator que intervém na aceitação ideológica dos indivíduos: o seu pertencimento a grupos sociais de tipos variados, como associações profissionais, religiosas e outras. Neste caso, as necessidades do indivíduo de ser aceito facilitam a adoção de ideias, atitudes e valores do grupo, por meio de mecanismos como imitação ou até condicionamento. Mesmo assim, é necessário reconhecer, afirma Adorno, que as reações podem ser muito variadas, e que a melhor abordagem é equilibrar na análise o fator situacional com o fator personalidade.<sup>46</sup> Que o objeto da pesquisa seja o estudo da dimensão subjetiva, psicológica, para estimar o potencial fascista existente em uma democracia, deve-se, segundo

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>44</sup> Adorno procurava esclarecer um mal-entendido, que afirmava que os autores de *A Personalidade Autoritária* teriam buscado explicar o antissemitismo, ou ainda o fascismo, em termos subjetivos, reduzindo um fenômeno político e econômico a uma dimensão estritamente psicológica. Por isso, Adorno escreve que “Na nossa opinião, a psicologia social constituía uma mediação subjetiva do sistema social objetivo [...] como corretivo de um pensamento obstinado em proceder de cima para baixo, no qual a referência ao predomínio do sistema substitui a visão das conexões concretas entre o sistema e aqueles pelos quais, apesar de tudo, o sistema subsiste”, concluindo que “as análises orientadas em sentido subjetivo revestem valor unicamente dentro da teoria objetiva” (ADORNO, Theodor, *Experiências científicas nos Estados Unidos*, op. cit., p. 161).

<sup>45</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 86-87.

Adorno, escrevendo nos anos 1940, à falta de estudos naquela época sobre os fatores interiores, individuais, comparativamente às pesquisas sobre as dimensões exteriores, sociais, econômicas. E o estudo da dimensão psicológica do indivíduo (potencialmente) fascista é fundamental considerando a constituição mesma do fenômeno sociopolítico do fascismo. Se este se define, entre seus elementos essenciais, pela organização e mobilização de massas, essa base social de apoio não pode se reduzir a uma “submissão temerosa” mas antes precisa também de sua “cooperação ativa”.<sup>47</sup> Esta combinação de submissão voluntária junto com uma cooperação ativa lembra da fórmula de Reich, que uma década antes escrevera “*A revolta contra a autoridade, acompanhada de respeito e submissão*, é uma característica básica das estruturas da classe média.”<sup>48</sup>, que ele considerava como sendo a base social do fascismo.<sup>49</sup> Mas como o fascismo não tem como atender os interesses das maiorias, de acordo com Adorno, “Ele precisa, portanto, fazer apelo, acima de tudo, não ao autointeresse racional, mas às necessidades emocionais – frequentemente aos medos e desejos mais primitivos e irracionais”<sup>50</sup> das massas. E assim como Reich relativizou o poder da propaganda, apontando para a estrutura de caráter autoritário que é a que garantiria a eficácia da propaganda nacional-socialista, Adorno também questionou que as pessoas simplesmente passassem a apoiar o fascismo pelas promessas do discurso. À falsa pergunta de por que as massas são tão facilmente enganadas, a análise adorniana é que elas não são enganadas, mas escolhem o fascismo, e isto se deve às suas estruturas de personalidade, “por causa de padrões de expectativas e aspirações, medos e angústias há muito estabelecidos que as dispõem a certas crenças e as tornam resistentes a outras.”<sup>51</sup> Desta maneira, o sucesso político de uma propaganda autoritária dependerá do potencial antidemocrático já existente na sociedade. Não é possível considerar que uma dimensão, o aumento ou intensificação do discurso autoritário (o estímulo), explique por si só o avanço do fascismo; seu poder de criar e mobilizar massas (reação), dependerá da capacidade de incidir sobre as predisposições ideológicas pré-existentes em uma parte da população. Por sua vez, estas predisposições são construídas no processo de desenvolvimento de suas estruturas de personalidade, processo que por sua vez remete a fatores sociais e econômicos da sociedade moderna em determinado momento histórico.

---

<sup>47</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>48</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 34, grifos do autor.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>50</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 88.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 88.

De acordo com Adorno, os líderes nazistas não agiam como se o triunfo do fascismo fosse inevitável por causa da profunda crise econômica, mas “eles agiram como se fosse necessário a todo momento levar em conta a psicologia das pessoas – *ativando cada grama de seu potencial antidemocrático*, ajustando-se a elas.”<sup>52</sup> Por outro lado, Adorno adverte que estudar a suscetibilidade ao discurso autoritário implica pensar ao mesmo tempo nas possibilidades de resistência.

Neste sentido, o critério de diferenciação entre personalidades mais ou menos suscetíveis à propaganda fascista, baseada na teoria freudiana da estrutura da personalidade, refere-se ao *tipo de organização* da personalidade. Isto significou centrar-se na análise do papel do Eu, que é a instância integradora das outras instâncias da personalidade, porque “se torna ciente das forças não racionais que operam no interior da personalidade e assume a responsabilidade por elas.”<sup>53</sup> A estrutura de personalidade predisposta ao autoritarismo se organiza tipicamente em torno a um Eu que falha em integrar aquela instância que introjeta a autoridade e tem a função de reprimir os impulsos proibidos, o Supereu. Como veremos a seguir, o processo de fascistização como criação e mobilização de massas pressupõe, deste modo, indivíduos com uma estrutura de personalidade específica, cujo Supereu, externalizado, é capturado pela propaganda autoritária.

### 1.3.3 A pesquisa sobre a personalidade autoritária e a Escala F

A pesquisa sobre a personalidade autoritária exigia certamente desenvolver instrumentos e técnicas apropriadas para coleta de dados muito particulares. Reconhecer o fascismo potencial em estruturas de personalidade e definir as forças que atuavam nelas para compreender as determinações psicológicas da ideologia implicava desenvolver

técnicas que sondassem opiniões, atitudes e valores que estavam na superfície, que revelassem tendências ideológicas que estavam mais ou menos inibidas e que chegavam à superfície apenas por manifestações indiretas e que trouxessem à luz as forças de personalidade que repousam no inconsciente do sujeito.<sup>54</sup>

Procurava-se tornar possível o tratamento estatístico dos fenômenos psicológicos profundos e poder articular as dimensões quantitativa e qualitativa de uma pesquisa empírica sobre atitudes, valores e opiniões de diversos indivíduos. Frente a este desafio, o método foi

---

<sup>52</sup> Ibidem, p. 88, grifos nossos.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 91.



dividido em duas etapas: em primeiro lugar, a aplicação de questionários, e posteriormente a sua quantificação, o recurso a técnicas clínicas.

Os questionários incluíam questões *factuais* (informações acerca de associações passadas e presentes a grupos, como igreja e assiduidade, partido político, profissão, renda, etc.), escalas de opinião-atitude (para identificar tendências ideológicas *superficiais*, construídas seguindo o método Likert<sup>55</sup>, como por exemplo, o antissemitismo), e questões *projetivas* (respostas abertas).<sup>56</sup> As escalas estavam constituídas por afirmações sobre as quais o entrevistado tinha que concordar ou discordar, buscando medir as tendências ideológicas do indivíduo na superfície, isto é, suas opiniões, atitudes e valores em relação ao *objeto do preconceito* (judeus e outras minorias étnicas).<sup>57</sup> Por este motivo, as primeiras escalas foram elaboradas para medição do grau de antissemitismo (AS), de etnocentrismo (E) e de conservadorismo político-econômico (CPE) dos participantes. Entretanto, esta abordagem não se confundia com uma pesquisa de opinião pública: enquanto esta procura indagar as opiniões sobre uma questão particular, aqui "o interesse presente foi o de inquirir, sobre uma opinião particular, *com quais outras opiniões e atitudes ela estava relacionada*."<sup>58</sup>

Os itens reproduziam opiniões comuns que encobriam o buscavam justificar o preconceito, isto é, a sua *racionalização*, e não, obviamente, o preconceito explícito, que tenderia a ser negado publicamente pelo participante. Como antissemitismo, etnocentrismo ou radicalismo ou reacionarismo político-econômico não eram temas dos quais se falasse abertamente, as questões para medir esse "nível ideológico superficial" foram mais indiretas, tomando-se o cuidado de permitir ao entrevistado a possibilidade de concordar com uma afirmação mantendo a crença de que ao mesmo tempo ele não era antidemocrático.<sup>59</sup> Diferente foi o caso das escalas para medir tendências fortemente antidemocráticas, onde foi necessário colocar em uma escala itens que revelassem disposições mais profundas da personalidade para apoiar soluções fascistas: estas afirmações também eram expressões diretas de opinião sobre diferentes áreas da vida, social, "porém, não abordadas em apresentações sistemáticas de um

---

<sup>55</sup> "Desenvolvida nos Estados Unidos na década de 30, e ao contrário de uma pergunta na qual se escolhe entre o sim e o não, questões construídas a partir da escala Likert apresentam uma afirmação auto descritiva e, em seguida, oferecem como opção de resposta uma escala de pontos com descrições verbais que contemplam extremos – como "concordo totalmente" e "discordo totalmente". Com isso, permite que marcas descubram diferentes níveis de intensidade da opinião a respeito de um mesmo assunto ou tema.", *In*: OLIVEIRA, Aline, O que é escala Likert e como aplicá-la na pesquisa?, Disponível em < <https://mindminers.com/blog/entenda-o-que-e-escala-likert/> > Acesso em: 20 ago. 20.

<sup>56</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 94.

<sup>57</sup> CARONE, Iray, A personalidade autoritária. Estudos frankfurtianos sobre o fascismo, op. cit., p. 18.

<sup>58</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 95, grifos nossos.

<sup>59</sup> Idem, p. 97.

ponto de vista político-socioeconômico. Sempre intercaladas com afirmações de outras escalas, [Eram] concebidas de tal forma a servir como *racionalizações de tendências irracionais*<sup>60</sup>, constituindo a dimensão quantitativa da pesquisa. Os altos pontuadores, aqueles participantes que concordavam mais com os itens das escalas, eram os mais preconceituosos, enquanto os baixos pontuadores eram os participantes menos preconceituosos.

O segundo conjunto de instrumentos, as técnicas clínicas, incluíam uma série de entrevistas e um teste de apercepção temática (TAT). O teste TAT consistia em mostrar uma série de imagens sobre as quais o entrevistado devia construir uma história, e por meio destas interpretações, resultava possível avaliar seu mundo de ideias, desejos e fantasias.<sup>61</sup> Por meio das entrevistas, buscava-se saber quais tópicos o participante levantaria por si próprio e a intensidade de sentimentos com que os revelaria. Estes estudos clínicos constituíram a dimensão qualitativa da pesquisa, buscando confirmar ou complementar os dados obtidos com o método dos questionários<sup>62</sup>. A quantificação dos questionários permitiu também selecionar quais participantes seriam entrevistados. Realizaram os estudos clínicos o 25 % dos participantes de mais alta pontuação e o 25 % dos participantes de mais baixa pontuação na escala do Etnocentrismo, considerada no início da pesquisa a melhor forma de perceber as tendências antidemocráticas.

Contudo, a equipe percebeu a necessidade de construir uma nova escala, que pudesse medir o preconceito como manifestação das tendências subjacentes da personalidade. Não mais quantificar posicionamentos de superfície, mas alcançar a estrutura psicológica do indivíduo fascista, a partir da qual emergem as diferentes formas do preconceito. Com este objetivo, foi elaborado um questionário no qual não aparecia mencionado nenhum grupo minoritário ou tema de política ou economia do momento.<sup>63</sup> Este novo instrumento, a escala de fascismo (F), foi pensado para tentar medir as tendências *implicitamente* antidemocráticas de uma personalidade. Deste modo,

O procedimento foi o de juntar em uma escala itens que, hipoteticamente ou por experiência clínica, poderiam ‘entregar’ [*giveaways*] tendências que permaneciam

---

<sup>60</sup> Adorno transcreve duas afirmações como exemplos: “(a) Hoje em dia, com tantas espécies diferentes de pessoas indo de um lugar ao outro e se misturando tão livremente, temos de ser especialmente cuidadosos para nos proteger contra infecção e doença e (b) A homossexualidade é uma forma particularmente podre de delinquência e deveria ser punida com severidade”, (ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 97-98).

<sup>61</sup> ADORNO, Theodor, Preconceito, *In*: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor (Org.), **Temas básicos da sociologia**, op. cit., p. 178. Ver também MURRAY, Henry A. **T.A.T. Teste de apercepção temática**, São Paulo, Editora Pearson Clinical, 2019.

<sup>62</sup> CARONE, Iray, A personalidade autoritária. Estudos frankfurtianos sobre o fascismo, op. cit., p. 17.

<sup>63</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 123.

relativamente profundas dentro da personalidade e que constituíam uma *disposição* para expressar espontaneamente (em uma ocasião adequada) ideias fascistas ou ser por elas influenciada.<sup>64</sup>

Se esta nova escala verificasse uma alta correlação com as escalas AS e E, então o preconceito antissemita e o etnocentrismo não poderiam ser considerados meras atitudes isoladas, mas manifestações de superfície de disposições profundas de um tipo de personalidade autoritária. Desta maneira,

os resultados das escalas deveriam permitir a articulação entre o nível latente e o nível manifesto das personalidades estudadas: as disposições inconscientes (escala F) se manifestariam nas opiniões, valores e atitudes expressas pelas outras escalas (AS, E, CPE).<sup>65</sup>

Os itens da escala F (38 na sua primeira versão, referidos no formulário 78<sup>66</sup>), estavam baseados em hipóteses trabalhadas sobre o tipo de relação dos itens com o preconceito. As fontes das hipóteses foram o próprio material acumulado dos questionários já aplicados das escalas AS, E e CPE, e certamente o material das entrevistas clínicas e dos TAT realizadas. A forma definitiva estava ao alcance: uma notícia publicada na imprensa, a resposta de um entrevistado, uma conversa cotidiana. Seguem alguns exemplos selecionados dos itens da escala F:

- 3. A América está ficando tão distante do verdadeiro *American way of life* que talvez seja necessária força para restaurá-lo.
- 24. Hoje, tudo é instável; devemos nos preparar para um período de constante mudança, conflito e convulsão.
- 30. Relatos de atrocidades na Europa têm sido em grande medida exagerados com a finalidade de fazer propaganda.
- 31. A homossexualidade é uma forma particularmente podre de delinquência e deveria ser punida com severidade.
- 35. Há algumas atividades tão flagrantemente não americanas [*un-American*] que, quando os funcionários responsáveis não tomarem as medidas necessárias, o cidadão consciente deve fazer justiça com as próprias mãos.
- 38. Há demasiada ênfase nas faculdades em tópicos teóricos e intelectuais e ênfase insuficiente em assuntos práticos e nas virtudes simples da vida.
- 46. As orgias sexuais dos antigos gregos e romanos são brincadeira de criança perto das coisas que acontecem neste país hoje, até mesmo em círculos nos quais as pessoas menos esperariam.
- 50. Obediência e respeito pela autoridade são as virtudes mais importantes que as crianças deveriam aprender.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>65</sup> CARONE, Iray, A personalidade autoritária. Estudos frankfurtianos sobre o fascismo, op. cit., p. 18.

<sup>66</sup> Sucessivas reformulações e aprimoramento dos itens da escala F resultaram em três versões: a primeira identificada com o formulário 78, a segunda com o formulário 60, e a terceira com os formulários 45 e 40 (ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., respectivamente p. 128, p. 173 e p. 185).

55. Embora o lazer seja algo bom, é o trabalho árduo que faz a vida ser interessante e valer a pena.

59. Sendo a natureza humana o que é, sempre haverá guerra e conflito.

65. É inteiramente possível que esta série de guerras e conflitos seja encerrada de uma vez por todas por um terremoto, uma inundação ou outra catástrofe que destrua o mundo inteiro.

67. Se você pensar bem, é da natureza humana não fazer nada sem que se tenha em vista o benefício próprio.

70. Mais do que a maioria das pessoas percebe, nossas vidas são governadas por complôs feitos em segredo por políticos.

74. O que este país precisa é de menos leis e agências e de mais líderes corajosos, incansáveis e devotados nos quais as pessoas possam depositar sua fé.<sup>67</sup>

As disposições da personalidade que melhor pareciam explicar a consistência das respostas dos participantes, tanto nos questionários quando nas entrevistas clínicas, foram organizadas em categorias, que reuniam as tendências mais importantes da personalidade autoritária.<sup>68</sup> Deste modo, foram definidas nove disposições inconscientes ou tendências latentes para medir a escala F:

- a. *Convencionalismo*: Adesão rígida a valores convencionais, de classe média.
- b. *Submissão autoritária*: Atitude submissa, acrítica a autoridades morais idealizadas do *in-group*.
- c. *Agressão autoritária*: Tendência a vigiar e condenar, rejeitar e punir pessoas que violam os valores convencionais.
- d. *Anti-intracção*: Oposição ao subjetivo, ao imaginativo, a um espírito compassivo.
- e. *Superstição e estereotipia*: A crença em determinantes místicos do destino individual; a disposição a pensar por meio de categorias rígidas.
- f. *Poder e 'dureza' [toughness]*: Preocupação com a dimensão de dominação-submissão, forte-fraco, líder-seguidor; identificação com figuras de poder; ênfase excessiva nos atributos convencionais do eu; asserção exagerada de força e dureza.
- g. *Destrutividade e cinismo*: Hostilidade generalizada, desprezo pelo humano.
- h. *Projetividade*: A disposição para acreditar que coisas tresloucadas [*wild*] e perigosas acontecem no mundo; a projeção para fora de impulsos emocionais inconscientes.
- i. *Sexo*: Preocupação exagerada com "eventos" sexuais.<sup>69</sup>

<sup>67</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 128-131.

<sup>68</sup> Adorno exemplifica com o caso do antissemita que justifica sua oposição aos judeus porque eles violam valores morais convencionais. A interpretação foi que uma forte e rígida adesão aos valores morais convencionais fornecia alguma base motivacional para o antissemitismo, mas também fundamentava a tendência a desprezar qualquer outro grupo que fosse apresentado como atacando valores morais convencionais. Esta hipótese foi corroborada pelos resultados das escalas E e CPE. Assim determinou-se a categoria "*Convencionalismo*" como uma variável da estrutura de personalidade autoritária. (Ibidem, p. 134).

<sup>69</sup> Ibidem, p. 135.

Conforme Adorno, se todas estas variáveis se apresentassem juntas em um mesmo indivíduo, constituiriam uma *síndrome*, isto é, uma estrutura de personalidade mais duradoura e, portanto, predisposta a seguir uma propaganda antidemocrática.<sup>70</sup>

Em relação à primeira variável, *Convencionalismo*, os itens foram formulados para testar a hipótese bem difundida de que a suscetibilidade ao fascismo aconteceria principalmente nas classes médias. Era a tese de Wilhelm Reich: “Do ponto de vista da sua base social, o nacional-socialismo foi sempre um movimento da classe média baixa, onde quer que tenha surgido”.<sup>71</sup> Porém, os resultados desta pesquisa revelaram que entre as pessoas incluídas nesta categoria, havia tanto indivíduos preconceituosos quanto não preconceituosos. Na verdade, a correlação entre valores morais convencionais e preconceitos foi positiva, mas não muito alta. Segundo Adorno, a diferença parecia encontrar-se na origem desse convencionalismo: se a adesão a estes valores derivava de uma consciência individual plenamente estabelecida, não parecia haver ligação entre convencionalismo e potencial autoritário. Mas se essa adesão era produto de uma extrema pressão social externa, a predisposição ao fascismo era elevada. É a este último caso que a pesquisa se refere por convencionalismo.<sup>72</sup> Este anti-intelectualismo resume os preconceitos contra professores, artistas, cientistas, pensadores. Mas os resultados demonstraram que a relação entre personalidade autoritária e classe social já indicava ser mais complexa do que tinham suposto as análises de Reich.

Na segunda variável, a *Submissão autoritária*, Adorno apresenta duas hipóteses. Na primeira, a submissão a autoridades externas deve-se a “alguma falha no desenvolvimento de uma autoridade interna, ou seja, da consciência.”<sup>73</sup> A segunda hipótese considera a submissão como sendo causada pela existência de sentimentos ambivalentes frente à autoridade: a hostilidade contra a autoridade reprimida pelo medo, leva o indivíduo a multiplicar suas expressões de obediência, respeito, gratidão. Esta variável encontra-se relacionada com a escala E, já que a repressão da hostilidade contra as autoridades se realiza inicialmente contra autoridades do *in-group* (os pais, originalmente), levando ao deslocamento destes impulsos agressivos para *out-groups*, projetando sobre eles todas as qualidades negativas da autoridade original.<sup>74</sup> Assim, a autoridade externa, o líder, ou a própria propaganda fascista, pode

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>71</sup> REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 37.

<sup>72</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 138.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 141-142.

manipular esse personalidade submissa e dirigir sua hostilidade contra determinados grupos externos, o que nos leva à próxima variável, a *Agressão autoritária*.

A *Agressão autoritária* é o complemento sádico do componente anterior, o masoquista, da *Submissão à autoridade*. Neste caso, a repressão dos impulsos, os sexuais ou os agressivos, levará este indivíduo “sobrecarregado” a ter que lidar com o medo inconsciente de ser punido por conter impulsos tão intensos. Esta angústia poderá ser manipulada pelo discurso autoritário ao indicar-lhe a esse indivíduo o objeto sobre o qual possa descarregar sua violência, um *outgroup*, identificado pelo preconceito, que “mereça” ser punido por violar os valores convencionais. O que faz o fascismo, neste caso, é aprovar e indicar um alvo para que este indivíduo canalize seus impulsos agressivos mais profundos. Porém, segundo Adorno, é importante distinguir este caso daquele do indivíduo cujas frustrações, geralmente econômicas, despertam sua agressividade e que, incapaz de entender as causas reais de seus problemas como causa de sua confusão intelectual, descarrega violência sobre qualquer objeto. Na realidade, o indivíduo autoritário só *pode dirigir sua agressão contra outgroups* “porque é psicologicamente incapaz de atacar as autoridades de seu próprio *ingroup* e não por causa da confusão intelectual em relação à fonte de sua frustração.”<sup>75</sup> Que este indivíduo só possa agir deste modo explica a extrema violência que o fascista pode praticar, sem relação alguma com a intensidade de qualquer estímulo que a tenha provocado. Além disso, se a causa fosse exclusivamente a dificuldade ou incapacidade intelectual de compreender a realidade social e conectá-la com suas próprias dificuldades, a formação de massas fascistas poderia ser prevenida com políticas educacionais, de esclarecimento, de defesa do conhecimento, da razão e da ciência. Mas atua aqui uma dimensão irracional, uma estrutura de personalidade constituída a partir de determinações sociais como os preconceitos, que por isso mesmo exige uma resposta que deve ser política e não só educacional.

Adorno destaca que estas três primeiras categorias da personalidade autoritária têm em comum uma dimensão moral da existência, na medida em que tudo gira em torno de códigos de conduta, violação desses códigos, preocupação com permissividade moral e descontrole social, e a necessidade de condenação e punição de infratores. Neste sentido, elas constituem uma categoria particular cuja

característica mais essencial dessa estrutura é a falta de integração entre as agências [*agencies*] morais através das quais o sujeito vive e o resto de sua personalidade. Pode-se dizer que a consciência ou o supereu [*superego*] está incompletamente integrado

---

<sup>75</sup> Ibidem, p. 144.

ao *self* ou ao eu, sendo o eu aqui concebido como abrangendo as várias funções autocontroladoras e auto expressivas do indivíduo.<sup>76</sup>

Aqui fica explícita a teoria freudiana da estrutura de personalidade utilizada na pesquisa:

É o eu que governa as relações entre o *self* e o mundo exterior e o *self* e as camadas mais profundas da personalidade; o eu se esforça para regular os impulsos de uma maneira que permita a gratificação sem provocar demasiada punição pelo supereu e procura, em geral, levar a cabo as atividades do indivíduo de acordo com as exigências da realidade. É uma função do eu fazer as pazes com a consciência, criar uma síntese maior dentro da qual a consciência, os impulsos emocionais e o *self* operem em relativa harmonia. Quando essa síntese não é alcançada, o supereu tem, de certa forma, o papel de um corpo estranho dentro da personalidade e exhibe aqueles aspectos rígidos, automáticos e instáveis antes discutidos.<sup>77</sup>

E assim é formulada a tese maior da obra sobre a organização típica da estrutura de personalidade do indivíduo autoritário:

Há alguma razão para acreditar que uma falha na internalização do supereu se deva à fraqueza do eu, à sua incapacidade de realizar a síntese necessária, ou seja, integrar o supereu consigo mesmo. Quer seja esse o caso ou não, a fraqueza do eu pareceria ser concomitante ao convencionalismo e ao autoritarismo. A fraqueza do eu se expressa na incapacidade de construir um conjunto consistente e duradouro de valores morais no interior da personalidade; e é esse estado de coisas, aparentemente, que torna necessário a indivíduo buscar alguma agência [*agency*] organizadora e coordenadora fora de si. Na medida em que se depende de tais agências exteriores para a tomada de decisões morais, pode-se dizer que a consciência está *exteriorizada*.<sup>78</sup>

Assim Adorno utiliza a teoria da estrutura da personalidade de Freud e retoma a tese desenvolvida em *Psicologia de massas e análise do eu*, na qual Freud explica a externalização do Ideal de Eu do indivíduo na figura do Líder, tornando-se o sintoma comum no qual se baseia a identificação entre os membros de uma massa e, portanto, de sua coesão.

A diferença desta análise com a perspectiva reichiana é evidente, porque Reich trabalha com a oposição entre uma estrutura de personalidade harmoniosa e flexível (o caráter genital) e uma estrutura de caráter reativa e em permanente conflito (o caráter neurótico). Como vimos, o caráter genital representa, para Reich, o ideal de saúde, constituído por uma economia libidinal regulada e, portanto, com alta capacidade sublimatória. Contrariamente, o caráter neurótico, caracterizado pelo mecanismo de defesa de formação reativa, isto é, incapaz de deslocar os impulsos sexuais ou agressivos para o domínio da sublimação, representa a estrutura de caráter autoritário pronta para ser capturada pelo dispositivo comunicacional do fascismo. Em vista disto, “é necessário observar que não faz parte da orientação freudiana qualquer tentativa de suposição de um estado de saúde, uma vez que, para o autor, a neurose seria um

---

<sup>76</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 146, grifos nossos.

acompanhante constante da vida civilizada.”<sup>79</sup> A diferença fundamental entre Freud e Reich, em relação a este tópico, encontra-se em que, para Reich, a formação reativa é um mecanismo de defesa relativo ao patológico, enquanto que, para Freud, a formação reativa faz parte da formação do ser humano.<sup>80</sup> Desta maneira, nos termos da análise freudiana de Adorno, a causa da disposição à agressão autoritária não seria a neurose produto da forte repressão dos impulsos sexuais no ambiente da família patriarcal, porque esta condição, para Freud, é constitutiva da condição humana, base da oposição irresolúvel entre instinto e cultura. Diferentemente, trata-se de um tipo específico de estrutura de personalidade cujo Supereu, externalizado, possibilita sua subordinação a um princípio de autoridade que, por meio da propaganda autoritária, autoriza, estimula e canaliza os impulsos agressivos, produto do recalque, contra um grupo minoritário, explorando o preconceito socialmente existente.

O resto das variáveis medidas pela Escala F também se encontram relacionadas com a hipótese do ego frágil. Mas o essencial em relação aos pressupostos teóricos da pesquisa já ficou evidenciado com a análise das primeiras disposições da personalidade autoritária. A variável *Anti-intracção* refere-se à rejeição a toda manifestação de introspecção, sensibilidade, imaginação e compaixão. Um ego fraco pode ocultar seu temor de revelar conflitos interiores manifestando um antissentimentalismo que superestima tarefas físicas e concretas e atividades práticas e observáveis, aterrorizado com o que o olhar dos outros possa descobrir no seu interior.<sup>81</sup> A variável *Superstição e estereotipia* indica a tendência a pensar através de categorias rígidas, grandemente afim à escala E. Segundo Adorno, é muito presente quando referida a questões sociais ou psicológicas. Que as pessoas recorram a explicações extremamente simplificadas sobre acontecimentos humanos pode dever-se a que as ideias e observações necessárias para este tipo de reflexão, carregadas de afeto e podendo ser fonte de angústia, não podem ser incluídas por um ego fraco, que assim recorre a causas fantásticas para entender seus problemas e dificuldades.<sup>82</sup> A variável *Poder e “dureza”* revela a tendência a pensar toda relação humana em termos de forte-fraco, líder-seguidor, mas é mais ambígua do que parece: ao mesmo tempo que o indivíduo admira o poder dos outros, tende a se submeter a esse poder. Venerando o líder poderoso, parece querer compartilhar parte desse poder. Adorno chama este indivíduo de lugar-tenente, por se inserir numa hierarquia na qual sempre tem

---

<sup>79</sup> ALBERTINI, Paulo, Reich e a possibilidade do bem-estar na cultura, *In: Revista Psicologia USP*, 14 (2), São Paulo, 2003, p. 76.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>81</sup> ADORNO, Theodor, *Estudos sobre a personalidade autoritária*, op. cit., p. 147-148.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 149-151.



alguém acima e alguém embaixo.<sup>83</sup> Alguém acima a quem obedecer e se submeter, e alguém embaixo em quem descarregar a hostilidade reprimida contra a autoridade. Lembra a expressão lapidar de Reich quando descreve o fascista como “o segundo sargento do exército gigantesco da nossa civilização industrial gravemente doente.”<sup>84</sup> Para Reich, vimos que isso apontava tipicamente para o indivíduo de classe média. A variável *Destrutividade e cinismo* diz respeito à forte agressividade subjacente à personalidade autoritária, porém difere da terceira categoria em que esta agressividade se expressa de maneira não moralizada. A hostilidade neste caso é tão forte que é aceita pelo eu fraco e não parece haver censura moral que faça o indivíduo se sentir responsável por ela, bastando a menor justificativa para que um discurso fascista possa acionar uma violência irrestrita.<sup>85</sup> A *Projetividade* pode ser qualidade da maioria dos itens da escala F, já mencionada com a variável Agressão autoritária: os impulsos reprimidos da personalidade autoritária são projetados em outras pessoas ou grupos, que passam a ser culpados e merecedores de punição. Adorno considera que quanto maior a preocupação deste indivíduo com as “forças do mal” no mundo, mais intensas seriam suas pulsões sexuais e agressivas inconscientes.<sup>86</sup> Por fim, a variável *Sexo* pode ser vista como a tendência a querer punir transgressões sexuais, mas como manifestação da tendência punitiva geral a agredir *outgroups* determinados pelo discurso do líder. Porém, também pode incluir o caso de que a atitude punitiva contra a sexualidade se deva ao risco e ao medo de que os próprios impulsos sexuais reprimidos do fascista possam escapar do seu controle.<sup>87</sup>

Certamente a estrutura de personalidade autoritária sofrerá variações segundo a combinação destas variáveis, o que exigirá estudos clínicos para cada indivíduo, dado que as variáveis da escala F são, na verdade, variáveis de personalidade.<sup>88</sup> Mas mesmo variando a interação entre as nove variáveis, em conjunto formam uma totalidade. Os resultados da pesquisa permitiram encontrar seis tipos de síndromes autoritárias entre os altos pontuadores da escala F e cinco tipos de síndromes entre os baixos pontuadores.<sup>89</sup> Como estes perfis psicológicos são também perfis ideológicos, no sentido de serem variações de uma predisposição antidemocrática, toda a pesquisa está organizada a partir do preconceito e não da

---

<sup>83</sup> Ibidem, p. 151-153.

<sup>84</sup> REICH, Wilhelm, *Psicologia de massas do fascismo*, op. cit., p. XIX.

<sup>85</sup> ADORNO, Theodor, *Estudos sobre a personalidade autoritária*, op. cit., p. 153-155.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 156-157.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 157-159.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 232.

<sup>89</sup> As síndromes encontradas entre os altos pontuadores foram: a síndrome do ressentimento superficial, a síndrome convencional, a síndrome autoritária, o rebelde e o psicopata, o alucinado, e o tipo manipulador. As síndromes encontradas nos baixos pontuadores incluíram o baixo pontuador “rígido”, o “manifestante”, o “impulsivo”, o “tranquilo” e o liberal genuíno. (Ibidem, cap. XIX, p. 515-594).

discriminação, porque o preconceito é disposicional enquanto a discriminação é comportamental:

o combustível do comportamento discriminatório é o preconceito; uma vez formado, o preconceito faz parte da estrutura psíquica e pode ser “acionado” pelo comando psicológico do fascismo ou permanecer em estado latente, quando o sujeito vive numa sociedade que censura, condena e pune a discriminação.<sup>90</sup>

#### 1.3.4. Preconceito, estereotipia e intensificação da agressividade

Está claro que os autores de *A personalidade autoritária* não atribuem ao preconceito uma origem psicológica. O preconceito não nasce da estrutura da personalidade autoritária; o preconceito é um discurso, socialmente produzido, em termos adornianos, pela indústria cultural. Ao mesmo tempo, a incidência da ideologia sobre o indivíduo não pode ser derivada de fatores externos exclusivamente (condição socioeconômica, pertencimento a associações e grupos religiosos). A pesquisa demonstrou o papel da economia psíquica dos indivíduos na receptividade ou não a discursos autoritários. O desafio desta obra foi, portanto, pensar a complexidade de uma “unidade estrutural” entre os dois momentos, o ideológico e o psicológico<sup>91</sup>, examinando o elo que conecta o discurso do líder à personalidade autoritária. Derivada dos estudos sobre antissemitismo dirigidos por Max Horkheimer, a pesquisa coordenada por Adorno e Sanford não se reduziu a um estudo sociopsicológico, mas foi evoluindo para o exame do preconceito antiminorias em sua relação com *padrões* ideológicos e caracterológicos.<sup>92</sup>

O pressuposto inicial da parte qualitativa da pesquisa foi que o antissemitismo, expressão do clima cultural, cumpre a função de oferecer um objeto substituto para os impulsos hostis e destrutivos desviados de seu objeto original, através da repressão ou de frustrações socialmente determinadas. Contudo, esse objeto substituto certamente não é aleatório: os estereótipos devem combinar com os impulsos destrutivos do indivíduo autoritário, e nisto se baseia a autonomia do preconceito em relação ao objeto real.<sup>93</sup> Torna-se necessário assim especificar o “caráter funcional” do antissemitismo, isto é, “o problema do *cui bono*: o

<sup>90</sup> CARONE, Iray, *A personalidade autoritária. Estudos frankfurtianos sobre o fascismo*, op. cit., p. 20.

<sup>91</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 235-236.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 239.

<sup>93</sup> Adorno refere-se à “relativa independência” do antissemitismo do objeto, os judeus, porque este objeto “Deve ser suficientemente tangível, e ainda assim não tangível demais para que não seja destruído pelo seu próprio realismo. Deve ter uma sustentação histórica suficiente e aparecer como um elemento indiscutível de tradição. Deve ser definido por estereótipos rígidos e bem conhecidos.” (*Ibidem*, p. 244-245). Porém, mais adiante, Adorno afirma que “o preconceito [...] não é relacionado senão superficialmente, talvez nem isso, com a natureza específica de seu objeto” (*Ibidem*, p. 254).

antissemitismo como um dispositivo para uma ‘orientação’ sem esforço em um mundo frio, alienado e em grande parte incompreensível”<sup>94</sup> para o indivíduo preconceituoso. Por isso o resultado é a “fabricação de uma pseudorealidade social”<sup>95</sup> para essa personalidade, na qual conteúdos, apesar de contraditórios, se multiplicam porque permitem a canalização da agressividade.<sup>96</sup> Adorno destaca que nas entrevistas era notável como os altos pontuadores revelavam uma enorme incompreensão dos fenômenos sociais: a “objetificação dos processos sociais” parecia explicar a estereotipia e a personalização em assuntos políticos, funcionais para evitar a incerteza e até o medo que emergem da desorientação intelectual. Neste sentido, para o antissemita

Por sua própria ignorância, confusão ou semierudição, [...] Quanto mais primitivas são suas fórmulas drásticas, devido à sua estereotipia, simultaneamente mais atraentes elas são, uma vez que reduzem o complicado ao elementar, não importando como a lógica dessa redução possa funcionar. A superioridade assim obtida não se restringe ao nível intelectual. Uma vez que o clichê continuamente torna o *outgroup* mau e o *ingroup* bom, o padrão de orientação antissemita oferece gratificações emocionais e narcísicas que tendem a botar abaixo as barreiras da autocritica racional. *São esses os instrumentos psicológicos que os agitadores fascistas empregam incessantemente.*<sup>97</sup>

Desta maneira, segundo Adorno, é como se as tendências hostis que se manifestam pelo preconceito, derrotando as contratendências devido à expropriação do Supereu pelo discurso fascista, aproveitassem suas energias, alimentando permanentemente os impulsos agressivos. “O supereu se torna o porta-voz do isso”<sup>98</sup>, e a racionalização moralizante destes impulsos de morte (pela culpa inconsciente que deve ser reprimida a todo custo), chega ao extremo (aterrorizante é a expressão de Adorno<sup>99</sup>) de *responsabilizar as vítimas pela violência sofrida*: para o fascista, os judeus seriam culpados pelo genocídio, ou nos dias de hoje, as mulheres seriam culpadas de provocar o estupro.

A racionalização através da responsabilização dos judeus aparece frequentemente nos altos pontuadores da Escala F junto com a reclamação de se sentirem explorados por uma ordem injusta, na qual a distribuição responde a relações de poder irracionais.<sup>100</sup> A conexão entre preconceito e o *transtorno de personalidade paranoide*<sup>101</sup> permite explicar porque o indivíduo

---

<sup>94</sup> Ibidem, p. 246.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 251.

<sup>96</sup> Um exemplo claro destas contradições era o caráter socialmente vulnerável do judeu junto com a simultânea percepção de sua onipotência sinistra; a sua fraqueza encorajando a agressividade e o seu suposto poder sectário ajudando à racionalização do ódio.

<sup>97</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 267-268, grifos nossos.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 289.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 293.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 293.

<sup>101</sup> Sigmund Freud realiza um estudo psicanalítico fundamental para a construção da paranoia como categoria clínica no ensaio *O caso Schreber*, de 1911, a partir da análise da obra *Memórias de um doente dos nervos*, de

preconceituoso tende a um “totalitarismo psicológico”: o inimigo apontado para o fascista é percebido por este como uma ameaça eterna, tudo tende a ser incluído na sua fórmula preconceituosa, e não haverá resolução até não subsumir a realidade toda no mesmo sistema paranoico pelo qual é dominado, no fim, em um estado totalitário.<sup>102</sup> Trata-se então de um processo, de um “*crescendo associativo de ideias destrutivas*”<sup>103</sup>, quando o indivíduo, uma vez despertado de seu estado latente ou predisposicional, passa a estar em um permanente *processo de intensificação/liberação da agressividade*. Este processo, cujo fundamento se encontra na expropriação do Supereu pela propaganda autoritária, vá derrubando as barreiras e contratendências aos impulsos agressivos assim estimulados:

O antissemita extremo simplesmente não pode parar. Por uma lógica própria, que é de natureza arcaica muito mais próxima de ideias associativas do que de inferências discursivas, ele chega, tendo começado com acusações relativamente brandas, às conclusões mais tresloucadas.<sup>104</sup>

O espetáculo da mobilização de massas do fascismo encontra aqui sua raiz individual no submissão da personalidade autoritária, ativada pelo discurso do líder, a um inevitável processo de fascistização, uma vez que “O ódio é reproduzido e aprimorado de uma maneira quase automatizada e compulsiva, totalmente separada da realidade do objeto e completamente estranha ao eu”<sup>105</sup>, levando progressivamente a buscar a completa aniquilação do seu objeto de ódio.

### 1.3.5. A dialética pulsional do indivíduo como promessa de resistência

O processo de fascistização no plano da destruição das instituições do Estado tem assim um correlato no plano psíquico, naquele indivíduo que passa a fazer parte da massa fascista: não se trata de um novo laço social estável, mas do início de um processo de progressiva

---

Daniel Schreber, de 1903. Posteriormente, Eric Santner, na obra *A Alemanha de Schreber*, de 1997, encontrará nas ideias do pai, Moritz Schreber, elementos fundamentais para compreender as raízes da emergência do nazismo: “O tempo e espaço em que viveu Schreber é lembrado por Santner como o mesmo que veio, mais tarde, a dar suporte aos horrores patrocinados pelo Nazismo. É compreensível, assim, que Elias Canetti atribua às Memórias de Schreber o título de precursora de outra autobiografia paranoica famosa – o *Mein Kampf*, de Hitler – e aponte a íntima relação entre a paranoia e o líder totalitário, amparado nas similaridades entre as duas biografias. Schreber e seus contemporâneos vivenciaram mudanças no modo como se dão as relações entre os indivíduos e os símbolos e estruturas sociais e institucionais – muito semelhantes, deve-se alertar desde já, com o que vivenciamos hoje”, (PITA, Flávia Almeida. Eric Santner, “flesh”, soberania e arte: Dois corpos do povo ao sul do Equador?, *In: Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 9, n. 3, Niterói, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 501-531, Disponível em < <https://www.redalyc.org/journal/3373/337353512017/html/#fn31> > Acesso em 20 mar. 21).

<sup>102</sup> ADORNO, Theodor, *Estudos sobre a personalidade autoritária*, op. cit., p. 294.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 295, grifos do autor.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 294.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 295.

intensificação da agressividade, de impulsos destrutivos ativados, autorizados e canalizados pelo discurso do líder. Este *crescendo* de ódio na massa, se não interrompido pela derrota política do fascismo, conduz indefectivelmente a uma guerra pelo extermínio do inimigo.

A estratégia da mobilização de massas do fascismo, isto é, ativação e canalização da agressividade da massa contra um grupo minoritário para obter o apoio dessa mesma massa a um projeto que vá contra seus próprios interesses, deve-se a um tipo de discurso ou propaganda que consegue ativar uma estrutura de personalidade autoritária latente explorando as contradições mais profundas do psiquismo humano.

Vimos que a análise da chamada *compulsão à repetição* levou o pensamento freudiano a considerar que a psique não funcionaria segundo um princípio único e coerente (as pulsões sexuais, o princípio do prazer, que se confrontaria com o princípio de realidade), porque a repetição do trauma parecia revelar um outro princípio, originário também, de negação. A especulação freudiana acerca da existência de uma pulsão de morte expôs a contradição fundamental da psique. Porém, como é possível que a vida possa buscar sua própria extinção? Como pensar o caráter originário de uma pulsão cuja meta é a regressão a um estado inorgânico?

Em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud descobre que a pulsão está constituída por uma tendência conservadora, regressiva, que busca o retorno a uma situação anterior, de calma e repouso, situação perdida pela irrupção de estímulos que desatam um estado de tensão.<sup>106</sup> Esta tendência regressiva é um elemento comum à pulsão de vida e à pulsão de morte, mas ela não dissolve o dualismo, uma vez que a primeira estabelece uma “medida de exigência de trabalho”, enquanto a segunda busca desfazer ou sequer iniciar o trabalho para suprimir o estímulo.<sup>107</sup> Neste sentido, a pulsão de morte não se identifica inicialmente com a destruição, o que sim vai acontecer posteriormente em *O mal-estar na cultura* (1930). Freud refere nesta obra que, no ensaio de 1920, “As manifestações de Eros eram suficientemente visíveis e ruidosas; era de supor que o instinto de morte trabalhasse silenciosamente no interior do ser vivo, para a dissolução deste”<sup>108</sup>, porém em *O mal-estar na cultura* afirma que o “*instinto de agressão* é o derivado e representante *maior* do instinto de morte”<sup>109</sup>, o que lhe permite decifrar

<sup>106</sup> FREUD, Sigmund, *Além do princípio do prazer*, In: \_\_\_\_\_, **Obras Completas**. Volume 14: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), *Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*, Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 225-228.

<sup>107</sup> SILVEIRA, Léa, Um conceito reacionário ou revolucionário? In: AMBRA, Pedro, et al. Dossiê Pulsão de Morte, Revista **CULT**, Ano 23, nº 256, abril de 2020, p. 20.

<sup>108</sup> FREUD, Sigmund. *O mal-Estar na civilização*, In: \_\_\_\_\_, **Obras Completas**. Volume 18: *O mal-Estar na civilização*, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos, (1930-1936), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 86.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 90, grifos nossos.

o sentido da evolução cultural em termos de uma luta entre “instinto de vida e instinto de destruição.”<sup>110</sup> Deste modo, se para o Freud de *O mal-estar na cultura*, “o pendor à agressão é uma disposição de instinto *original e autônoma* do ser humano, [...] a civilização tem aí seu mais poderoso obstáculo”<sup>111</sup>, o desafio da vida em comum passa a ser como lidar com a agressividade, isto é, como canalizá-la a serviço da cultura. No capítulo anterior, citamos o recurso a mecanismos de defesa do eu mais evoluídos, como a sublimação. Mas Freud pergunta: de quais meios se vale a cultura para *inibir* primeiramente a agressividade que a ameaça? O indivíduo, responde, torna-se inofensivo porque

A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá, é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como Super-eu, e que, como ‘consciência’, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos. À tensão entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido chamamos consciência de culpa; ela se manifesta como necessidade de punição. A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior”<sup>112</sup>

Deste modo, o *mal-estar* resultante da repressão das pulsões, isto é, o permanente e irresolúvel desajuste entre indivíduo e sociedade, apareceu como um obstáculo insuperável para pensar todo projeto emancipador. Se a pulsão de morte é originária, e a agressividade é ineliminável, compreendem-se as *más notícias* que Freud trouxe para as lutas pela emancipação dos trabalhadores. Lembremos a conhecida reflexão que se destaca no seu ensaio de 1930: “podemos entender que a tentativa de instaurar na Rússia uma nova civilização comunista encontre seu apoio psicológico na perseguição à burguesia. Só nos perguntamos, preocupados, o que farão os soviets após liquidarem seus burgueses.”<sup>113</sup> Freud refere que a liquidação das causas da existência da propriedade privada não resolveria esta questão. Por consequência, antes do que imaginar a construção solar de uma nova sociedade livre de exploração, a luta, ensombrecida, parecia recuar agora a como lidar, da melhor maneira e sem muita esperança, com a destrutividade humana.<sup>114</sup>

---

<sup>110</sup> Ibidem, p. 90-91, grifos nossos.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 90, grifos nossos.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 81-82.

<sup>114</sup> “Provavelmente, determinada percentagem da humanidade sempre permanecerá associal, devido a uma predisposição doentia ou a um excesso de força instintual, mas, se for possível converter em minoria a maioria que hoje é hostil à cultura, muito se terá alcançado, *talvez tudo o que se pode alcançar*”, (FREUD, Sigmund, O futuro de uma ilusão, In: \_\_\_\_\_, **Obras Completas**. Volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p. 238, grifos nossos).

Entretanto, é importante ter em consideração aqui a leitura de Leandro Konder, que sugere que Freud acredita estar polemizando com Marx quando, na verdade, o está com Reich:

Freud acusava o marxismo de ser ingênuo ou simplista, de supor que a agressividade humana nascera com a propriedade privada e se extinguiria com ela. Acusava Marx de supor que, com o comunismo, se chegaria a uma sociedade absolutamente sem coerção. Para tais acusações, contribuíam certamente o pessimismo de Freud, seu ceticismo em relação à natureza humana. Mas as acusações decorriam também da confusão estabelecida por Reich entre suas próprias concepções e aquelas que ele atribuía a Marx. Na realidade, Marx dificilmente subscreveria algumas das teses de Reich que Freud estava criticando.<sup>115</sup>

Por último, sem poder nos aprofundar neste ponto, também é importante considerar em maior detalhe as leituras de Marx realizadas por Freud. Neste sentido,

É preciso atentar para o fato de que Freud faz, nesta conferência [*Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXXV: A questão de uma Weltanschauung* (1932)], uma distinção de valor muito clara entre ‘os escritos de Marx’ e o que ele chama de ‘marxismo teórico, tal como foi concebido no bolchevismo russo’, no qual aqueles escritos ‘assumiram o lugar da Bíblia e do Alcorão, como fonte de revelação’. É somente nesse marxismo teórico do bolchevismo russo que ele reconhece todos os traços de uma *Weltanschauung* de tipo religioso e que é objeto de sua crítica. O pensamento de Marx, Freud o entende, ao contrário, como ‘sendo originalmente uma parcela da ciência’.<sup>116</sup>

O segundo dualismo pulsional de Freud tem sido motivo de controvérsia até hoje. Autores como Wilhelm Reich, Erich Fromm e Max Horkheimer em um primeiro momento de sua obra, rejeitaram a noção de pulsão de morte. Reich, como vimos anteriormente, advertiu do risco de a psicanálise se reduzir a uma ideologia reacionária identificada com a ordem burguesa, levando a um “ceticismo paralisador” por ter concebido “instintos destrutivos como sendo fatores biológicos primários que dominam irremediavelmente o destino humano.”<sup>117</sup> A pulsão de morte terminaria representando uma natureza humana condenada à violência e à destruição, justificando também os dispositivos repressivos desenvolvidos para lidar com essa destrutividade.

Por outro lado, Erich Fromm, cuja obra retoma motivos reichianos, procurando historizar categorias freudianas, irá abandonar a teoria da libido e se distanciará do “biologicismo” freudiano, apontando o risco da antropologização da pulsão de morte.<sup>118</sup> No

<sup>115</sup> KONDER, Leandro, Como Freud via Marx?, *In: \_\_\_\_\_, O marxismo na batalha das ideias*, São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 110.

<sup>116</sup> OLIVEIRA, Claudio, Economia marxista e economia freudiana ou política e pulsão, *In: Revista Crítica Marxista*, nº 27, Campinas, São Paulo, Cemarx, IFCH, Unicamp, 2008, p. 53.

<sup>117</sup> REICH, Wilhelm, *Psicologia de massas do fascismo*, op. cit., p. 25.

<sup>118</sup> Por exemplo, na obra *Estudos sobre Autoridade e Família*, de 1936, dirigida por Fromm, a importância dedicada à família na constituição do supereu como a instância de internalização da autoridade e, portanto, como lugar de articulação entre a autoridade externa e a interna, buscava relativizar o complexo de Édipo como mecanismo de aplicação universal, salientando antes os mecanismos (historicamente mediados) de adaptação da estrutura

complexo de Édipo, a mistura de *medo e agressividade* provocados na criança pela ameaça de castração que representa a figura do pai, serão recalçados e introjetados, dando origem ao Supereu, como instância de vigilância e punição contra as pulsões proibidas. Segundo Freud, o *medo* de perder o amor e ficar desamparado é o motivo da dependência dos outros e é o que leva o Eu a se submeter a uma influência externa (que é o que determina o que será tido como bom ou mau).<sup>119</sup> O *medo* da autoridade externa leva à repressão das pulsões, que é para Freud a origem do sentimento de culpa.<sup>120</sup> Entretanto, o medo da autoridade externa é diferente do medo da autoridade introjetada, o Supereu. Neste caso, o desejo, que não desaparece, não pode ser escondido do Supereu.<sup>121</sup> Assim, uma considerável *agressividade* deve se desenvolver na criança contra a autoridade que lhe proíbe as suas primeiras e intensas satisfações.<sup>122</sup> Quanto mais forte for o Supereu, no qual participarão tanto o rigor da educação que receba a criança como toda a influência do meio social, mais fraco será o Eu, sempre à procura de amor e proteção, fundamento do posterior *desejo de submissão* à autoridade. Relacionado à questão do masoquismo<sup>123</sup>, encontram-se aqui todos os elementos que, explorados, podem fundamentar segundo Fromm uma sociedade autoritária e uma ordem social fascista.<sup>124</sup> O *medo* e o *ódio* são também o fundamento da já citada fórmula reichiana, que definiu o caráter fascista como uma mistura de “revolta contra a autoridade, acompanhada de respeito e submissão”<sup>125</sup>, elaboração social daquelas duas emoções primárias.

Do mesmo modo, para Max Horkheimer, nos anos ‘30, o caráter imanente da agressividade impediria pensar, do ponto de vista de uma sociologia marxista, a superação do narcisismo e da pulsão de morte como formas históricas da alienação.<sup>126</sup> Se a pulsão de morte tem caráter originário, o conflito se deslocaria da oposição entre cultura versus instintos para um antagonismo intra-pulsional. Deste modo, toda a dimensão social da repressão, o mundo externo e sua moral repressora, que representava um dos polos do dualismo contra o polo da libido, desaparece da análise, dando lugar a um conflito previamente constituído entre pulsão de vida e pulsão de morte.

---

pulsional à estrutura social (MARIN, Inara Luisa, *Psicanálise e emancipação na teoria crítica*, In: NOBRE, Marcos (Org.), **Curso livre de teoria crítica**, Campinas, SP, Papyrus, 2008, p. 234).

<sup>119</sup> FREUD, Sigmund, *O Mal-Estar na civilização*, op. cit., p. 93-94.

<sup>120</sup> Idem, p. 97.

<sup>121</sup> Idem, p. 98.

<sup>122</sup> Idem, p.100.

<sup>123</sup> Idem, p. 87.

<sup>124</sup> MARIN, Inara Luisa. *Psicanálise e emancipação na teoria crítica*, op. cit., p. 235.

<sup>125</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 34.

<sup>126</sup> MARIN, Inara Luisa. *Psicanálise e emancipação na teoria crítica*, op. cit., p. 236.



Contra estas leituras, Adorno e Herbert Marcuse vão considerar que a pulsão de morte representa um momento de *negatividade* fundamental que é o que precisamente impede reduzir a psicanálise a uma terapêutica da adaptação à ordem social presente, resgatando todo seu potencial crítico. Segundo Adorno, é precisamente o “espírito dominante que gostaria de banir tudo que não é um fato positivo”<sup>127</sup>, ocultando o caráter antagônico da realidade social<sup>128</sup>. No mesmo sentido, afirma que “Toda imagem do ser humano é ideologia, exceto a negativa.”<sup>129</sup> Contrariamente a um ceticismo paralisador, a pulsão de morte freudiana revela para Adorno o caráter *dialético* do conflito entre cultura e instinto, contradição que Freud (como todo pensador burguês radical, em palavras de Adorno), deixa “irresolvida”.<sup>130</sup> Assim, “a incerteza da própria finalidade da adaptação, a desrazão da ação racional, que a psicanálise revela, refletem algo da desrazão objetiva. Elas se tornam *uma denúncia da civilização*.”<sup>131</sup> Antes do que um pessimismo resignado, *o caráter dialético da irredutibilidade* do conflito indivíduo-sociedade permite uma conclusão que é fundamental: o poder, por meio de todos os mecanismos de subjetivação que seja capaz de desenvolver historicamente, nunca poderá fechar essa fratura e produzir integralmente o sujeito perfeitamente adaptado aos imperativos econômicos. Em uma frase admirável, Adorno escreve que

O sujeito, em que a psicologia preponderou como algo subtraído à racionalidade social, valeu desde sempre como anomalia, como um excêntrico; na época totalitária seus lugares são os campos de trabalho ou de concentração, onde ele é bem ‘aprontado’, bem integrado.<sup>132</sup>

Se “a meta da personalidade bem integrada é inaceitável”<sup>133</sup> em função de uma objetividade contraditória, é precisamente o caráter de demarcação entre o psíquico e o somático do conceito de pulsão de Freud, o que permite pensar que a dialética pulsional do indivíduo representará um potencial de resistência na medida em que a psique passa a ser um novo campo de batalha<sup>134</sup> e não a simples produção laboratorial da dominação.

---

<sup>127</sup> ADORNO, Theodor, A psicanálise revisada, *In: \_\_\_\_\_, Ensaios sobre a psicologia social e psicanálise*, Tradução Verlaine Freitas, 1ª ed., São Paulo, Editora Unesp, 2015, p. 60.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>129</sup> ADORNO, Theodor, Sobre a relação entre sociologia e psicologia, *In: \_\_\_\_\_, Ensaios sobre a psicologia social e psicanálise*, Tradução Verlaine Freitas, 1ª ed., São Paulo, Editora Unesp, 2015, p. 103.

<sup>130</sup> ADORNO, Theodor, A psicanálise revisada, *op. cit.*, p. 68.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 68-69, grifos nossos.

<sup>132</sup> ADORNO, Theodor, Sobre a relação entre sociologia e psicologia, *op. cit.*, p. 87.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>134</sup> SAFATLE, Vladimir. Freud em Frankfurt: a função da psicanálise no pensamento de Theodor Adorno, *op. cit.*, p. 75.

### 1.3.6. Irrracionalidade socioeconômica e personalidade mutilada

Para Adorno, a cisão indivíduo-sociedade não pode ser resolvida por uma síntese teórica, e ignorar a sua irreduzibilidade leva ao erro de tentar explicar o social pelo psicológico (como, por exemplo, pensar o fascismo como resultado direto da manifestação coletiva da pulsão de morte), operando a sociologização de categorias psicanalíticas.<sup>135</sup> Crítico da psicologização do social, Adorno considera que nos chamados *mitos* de Freud, “O histórico se torna invariável, e o psíquico, por sua vez, realidade histórica.”<sup>136</sup> Segundo Adorno, “Freud esquece as próprias modificações, descobertas por ele, de todo o real no inconsciente, e assim conclui equivocadamente por realidades factuais, como o parricídio da horda primitiva.”<sup>137</sup> No ensaio *Psicologia de massas e análise do eu*, Freud escreve que “O líder da massa continua a ser o temido pai primordial, a massa quer ainda ser dominada com força irrestrita, tem ânsia extrema de autoridade ou, nas palavras de Le Bon, sede de submissão”.<sup>138</sup> Remetendo-se à sua tese da horda primordial, Freud parece concluir que os laços libidinais de meta inibida constitutivos de uma massa estão sobredeterminados pela atualização dos arcaísmos que são revividos pela figura do líder. Assim, massa se reduz, lebonianamente, a massa fascista.

Adorno descreve criticamente o “método” de Freud nas suas obras mais sociológicas: “penetrar nas profundezas arcaicas do indivíduo e tomá-lo como um absoluto que somente se vincula à totalidade através de sofrimento e penúria da vida.”<sup>139</sup> Diferentemente, Adorno defende que “uma psicologia social analítica teria que descobrir forças sociais determinantes nos mecanismos mais íntimos do indivíduo”, para “perceber os mecanismos sociais que produziram a individualidade.”<sup>140</sup> E o fundamento disto encontra-se em que

a psicanálise radical, ao se dirigir à libido como algo pré-social, alcança tanto filogenética quanto ontogeneticamente aqueles pontos em que o princípio social da dominação coincide com o princípio psicológico da repressão pulsional.<sup>141</sup>

Assim, a análise deve estar orientada à totalidade do processo vital, considerando a complexa articulação entre fatores sociais e psicológicos, uma vez que “Os desideratos da

---

<sup>135</sup> É a crítica de Herbert Marcuse a Erich Fromm no posfácio de *Eros e civilização* (1955), e a crítica de Adorno ao revisionismo neofreudiano representado por Karen Horney, os quais, substituindo a psicologia pulsional de Freud pelo ambiente social (ADORNO, Theodor, *A psicanálise revisada*, op. cit., p. 51), acabam *sociologizando* categorias como caráter (Ibidem, p. 52) ou sadismo (Ibidem, p. 54).

<sup>136</sup> Adorno refere a Kardiner a expressão “mitos de Freud”, como “a tradução do intramental em uma facticidade duvidosa.” (ADORNO, Theodor, *Sobre a relação entre sociologia e psicologia*, op. cit., p. 96).

<sup>137</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>138</sup> FREUD, Sigmund, *Psicologia das massas e análise do eu*, op. cit., p. 91.

<sup>139</sup> ADORNO, Theodor, *A psicanálise revisada*, op. cit., p. 63.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 52-53, grifos nossos.

economia psíquica e dos processos vitais da sociedade não são redutíveis a uma fórmula comum.”<sup>142</sup> Por outro lado, Adorno descarta a crença do indivíduo como uma unidade harmônica, porque um tal sujeito resulta ser impossível em uma sociedade cindida. Para este autor, a personalidade não constitui uma totalidade harmoniosa e equilibrada; contrariamente, poderia ser pensada como “um sistema de cicatrizes [mal] integradas pelo sofrimento”<sup>143</sup> porque é justamente por meio dessas feridas que a sociedade incide sobre o indivíduo, já na primeira infância. A destruição freudiana do mito da estrutura orgânica da psique revela, segundo Adorno, como Freud compreendeu bem a “essência da mutilação social”.<sup>144</sup> Uma personalidade harmoniosamente integrada só seria possível em uma sociedade não traumática.

É neste sentido, portanto, que para Adorno “a lógica socialmente irracional torna-se também individualmente irracional.”<sup>145</sup> Como consequência, o caráter mutilado pelos recalques não pode resolver suas feridas no âmbito do psíquico para alcançar posteriormente uma integração equilibrada com a sociedade, uma vez que é a própria sociedade antagônica a que produz indivíduos danificados.<sup>146</sup> Desta maneira, o recurso a uma psicologia social de orientação psicanalítica na pesquisa sobre a personalidade autoritária, certamente não buscava resolver as contradições que revelavam as falas dos altos pontuadores da Escala F nas entrevistas clínicas, mas antes, entender essas contradições como produto da incidência da irracionalidade socioeconômica na psique dos indivíduos.

Se para Freud a repressão pulsional é pressuposto do desenvolvimento cultural, Adorno lembra que Freud não ignorou o “fato da renúncia pulsional exigida do indivíduo não ser correspondida pelas compensações com as quais aquela pode ser justificada pela consciência”.<sup>147</sup> Isto é fundamental na perspectiva de Adorno, porque implica que um Eu racional não será suficiente para que o indivíduo consiga fazer as renúncias exigidas, muitas delas incompreensíveis. Assim, o Eu

tem que se tornar inconsciente, um fragmento da dinâmica pulsional, mas acima da qual ele deve novamente se elevar. A *função cognitiva*, que é realizada pelo eu em virtude da autoconservação, deve ser sempre interrompida mais uma vez, bem como a *autoconsciência* deve fracassar, em virtude da mesma autoconservação.<sup>148</sup>

---

<sup>142</sup> ADORNO, Theodor, Sobre a relação entre sociologia e psicologia, op. cit., p. 105. Segundo Adorno, aquilo que para a psicologia pode ser uma racionalização do indivíduo, muitas vezes é uma necessidade para a sociedade garantir sua reprodução.

<sup>143</sup> ADORNO, Theodor, A psicanálise revisada, op. cit., p. 48.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>145</sup> ADORNO, Theodor, Sobre a relação entre sociologia e psicologia, op. cit., p. 90.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 102 a 106.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 108, grifos nossos.

Em consequência, o Eu que regride ao inconsciente deve representar, ao mesmo tempo, necessidades de autoconservação e necessidades pulsionais, resultando em um Eu fortemente exigido que apresenta uma grande fragilidade em relação ao Isso.<sup>149</sup> A autoconservação é alcançada por meio do fracasso da formação do Eu, através de uma regressão que Adorno remete ao conceito freudiano de *libido do eu*.<sup>150</sup> As pulsões são desviadas para metas egóicas, mas o Eu que regride ao Isso não desaparece nem perde muitas de suas funções sociais, mas as subordina ao Isso. Este *narcisismo socializado*, segundo Adorno, “unifica completa e impiedosamente a racionalidade parcial do interesse próprio com aquelas más formações irracionais de tipo destrutivo e autoaniquiladoras”<sup>151</sup>, que são as massas tal como descritas por Le Bon ou McDougall. Assim, a análise de Adorno consegue demonstrar como a irracionalidade da massa fascista está baseada na racionalidade ferida de cada indivíduo. Por isso, acerta Adorno quando afirma que a grande questão de como as massas fascistas podem ir contra seus próprios interesses só tem validade *ex post*, dado que o comportamento autoritário, no momento de sua manifestação, resulta *racional* ao agente<sup>152</sup>, quer dizer, àquele indivíduo mutilado. É desta única maneira que o fascismo consegue impor politicamente um projeto reacionário a serviço do grande poder econômico: não contra as maiorias, mas através delas.<sup>153</sup>

### 1.3.7. Fusão e desfusão pulsional como operação política

A crítica adorniana da psicologização do social e a sua leitura dialética da teoria pulsional do Freud previnem contra a leitura do fascismo como expressão coletiva da pulsão de morte. Adorno deixa claro que “as relações entre seres humanos não surgem nem de suas vontades livres, nem de suas pulsões, mas sim de leis sociais e econômicas que se impõem sobre suas cabeças.”<sup>154</sup> Por outro lado, a incompreensão (“obscurecimento”) da “identidade entre os esforços do poder supostamente apenas sociais e os impulsos sexuais”<sup>155</sup>, colaborou para a barbárie que foi a política fascista de aniquilação. Neste sentido,

as pulsões e suas manifestações são decorrências da constituição do sujeito e seus destinos ligados às experiências de amparo/desamparo na vida relacional social. Os famosos ‘textos sociais’ de Freud abordam a complexidade da constituição do sujeito articulado às modalidades de laço social na modernidade. Portanto, *as pulsões são*

---

<sup>149</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 107 e 109.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>154</sup> ADORNO, Theodor, A psicanálise revisada, op. cit., p. 63.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 54.

*incitadas e autorizadas a ligar-se ou desligar-se, a depender do pacto social, suas interdições, permissões e transgressões. A licença para matar, seja na guerra ou fora dela, como vemos atualmente no país, organiza-se em um tempo definido, no qual se localiza o inimigo como exterior e deletério ao grupo social. Sobre ele autoriza-se que recaia não apenas o objetivo estratégico de luta, mas o excesso sem limites, o gozo de humilhar e destruir sem que se arque com a responsabilidade, com a possibilidade de até mesmo ser considerado um herói.”<sup>156</sup>*

Deste modo, pensar o fascismo em termos de um processo *socialmente determinado* de fusão e des fusão pulsional operando sobre estruturas de personalidade com predisposição ao autoritarismo, significa estudar os modos específicos da incidência ideológica do discurso do líder na dialética pulsional dos indivíduos, provocando uma junção exata entre preconceitos e mobilização de emoções primárias (medo e ódio).

Assim, a crítica que interpretava o segundo dualismo pulsional freudiano como um conflito imanente à psique, uma espécie de natureza humana estruturada antes das demandas e pressões da realidade externa, fica refutada. O funcionamento da vida psíquica pensado em termos de um conflito entre pulsão de vida e pulsão de morte “seria ritmado por um movimento pendular que faz alternar certas pulsões”<sup>157</sup> com outras, e é aqui que a realidade social, com seus pactos políticos, com suas proibições e autorizações, impulsiona e incide sobre esse movimento pendular de fusão e des fusão pulsional. Neste sentido, o aumento da propaganda autoritária funciona como um dispositivo que libera a agressividade da massa contra um objeto de ódio pré-determinado, ativando a pulsão de morte nos indivíduos. O fascismo não é resultado da pulsão de morte de uma personalidade autoritária; bem ao contrário, o fascismo é uma operação política, decidida pelo poder econômico, que recorre à formação de massas e à ativação da pulsão de morte nos indivíduos que as compõem para obter uma base social de apoio para impor seu projeto reacionário.

Vimos que para Freud, a pulsão de vida e a pulsão de morte, apresentadas como polaridade, não se excluem mutuamente; dificilmente operam isoladas uma da outra; inclusive podem se fundir até se tornarem irreconhecíveis.<sup>158</sup> A problemática do sadismo exemplifica bem, para Freud, a natureza dessa relação; assim, “onde surge sem propósito sexual, ainda na mais cega fúria destruidora, é impossível não reconhecer que sua satisfação está ligada a um prazer narcísico extraordinariamente elevado, pois mostra ao Eu a realização de seus antigos desejos de onipotência.”<sup>159</sup> O modo como o discurso do líder, autorizando os impulsos

<sup>156</sup> ROSA, Miriam Debieux; PENHA, Diego Amaral, Morte, política e moral, In: AMBRA, Pedro, et al. Dossiê Pulsão de Morte, Revista **CULT**, Ano 23, N. 256, abril de 2020, p. 32, grifos nossos.

<sup>157</sup> ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel (Orgs.), **Dicionário de psicanálise**, op. cit., p. 488.

<sup>158</sup> FREUD, Sigmund, O Mal-estar na civilização, op. cit., p. 86-87.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 89.

agressivos, intervém nesta dinâmica de fusão e des fusão pulsional, fica exemplificado na observação de Bettelheim a que se refere Max Horkheimer:

para as vítimas do campo de concentração era preferível que tivessem um torturador que golpeando-os chegasse ao orgasmo, que quando já havia se interrompido a relação entre sexualidade e exercício da tortura; o desejo de crueldade racionalizada ou mal racionalizada de semelhante verdugo não se acalma sequer com a morte da vítima, mas chega até o infinito.<sup>160</sup>

Formular o processo de fascistização de um indivíduo como a autorização de seus impulsos agressivos por parte do discurso do Führer, que uma vez incitados não podem senão evoluir em um processo de intensificação até a sua des fusão da pulsão de vida, pode contribuir a explicar a extrema crueldade da barbárie fascista que, como citado, encarna-se na figura monstruosa do torturador que não se satisfaz com a morte de sua vítima.

Neste sentido, é tentador caracterizar o infinito fascista como pura vontade de destruição do existente.<sup>161</sup> É fácil concluir que o fascismo é absolutamente incapaz de construir nada, exceto de organizar tecnicamente a descida a um Maelström de aniquilação. Porém, Adorno bem lembra que a pulsão de morte do fascismo surge da pulsão de vida dos grupos (economicamente) mais poderosos.<sup>162</sup>

### 1.3.8. As técnicas psicológicas dos agitadores fascistas

Está claro que a irracionalidade dos objetivos do fascismo, formar uma base social que apoie um projeto que vá contra seus próprios interesses, impede todo discurso baseado em argumentos racionais. Sua propaganda “precisa ser orientada psicologicamente e tem que mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos.”<sup>163</sup> Por sua vez, vimos que o êxito

<sup>160</sup> HORKHEIMER, Max, El psicoanálisis desde el punto de vista de la psicología, *In: \_\_\_\_\_, Sociedad en transición: estudios de filosofía social*, Barcelona, Editorial Planeta-De Agostini, 1986, p. 193: “para las víctimas del campo de concentración era preferible que tuviesen un torturador que al golpearles llegase al orgasmo, que cuando ya se había interrumpido la relación entre sexualidad y ejercicio de la tortura; el ansia de crueldad racionalizada o apenas racionalizada de semejante verdugo no se aplaca siquiera con la muerte de la víctima, sino que llega hasta lo infinito”, (Tradução nossa).

<sup>161</sup> Infinito em um sentido literal: há, na estrutura relativamente rígida e constante das personalidades autoritárias, “um desejo inconsciente de destruição, *até delas próprias*”, (HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor, Preconceito, *In: \_\_\_\_\_ (Org.), Temas básicos da sociologia*, op. cit. p. 179, grifos nossos).

<sup>162</sup> ADORNO, Theodor, Sobre a relação entre sociologia e psicologia, op. cit., p. 92. Seria possível dizer que essa relação fascistas-grande burguesia provoca uma analogia com o referido processo de fusão e des fusão, não fosse que o conceito de pulsão de vida fica descaracterizado quando pensado em relação à lógica destrutiva do capital. Para pensar a relação entre grande capital e regime fascista, talvez seja melhor retomar a ideia de que o processo de fascistização envolve um *processo de ajustamento* entre os interesses do grande capital e o Estado fascista em construção, para evitar reducionismos e reconhecer a autonomia relativa da política em relação ao campo econômico.

<sup>163</sup> ADORNO, Theodor. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista, *In: \_\_\_\_\_, Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*, Tradução Verlaïne Freitas, 1ª ed., São Paulo, Editora Unesp, 2015, p. 184.

da propaganda fascistizante não depende de si própria, mas do seu encontro com um tipo determinado de personalidade já existente, com predisposição ao autoritarismo, que reproduz, na sua constituição mutilada, as irracionalidades da objetividade socioeconômica. Por esta causa, os estudos realizados dentro do Programa de Pesquisa em Antissemitismo dirigido por Max Horkheimer incluíram não só a pesquisa sobre *A personalidade autoritária*, mas também uma série de análises sobre a propaganda antidemocrática e antisemita existente nos Estados Unidos nos anos 30 e 40. Estes estudos se basearam em transcrições de programas radiofônicos, panfletos e publicações semanais de agitadores de movimentos fascistas da Costa Oeste estadunidense.

Antes do início da colaboração com o grupo de psicólogos sociais de Berkeley, Adorno já tinha escrito, em 1943, uma monografia sobre as técnicas de manipulação psicológica de um agitador fascista, o pastor Martin Luther Thomas<sup>164</sup>, a partir de transcrições de seus programas de rádio realizados entre maio de 1934 e julho de 1935.<sup>165</sup> Leo Lowenthal e Norbert Guterman, por outro lado, realizaram um profundo estudo sobre o discurso de mais de uma dezena de agitadores fascistas, reunido em *Prophets of Deceit*<sup>166</sup>, obra de referência até hoje sobre o tema.<sup>167</sup> Desta maneira, o Programa conseguia estudar tanto a predisposição ao autoritarismo existente em uma parte de uma sociedade democrática quanto, do lado da propaganda, as técnicas de manipulação psicológica por meio das quais agitadores procuravam ativar essas tendências autoritárias latentes. Como vimos, a psicologia social de orientação psicanalítica constituiu a mediação para investigar a relação entre o estímulo, a predisposição ao autoritarismo e a reação subjetiva, a massa fascista mobilizada, no contexto de uma teoria objetiva das contradições políticas e econômicas da sociedade moderna.

Deste modo, a pesquisa de *A Personalidade Autoritária* resulta mais valiosa ainda quando complementada com a investigação de *Prophets of Deceit* e os ensaios sobre antissemitismo e o discurso dos agitadores. Os numerosos panfletos e programas radiofônicos estudados revelaram não só a enorme semelhança entre o discurso dos agitadores e o discurso

---

<sup>164</sup> Essa monografia “tratava dos estímulos mais ou menos estandarizados, mas de nenhuma maneira demasiado numerosos, que empregam os agitadores fascistas. Nesse trabalho, recorri mais uma vez à concepção que estava por trás do ‘Music Study’ do ‘Princeton Radio Research Project’: tratar da mesma maneira tanto os modos de reação quanto as influências objetivas”, (ADORNO, Theodor. Experiências científicas nos Estados Unidos, op. cit., p. 170).

<sup>165</sup> CARONE, Iray. Fascismo on the air. Estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista, *In: Revista Lua Nova* nº 55-56, São Paulo, CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), 2002, p. 195.

<sup>166</sup> LOWENTHAL, Leo; GUTERMAN, Norbert. *Prophets of Deceit. A study of the technics of the American Agitator*, publicada em 1950 como o volume 5 dos *Studies in Prejudice* organizados por Horkheimer e Flowerman, referidos bibliograficamente no início deste mesmo capítulo, cujo volume 1 é *A personalidade Autoritária*.

<sup>167</sup> Cf. CARONE, Iray. Fascismo on the air. Estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista, op. cit., p. 209 e ss.

de Hitler, senão também que o lado do “estímulo” estava composto de um reduzido número de truques retóricos padronizados, apoiados em rígidos estereótipos cuja repetição embota as reações e “confere à trivialidade propagandística uma espécie de auto-evidência axiomática e as resistências da consciência crítica são minadas.”<sup>168</sup> Em relação a esta complementariedade entre ambas pesquisas, Adorno e Horkheimer afirmam que as investigações de *A personalidade autoritária*

encontraram sua máxima confirmação nas que foram realizadas sobre os agitadores; o parentesco entre ambos estudos – cuja realização é, em tudo o mais, bastante diferente – demonstra-se através do fato de que toda uma série de categorias fundamentais, como as do pensamento estereotipado, o sadismo encoberto, a adoração da força, o reconhecimento cego de tudo o que é eficaz, puderam ser utilizadas em ambos os casos, [...] índice de que a correspondência entre os falsos líderes e os seus sequazes, postulada no início apenas como hipótese, existe de fato.<sup>169</sup>

Adorno dedicará quatro artigos ao tema do agitador fascista e da propaganda autoritária: o já citado *A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas* (1943)<sup>170</sup>, *Antissemitismo e propaganda fascista* (1946)<sup>171</sup>, *Elementos do antissemitismo* (artigo acrescentado à edição de 1947 de *Dialética do Esclarecimento*)<sup>172</sup>, e *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista* (1951)<sup>173</sup>.

Os estudos mostraram que a propaganda fascista nos Estados Unidos não discorria sobre questões políticas concretas. A agressividade promovida pelos agitadores estudados revelava um cálculo psicológico antes do que a preocupação em apresentar fins racionais por meio de argumentos racionais.<sup>174</sup> Toda proposta política ou toda ideia concreta, se havia, se encontrava sempre subordinada ao impacto psicológico do discurso no público, buscando convencer manipulando os mecanismos inconscientes dos ouvintes.<sup>175</sup> Diferentemente de uma propaganda mais tradicional, cuja exposição apelava a interesses objetivos, Adorno aponta que o discurso dos agitadores fascistas apresentava um *tom pessoal*, procurando criar uma espécie de espaço

<sup>168</sup> HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor, Preconceito, *In*: \_\_\_\_\_ (Org.), **Temas básicos da sociologia**, op. cit. p. 174-175.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 176.

<sup>170</sup> ADORNO, Theodor, **A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas [1943]**, Trad. Francisco Rüdiger. Disponível em < <https://www.marxists.org/portugues/adorno/ano/mes/palestras.htm> >. Acesso em: 10 ago. 2020.

<sup>171</sup> ADORNO, Theodor, **Antissemitismo e propaganda fascista**, *In*: \_\_\_\_\_, **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**, Trad. Verlaïne Freitas, 1ª ed., São Paulo, Editora Unesp, 2015, p. 137-152, (escrito em colaboração com Leo Lowenthal e Paul W. Massing).

<sup>172</sup> ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max, **Elementos do antissemitismo: Limites do esclarecimento**, *In*: \_\_\_\_\_, **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**, Trad. Guido Antônio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar, 2006, p. 139-171.

<sup>173</sup> ADORNO, Theodor, **Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista**, op. cit., p. 153-189, (escrito em colaboração com Max Horkheimer).

<sup>174</sup> ADORNO, Theodor. **Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista**, op. cit., p. 153-154.

<sup>175</sup> ADORNO, Theodor. **Antissemitismo e propaganda fascista**, op. cit., p. 138.



privado onde o ouvinte se sentisse pessoa de confiança. Antes do que apresentar propostas políticas objetivas, o agitador recorria a supostas confissões que provocavam a curiosidade do ouvinte, a sensação de se sentir incluído quando lhe confessavam dificuldades financeiras ou os supostos delitos que teriam sido cometidos pelo inimigo. Isto explorava, segundo Adorno, elementos da cultura de massa, como os segredos ou escândalos dos famosos, apresentando o agitador como uma pessoa comum, modesta, igual ao seu ouvinte, um alguém que solitariamente, quase sem recursos, enfrentava heroicamente uma batalha pelo renascimento de uma América ameaçada. A linguagem vaga com que descrevia estas aspirações salvacionistas tinha a função de ocultar motivações antidemocráticas que a tradição estadunidense, diferentemente da Alemanha de Weimar, teria rejeitado.<sup>176</sup> Assim,

A frieza inerente a uma argumentação objetiva intensifica os sentimentos de desespero, isolamento e solidão dos quais, virtualmente, todo indivíduo sofre na atualidade. Desses sentimentos ele deseja escapar quando ouve qualquer tipo de discurso público, e isso foi entendido pelos fascistas: a sua fala é pessoal.<sup>177</sup>

Porém, esta personalização não significa um discurso paternalista. O discurso do agitador busca a transformação dos indivíduos ouvintes em uma massa disposta a ações violentas, sem estabelecer um fim político concreto e racional.<sup>178</sup> Se neste primeiro momento a tarefa do agitador é a captura do indivíduo e a sua integração em uma massa em formação, a personalização do seu discurso excluirá portanto todo paternalismo; pelo contrário, ele buscará a “substituição de um imaginário paterno por um ego coletivo.”<sup>179</sup> Adorno não diferencia, em seus textos sobre agitadores, antissemitismo e propaganda fascista, entre discurso do agitador e discurso do líder. Mas seria possível considerar o discurso do agitador fascista como uma espécie de momento preparatório para o posterior aparecimento de líder, em processo de construção. Assim, o discurso do líder apresentaria, em um segundo momento, a figura que consolida e garante a coesão da massa já formada, este sim sendo o discurso que provoca a regressão do indivíduo ao estado de horda primordial, segundo o modelo freudiano, pela reconstrução da figura do pai primitivo. Este processo de fascistização discursiva, do discurso do agitador para o discurso do líder, não implica uma diferenciação substantiva dos recursos de manipulação psicológica, mas sim a intensificação dos estímulos aos impulsos agressivos dos indivíduos, resultando na ativação da personalidade autoritária latente.

---

<sup>176</sup> ADORNO, Theodor. **A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas [1943]**, op. cit., p. 2. (Como este texto é online e não tem paginação, o número de página aqui indicado só pretende ser uma ajuda para facilitar a localização das citações a partir da numeração da impressão deste artigo).

<sup>177</sup> Idem, p. 1.

<sup>178</sup> ADORNO, Theodor, Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista, op. cit., p. 154.

<sup>179</sup> ADORNO, Theodor, Antissemitismo e propaganda fascista, op. cit., p. 139.

A transição do agitador para o líder pode representar a grande operação comunicacional do fascismo: o agitador busca se apresentar, inicialmente, como mensageiro e não como salvador. Mero anunciador de vagas mudanças, violentas mas necessárias, a imagem do agitador como mensageiro, segundo Adorno, reflete o declínio da figura paterna como garantia da autonomia econômica familiar nas novas condições do capitalismo contemporâneo. Assim,

Líder fascista é o que adquire poder a medida em que ‘desiste de si mesmo’ e se rende à coletividade: ele deriva sua autoridade desta última” [e por isso] “Hitler representa antes de mais nada o filho rebelde e neuroticamente debilitado, que tem sucesso por causa dessa debilidade, que lhe permite confundir-se com seus iguais dentro do movimento.”<sup>180</sup>

Contudo, a manipulação dos mecanismos inconscientes dos seguidores que opera o discurso fascista consegue transformar o mensageiro, progressivamente, em aquilo que ele inicialmente anunciava: o salvador, o líder, o redivivo pai da horda primordial.

O clima de agressividade e irracionalidade que busca promover o agitador na sua audiência obedece certamente a um método, uma aplicação metódica da irracionalidade, constituído por um conjunto de dispositivos psicológicos que procuram atingir emoções básicas, medos e frustrações dos ouvintes: “Técnicas racionalmente calculadas produzem o que é ingenuamente considerado como a irracionalidade ‘natural’ das massas.”<sup>181</sup>

Adorno afirma que o pastor Martin Luther Thomas conhecia por inteiro as técnicas de Hitler, mas as adaptava às características emocionais do seu público estadunidense.<sup>182</sup> Estas são denominadas *o ardil do lobo solitário, o expediente da liberação emocional, do inocente perseguido, da infatigabilidade, do mensageiro, do pequeno grande homem, do interesse humano e do bom e velho tempo*.<sup>183</sup> Com estas oito categorias, Adorno procura sistematizar as técnicas psicológicas que constituíram o fundamento racional da irracionalidade do discurso dos agitadores.

Se apresentando como um *lobo solitário*, o pastor Martin Luther Thomas buscava criar em suas palestras radiofônicas a imagem de alguém cuja palavra não estava comprada por algum poder político, mas era a fala espontânea de um lutador independente. As confissões de sua fragilidade financeira e seus humilhantes e reiterados pedidos de ajuda econômica pretendiam funcionar como a prova da verdade de sua palavra frente ao grande poder

---

<sup>180</sup> ADORNO, Theodor. A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas, op. cit., p. 11.

<sup>181</sup> ADORNO, Theodor, Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista, op. cit., p. 185.

<sup>182</sup> ADORNO, Theodor. A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas, op. cit., p. 3.

<sup>183</sup> Idem, p. 3 a 18.

concentrado e interessado das grandes empresas de comunicação.<sup>184</sup> Assim, a denúncia do caráter manipulatório de *todo* discurso público constituía a primeira forma de manipulação dos agitadores, buscando dissimular, por meio da difamação da política, seu próprio caráter político (antidemocrático). Recurso por excelência dos fascistas, a técnica da difamação resulta da incapacidade de o fascismo realizar uma análise crítica por causa de seu caráter não-teórico.<sup>185</sup>

O expediente da *liberação emocional* busca eliminar no indivíduo seu autocontrole, ou seja, o controle que exerce o Eu sobre os impulsos, oferecendo uma planejada satisfação irracional às frustrações e recalques provocados pelas condições socioeconômicas. Entretanto, as satisfações irracionais que promove o discurso fascista são falsas, uma vez que a liberação emocional estimulada está subordinada à manipulação racionalmente planejada do agitador:

a propaganda fascista não pode tocar nas raízes da frustração emocional existente em nossa sociedade por causa de suas próprias finalidades, [...] Não há nenhum prazer ou alegria reais mas só a liberação de sentimento de infelicidade e a consecução de uma satisfação regressiva com a imersão do eu em uma comunidade.<sup>186</sup>

Para Adorno, os agitadores fascistas estimulam a agressividade e canalizam o ódio para um grupo externo determinado para ocultar as verdadeiras raízes sociais do sofrimento psíquico. Como expressão de um movimento reacionário, o fascismo constitui uma falsa revolta<sup>187</sup> contra a ordem que busca perpetuar, e por isso todas as técnicas do discurso fascista convergem para seu principal objetivo, que é produzir a regressão do indivíduo a membro de uma massa. É nesta condição que se torna possível dirigir e explorar com facilidade suas irracionalidades, planejadamente estimuladas.

Sob a máscara do *inocente perseguido*, o pastor-agitador Thomas revela supostas ameaças e conspirações das quais seria vítima, imagina tentativas de envenenamento ou até que sua igreja (Adorno frisa que a descreve como sua *propriedade privada*) pode ser incendiada. Mas estas ameaças são apresentadas de tal maneira que sejam sentidas como ameaças a todos. Desta maneira, Adorno afirma que se consegue racionalizar a agressividade estimulada no grupo como sendo uma autodefesa.<sup>188</sup> A agressividade assim legitimada como autodefesa

<sup>184</sup> Idem, p. 3-4.

<sup>185</sup> ADORNO, Theodor, Antissemitismo e propaganda fascista, op. cit., p. 141.

<sup>186</sup> ADORNO, Theodor, *A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas [1943]*, op. cit., p. 6.

<sup>187</sup> Segundo Wilhelm Reich, como vimos, a função objetiva reacionária do fascismo alemão (nacionalista e imperialista) torna a “revolta das classes médias”, sua base social de apoio, uma paródia de revolução para, precisamente, bloquear verdadeiras transformações sociais. (REICH, Wilhelm, *Psicologia de massas do fascismo*, op. cit. p. 38 e 39).

<sup>188</sup> ADORNO, Theodor. *A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas [1943]*, op. cit., p. 8.

funciona como um acelerador do processo de intensificação do ódio contra o grupo minoritário escolhido.

A *infatigabilidade* aparece recorrentemente nos discursos do pastor-agitador Thomas, tanto atribuída aos supostos conspiradores bolcheviques quanto a si próprio, incansável na sua luta contra os inimigos da América. A exigência de trabalhar sem descanso constitui, para Adorno, uma expressão psicológica típica do fascismo: a urgência de trabalhar sem cessar contra inimigos nas sombras e suas conspirações legitima a opressão de uma autodisciplina que não admite pausas até que a regeneração moral do mundo esteja completada.<sup>189</sup> Deste modo, coloca-se a audiência em um estado de guerra permanente, em um estado de alerta e emergência que naturalmente exige medidas excepcionais.

Sob a figura do *mensageiro*, como vimos, o agitador quer se apresentar como uma pessoa comum, tão fraca e desprovida de poder quanto o ouvinte, buscando desta maneira que a audiência se identifique com ele. O efeito é, previsivelmente, criar o sentimento compensatório de fraternidade entre os fracos “filhos” da coletividade fascista em formação.<sup>190</sup> Neste sentido, os discursos dos agitadores já pressupõem um salvador, o líder de mão firme de quem o agitador é mero anunciador, embora nos inícios do processo de aumento da propaganda autoritária, ainda não exista um nome. A necessidade de um líder para a massa em construção exige, em princípio, um aspirante a ditador qualquer, mas com afinidade estrutural com a personalidade autoritária predominante nas audiências cativadas pela propaganda antidemocrática até esse momento.<sup>191</sup> Um líder que possa representar a figura do *pequeno grande homem*<sup>192</sup>, outra categoria que também veste o incansável agitador-mensageiro, forma paradoxal que busca provocar a identificação do público projetando a imagem de ser tanto um homem *fraco*, indo ao encontro do ressentimento generalizado de se sentir uma simples engrenagem submetida a poderosas forças políticas ou econômicas, quanto a de um homem *forte*, oferecendo uma nova sensação de poder por meio de sua integração à massa em formação.

---

<sup>189</sup> Idem, p. 9.

<sup>190</sup> Idem, p. 10.

<sup>191</sup> Lembrando que, segundo Reich, “um Führer ou o representante de uma ideia só pode ter êxito *quando a sua visão individual, a sua ideologia ou o seu programa encontram eco na estrutura média de uma ampla camada de indivíduos* [e isto] *Somente quando a estrutura de personalidade do Führer corresponde às estruturas de amplos grupos, um ‘führer’ pode fazer história*” (REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 32). Por esta causa, como já vimos no capítulo anterior, para Reich, “é errado explicar o êxito de Hitler apenas com base na demagogia do nacional-socialismo, no embotamento das massas” (Idem, p. 32) ou, do mesmo modo, nas peculiaridades históricas de determinado povo ou nação.

<sup>192</sup> ADORNO, Theodor. **A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas [1943]**, op. cit., p.12.

Finalmente, Adorno aponta que o agitador Martin Luther Thomas recorria à técnica do *interesse humano*, simulando intimidade, familiaridade e preocupação com uma audiência em grande parte constituída por “pessoas da classe média baixa desapontada”<sup>193</sup>, e ao discurso conservador do *bom e velho tempo*, isto é, postulando a fantasia de um modo de vida moralmente superior, buscando compensar frustrações e impotências variadas por meio do enaltecimento de uma “postura ascética, anti-sensual e anti-hedonista.”<sup>194</sup>

Adorno considera que uma teoria abrangente da propaganda fascista não poderia ignorar os seguintes elementos:

1. *A impressionante estereotipia* abundante na propaganda fascista: Adorno destaca não só a constante repetição dos mesmos tópicos na fala de cada o agitador, mas a repetição dos mesmos lugares-comuns entre os diversos agitadores estudados. As pesquisas identificaram aproximadamente 30 dispositivos psicológicos recorrentes (entre as quais, os oito acima descritos), mas eles não se explicam só pelo fato de terem uma mesma fonte em comum (*Mein Kampf*), mas fundamentalmente porque “O possível seguidor fascista demanda esta repetição rígida.”<sup>195</sup> Neste sentido, é importante destacar que

A propaganda fascista precisa apenas *reproduzir* a mentalidade existente para seus próprios propósitos – ela não precisa induzir uma mudança -, e a repetição compulsiva, que é uma de suas características mais importantes, irá se coordenar com a necessidade por sua reprodução contínua.<sup>196</sup>

2. O recurso a *uma linguagem e formas religiosas*: Esvaziado do seu conteúdo dogmático, Adorno aponta a instrumentalização da retórica religiosa (a luta do bem contra o mal, por exemplo) pelo discurso fascista com o objetivo de dotá-lo de um certo aspecto ritual, buscando projetar a imagem de uma comunidade coesa por uma liturgia.<sup>197</sup>

3. *A fetichização das relações de poder*: Vazio de todo conteúdo concreto, a propaganda fascista promove um culto do existente. A exaltação de relações hierárquicas e de poder empurra o indivíduo a seguir o líder pela força que aparenta possuir, prescindindo de ideias ou projetos políticos específicos.<sup>198</sup>

4. O recurso à *insinuação*: Dada a impossibilidade de defender explicitamente, nos Estados Unidos, seja por motivos legais ou de convenção, o nacional-socialismo ou o antissemitismo, o

---

<sup>193</sup> Idem, p. 15 e 16.

<sup>194</sup> Idem, p. 16.

<sup>195</sup> ADORNO, Theodor, Antissemitismo e propaganda fascista, op. cit., p. 148.

<sup>196</sup> ADORNO, Theodor, Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista, op. cit., p. 184.

<sup>197</sup> ADORNO, Theodor, Antissemitismo e propaganda fascista, op. cit., p. 148.

<sup>198</sup> Idem, p. 149.

agitador devia recorrer a formas indiretas. Mas segundo Adorno, a insinuação tornava-se importante pela *gratificação psicológica* que o seguidor sentia a cada vez que compreendia as alusões como se fossem um segredo compartilhado só pelo grupo, confirmando a identidade entre o líder ou agitador e o seguidor.<sup>199</sup>

5. *A performance ritualística* da propaganda fascista: As constantes ameaças de violência política contra os inimigos do movimento projetam o desejo dos agitadores e de sua audiência, e neste sentido, para Adorno, “cada discurso de propaganda exprime, por mais que se oculte, o assassinato sacramental do inimigo escolhido.”<sup>200</sup> Os impulsos agressivos assim estimulados e liberados pelo discurso do agitador, do líder, apontam para a destrutividade como o fundamento último da propaganda fascista.

Neste sentido, o discurso fascista se limita a meras “exibições oratórias”, uma vez que prescinde de qualquer lógica argumentativa, cuja função é construir um “imaginário” no qual corporifica seus fantasmas em determinados grupos minoritários como objeto de ódio para a massa.<sup>201</sup>

Adorno considera que a núcleo psicológico do discurso fascista se encontra no óbvio ganho narcísico que oferece ao seguidor:

Ela sugere constantemente, e algumas vezes de forma maliciosa, que o seguidor, simplesmente por pertencer ao *in-group*, é melhor, superior e mais puro que aqueles que são excluídos. Ao mesmo tempo, qualquer tipo de crítica ou de autoconsciência é ressentida como uma perda narcísica e incita fúria. Isso explica a violenta reação de todos os fascistas contra o que eles julgam *zersetzend* [destrutivo], aquilo que desmascara seus valores mantidos obstinadamente, e também explica a hostilidade de pessoas preconceituosas contra qualquer tipo de introspeção.<sup>202</sup>

Esta gratificação que o indivíduo sente quando capturado pelos dispositivos da propaganda fascista é o que confirma a afinidade estrutural entre o líder e a massa. Porém, há uma diferença substancial: os agitadores, “Embora realmente reflitam seus ouvintes na maioria dos aspectos, diferem deles em um ponto importante: não conhecem inibições ao se exprimir.”<sup>203</sup> Um dos traços do discurso do líder fascista consiste em dizer aquilo que seus seguidores não se atrevem a dizer, e para isso, “A fim de conseguir corresponder à disposições inconscientes de sua audiência, o agitador, por assim dizer, simplesmente volta seu inconsciente para fora.”<sup>204</sup> Para Adorno, este comportamento muitas vezes histérico do agitador revela, que

<sup>199</sup> Idem, p. 150.

<sup>200</sup> Idem, p. 150-151.

<sup>201</sup> Idem, p. 143.

<sup>202</sup> ADORNO, Theodor, Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista, op. cit., p. 177.

<sup>203</sup> ADORNO, Theodor, Antissemitismo e propaganda fascista, op. cit., p. 145.

<sup>204</sup> ADORNO, Theodor, Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista, op. cit., p. 182.

“Os agitadores fascistas são tomados a sério porque arriscam a passar por tolos.”<sup>205</sup> Neste sentido, Hitler foi aceito precisamente por seu histrionismo à beira do ridículo, e se bem suas “palhaçadas” cumpriam uma função, certamente seus discursos “soavam por demais insinceros, não genuínos.”<sup>206</sup> O ponto é que este exagero teatral revelava certa impostura das performances da propaganda fascista. No centro do ritual, o líder devia verbalizar o que seus seguidores sentiam, não para serem convencidos de nada, mas sim para “*terem suas próprias mentes reveladas*”<sup>207</sup>. Isto significa que o ritual fascista não consiste na explosão espontânea da irracionalidade da massa, mas que envolve uma dose de falsidade, presente em toda essa gigantesca encenação coletiva. Em palavras de Adorno,

A categoria de ‘falsidade’ (*phynness*) aplica-se tanto aos líderes quanto ao ato de identificação por parte das massas e seu suposto frenesi e histeria. As pessoas acreditam tão pouco, do fundo do seu coração, que os judeus são o demônio, quanto acreditam completamente no seu líder. Elas não se identificam realmente com ele, mas representam [*act*] essa identificação, encenam [*perform*] seu próprio entusiasmo, e assim participam na encenação [*performance*] de seu líder. É através dessa encenação que elas atingem um equilíbrio entre seus ímpetos pulsionais continuamente mobilizados e o estágio histórico de esclarecimento que elas alcançaram e que não pode ser revogado arbitrariamente. É provavelmente a suspeita desse caráter fictício de sua própria ‘psicologia de grupo’ que torna as multidões fascistas tão impiedosas e inalcançáveis. Se elas parassem para refletir por um segundo, toda a encenação se despedaçaria e elas entrariam em pânico.<sup>208</sup>

Em suma, o agitador aplica calculadamente técnicas psicológicas para atingir o inconsciente de sua audiência. Com este objetivo, seu discurso revela suas próprias irracionalidades, para poder suscitar a irracionalidade de seus seguidores. Este uso astucioso da própria irracionalidade, segundo Adorno, se assemelha “ao ator ou a certo tipo de *jornalista*, que sabe como vender suas instabilidades nervosas e sensibilidade”.<sup>209</sup> A experiência lhe indicou como explorar a própria psicologia para atingir a psicologia de seu público. E o aperfeiçoamento dos dispositivos comunicacionais dos agitadores resulta, ademais, do fato de que “a agitação fascista se tornou atualmente uma *profissão*, ou seja, *um meio de vida*.”<sup>210</sup>

---

<sup>205</sup> ADORNO, Theodor, Antissemitismo e propaganda fascista, op. cit. p. 145.

<sup>206</sup> Idem, p. 145.

<sup>207</sup> Idem, p. 146, grifos nossos.

<sup>208</sup> ADORNO, Theodor, Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista, op. cit., p. 188.

<sup>209</sup> Idem, p. 182, grifos nossos.

<sup>210</sup> Idem, p. 182, grifos nossos.

# 2

## **A grande mídia e o proto-discurso do líder**



*"É preciso fazer compreender, é preciso insistir para fazer compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, com sua polícia, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo e dos capitalistas."*

**Antonio Gramsci**

*(Escritos Políticos, Volume 2, 1921-1926, p. 75)*

## 2.1

### A violência das imagens

#### *(O discurso do medo)*

##### 2.1.1. Programas e apresentadores

O apresentador de programas policiais de televisão aberta Sikêra Júnior saltou para a fama em 2016, quando lançou uma “praga” contra usuários de maconha, condenando-os à morte para antes do Natal, mandando todos para o inferno, fala na qual se mistura um astuto humor que não esconde o moralismo contra todo tipo de comportamento transgressor.<sup>1</sup> Na última versão de sua já famosa e recorrente praga, de 2020, ele disse:

Você, sim, é você mesmo, é você maconheiro safado, você que não dá um dia de serviço para ninguém, [...] sem futuro, tá devendo a traficante, não é?, mudou de bairro, não é?, não adianta, ele vai te achar, ele vai te buscar, você não vai ver Papai Noel, você não vai ver os fogos do réveillon, não vai dar tempo de você pegar covid [...], você vai morrer, antes do Natal, você maconheiro, não se benza não [grito da claque], é você mesmo maconheiro safado [...]<sup>2</sup>

De acordo com Jessyka dos Santos<sup>3</sup>, que resgata a fala original de 2016, o apresentador Sikêra Júnior obtém grande identificação da audiência em função dos vários recursos concatenados com os quais apela seu discurso: o aparente improvisado e exagero como os comentários do apresentador são verbalizados; a sensação de transparência e sinceridade que busca transmitir mediante uma fala indignada e rapidamente condenatória, buscando tomar

<sup>1</sup> É possível constatar que “Morre maconheiro” é um tema recorrente no discurso do apresentador Sikêra Júnior, pelos vídeos de diferentes anos (2016, 2018, 2020) que aparecem em qualquer pesquisa simples no site YouTube: < [https://www.youtube.com/results?search\\_query=morre+maconheiro+sikera+junior](https://www.youtube.com/results?search_query=morre+maconheiro+sikera+junior) > Acesso em 22 fev. 2022.

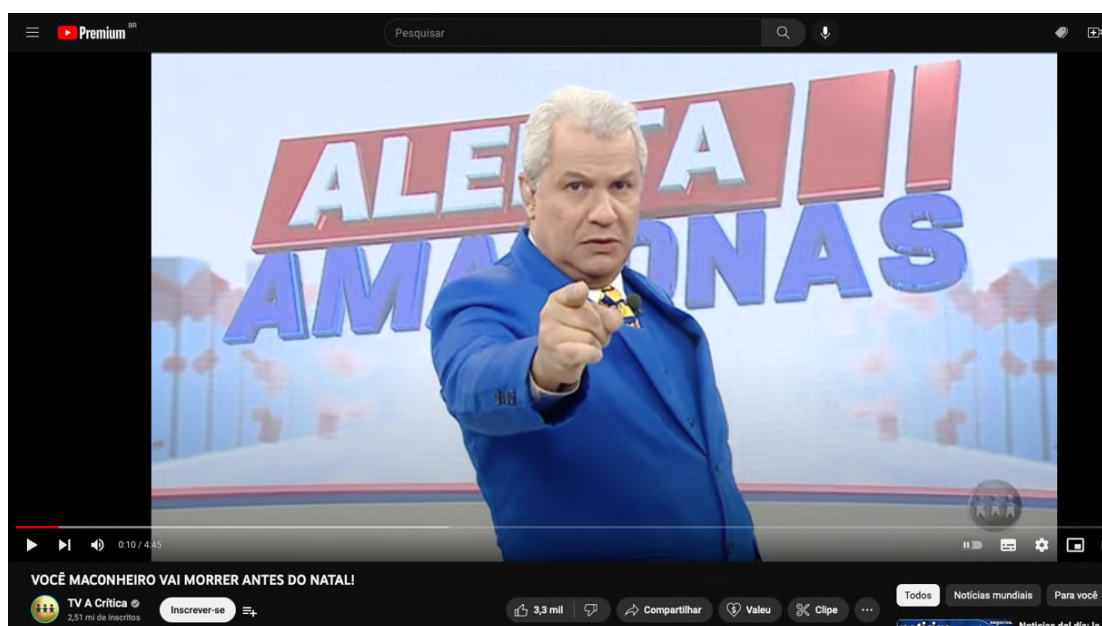
<sup>2</sup> SIKÊRA Júnior, **Você maconheiro vai morrer antes do Natal**. In: YouTube, Canal TV a Crítica, 16 dez. 2020, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=qsQFhUDBMOQ> > Acesso em: 22 fev. 2022.

<sup>3</sup> SANTOS, Jessyka Camila Faustino dos, **Midiatização da violência e violências midiáticas**, In: 39º ENECOM – Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação Social / Simpósio de Pesquisa em Comunicação Social – SIMPECOS, Belém/PA, 30 de julho a 5 de agosto de 2018. Disponível em < [https://www.academia.edu/38111127/Midiatização\\_da\\_Violência\\_e\\_Violências\\_Midiáticas](https://www.academia.edu/38111127/Midiatização_da_Violência_e_Violências_Midiáticas) > Acesso em 24 fev. 2022.

distância de todo tipo de fingimento ou artifício, e também a forma de se posicionar criticamente sobre os problemas da população.<sup>4</sup>

Relativamente a outros apresentadores de programas de notícias policiais, Sikêra Júnior mantém um viés humorístico nos seus comentários, como no exemplo acima citado. Nesses momentos, o apresentador revela que seu trabalho jornalístico é também uma encenação, um artifício que, se afastando de uma postura mais sóbria e formal, incorpora o entretenimento como um componente característico do subgênero policialesco. O discurso indignado do apresentador ("você maconheiro safado, você que não dá um dia de serviço para ninguém"), por meio de um exagero calculado, dispara o grito da claqué atrás das câmeras e parece querer provocar o riso da audiência.

**Figura 1 - Sikêra Júnior manda recado para "maconheiros": vão morrer antes do Natal (Programa Alerta Amazonas, dezembro de 2020)**



**Fonte:** CANAL TV a Crítica<sup>5</sup>

Deste modo os programas de notícias policiais são também um tipo perverso de entretenimento na medida em que a pauta jornalística desses programas é a violência. O crime mais violento pode, de repente, disparar uma rajada de indignação e condenações tão dramatizadas que pode até provocar a risada involuntária do telespectador. É nos comentários do apresentador às notícias apresentadas que se verbalizam, às vezes por meio do humor, os

<sup>4</sup> Idem, p. 5-7.

<sup>5</sup> CANAL TV a Crítica, **Você maconheiro vai morrer antes do Natal**, In: YouTube, 16 dez. 2020, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=qsQFhUDBMOQ> > Acesso em: 22 fev. 2022.

preconceitos, como por exemplo, descrever os *suspeitos* de um delito pela indumentária, apontando para os "bermudas de veludo", vestimenta supostamente típica de usuários de drogas.<sup>6</sup>

Santos cita os comentários eufóricos do Sikêra Júnior no programa *Plantão Alagoas*, transmitido pela TV Ponta Verde SBT, em janeiro de 2014, sobre uma operação policial, quase defendendo a execução dos suspeitos. Transcrevo parte dos comentários:

Começou de madrugada!, olha as imagens!, 3 e meia da manhã, os homem entraram, os bandidos tudo pulando muro, [...] a polícia chegou, com calma, com carinho, - "Disse gente, se renda", aí chegou uns amostrados, Bala!!, e a polícia também bala, e do helicóptero bala! Bala!! Bala!! Ainda socorreram os bichos [os suspeitos atingidos], mas os ferimentos foram muito graves e acabaram quatro no cemitério! Quatro desgraças!<sup>7</sup>

Depois de mostrar imagens da polícia procurando drogas, aparecem imagens dos supostos criminosos. Sobre elas, Sikêra Júnior comenta:

[...] Pela cara esse é doutor, isso é um doutor, isso é um engenheiro da NASA, é a coisa mais linda, [...] Pelas tatuagens é cantor, é do Big Brother! [...] Ô coisa mais linda; tudo de brinco, é tudo jogador de futebol, [...] Vagabundo! Ô coisa mais linda, mostra a cara! [...] Olha o helicóptero carregado de balas, parecia uma chuva do inferno; as bala caindo, as bala caindo, e os vagabundo correndo [...] Aplauso para a polícia, mais aplauso, mais, mais!<sup>8</sup>

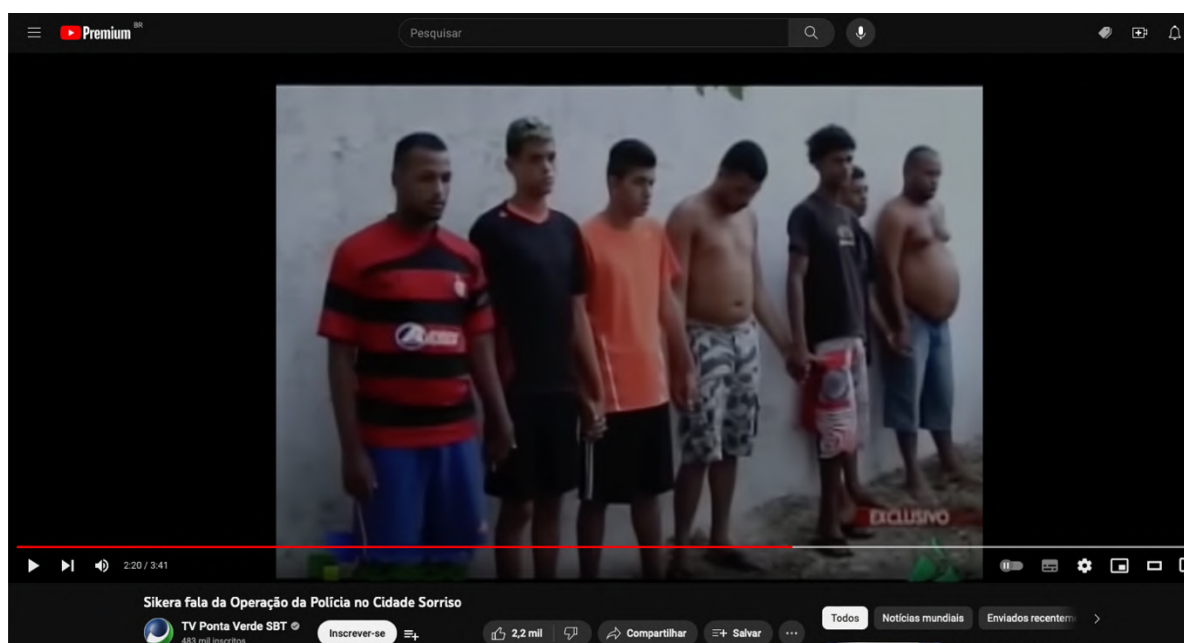
A descrição dos supostos criminosos é um amontoado de ironias: seriam "doutores", engenheiros da NASA, com tatuagens como cantores, com brincos como jogadores de futebol, enquanto eles eram mostrados pela reportagem em imagens como na Figura 2.

<sup>6</sup> SANTOS, Jessyka Camila Faustino dos, **Midiatização da violência e violências midiáticas**, op. cit., p. 9.

<sup>7</sup> CANAL Ponta Verde / SBT, **Sikera fala da Operação da Polícia no Cidade Sorriso**, In: YouTube, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=PBu\\_UOYMv8I](https://www.youtube.com/watch?v=PBu_UOYMv8I) >, Acesso em 9 jun. 2023.

<sup>8</sup> Idem.

**Figura 2 - Sikêra Júnior fala de Operação da Polícia na Cidade Sorriso (Programa Plantão Alagoas, janeiro de 2014)**



Fonte: CANAL TV Ponta Verde / SBT<sup>9</sup>

Apresentado o estereótipo, encerrando o comentário à reportagem, Sikêra Júnior reconhece a tarefa da polícia: "Parabéns 5º Batalhão, [...] O BOPE que botou para lascar, [...] que com o BOPE não tem brincadeira, [...] Rádio Patrulha, presença fundamental, 8º Distrito também, Polícia Civil, que investigou e fez levantamento, parabéns; mais aplausos".<sup>10</sup> Deste modo, o apresentador esclarece nas suas frases finais que houve uma investigação por parte da polícia, que era uma operação planejada, porém é de notar que em nenhum momento da reportagem se explica à audiência qual era o crime dos suspeitos e tampouco são apresentados os nomes dos mortos. Santos aponta que as ironias ocultam "a falta de informações básicas da reportagem, como por exemplo, quem são os presos, e porquê estão sendo presos".<sup>11</sup> Nas exibições oratórias como estas, baseadas na articulação entre estereótipo e preconceito, segundo Adorno,

A relação entre premissas e inferências é substituída por vínculos de ideias baseadas em mera similaridade, frequentemente através de associação, ao empregar a mesma palavra característica em duas proposições que são logicamente bastante desconexas. *Este método não apenas se furta ao mecanismo de controle do exame racional, como também torna psicologicamente mais fácil para o ouvinte 'seguir'.*<sup>12</sup>

<sup>9</sup> CANAL Ponta Verde / SBT, **Sikera fala da Operação da Polícia no Cidade Sorriso**, In: YouTube, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=PBu\\_UOYMv8I](https://www.youtube.com/watch?v=PBu_UOYMv8I) >, Acesso em 9 jun. 2023.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> SANTOS, Jessyka Camila Faustino dos, **Midiatização da violência e violências midiáticas**, op. cit., p. 9.

<sup>12</sup> ADORNO, Theodor, **Antissemitismo e propaganda fascista**, op. cit., p. 143, grifos nossos.

Por isso é que em nenhum momento da reportagem se explica à audiência por que os suspeitos eram culpados. Só se celebra que "acabaram quatro no cemitério". A condenação se baseia nas imagens da operação policial e no discurso dramatizado do apresentador. O telespectador não tem elementos para poder refletir sobre o fato apresentado, e só lhe resta acompanhar passivamente o fluxo de imagens organizado pela voz do apresentador.

O apresentador Siqueira Júnior (na grafia original), começou a trabalhar como repórter na TV Ponta Verde (ex-TV Alagoas) no ano 2000. Esta TV é afiliada do SBT no estado, que transmite o programa *Plantão Alagoas* das 12:00 às 13:55 hs. Por sua vez, a TV Pajuçara, afiliada da Rede Record, transmite por sua vez os programas *Balanço Geral* (das 7:00 às 8:30 hs.), *Fique Alerta* (das 12:00 às 14:00 hs.), e *Cidade Alerta AL* (das 19:00 às 20:30 hs.). As duas redes oferecem hoje à população desse Estado 7 horas diárias de programação policial, em todos os horários centrais. O programa *Plantão Alagoas* começou em 1994 com o nome de *Plantão de Polícia*. Em 2004, pressionado pela concorrência, incorporou matérias sobre prestação de serviços<sup>13</sup>, e em 2006 foi mais uma vez reformulado, já com o nome atual e com a participação de Siqueira Jr., cujas pragas contra os maconheiros o tornariam famoso. Entretanto, uma outra mudança aconteceria em 2008: a TV Ponta Verde vendeu 22 horas de sua programação para a Igreja Mundial do Poder de Deus.<sup>14</sup> É de notar que o programa *Plantão Alagoas* seria um dos poucos programas a não sofrer nenhuma alteração por parte do conservadorismo cristão que passou a comandar a rede. Isto pode ter-se devido a que, com esta troca de comando, teria se revelado uma afinidade estrutural entre o discurso religioso dos novos donos e o programa policial-sensacionalista: a partir das análises de Philippe Joron<sup>15</sup>, é possível afirmar que o histrionismo do apresentador, seus comentários e exageros retóricos e gestuais, remeteriam a uma mensagem conservadora que reclamaria a imediata remoralização de uma sociedade desregrada, onde a carne e o sangue dos pecadores-criminosos revelariam o ritual diário de uma violência sacrificial conduzida pelo apresentador-pastor. Roland Barthes, no seu já clássico *Mitologias*, apontou as características do discurso pastor Billy Graham, que

---

<sup>13</sup> Relativa a um programa concorrente, mas ocupando-se dessa nova característica, Cf. QUIRINO, Fabiano Melo. **O programa Fique Alerta e o discurso da “prestação de serviço”**: o telejornalismo popular em busca de definição e legitimação. Maceió, 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3523> > Acesso em 25 fev. 2022.

<sup>14</sup> SANTOS, Jessyka Camila Faustino dos, **Midiatização da violência e violências midiáticas**, op. cit., p. 6.

<sup>15</sup> JORON, Philippe, *apud* SANTOS, Jessyka Camila Faustino dos, **Midiatização da violência e violências midiáticas**, op. cit., p. 7.

por sua vez lembram as análises de Adorno sobre as técnicas psicológicas do pastor Martin Luther Thomas:

O Dr. Graham apresenta-nos um método de transformação mágica, substituindo a persuasão pela sugestão: a violência e a intensidade da declamação a expulsão sistemática de todo conteúdo racional da proposição, a ruptura incessante dos encadeamentos lógicos as repetições verbais, a designação grandiloquente da Bíblia erguida na ponta dos dedos como um abridor de latas universal de um camelo e sobretudo a ausência de calor humano, o desprezo manifesto pelo outro, todas estas operações fazem parte do material clássico da hipnose de *music-hall*<sup>16</sup>

De apresentador de fatos policiais, navegando entre o trágico e o cômico, sob o condução dos novos donos, nosso âncora ganha uma missão evangelística que duplica o viés conservador do seu discurso: passado o clímax dos seus arroubos retóricos contra bandidos e maconheiros, pode restar no telespectador a angústia de estar ameaçado por uma violência que não é um problema social, mas o de um mundo perdido sem deus.

Em 2020, Sikêra Júnior passa a conduzir o programa *Alerta Nacional*, na Rede TV, diariamente, para todo o país. Em função do sucesso do programa *Alerta Amazonas*, criado em 2019, a Rede TV realizou uma parceria com a TV A Crítica, de Manaus, para transmitir o programa em rede nacional. Duplicando a audiência da Rede TV no horário, das 18:00 às 19:30 hs. (7,5 horas semanais para todos os lares do Brasil), *Alerta Nacional* resulta ser o primeiro programa jornalístico da TV brasileira gerado na região Norte. Neste novo programa, “o apresentador, que transita entre o caricato e o juvenil, criou um quadro que chama ‘CPF Cancelado’, onde celebra as mortes de pessoas consideradas suspeitas por terem cometido algum crime.”<sup>17</sup> O jornalista Igor Carvalho transcreve trechos da fala do Sikêra Júnior comentando uma tentativa de assalto que terminou com a vítima esfaqueando o assaltante, na edição do dia 27 de março de 2020:

Esse cara merece um prêmio, é um herói brasileiro! E o ladrão é tão cabra safado que ainda sujou a cortina dele de sangue, é um miserável, deu prejuízo. A pergunta é: Ele morreu? Morreu. Agora, vamos cantar a música que não sai da cabeça da criança. Vamos ensaiar a música que já é sucesso na igreja, na Febém, na delegacia e nas igrejas que estão sem culto. Solta DJ!”<sup>18</sup>

e passa a se ouvir uma música cuja letra diz “Ele morreu, ele morreu. Problema dele, antes ele do que eu”, em tom de marchinha de carnaval.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> BARTHES, Roland, Billy Graham no Vel’D’Hiv’, In: \_\_\_\_\_, **Mitologias**, 2ª Ed., Rio de Janeiro, DIFEL 2006, p. 102.

<sup>17</sup> CARVALHO, Igor. Dá para controlar os abusos de programas policiais na TV? Lei uruguaia mostra que sim, **Brasil de Fato**, São Paulo, 10 jul. 2020, Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/da-para-controlar-os-abusos-de-programa-policiais-na-tv-lei-uruguaia-mostra-que-sim#> > Acesso em: 22 fev. 2022.

<sup>18</sup> SIKÊRA Júnior, *apud* CARVALHO, Igor. Dá para controlar os abusos de programas policiais na TV?, op. cit.

<sup>19</sup> CARVALHO, Igor, *Ibidem*.

Em relação ao recente *Alerta Nacional*, o programa policial *Cidade Alerta*, transmitido pela Rede Record, é dos mais antigos: começou a ser exibido em 1995, até seu término em 2005. O programa voltou à grade de programação em 2012, conduzido pelo apresentador Marcelo Rezende.<sup>20</sup> Em 2017, assume a condução do programa o jornalista Luiz Bacci<sup>21</sup>, que permanece até os dias de hoje. É transmitido de segundas a sextas-feiras das 16:45 hs. às 19:55 hs. (intercalado com notícias breves do Jornal da Record)<sup>22</sup>, com uma edição especial aos sábados, que em 2020 ganhou mais tempo no ar: das 17:00 hs às 19:45 hs. e das 21:00 hs. às 22:30 hs.<sup>23</sup> Em suma, o programa, que chegou a ter 4 horas diárias de exibição nacional, hoje totaliza mais de 18 horas semanais de notícias policiais nas telas dos lares brasileiros.

O sociólogo Fábio Ribeiro analisa uma reportagem do programa *Cidade Alerta* transmitida na edição do dia 23 de abril de 2014, referida ao linchamento de um homem que estaria cometendo “roubos” no “morro” onde morava por parte dos moradores do local.<sup>24</sup> As imagens exibidas, obtidas da gravação de um celular, mostram um homem parcialmente nu amarrado a um poste sendo chicoteado por várias pessoas. Transcrevemos um trecho do longo comentário do apresentador Marcelo Rezende citado por Ribeiro:

Como a gente cada vez tá mais exposto ao crime, e cada vez mais o crime aumenta, e cada vez mais a justiça não condena como deveria, e a polícia não dá cabo de tudo, *tá chegando num ponto em que as pessoas vão começar a fazer justiça com as próprias mãos*, como nesse caso. E eu já disse: "não há um caminho pra paz. A paz é o caminho". E não fui eu quem disse, foi Gandhi. *Mas*, uma coisa eu sempre digo [...]: "não dá pra gente trocar o caminho pelo atalho". O atalho da barbaridade, da justiça com as próprias mãos, esse atalho só acontece nesse momento porque a gente tá completamente exposto. *Não há a repressão como deveria. Não há punição como deveria*. E aí virou uma pelada no meio da rua, sem hora pra terminar. O problema é que a bola é a gente, né, e os bandidos chutam a gente pra lá e pra cá. *E a gente tá cansado de apanhar*.<sup>25</sup>

<sup>20</sup> Marcelo Rezende foi apresentador do *Cidade Alerta* de 2012 até 2017, programa que teve que abandonar para tratar do câncer pelo qual viria a falecer naquele ano. MARCELO REZENDE, In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marcelo\\_Rezende&oldid=62058046](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marcelo_Rezende&oldid=62058046)> Acesso em 12 fev. 2022.

<sup>21</sup> LUIZ BACCI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Luiz\\_Bacci&oldid=63008431](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Luiz_Bacci&oldid=63008431)>. Acesso em: 12 fev. 2022.

<sup>22</sup> CIDADE ALERTA, Disponível em <<https://recordtv.r7.com/cidade-alerta>> Acesso em 12 fev. 2022.

<sup>23</sup> CIDADE ALERTA, **Cidade Alerta - Edição de Sábado ganha novo horário e mais tempo no ar**, Disponível em <<https://recordtv.r7.com/cidade-alerta/cidade-alerta-edicao-de-sabado-ganha-novo-horario-e-mais-tempo-no-ar-24042020>>, Acesso em 12 fev. 2022.

<sup>24</sup> RIBEIRO, Fábio, O apelo à ordem nos telejornais policiais, In: Revista **Plural**, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, V. 27.1, jan/jul., 2020, p. 231-255.

<sup>25</sup> REZENDE, Marcelo, *apud* RIBEIRO, Fábio, O apelo à ordem nos telejornais policiais, op. cit., p. 245, grifos nossos.



O comentário, que parece condenar a barbárie do linchamento, na verdade termina justificando-o. O recurso é sempre um adversativo, que na metade da fala vira o sentido do comentário. Assim, a condenação do linchamento contrabandeia sua justificação:

Roubou uma casa, roubou outra, até que os vizinhos descobriram [...] amarraram ele no poste, o que tá errado, né. Que não é pra fazer justiça dessa maneira. Esse é um erro..., *mas os sujeitos disseram que não aguentavam mais*. Só de queixa pra polícia já tinham dado 5328 [*sic.*] e ninguém fez nada. Daí eles pegaram o sujeito e colocaram aí, o que é um erro.<sup>26</sup>

Em suma, um erro "justificado". Este discurso é punitivista não só porque qualifica, por três vezes, um linchamento de mero "erro", mas porque o legitima, quando transforma os perpetradores em vítimas da impunidade que garante o sistema. Ribeiro conclui que, na fala de Marcelo Rezende, "As pessoas que 'fazem justiça com as próprias mãos' são vítimas e agem para se defender da criminalidade, já que o sistema oficial de justiça não funciona."<sup>27</sup> Como consequência, a mensagem do programa relativiza o delito das "vítimas" porque estaria sendo feita a justiça que sistema não oferece.

**Figura 3 - Marcelo Rezende (Programa Cidade Alerta, abril de 2014)**



Fonte: CANAL Mr. Neves<sup>28</sup>

<sup>26</sup> REZENDE, Marcelo, *apud* RIBEIRO, Fábio, O apelo à ordem nos telejornais policiais, op. cit., p. 245, grifos nossos.

<sup>27</sup> RIBEIRO, Fábio, O apelo à ordem nos telejornais policiais, op. cit., p. 245.

<sup>28</sup> CANAL Mr. Neves, [HD] Primeiro bloco do "Cidade Alerta" com Marcelo Rezende (23/04/2014), In: YouTube, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=fCmzPXBvfZg> >, Acesso em: 9 jun. 2023.

A fórmula crime aberrante + impunidade dos criminosos só pode levar o telespectador a um estado de indignação que o predispõe a aceitar qualquer medida excepcional que possa corrigir o que aparece como um descontrole moral do mundo: os criminosos não são punidos, a justiça não funciona, a polícia não reprime. A lógica punitivista do sensacionalismo televisivo certamente opera estimulando a reação emocional da audiência, mas é importante destacar que o potencial efeito fascistizante do jornalismo policial não se encontra na constante agitação emocional da audiência, mas na lenta e progressiva normalização do discurso que defende que mais violência é a solução ao problema da violência.

Fabio Ribeiro analisa outro exemplo dos comentários de Marcelo Rezende, em um programa exibido em 4 de junho de 2015, quando foi apresentada uma matéria relativa a um jovem pai de família assassinado porque reagiu ao assalto de três homens quando buscava a sua esposa e filho na academia.<sup>29</sup> Nos comentários, transcritos por Ribeiro, o apresentador afirmou:

A pergunta que eu faço é: o que que a gente faz hoje em dia para realmente punir o crime? Não é possível que um sujeito que mate um chefe de família pelo simples prazer de matar seja preso e condenado por essa lei ordinária do Brasil. É preciso que a gente, sociedade, que eu e você nos movimentemos. É preciso que a gente faça uma campanha... o Congresso Nacional, quando ele quer mudar a Constituição, eles inventam de qualquer maneira uma Emenda Constitucional. [...] porque somos nós, eu e você, que sustentamos... essa farra que é a política brasileira - com exceções.... Somos nós. É o nosso dinheiro. E a gente tem que ter o direito, o direito de a gente escolher o que a gente quer pro nosso país. Porque os homens que estão no Congresso – registro, há exceções – boa parte vende voto de cabresto, voto por troca de favor... isso não é uma representatividade do cidadão. Não é possível que três sujeitos que matem num assalto um pai de família, se presos, fiquem doze, treze anos na cadeia, não! *Eles tinham que ser condenados a pena de morte pela barbaridade cometida!*<sup>30</sup>

No estudo sobre as técnicas psicológicas das palestras radiofônicas do pastor Martin Luther Thomas, Adorno afirma que “O emocionalismo consciente e enfático é parte de sua técnica”, dado que se trata da simulação de uma “individualidade *espontânea e não-manipulada*”, que “não só exhibe mas recomenda a seus ouvintes.”<sup>31</sup> Obrigados à luta pela audiência, que atrai mais anunciantes, que determina o sucesso financeiro dos programas televisivos, o sensacionalismo do discurso dos apresentadores de notícias policiais se aproxima do que Adorno chamou de *expediente da liberação emocional*: “quanto mais o locutor encoraja os ouvintes a derrubarem as barreiras do autocontrole, mais facilmente eles deixam se sujeitar a sua própria vontade em favor da do locutor”<sup>32</sup>. Aqui encontra-se uma das causas psicológicas

<sup>29</sup> Idem, p. 251.

<sup>30</sup> REZENDE, Marcelo, *apud* RIBEIRO, Fábio, O apelo à ordem nos telejornais policiais, op. cit., p. 251-252.

<sup>31</sup> ADORNO, Theodor, A técnica psicológica das palestras radiofônicas do Martin Luther Thomas, op. cit., p. 4, grifos nossos.

<sup>32</sup> Idem, p. 5.

do fato de que as audiências desenvolvem grande fidelidade em relação aos apresentadores. A fórmula reside em que

Os julgamentos feitos pelos âncoras dos telejornais policiais não buscam uma compreensão “desinteressada” do mundo. A verborragia precisa ser efusiva, ao gosto do espetáculo, para atrair esse estrato do público. Com essa necessidade de comunicação rápida, enfática e ao mesmo tempo agradável, inevitavelmente impera o lugar comum, isto é, os raciocínios pré-construídos, disponíveis à reflexão mais imediata, que vêm à mente quase que sem esforço.<sup>33</sup>

Neste sentido, o debate público sobre a pena de morte no Brasil não pode ignorar a enorme influência do punitivismo teatralizado dos programas policiais sobre audiências que sofrem cotidianamente bombardeios emocionais sobre temas nevrálgicos e muito complexos que obviamente exigem um tratamento reflexivo. Ocorre que o sucesso midiático da técnica da liberação emocional que explode durante os comentários do apresentador a cada reportagem apresentada, deriva da sua inserção na economia psíquica da audiência, pela qual, recuperando um argumento de Adorno, “dá ao povo a satisfação irracional que lhe é negada pelas condições econômicas e sociais vigentes”.<sup>34</sup> Por isso Adorno afirmou que “o fascismo se alimenta da falta de gratificação emocional existente na sociedade industrial.”<sup>35</sup> Nos programas policialescos não se discutem as causas sociais, políticas e econômicas da violência, mas o delito pontual e seu perpetrador ou, pior, o suspeito, sobre o qual se sobrepõe uma imagem com contornos muito bem definidos: a figura do *bandido*.

O programa *Cidade Alerta* foi conduzido nos seus inícios, entre 1998 e 2002, pelo jornalista, locutor esportivo e radialista José Luiz Datena, o mais famoso apresentador deste subgênero de jornalismo popular no Brasil. Datena possui um enorme e fiel público construído ao longo de uma carreira de mais de 20 anos de televisão, o que lhe garante altos índices de audiência até o presente, com um estilo e uma postura frente às câmeras que tem sido quase um modelo a imitar para outros apresentadores de programas policiais.

Datena passou a trabalhar na Rede Record em 1996, mas dois anos depois a emissora fechou o departamento de jornalismo esportivo. Toda a equipe foi demitida, menos o Datena, a quem foi oferecido apresentar um novo programa, o *Cidade Alerta*. Em relação a isso, Datena declarou que “o programa caiu na minha vida de uma maneira absurda, que eu nem imaginava

---

<sup>33</sup> RIBEIRO, Fábio, O apelo à ordem nos telejornais policiais, op. cit., p. 254.

<sup>34</sup> ADORNO, Theodor, *A técnica psicológica das palestras radiofônicas do Martin Luther Thomas [1943]*, op. cit., p. 5.

<sup>35</sup> Idem, p. 5.

fazer programa de polícia”<sup>36</sup>, deixando claro que a concepção do programa policial tinha provindo dos diretores da emissora, cujo dono era um bispo evangélico, Edir Macedo.

Em 2003, José Luiz Datena foi contratado pela Rede Bandeirantes e passou a conduzir um programa no mesmo formato policial, o *Brasil Urgente*, e fora uma breve interrupção em 2011, se manteve como âncora desse programa até hoje.<sup>37</sup> O *Brasil Urgente* é transmitido das 16:00 hs. às 19:20 hs. de segundas a sábados, totalizando 20 horas de programação policial por semana.<sup>38</sup> Os comentários de Datena às reportagens policiais apelam, como é costumeiro, à indignação moral e ao consequente punitivismo. No programa dedicado a Datena, o Canal Meteoro Brasil resgata um bom exemplo de sua fala, que transcrevo embaixo:

O que merecia esse bandido? Merecia chumbo! Tiro! Bala! O que esse cidadão não falou, mas tinha vontade de falar é que esses caras merecem é tiro, é bala, é chumbo! Se cruzarem com a polícia e for trocar tiro com a polícia, merecem ô [gesto] ser eliminados! Tem que levar bala!!! Tiro! E muito tiro! Um vagabundo que comete um crime desses tem um só não, tem um montão, um montão. Deixa eu ver a outra matéria na tela.<sup>39</sup>

Figura 4 - José Luiz Datena (Imagem extraída de vídeo do Canal Meteoro Brasil)



Fonte: CANAL Meteoro Brasil<sup>40</sup>

<sup>36</sup> DATENA, José Luiz, Quem é Datena, *In: Canal Meteoro Brasil*, YouTube, 17 set. 2021, em 5 min. 30 s. Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=9\\_kWZGPY3Y8&lc=Ugx7gIYwSjNhTsJNiG94AaABAg](https://www.youtube.com/watch?v=9_kWZGPY3Y8&lc=Ugx7gIYwSjNhTsJNiG94AaABAg) > Acesso em 17 abr. 2022.

<sup>37</sup> DATENA. *In: WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Datena&oldid=63184933> > Acesso em: 13 mar. 2022.

<sup>38</sup> BRASIL URGENTE, Disponível em < <https://www.band.uol.com.br/noticias/brasil-urgente> >, e PROGRAMAÇÃO da BAND, Disponível em < <https://www.band.uol.com.br/programacao> > Acesso em 13. mar. 2022.

<sup>39</sup> DATENA, José Luiz, Quem é Datena, *In: Canal Meteoro Brasil*, op. cit., em 7 min. 40 s.

<sup>40</sup> CANAL Meteoro Brasil, *Quem é Datena*, op. cit., em 8 min.

O discurso punitivista encontra mais um exemplo, desta vez relativo à redução da maioria penal, tema que volta periodicamente ao centro do debate público, como em 2007 e em 2015. Na edição do programa *Brasil Urgente* do dia 15 de junho de 2015 analisado por Ribeiro<sup>41</sup>, José Luiz Datena apresenta uma reportagem sobre a morte de uma mulher que depois de estuprada e espancada, foi jogada de um penhasco por quatro menores de idade. Depois de exibirem uma entrevista de 2013 com o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ocasião em que Datena reclamava por menos debate e mais respostas do governo contra a violência, o apresentador se dirige às câmeras e comenta:

Vocês aí em Brasília nem reduzem a maioria penal, como também não votam projetos importantes pra tentar pelo menos atualizar esse Código Penal, que tem quase oitenta anos! [...] Agora, vocês nem melhoram o Código Penal, com medo de alguns políticos serem presos também... ou, às vezes, sei lá por que... por omissão... sei lá o quê... os bons, por omissão, os ruins, porque são ruins mesmo, entendeu!?<sup>42</sup>

A conclusão de Ribeiro é clara: “O anseio por maior punição é mesmo a tônica dos discursos dos apresentadores. Além do linchamento e pena capital, faz-se recorrentemente a defesa da redução da maioria penal.”<sup>43</sup> Neste sentido, os comentários de Datena não se diferenciam dos de outros apresentadores de programas policiais. Porém, há um elemento a destacar: seja “por omissão ou por medo de serem presos”, como citado por Ribeiro no exemplo acima, os políticos, e o sistema de Justiça, entram como alvo das críticas do apresentador.

A dramatização, no caso do jornalismo policial, antes do que ficcionalizar a notícia, paradoxalmente a torna mais verídica, mais convincente, para a audiência.<sup>44</sup> Esta busca do efeito-realidade aparece quando testemunhas, familiares ou amigos da vítima, por exemplo, são entrevistados pelo repórter, buscando expor ao vivo a dor dessas pessoas. Contudo, a dramatização nos comentários dos apresentadores, no caso de Datena, se caracteriza por responsabilizar diretamente os políticos e o funcionamento da Justiça pela falta de políticas mais repressivas para enfrentar a violência. Como no exemplo do comentário no *Brasil Urgente* de maio de 2006 que resgatam Negrini e Tondo:

Aqui você pode articular o assassinato do seu pai e de sua mãe e ficar livre por uns tempos, aqui você pode matar sua mulher grávida e você responde a pena em liberdade e pode fugir como o Igor; aqui você pode mexer no dinheiro do povo e pode até usar este dinheiro depois que descobrirem que você é um ladrão, sem-vergonha, safado, mas se você roubar xampu, manteiga, aí você está ferrado, boné então é o caso deste garoto [...] Oh! Gente, a justiça é cega, mas não pode ser tão cega assim, tanto há

<sup>41</sup> RIBEIRO, Fábio, O apelo à ordem nos telejornais policiais, op. cit., p. 249.

<sup>42</sup> DATENA, José Luiz *apud* RIBEIRO, Fábio, *Ibidem*, p. 250.

<sup>43</sup> RIBEIRO, Fábio, O apelo à ordem nos telejornais policiais, op. cit., p. 249.

<sup>44</sup> NEGRINI, Michele; TONDO, Romulo. O apresentador espetáculo: o discurso de José Luiz Datena, *In: Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. IV, nº 1 - 1º semestre de 2007, p. 29.

juristas que acham que a decisão do magistrado poderia ser diferente, concorda comigo ou não? Isso é um absurdo, *a justiça é cega, mas não pode ser tanta, é cega é para os pobres aqui no Brasil, pobre está ferrado!*<sup>45</sup>

No comentário de Datena se filtra de repente uma contra-imagem à do estereótipo do criminoso como pobre-praticando-ato-violento-na-periferia recorrente nos programas policiais; agora, o “pobre está ferrado” porque certamente será punido se roubar um xampu, – enquanto os privilegiados ficam sempre impunes. A figura do “pobre ferrado” passa de criminoso a vítima segundo o comentário, porém, esse vaivém discursivo tem um princípio unificador: os comentários de Datena exploram emocionalmente a compreensível desconfiança popular contra o político profissional, o que, em definitiva, pode ser aproveitado, nas circunstâncias adequadas, pelo sempre oportunista discurso da antipolítica. Desta perspectiva, os programas policiais produzem um discurso sobre a violência que, em termos adornianos, os torna uma espécie de “um dispositivo para uma ‘orientação’ sem esforço em um mundo frio, alienado e em grande parte incompreensível”, sendo que “essa orientação é realizada pela estereotipia”<sup>46</sup>, exatamente devido a que o formato sensacionalista dos programas policiais impede a discussão séria e racional do problema da violência.<sup>47</sup> Assim, entre a notícia e o entretenimento, abre-se um momento particularmente político quando a fala de Datena não aponta à figura do bandido mas à do político que-não-resolve-os-problemas-da-gente. Contudo, é no viés antipolítico do comentário punitivista que fica estabelecida a possibilidade da exploração fascistizante desse discurso.

### 2.1.2. Jornalismo popular e sensacionalismo

As origens destes programas policiais encontram-se no rádio, o que pode ser uma das explicações para certas características da oralidade dos apresentadores de hoje. O radialista Afanázio Jazadi foi uma figura muito popular nos anos 1980, alcançando grandes índices de audiência no programa *Patrulha da Cidade* da Rádio Globo de São Paulo, programa que ostenta 57 anos de existência. Seu sucesso impulsionaria uma carreira política como deputado estadual por diferentes partidos nos anos 1990. Também radialista, o repórter Gil Gomes se destacava

<sup>45</sup> DATENA, José Luiz, *apud* NEGRINI, Michele; TONDO, Romulo. O apresentador espetáculo: o discurso de José Luiz Datena, op. cit., p. 29-30, grifos nossos.

<sup>46</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 246.

<sup>47</sup> Como exemplo de análise rigorosa e fundamentada do tema da segurança pública, dos problemas da justiça criminal, e da violência criminal e institucional no Brasil, no extremo oposto ao tratamento que recebe nos programas sensacionalistas, ver SOARES, Luiz Eduardo, **Desmilitarizar: segurança pública e direitos**, 1ª Ed., São Paulo, Boitempo, 2019, e também FERREIRA, Poliana da Silva, **Justiça e letalidade policial**. Responsabilização jurídica e imunização da polícia que mata, São Paulo, Jandaíra, 2021.

pela dramatização exagerada dos detalhes dos crimes que narrava na Rádio Marconi, e esta característica o tornaria famoso quando passou a atuar na televisão, nos anos 1990, no pioneiro programa *Aqui e Agora*, pela rede SBT. Em relação a Jazadi, “ficou conhecido por sua atuação na Rádio Globo de São Paulo, graças às suas contundentes opiniões, caricaturalmente *conservadoras*, e pelo *tratamento eminentemente moralista* do tema da segurança pública”.<sup>48</sup>

O programa pioneiro que misturou jornalismo-denúncia com entretenimento é considerado *O Povo na TV*, transmitido pela TVS, durante os anos 1980. Mas quem popularizaria o jornalismo policial seria o programa *Aqui e Agora*, transmitido pelo SBT durante os anos 1990, que no seu melhor momento chegou a ter duas edições diárias.<sup>49</sup> Outro programa considerado precursor dos programas policiaiscos foi o *Cadeia*, também nos anos 1980, criado em Londrina, Paraná, apresentado por Luiz Carlos Aborghetti, no qual um dos repórteres era o Carlos Massa (o “Ratinho”). Em 1992 chegou a ser transmitido nacionalmente, sob o nome de *Cadeia Nacional*, pela rede CNT (Central Nacional de Televisão, da qual era afiliada a TV Gazeta de São Paulo), e ainda existia à mesma época o programa *Repórter Cidadão*, da então recente Rede TV!, porém, o *Aqui e Agora* foi o programa mais popular da época.<sup>50</sup>

O *Aqui e Agora* foi lançado em 1991 para concorrer com o *Jornal Nacional* da Rede Globo, porém, buscando capturar outra audiência não contemplada pelo formato desse programa. Recorrendo a uma linguagem realista, menos formal e espetacularizando os fatos apresentados, buscou se apresentar como “um espaço para a participação do telespectador, encorajando-o a denunciar e a cobrar do Estado soluções para determinados problemas.”<sup>51</sup> Certamente isto correspondeu a uma mesma estratégia de captura e ampliação de audiência, cujos recursos podiam incluir a abertura de canais de comunicação com o público, seja para denúncias ou para pesquisas de opinião improvisadas, a realização de sorteios, e notas sobre a vida das celebridades, o que misturado à apresentação de imagens de acidentes, catástrofes e corpos assassinados, constituíram um tipo de jornalismo apelativo nesses shows de mundo-cão.<sup>52</sup>

<sup>48</sup> RIBEIRO, Fábio, Telejornalismo policial como “jornalismo popular”: reflexão sociológica sobre uma categoria nativa, *In: Revista Temática*, Ano XII, n. 08, agosto de 2016, p. 3, grifos nossos.

<sup>49</sup> Cf. REDE SBT < <https://www.sbt.com.br/especiais/tbt-sbt/fiquepordentro/114618-volte-ao-passado-com-uma-edicao-na-integra-do-jornalistico-aqui-agora> > Acesso em 22 fev. 2022.

<sup>50</sup> AMARAL, Márcia Franz, *Jornalismo popular*, 2ª ed., São Paulo, Editora Contexto, 2021, p. 44.

<sup>51</sup> SANTOS, Jessyka Camila Faustino dos, *Midiatização da violência e violências midiáticas*, op. cit., p. 4.

<sup>52</sup> RIBEIRO, Fábio, Telejornalismo policial como “jornalismo popular”, op. cit., p. 5 e 6.

Mas qual foi a causa de que nos anos 1990 acontecesse a multiplicação e afirmação deste modelo de televisão “popularizada”? Uma primeira explicação considera a relação entre o sucesso deste formato televisivo e as transformações da estrutura social brasileira. Assim, entende-se que a estabilização monetária produzida pelo Plano Real a partir de metade dos anos '90 e um relativo aumento do crédito para consumo, facilitaram nos seus inícios um crescimento da demanda, favorecendo a emergência de um novo público, numeroso, que acabaria se tornando o maior mercado consumidor de TV aberta.<sup>53</sup> Deste modo,

A publicidade televisiva nos anos 70, 80 e 90 do século passado foi direcionada majoritariamente às classes A e B, o público consumidor por excelência, conforme os critérios classificatórios do mercado publicitário. A partir da segunda metade da década de 1990 – com ênfase crescente nos anos 2000 – no entanto, ocorre uma mudança significativa: as programações das emissoras de TV aberta, que historicamente sempre atingiram um público mais amplo que aquele de interesse principal da publicidade, passam a ser produzidas a partir dos supostos gostos de uma nova classe econômica em ascensão. Os produtores televisivos passam a perceber suas audiências como sendo compostas majoritariamente de ‘pessoas do povo’, por membros da ‘classe C’, até então tratados apenas como consumidores ‘marginais’.<sup>54</sup>

Se a programação em geral, e a produção jornalística em particular, estava orientada tradicionalmente às referidas classes "A e B", com características elitistas, o interesse em capturar agora todo aquele novo público que começava a ascender como novo mercado de consumidores, exigiria adaptar a programação ao que os produtores televisivos consideravam ser o seu gosto e preferências. Isso implicaria elaborar novas formas de interpelar essa audiência com formatos e recursos que definiriam um novo tipo de programação e, dentro dela, num papel central, estaria o jornalismo policial.<sup>55</sup> A designação de “classe C” para este novo público consumidor em aumento proveio do campo da publicidade, baseada no Critério de Classificação Econômica Brasil<sup>56</sup>, que serve como guia para os produtores televisivos identificarem no mercado consumidor o público-alvo de seus programas.

O contraste entre o novo modelo de programação e o tradicional levou à dicotomia entre um jornalismo tradicional, agora nomeado como “de referência”, isto é, um jornalismo “de

---

<sup>53</sup> “Nos quatro primeiros anos de estabilização econômica, 6,3 milhões de domicílios brasileiros ganharam aparelhos de televisão. No período, a venda de televisores atingiu 28 milhões de unidades. A mesma expansão ocorreu no mercado fonográfico, 20 milhões de aparelhos foram comercializados”, (FREIRE FILHO, João, *apud* AIRES, Janaine S. Freires, A política do grotesco: programas sensacionalistas como trampolins políticos, *In*: VI Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação, UERJ, Rio de Janeiro, outubro de 2013, p. 2).

<sup>54</sup> RIBEIRO, Fábio, *Telejornalismo policial como “jornalismo popular”*, op. cit., p. 10.

<sup>55</sup> *Idem*, p. 6 e 7.

<sup>56</sup> O Critério de Classificação Econômica Brasil identifica cada Estrato Socioeconômico segundo sua renda média em Classe A, B-1, B-2, C-1 C-2, D e E, estimando a renda média domiciliar segundo a PNADC [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua] 2020 (...) e considerando variáveis como Grau de instrução do chefe da família, Acesso a serviços públicos e Bens de consumo (banheiros, automóvel, geladeira, computador, etc.). Cf. **Critério de Classificação Econômica Brasil** (cceb, 2021), Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, (ABEP), 2021. Disponível em < <https://www.abep.org/criterio-brasil> > Acesso em 16 fev. 2022.



qualidade”, esteticamente trabalhado e pretendidamente mais sofisticado em termos culturais, e um jornalismo popular, popularizado, popularesco, caracterizado pelo exagero, pelo sensacionalismo e pelo caráter até grotesco.<sup>57</sup> Sociologicamente, é importante lembrar que este processo de “popularização” da TV aberta acontecia enquanto as “classes A e B” migravam naqueles anos para a então inovadora TV a cabo, com uma programação fechada e sem publicidade que prometia oferecer produtos culturais e informativos para públicos mais segmentados. Enquanto isso, o jornalismo popular da TV aberta, seja nos tipos de jornalismo cidadão, jornalismo de prestação de serviços, ou o próprio jornalismo policial, segundo Janaine Aires, foi se tornando mais sensacionalista, entendendo com esta expressão “a exploração da supervalorização do chocante dos fatos com o intuito de emocionar para além dos graus normais da tensão psicológica”.<sup>58</sup>

O sensacionalismo está constituído, portanto, pelo conjunto de estímulos psicológicos com os quais se procura mobilizar emocionalmente a audiência. Sem confundir apressadamente um com outro, lembremos que o discurso fascista, segundo Adorno, “Almeja convencer as pessoas manipulando seus mecanismos inconscientes, e não apresentando ideias e argumentos.”<sup>59</sup> A partir deste ponto de contato, é possível considerar que os programas policiais da grande mídia televisiva podem, considerando determinados contextos históricos de crise política, ir além de sua luta comercial por mais audiência e mais anunciantes, e operar por meio do seu formato sensacionalista como vetor de fascistização social. Em *Dialética do Esclarecimento*<sup>60</sup>, Adorno e Horkheimer escreveram que o sistema radiofônico dos Estados Unidos não cobrava taxa alguma do público, assumindo por esta causa

a forma de uma autoridade desinteressada, acima dos partidos, que é como que talhada sob medida para o fascismo. O rádio torna-se aí a voz universal do Führer; nos altos falantes de rua, sua voz se transforma no uivo das sirenes anunciando o pânico, as quais, aliás, a propaganda moderna é difícil de se distinguir. Os próprios nacional-socialistas sabiam que o rádio dera forma à sua causa, do mesmo modo que a imprensa fizera para a Reforma.<sup>61</sup>

<sup>57</sup> AIRES, Janaine S. Freires, A política do grotesco: programas sensacionalistas como trampolins políticos, op. cit., p. 3.

<sup>58</sup> Idem, p. 5, grifos nossos.

<sup>59</sup> ADORNO, Theodor, Antissemitismo e propaganda fascista, op. cit. p. 138.

<sup>60</sup> ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max, **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos, Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

<sup>61</sup> ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max, A indústria cultural, In: \_\_\_\_\_, **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos, op. cit., p. 131-132.

Cabe atualizar esta reflexão, portanto, sobre o poder da televisão e a relação das novas tecnologias digitais de comunicação com os processos de crise política e ressurgimento de tendências neofascistas contemporâneas.

As empresas de comunicação cujo público-alvo são as classes "C, D e E"<sup>62</sup>, oferecem programas televisivos, de rádio, jornais e revistas ditos "populares", que imediatamente são catalogados como sensacionalistas. Porém, de acordo com Márcia Franz Amaral, “todo processo de comunicação é sensacionalista [...] por sublinhar os elementos mais palpitantes da história para seduzir o leitor”.<sup>63</sup> Mais ainda: segundo esta autora, na história do jornalismo é impossível separar o sensacionalismo do nascimento da imprensa moderna. Entre 1560 e 1631 surgem os primeiros jornais na França, como a *Gazette de France e Nouvelles Ordinaires*, semelhantes aos jornais sensacionalistas de hoje. Em 1836, o *La Presse* e o *Le Siècle* iniciam a era do jornalismo moderno francês como folhetins sensacionalistas. Nos Estados Unidos, foi na década de 1880 que jornais como o *New York World* de Joseph Pulitzer, e o *Morning Journal* de William Randolph Hearst, rivalizaram pela atenção dos imigrantes e da classe operária.<sup>64</sup> Nestes casos, segundo Amaral,

utilizavam manchetes escandalosas em corpo tipográfico largo; publicavam notícias sem importância, informações distorcidas; provocavam fraudes de todo os tipos, como falsas entrevistas e histórias [...] Os repórteres estavam “a serviço” do consumidor e faziam campanhas contra os abusos sofridos pelas pessoas comuns<sup>65</sup>

para concluir assinalando que

Pulitzer não dispensava a página editorial, os relatos, as cenas de costumes, os escândalos, o *combate à corrupção e os dramas policiais*.<sup>66</sup>

Assim, desde suas origens, a imprensa sensacionalista era resultado da tentativa de capturar a atenção de um público não leitor e assim conseguir aumentar as vendas. Mas recursos gráficos apelativos não explicavam (nem explicam hoje) toda a fórmula do sucesso da mídia sensacionalista. Segundo Amaral, o sensacionalismo remete a uma “linguagem específica que remete ao inconsciente dos consumidores e atende a necessidades psicológicas coletivas.”<sup>67</sup> De acordo com Sergio Paulo Rouanet, há uma correspondência entre os símbolos oferecidos pela indústria da cultura de massas e certa demanda efetiva desses símbolos, “uma estrutura

---

<sup>62</sup> Utilizo pontualmente aqui o conceito vulgar de classe social que maneja o mercado publicitário-midiático, já explicitado na nota de rodapé 56.

<sup>63</sup> AMARAL, Márcia Franz, **Jornalismo popular**, op.cit., p. 20.

<sup>64</sup> Idem, p. 17-19.

<sup>65</sup> Idem, p. 18.

<sup>66</sup> Idem, p. 18, grifos nossos.

<sup>67</sup> Idem, p. 16.

imaginária articulada em torno de certas fantasias nucleares”<sup>68</sup>, na qual a natureza desses símbolos constituiria “uma via indireta para repertoriar as fantasias da classe baixa, destinatária principal da cultura de massas.”<sup>69</sup> Por conseguinte,

não teríamos dificuldade em reconstruir essas fantasias, partindo da descrição freudiana que supõe sua inserção em contextos reais, base necessária para a fabulação reificadora da realidade. A base real é evidente: pobreza, insegurança material, exploração sexual, agressividade reprimida, incapacidade de determinar seu próprio destino. Todos esses elementos são partes integrantes do campo de experiência em que se enraíza o trabalho do imaginário. A partir desse campo, podemos inferir a existência de várias fantasias, em estado puro ou amalgamadas pela condensação: a fantasia arquetípica da moça pobre que faz um casamento rico, realização de desejo que exprime, ao mesmo tempo, a impossibilidade, na vida real, de ascender socialmente, e a impossibilidade de realização afetiva; a fantasia de vingança, em que o agressor é punido [...]; *fantasias agressivas de natureza sadomasoquista, determinadas pelo ressentimento e pelo desejo de punição e autopunição, e que criam a demanda pela reportagem policial sensacionalista, que de resto, em muitos casos, descreve as realidades quotidianas do seu meio* [...]; fantasia de riqueza, de ascensão social, que desperta o interesse pelas imagens publicitárias; fantasia mágica, de dispor de um guia celestial capaz de orientar nas situações práticas da vida, que se exprime na observância dos conselhos dos astrólogos, e cuja base real, da qual a fantasia é o reflexo invertido, é uma existência sujeita a determinismos tão inalteráveis como os que regem a trajetória dos astros.”<sup>70</sup>

Destaca-se nesta enumeração a terceira fantasia listada, referida àquelas fantasias agressivas de natureza sadomasoquista, que revela o ambiente sobre o qual opera o discurso dos programas policialescos. Porque em relação ao resto, elas podem ser apresentadas pelo jornalismo popular sob as figuras do melodrama, do folhetim e do grotesco, que tanto informam quanto entretêm, mesmo podendo validar preconceitos e discriminações.<sup>71</sup> Porém, “A prática sensacionalista é também nutriente psíquico, desviante ideológico e descarga de pulsões instintivas”, e isto devido a que as reportagens sensacionalistas “sentimentalizam as questões sociais, criam penalização no lugar de descontentamento e constituem-se num mecanismo reducionista que particulariza os fenômenos sociais.”<sup>72</sup> O sensacionalismo deixa de ser uma mistura de entretenimento com informação duvidosa e se revela como um discurso fascistizante quando a pauta da reportagem não são os escândalos dos famosos ou sorteios e premiações mas a violência e a forma como é tratada. Quando os comentários dos apresentadores dos programas policialescos se encontram com aquele universo de fantasias agressivas de natureza sadomasoquista, o discurso dos programas sensacionalistas funciona como um proto-discurso do líder dado que, por meio de um punitivismo reducionista, ativa a pulsão de morte dos indivíduos, transformando-se em um vetor fascistizante da cultura: “*Se ele atirou é porque o*

<sup>68</sup> ROUANET, Sergio Paulo, **A razão cativa**, op. cit., p. 261.

<sup>69</sup> Idem, p. 260.

<sup>70</sup> Idem, p. 261, grifos nossos.

<sup>71</sup> Cf. AMARAL, Márcia Franz, **Jornalismo popular**, op. cit., p. 70-77.

<sup>72</sup> Idem, p. 21.

*bandido estava armado. E fez muito bem. Não sei se os caras apontaram uma arma para o policial, não vi. Provavelmente, sim*<sup>73</sup>, narrava com entusiasmo José Luiz Datena, em um programa que ficou famoso por este caso, em junho de 2015, enquanto a tela mostrava imagens de um helicóptero com policiais perseguindo suspeitos de um assalto. “*A polícia vem atrás, em velocidade atrás dos marginais, que coisa terrível isso aí! Que imagem! Que imagem impressionante!*”<sup>74</sup> E a reportagem finaliza, como explica o jornalista Igor Carvalho, que resgata estes comentários de Datena, da seguinte maneira:

Após alguns minutos de perseguição, os suspeitos perdem o controle da moto e caem. Imóveis, os dois não esboçam reação. Porém, um dos policiais vai até eles e dispara quatro vezes, à queima-roupa. A imagem volta para Datena, que defende a ação do agente<sup>75</sup>,

concluindo com as palavras acima citadas: *E fez muito bem.*

De acordo com Márcia Franz Amaral,

Em geral, o sensacionalismo está ligado ao exagero; à intensificação, valorização da emoção; à exploração do extraordinário, à valorização de conteúdos descontextualizados; à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e inversão do conteúdo pela forma [...] O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras estratégias da mídia em geral, como a superposição do interesse público; a exploração do sofrimento humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e do consumo; a ridicularização das pessoas humildes; o mau gosto; a ocultação de fatos públicos relevantes; a fragmentação e descontextualização do fato; o denunciamento; os julgamentos e a invasão de privacidade tanto de pessoas pobres como de celebridades, entre tantas outras.<sup>76</sup>

Contudo, como esta autora afirmara, se todo jornalismo é sensacionalista, qual seria a diferença entre o jornalismo dito sério (“de referência”), e o jornalismo “popular”? A diferença radicaria na *intensidade*: “O sensacionalismo é o grau mais radical de mercantilização da informação.”<sup>77</sup> Esta é a lógica que organiza o discurso daqueles programas cujas reportagens se alimentam da violência, a *intensificação* ao extremo do uso de todos os recursos comunicacionais para impactar na audiência, produzindo, desta maneira, um discurso violento sobre essa mesma violência. O pressuposto de que todo jornalismo é sensacionalista, em maior ou menor grau, implica descartar a ideia de que existiria uma notícia pura, isenta, como mero reflexo da realidade. Ao contrário, o jornalismo se configura como um discurso, constituído de formas narrativas específicas, que produzem sentidos, significados, e nesse sentido, são

<sup>73</sup> DATENA, José Luiz, *In*: CARVALHO, Igor, *Dá para controlar os abusos de programas policiais na TV? Lei uruguaia mostra que sim*, **Brasil de Fato**, São Paulo, 10 jul. 2020, Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/da-para-controlar-os-abusos-de-programa-policiais-na-tv-lei-uruguaia-mostra-que-sim> > Acesso em 22 fev. 2022.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> AMARAL, Márcia Franz, **Jornalismo popular**, op. cit., p. 21.

<sup>77</sup> Idem, p. 20.

construtoras da realidade pública.<sup>78</sup> Previsivelmente, esta produção de sentido não é assumida pelos realizadores deste discurso. Assim, quando interrogado acerca da relação entre audiência e as reportagens policiais, Datena responde que

A audiência é a mesma, mas, quando há crimes pontuais, como esse de Goiás, que todas as emissoras exploram, a audiência sobe muito. Moral da história: a humanidade não mudou nada. Quando colocavam leões para comer os cristãos no Coliseu, ele lotava. Hoje, se pegarmos o Pacaembu, o Morumbi e colocarmos leões para comer estupradores e assassinos, vai lotar mais do que final de campeonato. Isso é triste. Eu sei. Mas, infelizmente a sociedade tem essa demanda de justiça. O ser humano em geral.<sup>79</sup>

Nota-se em primeiro lugar, a relativização do próprio sensacionalismo quando aponta que “todas as emissoras exploram”, o que mais revela que o sensacionalismo é um traço comum à grande mídia e não um traço desprezível apenas do jornalismo policial. Além do cômico anacronismo, repete-se o truque de se referir diretamente a um culpado (“estupradores e assassinos”) tal como em muitas reportagens, nas quais o suspeito já é condenado midiaticamente antes de todo processo legal. Fato que convoca imediatamente a indignação e o apoio da audiência a favor dos “leões”, porque se tivesse mantido os “cristãos” como vítimas, seu exemplo teria ficado insustentável e aberrante seu papel. No palco midiático geral, para o sensacionalismo funcionar com êxito, o suspeito é sempre culpado. E para finalizar, segundo Datena, é “a sociedade” que manifesta essa demanda, “infelizmente”. A postulada neutralidade do discurso televisivo é reafirmada quando o apresentador conta que “Quando entrevistamos o Lula recentemente, o presidente falou: ‘Olha Datena, tem muita bala, muito tiro na televisão’. Eu respondi: ‘Presidente, você tem que tirar a violência da rua, *não da televisão*’.”<sup>80</sup> A televisão de Datena é assim convenientemente inocentada por se reduzir a mero reflexo da realidade.

Certamente, a produção do discurso dos programas sensacionalistas está composta de uma série de elementos técnicos: o texto verbal, a figura do apresentador, o contexto comunicativo (reportagens ao vivo), as formas de apresentação das notícias (cuja dramaticidade se baseia na sua urgência), e a relação com as fontes de informação (contato direto com as forças policiais).<sup>81</sup>

<sup>78</sup> Idem, p. 23.

<sup>79</sup> AITH, Márcio, Entrevista da 2ª: José Luiz Datena: em fase política, Datena elogia Serra, mas vota em Dilma, *In: Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 mai. 2010. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fe0305201013.htm>> Acesso em 18 mar. 21.

<sup>80</sup> Idem, grifos nossos.

<sup>81</sup> Cf. OLIVEIRA, Dannilo Duarte, **Jornalismo policial a televisão: gênero e modo de endereçamento dos programas Cidade Alerta, Brasil Urgente e Linha Direta**. Salvador, 2007. 208 p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia.

Em relação a este último recurso, Eliane Brum apontou para as raízes autoritárias do jornalismo policiaisco no Brasil. Brum considera que é necessário entender os programas sensacionalistas com grande audiência como novas expressões, a partir da transição à democracia, da prévia “cultura da violência e a relação de promiscuidade de parte dos jornalistas de polícia com os aparatos de repressão da ditadura”:

Na ditadura, parte dos jornalistas policiais foi conivente com a tortura dos presos políticos, da mesma maneira que já era conivente, antes, com a tortura dos presos comuns. E que, depois do fim da ditadura, continuou a ser conivente com a tortura largamente praticada até hoje nas cadeias e presídios do país.<sup>82</sup>

Esta relação de promiscuidade dos jornalistas policiais com as polícias na ditadura cívico-militar fundou, segundo Brum, uma mentalidade tolerante em relação à violação dos direitos dos pobres e dos presos, que o sensacionalismo dos programas atuais vem atualizar “como se, ao ser condenado ou apenas suspeito de um crime, as pessoas perdessem todos os seus direitos, inclusive os fundamentais.”<sup>83</sup> O discurso dos programas policiais vai ao encontro com a vontade daquela parte da população de fazer justiça com as próprias mãos, o que por um lado, faz com que o apresentador se sinta autorizado “a se colocar no lugar de juiz e condenar um suspeito no tribunal midiático”<sup>84</sup>, e por outro, alimenta aquela predisposição a linchar sem julgamento a todo e qualquer suspeito, tal como apresentado nas imagens televisionadas.

### 2.1.3. A violência na produção imaginária do Outro

Em algumas reportagens policiais<sup>85</sup>, as imagens transmitidas não se organizam em torno ao suposto delinquente e ao delito cometido (a violência como problema), mas antes se concentram em mostrar a própria polícia perseguindo, capturando ou até eliminando um fugitivo em uma troca de tiros (a violência como resposta). Estes dois registros televisivos da violência se veem facilitados pela presença cada vez mais comum e até banal da morte nas telas, tanto nos programas policiais, onde a dramatização é a moldura do delito, quanto no jornalismo dito “de referência”, revelando, segundo Eugênio Bucci, “um relaxamento nos limites do

<sup>82</sup> BRUM, Eliane, **A imprensa que estupra**, 5 jun. 2012, Disponível em < <http://elianebrum.com/opiniao/colunas-na-epoca/a-imprensa-que-estupra-parte-1/> > Acesso 19 mar. 2022. Também em < <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed697-a-imprensa-que-estupra/> > Acesso em: 10 jun 2023.

<sup>83</sup> Idem, p. 7 e 5.

<sup>84</sup> Idem, p. 4.

<sup>85</sup> Um exemplo, entre tantos: **Policial reage e mata bandido**, In: PROGRAMA BRASIL URGENTE, Duração: 2 min. 22 s., Disponível em < <https://www.band.uol.com.br/noticias/brasil-urgente/videos/policial-reage-e-mata-bandido-16848393> >, Acesso em 20 jul. 2022.

jornalismo e do entretenimento mundial no que diz respeito à violência.”<sup>86</sup> De acordo com este autor, uma nova imagem da polícia foi difundida no Brasil pelos programas policiais a partir dos anos '90, estabelecendo uma “parceria viciosa: os policiais ganharam visibilidade entrando no papel de heróis da força bruta; e as câmeras do sensacionalismo ganharam imagens gratuitas correndo atrás das viaturas”<sup>87</sup>. Esta parceria teve como consequência que

o sensacionalismo policial na televisão contribuiu para o aumento da brutalidade dentro da própria polícia. Ela se julgava adorada à medida que aparecia agindo, ou seja, batendo, prendendo e atirando. Quanto ao telespectador, queria dos programas exatamente isso: brigas, tiros, pancadaria.<sup>88</sup>

Deste modo, o sucesso dos programas policiais não pode ser entendido exclusivamente como o triunfo comercial de um formato televisivo que postula sua neutralidade narrativa frente à violência objetiva das ruas. Como se tudo não passasse de uma espécie de demanda popular pronta reclamando por uma solução eficaz para o problema da criminalidade, que as imagens televisivas apenas vêm a confirmar. Como estudaram Reich e Adorno, a fascistização começa com a captura e mobilização de uma parcela da sociedade com propensão ao apoio de soluções autoritárias por meio do aumento da propaganda autoritária, de um discurso autoritário, do chamado "discurso do líder" — elevando essa expressão a categoria político-comunicacional, porque capaz de alimentar esse autoritarismo latente e canalizá-lo. Pensando desde a mesma perspectiva, a multiplicação dos programas sensacionalistas desde os anos '90 até o presente também dependeu não só de estabelecer uma correspondência com as expectativas ou desejos (as "fantasias" acima citadas) da audiência, mas a partir dela formatar a percepção da realidade sobre o problema da violência promovendo o punitivismo como dejetos da lógica do entretenimento. Assim, a questão é entender como opera o discurso dos programas policiais sobre o legítimo desejo de paz que manifesta uma população que sofre uma violência objetiva ativando pulsões agressivas e canalizando a "solução" punitivista no telespectador, que é o momento em que revela sua potência fascistizante.

Tomando como exemplo a crise do motim dos presídios em São Paulo, acontecida o domingo 18 de fevereiro de 2000, Bucci afirma que os meios que cobriam ao vivo a rebelião das 24 cadeias começaram a competir para ver quem transmitia a imagem mais *apavorante*, transformando a tarefa de informar, por meio da sucessão de imagens de extrema violência, em

---

<sup>86</sup> BUCCI, Eugênio, Como a violência na TV alimenta a violência real – da polícia, *In*: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita, **Videologias: ensaios sobre televisão**, São Paulo, Boitempo, 2004, p. 109.

<sup>87</sup> *Idem*, p. 113.

<sup>88</sup> *Idem*, p. 113.

uma “indústria do pânico”.<sup>89</sup> Os contínuos *flashes* informativos mantinham em alerta a população e agitavam seus temores de caos ou descontrole social, o que naturalmente provocava um generalizado “desejo de ordem”, uma vez que as rebeliões “Culminarão um ou dois dias depois com cadáveres, um deles decepado. Mortes de que o público está sedento. Sede de execuções. Sede de polícia”.<sup>90</sup>

O modo específico como os meios de comunicação operam por meio das imagens que transmitem incide profundamente sobre o imaginário social, e aqui reside o que podemos chamar de *poder midiático*. Porém, não se trata agora da violência que os meios afirmam apenas exibir<sup>91</sup>, mas de uma violência *intrínseca* à própria imagem televisiva. Pensando os meios de comunicação como operação imaginária, segundo Marilena Chauí, “a imagem é simultaneamente alicerce, instrumento e resultado da operação midiática”, e ela é violenta em si porque “em sua imediatez persuasiva e exclusiva, só é capaz de propor e provocar atos sem mediação.”<sup>92</sup> Chauí apresenta deste modo a tese de Maria Rita Kehl, quem afirma que há “um tipo de violência que é *própria do funcionamento do imaginário em si*”<sup>93</sup>, e mesmo que a produção do imaginário na cultura de massas e a violência não tenham uma simples relação de causa-efeito, há certamente uma conexão entre a onipresença da imagem e padrões de comportamento social.

Seguindo a tese de Kehl, o imaginário<sup>94</sup> funciona segundo a lógica do desejo e, portanto, frente ao tipo específico de produção de sentido das imagens, não há necessidade de pensamento. Esta oposição imagem-pensamento deve-se a que, por um lado, neste contexto, o

---

<sup>89</sup> Indústria do pânico constituída por um conjunto de imagens que consistiam em “tomadas aéreas do presídio, a fase tensa dos soldados, os cavalos perfilados fazendo sim com as cabeçorras, os familiares em prantos, as mulheres desmaiando”, inseridas durante os programas de auditório de domingo à tarde (Idem, p. 110).

<sup>90</sup> Idem, p. 110.

<sup>91</sup> Como o slogan do programa *Aqui e Agora*, que se apresentava como “uma arma do povo, que mostra na TV a vida como ela é” (AQUI AGORA, In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Aqui\\_Agora&oldid=63056881](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Aqui_Agora&oldid=63056881) >. Acesso em: 19. out. 2021).

<sup>92</sup> CHAÚÍ, Marilena, Prefácio, In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita, **Videologias**: ensaios sobre televisão, op. cit., p. 7.

<sup>93</sup> KEHL, Maria Rita, Televisão e violência do imaginário, In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita, **Videologias**: ensaios sobre televisão, op. cit., p. 88.

<sup>94</sup> O *Imaginário* é um “Termo derivado do latim *imago* (*imagem*) e empregado como substantivo na filosofia e na psicologia para designar aquilo que se relaciona com a imaginação, isto é, com a faculdade de representar coisas em pensamento, independentemente da realidade. Utilizado por Jacques Lacan a partir de 1936, o termo é correlato da expressão estádio do espelho e designa uma relação dual com a imagem do semelhante. Associado ao real e ao simbólico no âmbito de uma tópica, a partir de 1953, o imaginário se define, no sentido lacaniano, como o lugar do eu por excelência, com seus fenômenos de ilusão, captação e engodo.” (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 371, grifos nossos). Os registros psíquicos do real, do simbólico e do imaginário constituem uma tópica na obra de Lacan, e por isso “são três registros indissociáveis [e] se articulam como o tripé que sustenta o sujeito do desejo” (KEHL, Maria Rita, Televisão e violência do imaginário, op. cit., p. 94).



pensamento pode ser entendido como o grande esforço que um indivíduo realiza para buscar um objeto de satisfação perdido, ou seja, “um movimento que tenta reconstruir, pela representação, um substitutivo para esse objeto”.<sup>95</sup> Assim, o desejo pode encontrar satisfação não só no ato mas na linguagem, uma vez que “‘Realizar um desejo’ é encontrar uma *representação* para um desejo que não conhecemos, ao qual nunca temos acesso”.<sup>96</sup> Isto equivale ao prazer (descarga de energia psíquica)<sup>97</sup> porque essa produção de significado provoca uma pausa (que não proíbe o pensamento nem o reprime, mas) que suspende momentaneamente o incessante trabalho psíquico de simbolização<sup>98</sup>. E esta pausa é transitória porque como não temos acesso ao Real<sup>99</sup>, o pensamento sempre continuará a produzir novas significações. Deste modo, a cada imagem recebida o telespectador recebe um fragmento de gozo, e por isso

Diante da TV ligada, isto é, diante de um fluxo contínuo de imagens que nos oferecem o puro gozo, não é necessário pensar. O pensamento é um trabalho, e [...] só é convocado quando falha a realização de desejos. [...] E quanto mais o fluxo de imagens ocupa espaço na nossa vida real e na nossa vida psíquica, menos é convocado o pensamento.<sup>100</sup>

Por outro lado, o impacto da crescente presença das imagens na sociedade contemporânea envolve outras dimensões ainda: não se trata de um fluxo caótico de imagens, mero entorpecimento da vida social, mas neste caso trata-se da violência do imaginário, refere-se à produção imaginária do Outro.

O conceito de Outro na psicanálise remete à relação entre o simbólico e o imaginário. De acordo com Kehl, o imaginário se constitui quando a criança se identifica com a imagem de seu próprio corpo, o que lhe permite fundar seu *eu* por meio dessa unidade frágil que dá uma

<sup>95</sup> KEHL, Maria Rita, *Televisão e violência do imaginário*, op. cit., p. 90.

<sup>96</sup> Idem, p. 90, grifos nossos.

<sup>97</sup> “Em Freud, o prazer não se obtém apenas pelo encontro *corporal* com um objeto de satisfação: o prazer, no sentido freudiano, consiste antes de mais nada na descarga promovida pelo encontro da energia libidinal com uma representação mental do objeto de satisfação, que possibilita ao psiquismo um alívio de tensão prazeroso.” (KEHL, Maria Rita, *Elogio do medo*, In: NOVAES, Adauto, **Ensaio sobre o medo**, São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 100).

<sup>98</sup> O *simbólico*, extraído da antropologia, designa na obra de Lacan “um sistema de representação baseado na linguagem, isto é, em signos e significações que determinam o sujeito à sua revelia, permitindo-lhe referir-se a ele, consciente e inconscientemente, ao exercer sua faculdade de simbolização. [...] Lacan denominou *função simbólica* “o princípio inconsciente único em torno do qual se organiza a multiplicidade das situações particulares de cada sujeito.” (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 714).

<sup>99</sup> O *Real* é “Termo empregado como substantivo por Jacques Lacan, introduzido em 1953 e extraído, simultaneamente, do vocabulário da filosofia e do conceito freudiano de realidade psíquica, para designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar. [...] no real, por fim, colocou a realidade psíquica, isto é, o desejo inconsciente e as fantasias que lhe estão ligadas, bem como um ‘resto’: uma realidade desejante, inacessível a qualquer pensamento subjetivo. [O real] designa a realidade própria da psicose, (delírio, alucinação), na medida em que é composto dos significantes foracuídos (rejeitados) do simbólico”. (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 645).

<sup>100</sup> Idem, p. 91.

ilusão de identidade. Porém, “a imagem - lembremos o conceito de *estádio do espelho*, em Lacan – é a forma mais primitiva de identificação, que nos coloca na dependência absoluta do olhar do Outro.”<sup>101</sup> O simbólico se constitui justamente quando essa imagem já não é garantia do seu *ser*, e sobrevém então o significante, a palavra, que ocupa o lugar do que falta. Assim, psicanaliticamente, o Outro aponta para a linguagem, à cuja estrutura estamos todos subordinados. Contudo, “embora o Outro seja um conceito do campo simbólico, ele se encarna para nós, ao longo da vida, em várias figuras (imaginárias) de autoridade e saber”.<sup>102</sup> Primeiro, encarna na figura da mãe, que sabe do desejo da criança, e por isso se constitui como uma figura todo-poderosa; e posteriormente na figura do pai, que não só representa a lei, mas faz a lei. Desta maneira, assim como a imagem do Outro pode resultar em proteção, também pode encarnar uma ameaça para a criança, que desenvolve agressividade para poder defender esse corpo onde ela se instala como *eu*. Se “Nesse funcionamento imaginário, a presença do Outro evoca sempre uma reação paranoica”<sup>103</sup>, figura persecutória porque sabe de nosso desejo, é decisivo entender a especificidade histórica da questão do Outro nas sociedades de massa contemporâneas, onde “o Outro está encarnado nessa produção imaginária da qual a televisão é o principal veículo.”<sup>104</sup>

Kehl afirma que, se por um lado, o Outro como objeto da cultura é resultado da produção torrencial de imagens produzidas fundamentalmente nos meios de comunicação de massa, sobretudo da televisão, e por outro, temos a produção de uma subjetividade ancorada nesse imaginário cuja lógica dispensa o pensamento, isto é, que dispensa o trabalho psíquico de simbolização do outro<sup>105</sup>, a consequência consistirá em um laço social

que há de ser sempre um contato ameaçador e violento. Então a violência e a agressividade podem se produzir como resposta a essa ameaça que o outro representa, e como tentativa de deter a inquietação trazida pela falta<sup>106</sup>,

*falta* que se torna intolerável não só porque o predomínio do imaginário prescinde do trabalho de simbolização, mas também porque a enorme produção imaginária está hoje dominada pelo discurso publicitário, cuja mensagem é que não deve haver falta (o imperativo da satisfação

---

<sup>101</sup> KEHL, Maria Rita, O espetáculo como meio de subjetivação, *In*: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita, **Videologias**: ensaios sobre televisão, op. cit., p. 49. A expressão *estádio do espelho*, cunhada por Jacques Lacan em 1936, designa “um momento psíquico e ontológico da evolução humana, situado entre os primeiros seis e dezoito meses de vida, durante o qual a criança antecipa o domínio sobre sua unidade corporal através de uma identificação com a imagem do semelhante e da percepção de sua própria imagem num espelho.” (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel, **Dicionário de Psicanálise**, op. cit., p. 194).

<sup>102</sup> KEHL, Maria Rita, *Televisão e violência do imaginário*, op. cit., p. 94-95.

<sup>103</sup> Idem, p. 97.

<sup>104</sup> Idem, p. 97.

<sup>105</sup> Idem, p. 98-99.

<sup>106</sup> Idem, p. 99.

pelo consumo). A publicidade, voz da máquina capitalista de produção de imagens, constitui o discurso que organiza o aparente caos ininterrupto de imagens que a televisão difunde por meio de mensagens que não só buscam produzir a identificação, mas “que representam, para o espectador, indicações sobre o desejo do Outro”.<sup>107</sup>

Assim, qualquer análise da violência das imagens que diariamente são televisionadas não pode ignorar o funcionamento da violência do imaginário. No caso concreto dos programas policiais, constitui um falso debate acreditar que a violência só se encontra no sangue mostrado nas telas, porque neste caso se estaria aceitando a suposta neutralidade narrativa do sensacionalismo como guarida do jornalismo de entretenimento sob o qual se esconde o verdadeiro impacto destes programas. Mas se consideramos o funcionamento do imaginário e a violência intrínseca das imagens, o verdadeiro papel que cumprem os programas sensacionalistas é a produção imaginária do Outro encarnada na figura do “bandido” como estereótipo do criminoso. O programa policial fixa o telespectador em um imaginário que reduz o Outro a uma ameaça porque a violência da imagem lhe impede a simbolização do outro, induzindo reações defensivas, agressivas. Mais de três décadas de jornalismo popular policial nas telas das famílias brasileiras é uma das vias para compreender a sedimentação do apoio social a respostas violentas para o problema da violência, quando em determinada conjuntura de crise institucional aumenta a força e o alcance de discursos políticos autoritários. Se “A produção de imagens completas, logo, opacas, obscurece a compreensão das causas estruturais da violência e estimula reações puramente imaginárias, ou seja, *rivalitárias*, contra-agressivas”<sup>108</sup>, se deve à própria natureza da imagem, que aponta para o que não está nela, para a *falta*, produzindo no espectador um processo de dessubjetivação ao prendê-lo à lógica do desejo, à manipulação das emoções. Desta maneira, a violência do imaginário dentro da qual operam os programas policiais revela um outro aspecto: ela impele o indivíduo ao ato violento.

Maria Rita Kehl afirmou que estamos em uma cultura na qual “nossa existência psíquica depende de uma passagem ao ato e de preferência de uma passagem ao ato *em público*”, e anos antes da popularização das chamadas redes sociais, explica esse ato em público como a busca para “fazer do nosso corpo, imagem, e imagem para o outro assistir e para o outro fruir.”<sup>109</sup> Essa passagem ao ato refere-se a essa sucessão frenética de atividades dos indivíduos, típica da vida contemporânea, que responde a uma demanda do Outro, dado que em ausência de

<sup>107</sup> KEHL, Maria Rita, O espetáculo como meio de subjetivação, op. cit., p. 46.

<sup>108</sup> BOSCO, Francisco, Violência e sociedade do espetáculo, In: NOVAES, Adauto (Org.), **Mutações: Fontes passionais da violência**, São Paulo, Edições Sesc São Paulo, 2015, p. 50.

<sup>109</sup> KEHL, Maria Rita, Televisão e violência do imaginário, op. cit., p. 93.

“reflexão, contemplação e dúvida” o indivíduo é compelido a agir “Para existir diante desse Outro, *para não desaparecer*.”<sup>110</sup> Esta é a violência do imaginário, na qual, frente ao enfraquecimento da palavra, do pensamento, só resta o corpo e o ato. Ato que quanto mais violento, melhor responde à demanda do Outro por agir. “Uma sociedade regida por formações imaginárias torna-se uma sociedade violenta”<sup>111</sup> porque não há diálogo com o Outro; com o Outro não se pensa porque o Outro, na sua consistência imaginária, me submete, por meio de uma “produção de visibilidade e de imagens contínua, que funciona para o sujeito como oferta incessante de objetos para o desejo – e, portanto, como *suposição de um saber sobre nosso desejo*”<sup>112</sup>. E isto porque “O Outro simbolizado, que já é um universo marcado pela falta, me permite pensar. Mas não é com o Outro que eu penso [...], é com o semelhante, é com o pequeno outro.”<sup>113</sup>

No caso particular dos programas sensacionalistas, o "pequeno" outro está sobredeterminado pela produção imaginária de um Outro como agregado de estereótipos (a figura do *bandido*, causa única de toda violência que temem o sofrem as audiências todas as tardes), o que vai provocando a quebra do laço social, substituído pelo medo e pelo ódio ao outro, produto da manipulação de um desejo de ordem a qualquer custo. Assim, quanto mais imagens de violência (na televisão) mais a violência das imagens (no imaginário) produz um desejo de ordem para o qual não importa o grau de violência necessária para reencontrar a paz social, isto é, reduzir o estado de paranoia e medo a que é conduzida a população. A reação defensiva e agressiva provocada pelo Outro midiático em uma população amedrontada, logo encontra no desejo de extermínio daquele outro que ameaça nossa existência a vazão do mal-estar acumulado pela violência da objetividade econômica.

Deste modo, seria possível formular que uma sociedade ancorada na violência do imaginário (fluxo interminável e onipresente de imagens que, é importante notar, vem se intensificando década a década, acompanhando as mudanças tecnológicas), produzido pelos meios de comunicação, pela indústria da cultura, com o papel central ainda reservado à TV, que promove uma cultura do agir irreflexivo, e mais ainda, a compulsão a agir por meio do ato violento, parece operar, recuperando a fórmula freudiana da *regressão psíquica à condição de horda* que sofre o indivíduo que se integra à massa fascista, uma espécie de *regressão coletiva*

---

<sup>110</sup> Idem, p. 100, grifos nossos.

<sup>111</sup> Idem, p. 103.

<sup>112</sup> Idem, p. 97.

<sup>113</sup> Idem, p. 101, grifos nossos.

*do simbólico ao imaginário*. Kehl questiona se este predomínio do imaginário sobre o simbólico não encerra em si uma condição "totalitária":

Uma formação totalitária é uma formação em que as significações que participam do laço social estão tão fechadas que não há lugar para se começar algo novo, pois os cidadãos se veem tão totalmente cercados, congelados e paralisados num discurso de significações estabelecidas que não há brecha para o rompimento desse Outro sem falta. Uma sociedade na qual a imaginário prevalece, em que as formações imaginárias é que elaboram o real - esse real ao qual não temos acesso -, é uma sociedade de certa forma totalitária.<sup>114</sup>

A “condição totalitária” que aponta Maria Rita Kehl pode ser reafirmada hoje, vinte anos depois de escrito seu texto, como um estudo sobre as determinações do potencial fascista de toda sociedade capitalista. O que o texto de Kehl não podia prever no momento em que foi escrito foi o início de um processo político de fascistização da sociedade brasileira. A violência do imaginário e o potencial fascistizante da televisão sensacionalista permitem pensar o discurso dos programas policiais como uma espécie de proto-discurso do líder, como se sua função, década após década, tivesse sido a de ir buscando uma lenta *regressão* da audiência, até ela estar em condições de ser capturada pelo primeiro discurso explicitamente antidemocrático que surgisse. Em uma sociedade na qual “toda passagem ao ato é uma passagem de pura destruição”<sup>115</sup>, o discurso dos programas sensacionalistas de notícias policiais, como produção industrial de uma cultura ancorada na violência do imaginário, pode ser pensado como um discurso do líder ainda sem líder, isto é, sem termos ainda a figura encarnada do pai da horda garantindo a coesão da potencial massa fascista que ainda é a audiência televisiva. Ou de outro modo, pensado como um discurso fascistizante onde o lugar do líder é ocupado pelas grandes empresas de comunicação, pensadas não em conjunto, como se agissem como um ator unitário, mas como uma multiplicidade de aparelhos privados que confluem ideologicamente através das produção, neste caso, de um mesmo gênero de programas, como a Rede Bandeirantes com o programa *Brasil Urgente*, a TV Record com o *Cidade Alerta*, e a Rede TV! com o *Alerta Nacional*, ademais da Rede Globo com o *Linha Direta*, réplicas de redes regionais, e outros. Mas, certamente, programas jornalísticos de referência, de entretenimento, ficcionais, de qualquer outro gênero, podem ser estudados do mesmo modo.

Desta maneira, o discurso dos programas sensacionalistas pode ser percebido como uma das primeiras etapas do processo de fascistização em sentido amplo, ou de outra maneira, como lenta preparação das pré-condições do processo de fascistização em sentido estrito, uma vez

---

<sup>114</sup> Idem, p. 104.

<sup>115</sup> Idem, p. 105.

que seu discurso explora a quebra do laço social com o outro organizando os medos da população.

#### 2.1.4. O discurso do medo

As grandes cidades de hoje, as megalópoles, tornaram-se o lugar do medo, de insegurança, sobretudo nas periferias. Esta afirmação, banal segundo Jean Delumeau, autor de *História do medo no Ocidente*<sup>116</sup>, pode ser mais bem explorada se relacionada a duas questões: a primeira, a da “relação entre a insegurança objetiva e o sentimento de insegurança”, e a segunda, sua derivação política, “se a demanda de segurança é sempre proporcional às situações que a provocam”<sup>117</sup>. A primeira revela o papel dos discursos midiáticos que operam sobre o imaginário social, e a segunda, abre caminho à exploração política dessa necessidade por parte de forças autoritárias. No caso do discurso dos programas policiais, em função de sua lógica sensacionalista, “Muitos deles não contam a realidade dos fatos, *exageram e incentivam uma sensação de pânico na população que não é correspondente com a realidade.*”<sup>118</sup> Iara Moura, coordenadora executiva do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), acentua que

O que temos diariamente são oito horas de programas policiais durante a tarde. Falta poder de escolha e diversidade. Há também alguns elementos, como os apresentadores se colocarem como justiceiros, como defensores dos mais pobres e desassistidos pelo Estado. Então, *a primeira vez que as pessoas se viram na TV foi em programas como o Aqui e Agora*<sup>119</sup>

Vimos que é nos anos '90 que as classes populares passam a estar representadas na TV aberta, enquanto a classe média vai passando para a então mais exclusiva/excludente TV a cabo. E essa forma de reconhecimento televisivo se deu por meio das imagens de programas populares de auditório mas também de programas policiais. Está claro que a crítica dos programas sensacionalistas não se refere a seu impacto direto sobre o aumento ou redução da criminalidade, mas a “como a quantidade de informações policiais impacta a percepção da população sobre a segurança.”<sup>120</sup> Neste sentido, aumentar a sensação de pânico na população

<sup>116</sup> DELUMEAU, Jean, **História do medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>117</sup> DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje, *In*: NOVAES, Adauto, **Ensaio sobre o medo**, São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 49-50.

<sup>118</sup> ALCADIPANI, Rafael, *apud* CARVALHO, Igor, Dá para controlar os abusos de programas policiais na TV? Lei uruguaia mostra que sim, op. cit., grifos nossos.

<sup>119</sup> MOURA, Iara *apud* CARVALHO, Igor, Dá para controlar os abusos de programas policiais na TV? Lei uruguaia mostra que sim, op. cit., grifos nossos.

<sup>120</sup> Idem.

não significa negar a objetividade de índices de criminalidade altos<sup>121</sup> mas, antes, distinguir a violência espetacularizada das imagens televisivas da violência invisibilizada produto de uma sociedade cindida. Isto porque quanto mais se vocifera sobre a violência cotidiana das periferias em termos sensacionalistas, capturando o imaginário social, resulta menos possível para uma sociedade pensar criticamente as raízes de uma violência que vai se aproximando de um estado de guerra civil.

No citado *História do medo no Ocidente*, Jean Delumeau aponta como o medo, enquanto fenômeno coletivo, passou desde os primeiros tempos históricos daquelas ameaças que provinham da natureza (incêndios, más colheitas, erupções vulcânicas, a peste negra, a cólera, entre outros), a medos mais culturais, a um medo do próprio homem (tradicionalmente, quem vêm de fora, quem fala outra língua e tem hábitos ou códigos que não compreendemos, quem tem outra religião, enfim, o bode expiatório perfeito em caso de desgraças).<sup>122</sup> De acordo com este autor, a constituição de "um país do medo" na Europa foi resultado do acúmulo de golpes que sofrera o Ocidente entre 1348 e o começo do século XVII<sup>123</sup>, onde a desagregação social e o grave abalo psíquico que afetou a todo o corpo social, o povoou de fantasmas mórbidos.

Assim, os conselheiros espirituais do Ocidente, empregando uma pedagogia de choque, esforçaram-se em substituir por medos teológicos a pesada angústia coletiva resultante de estresses acumulados. [...] Essa tensão num combate incessante contra o inimigo do gênero humano era tudo menos serenidade, [...] os homens da Igreja apontaram e desmascararam esse adversário dos homens. Levantaram o inventário dos males de que ele é capaz de provocar e a lista de seus agentes: *os turcos, os judeus, os heréticos, as mulheres*, [...] Uma ameaça global de morte viu-se assim segmentada em medos, seguramente temíveis, mas 'nomeados' e explicados, [...] Desmascarar Satã e seus agentes e lutar contra o pecado era, além disso, diminuir sobre a terra a dose de infortúnios de que são a verdadeira causa.<sup>124</sup>

São antecedentes pré-modernos das técnicas fascistas da manipulação psicológica, que parecem não se diferenciar substancialmente das técnicas atuais, nos seus rudimentos, senão pela sofisticação e imensa destrutividade alcançada pelo poder da técnica na sociedade industrial moderna. Para garantir a dominação, o poder dá nome ao medo que instiga (os turcos,

<sup>121</sup> Cf. ATLAS da Violência, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> > Acesso em 22 fev. 2022, e também FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP), Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/> > Acesso em 22 fev. 2022.

<sup>122</sup> DELUMEAU, Jean, **História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**, op. cit., p. 23 a 45. Também DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje, op. cit., p. 42 e 46.

<sup>123</sup> A justaposição de crises que abalaram Europa no século XIV é impactante: a peste, de afeitos catastróficos e perduráveis; más colheitas, degradação de condições climáticas e recuo agrícola; revoltas rurais e urbanas; guerras civis e guerras estrangeiras devastadoras. E "A esses infortúnios em cadeia, acrescentam-se a ameaça cada vez mais precisa do perigo turco e o Grande Cisma (1378-1417)", (DELUMEAU, Jean, **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**, op. cit., p. 41-42).

<sup>124</sup> Idem, p. 45 e 44, grifos nossos.

os judeus, os heréticos, as mulheres da Igreja citada por Delumeau; os judeus, os comunistas, os intelectuais, para um movimento fascista). Em outras palavras, o fascismo garante a coesão do próprio grupo alimentando o sentimento de ameaça e a sensação de insegurança, e o discurso do líder transforma angústia (difusa) em medo (concreto) quando aponta para um “inimigo”, canalizando a agressividade sobre esse objeto de ódio. Maria Rita Kehl considera que atualmente vivemos em uma era assolados pelo terror, pelo fato de que

toda a enorme variedade dos sentimentos de medo ficou encoberta por sua dimensão mais opressiva, mais empobrecedora, que é *o temor em relação a nossos semelhantes*. O homem, que só sobrevive física e psiquicamente em aliança com seus semelhantes, vê hoje no outro, qualquer que ele seja – estrangeiro, vizinho, familiar ou desconhecido -, a ameaça mais temida.<sup>125</sup>

Segundo esta autora, o medo “Não é a face simbólica da lei: é a face imaginária – a lei sustentada por uma fantasia ameaçadora.”<sup>126</sup> Por meio da linguagem, o homem pode refletir sobre seus medos, acedendo ao simbólico, mas “se a lei simbólica perder a sustentação coletiva, o medo voltará a dominar e impor uma lei fundada sobre o temor imaginário da morte”.<sup>127</sup> Com efeito, é a imposição da *lei do medo* que sustenta todo estado de exceção, esvaziando de poder toda instituição democrática e tornando absoluto o poder do líder. Por isso “A lei do medo pode ser comparada ao estado de terror em que vivem os moradores de algumas favelas das grandes cidades brasileiras, oprimidas entre a lei do tráfico e a violência da polícia sem lei.”<sup>128</sup> Seguindo a expressão de Kehl, a lei do medo é “totalitária”, porque a sua violação, diferentemente da transgressão da lei simbólica, que determina a exclusão do infrator, implica indefectivelmente a sua morte.<sup>129</sup> A lei do medo opera pela sensação de insegurança, pela ameaça da perda de controle do indivíduo sobre seu cotidiano, porque “Estamos à mercê do desconhecido, de forças que ultrapassam nossa precária capacidade de controle.”<sup>130</sup> A este respeito, Adorno apontou, em *A personalidade autoritária*,

a ignorância e a confusão generalizada de nossos sujeitos quando se trata de questões sociais para além do alcance de suas experiências mais imediatas. A objetificação dos processos sociais, sua obediência a leis intrinsecamente supraindividuais, parece resultar em uma alienação intelectual do indivíduo em relação à sociedade. Essa alienação é experienciada pelo indivíduo *como desorientação concomitante ao medo e à incerteza*.<sup>131</sup>

<sup>125</sup> KEHL, Maria Rita, Elogio do medo, op. cit., p. 89, grifos nossos.

<sup>126</sup> Idem, p. 93.

<sup>127</sup> Idem, p. 94.

<sup>128</sup> Idem, p. 94.

<sup>129</sup> Idem, p. 95.

<sup>130</sup> Idem, p. 96.

<sup>131</sup> ADORNO, Theodor, *Estudos sobre a personalidade autoritária*, op. cit., p. 266, grifos nossos.



Compreende-se assim a eficácia do discurso do líder quando recorre às categorias de estereotípias e de personalização para capturar aqueles setores da sociedade que vivem amedrontados ou convivem com uma sensação de insegurança e desorientação. Em 1959, o sociólogo estadunidense Wright Mills escrevia quase em clave adorniana que

A própria evolução da história ultrapassa hoje a capacidade que têm os homens de se orientarem de acordo com os valores que amam. [...] Raramente têm consciência da complexa ligação entre suas vidas e o curso da história mundial; [...] Não dispõem da qualidade intelectual básica para sentir o jogo que se processa entre os homens e a sociedade, a biografia e a história, o eu e o mundo.<sup>132</sup>

Se o mundo é apresentado cotidianamente nos programas policiais como uma máquina incompreensível de produzir desordem social e violência descontrolada, à medida que vai se corroendo a eficácia da lei simbólica e se impondo midiaticamente a *lei do medo* no imaginário, se abre a possibilidade para que, em determinada conjuntura de crise política ou econômica, um discurso autoritário aproveite a situação e capture esse mal-estar generalizado fabricando um bode expiatório que, como somatória de preconceitos e estereótipos, seja apresentado como a causa de todos os males sociais. Neste sentido, o discurso do líder se caracteriza, precisamente, por destruir nos indivíduos toda “capacidade de ir das mais impessoais e remotas transformações para as características mais íntimas do ser humano – e ver as relações entre as duas.”<sup>133</sup> No lugar do nexos violência e capitalismo, violência e *bandido*.

Segundo Kehl, o pânico é a interrupção da angústia, a qual se distingue do medo por não possuir representação. A angústia, “Medo sem objeto, que nos ataca desde um lugar desconhecido cuja sede se confunde com o próprio corpo”<sup>134</sup>, seria um alarme frente à ameaça de morte, uma vez que “Entre o excesso pulsional e vazio representacional, o psiquismo se vê ameaçado de desintegração”, de “destruição psíquica pela pulsão de morte – conceito que, no limite, diz respeito ao estado primitivo da energia pulsional, desorganizada e desorganizadora do psiquismo quando desligada de qualquer representação de objetos parciais.”<sup>135</sup> Deste modo, é possível considerar que o discurso dos programas sensacionalistas, veiculado sobre a opacidade das múltiplas contradições que o mundo atual apresenta para as audiências televisivas, aproveita (busca correspondência com) um estado de angústia coletiva que pode facilmente desenvolver um viés fascistizante na medida em que passa a oferecer à audiência um objeto como causa desse sentimento generalizado de insegurança e descontrole social, transformando o sentimento difuso da angústia em medo por algo concreto. Contudo, nessa

<sup>132</sup> WRIGHT MILLS, Charles, *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1965, p. 10-11.

<sup>133</sup> Idem, p.13-14.

<sup>134</sup> KEHL, Maria Rita, *Elogio do medo*, op. cit., p. 96.

<sup>135</sup> Idem, p. 101.

passagem da angústia ao medo, é ativado um outro sentimento: o ódio. Só com a manipulação do medo não chegamos a identificar um processo de fascistização: com a imposição da lei do medo, estamos em um outro tipo de governo autoritário, uma ditadura militar, por exemplo, que *paralisa* a sociedade pelo terror. Diferentemente, a intervenção de um discurso fascistizante na dialética pulsional dos indivíduos, explorando o desamparo, típico dos acessos de angústia, de um psiquismo “invadido pela força pulsional desordenada, fora-da-lei – que é, por definição, pulsão de morte”<sup>136</sup>, *mobiliza* aquela parte da sociedade composta por indivíduos com uma estrutura de personalidade com predisposição autoritária ao lhes apontar um objeto de ódio sobre o qual descarregar a sua agressividade.

Em 2017 foi realizada no Brasil uma pesquisa nacional para analisar a propensão da população brasileira ao apoio a posições autoritárias. Elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a metodologia de “Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil”, foi inspirada na pesquisa de Adorno e equipe sobre a personalidade autoritária.<sup>137</sup> Assim, foi construído um índice de apoio a posições autoritárias, porém reduzindo o número de enunciados da Escala F para viabilizar a pesquisa e tomando apenas três das categorias da pesquisa original (submissão à autoridade, agressividade autoritária e convencionalismo)<sup>138</sup>, às quais foram acrescentados dois novos enunciados: um relativo às representações sociais sobre a identidade dos policiais brasileiros e outro para mensurar o preconceito contra os pobres.<sup>139</sup>

Os resultados produzidos revelaram um alto apoio a posições autoritárias, sobretudo nas assertivas relativas à Submissão à autoridade (por exemplo, 85% dos entrevistados concordaram parcial ou totalmente com o enunciado *O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem*

<sup>136</sup> Idem, p. 101.

<sup>137</sup> FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP), **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**, Textos para debate nº 1, São Paulo, 2017, 39 p. Disponível em < [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/medo-da-violencia-e-o-apoio-ao-autoritarismo-no-brasil/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/medo-da-violencia-e-o-apoio-ao-autoritarismo-no-brasil/) > Acesso em: 20. set. 2021.

<sup>138</sup> No site do FBSP acima citado, se explica que “A escala psicométrica elaborada por Theodor Adorno, Escala F. – em conjunto com o grupo de psicólogos sociais da Universidade de Berkeley, Califórnia – foi desenhada com o objetivo de medir tendências antidemocráticas implícitas na personalidade dos indivíduos. A escala foi adaptada e testada para o contexto brasileiro atual para formar este Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias. [...] Com 17 medidas em mãos, o Datafolha aplicou 2.087 entrevistas, em uma amostra estatisticamente representativa da população brasileira com 16 anos ou mais e em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte, entre os dias 07 e 11 de março de 2017. [...] Para ampliar e aprofundar as análises foram realizadas outras duas medidas: um índice de medo da violência e também um índice de Índice de Propensão ao apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais.” (Idem).

<sup>139</sup> O primeiro enunciado afirmava “O policial é um guerreiro de Deus para impor a ordem e proteger as pessoas de bem”, e o segundo “Pobreza é consequência da falta de vontade de querer trabalhar”. (LIMA, Renato Sergio de, *et al*, Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017, *In*: Revista **Opinião Pública**, Campinas, São Paulo, vol. 26, nº 1, jan-abr., 2020, p. 41).

*o povo possa depositar a sua fé*). Com respeito à categoria Convencionalismo, 78% concordaram parcial ou totalmente com a assertiva *Todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar*. E como último exemplo, em relação à categoria Agressividade autoritária, 85% concordou parcial ou totalmente com a afirmação *A maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos pervertidos*.<sup>140</sup> Os pesquisadores construíram um *Índice de propensão ao apoio a posições autoritárias* para mensurar o conjunto de respostas vinculadas à Escala F<sup>141</sup>, de 1 a 10 pontos, seguindo a mesma perspectiva teórica e conceitual de Adorno e colaboradores. O resultado revelou um escore médio de apoio a posições autoritárias de 8,5 / 10. As assertivas com maior concordância foram aquelas relacionadas à Submissão à autoridade, acima das relativas ao Convencionalismo ou à Intolerância. Isto pode demonstrar o caráter marcadamente conjuntural da pesquisa: a demanda por um líder que limpasse o país de corrupção em 2017 e mais ainda em 2018, ano da eleição presidencial, estava no seu auge, como veremos no próximo capítulo.

Os resultados da pesquisa foram analisados também segundo diferentes recortes analíticos. O Índice de propensão a posições autoritárias não revelou diferenças importantes segundo o sexo.<sup>142</sup> Considerando a faixa etária, a pesquisa mostrou maior apoio a posições autoritárias nos indivíduos maiores de 60 anos, menor entre indivíduos entre 25 a 34 anos, para voltar a ganhar apoio entre jovens de 16 a 24 anos.<sup>143</sup> Isto é interpretado pelos autores como uma consequência dos acontecimentos prévios, desde a evolução dos protestos de 2013, o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e o protagonismo de agrupamentos como o MBL (Movimento Brasil Livre)<sup>144</sup>, o que revela mais uma vez o caráter extremamente conjuntural dos resultados desta pesquisa. Considerando o Índice por cor/raça, o maior apoio a posições autoritárias se deu entre os autodeclarados pardos, seguidos pelos autodeclarados pretos e finalmente pelos autodeclarados brancos. Porém, a variação de cada categoria do recorte por raça/cor foi muito pequena.<sup>145</sup> Considerando o Índice por classe econômica, os resultados mostram que “quanto menor o nível socioeconômico, maior a adesão a valores não democráticos”.<sup>146</sup> Os autores oferecem uma interpretação destes dados, resultado da conjugação

---

<sup>140</sup> Idem, p. 41 a 44.

<sup>141</sup> Idem, descrita em detalhe na p. 45.

<sup>142</sup> Idem, p. 46.

<sup>143</sup> Idem, p. 46-47.

<sup>144</sup> Idem, p. 46.

<sup>145</sup> Idem, p. 47-48.

<sup>146</sup> Idem, p. 48.

de vários fatores: a vulnerabilidade das classes D/E que as torna mais dependentes de programas sociais, a crise econômica que colocava em risco esses benefícios sociais, a relação entre a piora da situação econômica e as denúncias e investigações dos escândalos de corrupção no Estado e o fato de serem essas classes as primeiras vítimas da violência e da insegurança pública, o que explicaria tanto sua desconfiança em relação à política e ao Estado quanto o concomitante apoio a discursos salvacionistas.<sup>147</sup>

Interpretar esses dados sem considerar a perspectiva *histórica* resumida aqui na noção de *processo* de fascistização pode levar a um equívoco ao tentar dar sentido a esses números: seria possível concluir que o autoritarismo seria atributo dos pobres, do povo brasileiro, mesmo que justificados pelas suas condições de sobrevivência econômica. (Simplificadamente, seria possível fazer uma péssima leitura da pesquisa afirmando que “pobre” é autoritário porque é menos escolarizado e depende mais da ajuda do Estado). Em contraposição, podemos nos referir às análises reichianas, para quem não eram os “pobres” senão a classe média e média-baixa a base social principal do movimento nazista e até de todo movimento fascista, em função das características psicológicas vinculadas a sua posição socioeconômica. Como vimos no capítulo 1.2, segundo Reich, estas classes médias seriam capturadas pelo discurso do líder por uma via mais subjetiva (psicológica), enquanto parte da classe trabalhadora seria capturada por uma via mais objetiva (por dispositivos culturais).<sup>148</sup> Portanto, não haveria nenhum atributo substancial nos trabalhadores que os tornasse mais propensos ao autoritarismo. Trata-se de evitar o risco de substancializar o autoritarismo como atributo constitutivo de uma classe social, — ou de um povo ou de uma nação. O aumento do apoio a soluções autoritárias só se realiza historicamente em função de um *processo de fascistização* que implica uma intensificação da propaganda autoritária, a qual instiga a agressividade de parte da população que até esse momento parecia poder conviver contida e pacificamente dentro de regras democráticas. Só a *contextualização histórica* dos resultados dessa pesquisa permitiria decifrar aquele 8,5 / 10 não como o potencial autoritário existente no povo brasileiro, mas como indicador de um processo politicamente decidido de fascistização que sofria a sociedade brasileira naqueles anos.

Todavia, a pesquisa do FBSP criou um outro indicador, o Índice de medo à violência, a partir de 16 questões segundo o modelo *Você diria que tem medo de...* (ser roubado, ser assassinado, sofrer violência sexual, etc.), com 0 significando não ter medo de sofrer nenhum

---

<sup>147</sup> Idem, p. 49. Há ainda outros recortes analíticos, como o Índice por macrorregiões do país (a região Sudeste com o menor apoio e a região Nordeste com o maior apoio a posições autoritárias) (p. 49-51), e o recorte por escolaridade (quanto menor a escolaridade, maior a propensão a posições autoritárias e vice-versa), (p. 52).

<sup>148</sup> REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 62-63.

tipo de violência até 1 significando ter medo de sofrer todos os tipos de violência.<sup>149</sup> O cruzamento de dois índices da pesquisa confirmou estatisticamente que “o grupo com maior medo apresentou um maior índice de apoio a posições autoritárias em relação ao grupo com menor medo.”<sup>150</sup> Ademais, na análise desagregada “percebeu-se que não há na amostra nenhum grupo que não esteja ao menos posicionado em um grau intermediário de medo à violência. *Não há nenhum grupo que não tenha medo da violência*”<sup>151</sup> na sociedade brasileira:

Ou seja, índice de medo da violência apurado para os 25% da amostra com mais medo atinge fortes 0,9375. Já o índice de 50% da amostra com níveis intermediários de medo da violência também é alto e alcança 0,7500. Porém, mesmo para os 25% dos entrevistados que foram classificados como tendo menos medo o índice ficou em 0,5000, tido como um valor moderado. Dito de outra forma, *a amostra revela uma população amedrontada* frente à possibilidade de ser vítima de um dos 16 quesitos indagados na pesquisa. E, *o mais complexo, quando cruzamos os índices de medo da violência e de propensão ao apoio a posições autoritárias, constatamos que o grupo com mais medo tende a aderir com mais intensidade ao autoritarismo*. Como o patamar de medo já é alto, a oscilação é pequena, mas, de qualquer forma, ela indica que *mais medo provoca mais adesão a soluções autoritárias*, sendo essa diferença significativa em comparação com os com menos medo, como o gráfico abaixo chama atenção.<sup>152</sup>

“Uma população amedrontada” explica assim a *forte correlação entre medo à violência e apoio a soluções autoritárias*. O discurso dos programas sensacionalistas de notícias policiais intervém neste ponto veiculando imagens nas quais mais violência é a resposta à violência e cujo punitivismo explícito aponta para a eliminação sumária da causa do delito apresentado, cristalizado estereotipadamente na figura do “bandido”. Os autores da pesquisa concluem que

o autoritarismo é retroalimentado como referência para o sentido das relações sociais da nossa sociedade. Porém, *todo esse processo deriva do medo da violência* que, por sua vez, nunca foi moral ou politicamente interdita pelas políticas públicas brasileiras e é *a principal chave explicativa para o novo ciclo de (retro)adesão a valores autoritários*.<sup>153</sup>

Contudo, como já pontuamos, a manipulação e a exploração do medo à violência da população explicam o crescente apoio a soluções autoritárias, mas não explica por si o processo de fascistização: se o medo *paralisa*, a *mobilização* de massas que caracteriza o fascismo

<sup>149</sup> LIMA, Renato Sergio de, *et al*, Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil, op. cit., p. 45-46. As 16 questões se encontram no Quadro 3 do citado Texto para Debate nº 1 do FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP), **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil**: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias, op. cit., p. 21.

<sup>150</sup> LIMA, Renato Sergio de, *et al*, Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil, op. cit., p. 52.

<sup>151</sup> FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil**: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias, op. cit., p. 22, grifos nossos.

<sup>152</sup> Idem, p. 22, grifos nossos.

<sup>153</sup> LIMA, Renato Sergio de, *et al*, Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil, op. cit., p. 56, grifos nossos.

demanda um outro componente que, conjugado com o medo, incite à agressividade e multiplique o apoio a um projeto autoritário: o ódio.

Vimos na Parte I que, freudianamente, o discurso do líder incide cirurgicamente na dialética pulsional dos indivíduos manipulando emoções fundamentais desenvolvidas no complexo de Édipo, fundamentais na formação da personalidade do indivíduo, como o medo e a agressividade. Quando constrói um objeto de ódio para a massa, o líder garante sua coesão porque elimina a agressividade entre seus membros, canalizando-a para um *out-group*. Caracteristicamente, o discurso dos programas sensacionalistas oferece recorrentemente a figura estilizada do “bandido” como causa incriada da violência que nos rodeia e ameaça. Entretanto, resta uma questão essencial: quem é, na realidade, o “bandido” do imaginário?

### 2.1.5 O neoliberalismo como desuniversalização da dominação

Inempregáveis: esse foi o neologismo que o então presidente Fernando Henrique Cardoso proferiu em uma palestra em 1997.<sup>154</sup> Segundo o ex-presidente, “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las”, sendo vítimas do desenvolvimento tecnológico e não mais tendo um papel na economia.<sup>155</sup> Francisco de Oliveira é quem resgata esta fala presidencial, calculando que a cifra de 40 milhões de “inempregáveis” referida pelo próprio ex-presidente na sua palestra, equivalia a 27 % da população brasileira à época (150 milhões de habitantes), e a 53 % da população economicamente ativa daquele momento.<sup>156</sup> A conclusão para este autor é que a apresentação da globalização como um processo inexorável e das reformas pró-mercado como incontornáveis, revelam a aceitação de uma divisão *irremediável* entre uma parcela da população empregável e um grande contingente de trabalhadores sem chances no mercado de trabalho formal.

---

<sup>154</sup> A palestra foi apresentada na abertura do Seminário Internacional de Emprego e Relações de Trabalho, realizado pelo Ministério do Trabalho no Memorial da América Latina, em São Paulo, no dia 7 de abril de 1997, (GIELOW, Igor, Economia cria “inempregáveis”, diz FHC, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 abr. 1997, Caderno Brasil, disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc080427.htm> > Acesso 21 ago. 20).

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda, *In*: \_\_\_\_\_, **Os direitos do antivalor: a economia política da economia imperfeita**, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998, p. 214.

Dados mais recentes da Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNADC) mensal do IBGE, analisados por José Estácio Diniz Alves para o período 2012 a 2020<sup>157</sup>, permitem confirmar o diagnóstico de Francisco de Oliveira. No primeiro trimestre de 2012, a população brasileira em idade ativa (PIA) era de 156,7 milhões de pessoas, tendo aumentado para 174,6 milhões no segundo trimestre de 2020. Excluindo aqui o ano de 2020 pelo impacto negativo extraordinário da pandemia de Covid-19, no período de 2012 ao último trimestre de 2019 então, a população economicamente ativa (PEA) aumentou de 95,2 milhões para 106,2 milhões e a população ocupada (PO) aumentou de 87,6 milhões para 94,6 milhões de trabalhadores. Considerando que o aumento da PIA foi de 11,4 % no período, a taxa de ocupação<sup>158</sup> só aumentou de 44,5 % em 2012 para 45 % em 2019. E a taxa composta de subutilização da força de trabalho<sup>159</sup> passou de 14,8 % em 2014 para 24,3 % em 2019 e 30,6 % no terceiro trimestre de 2020, representando mais de 33 milhões de trabalhadores subutilizados.

Em relação aos principais dados de população e mercado de trabalho no Brasil, José Estácio Diniz Alves afirma que

A população brasileira passou de 201,2 milhões de habitantes no trimestre jun-jul-ago de 2014 para 211,1 milhões no trimestre semelhante de 2020. A PIA que era de 161,4 milhões de pessoas em idade ativa em 2014 (representando 80,2% da população total) passou para 174,6 milhões em 2020 (representando 82,7% da população total). Portanto houve um aumento do potencial produtivo do Brasil. [...] Contudo, este potencial tem sido desperdiçado, pois a PEA caiu de 98,2 milhões para 95,5 milhões no mesmo período e a PO caiu ainda mais, de 91,5 milhões para 81,7 milhões. Desta forma, o Brasil tem apenas 38,7% da população ocupada e 61,3% fora do mercado de trabalho.<sup>160</sup>

Contudo, a análise de Francisco de Oliveira vai muito além da crítica da precarização laboral. Este autor afirma que “há algo mais tenebroso por trás da renúncia ao combate ao desemprego e à miséria. *É que as classes dominantes na América Latina desistiram de integrar a população, seja à produção, seja à cidadania.*”<sup>161</sup> O conceito de exclusão transcende o campo laboral para se revelar como um novo horizonte político onde se abandona todo projeto de integração social, no qual a população sofrerá o levantamento de um “*verdadeiro apartheid entre classes, entre os dominantes e os dominados.*”<sup>162</sup> Ideologicamente, tanto o determinismo

<sup>157</sup> ALVES, José Estácio Diniz, O desperdício ultrajante da força de trabalho no Brasil, **Outras Palavras**, 2020. Disponível em < <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-desperdicio-ultrajante-da-forca-de-trabalho-no-brasil/> > Acesso em: 21 ago. 21.

<sup>158</sup> População ocupada / população total.

<sup>159</sup> “A taxa mede o percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial”, (ALVES, José Estácio Diniz, O desperdício ultrajante da força de trabalho no Brasil, op. cit.).

<sup>160</sup> Idem, grifos nossos.

<sup>161</sup> OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda, op. cit., p. 215, grifos nossos.

<sup>162</sup> Idem, p. 215.

tecnológico supostamente causador do desemprego estrutural quanto a globalização como fatalidade frente à qual o Estado nada podia fazer e até o descarte sumário de toda a teoria crítica pelo pensamento pós-moderno, contribuíram para legitimar, entre outros fatores, as chamadas "reformas orientadas para o mercado" no discurso dominante dos anos '90. Mas o que todos esses racontos ideológicos justificavam de fato era que uma grande parcela da população brasileira estava sendo confinada a um *tenebroso* não-lugar que não se limitava à crescente desapareição do vínculo salarial formal.

Francisco de Oliveira elabora um conceito de exclusão mais amplo. Trata-se da construção de um apartheid caracterizado por um novo campo semântico excludente, ao interior do qual, a partir de agora, *os direitos são transformados em obstáculos*: “direitos e conquistas civilizatórias, plasmados em direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos [...] são transformados em fatores causais da miséria, pobreza, exclusão e ausência de cidadania”.<sup>163</sup> Abertura econômica, integração subordinada com a economia global, desregulamentação de mercados e privatizações de estatais estratégicas definem, dos anos 90 até hoje, um projeto de desmonte seletivo do Estado nacional-desenvolvimentista. Esta desarticulação do papel do Estado como agente impulsor do desenvolvimento, foi e é apresentado ideologicamente como um retorno a um fantasioso “Estado mínimo” que liberaria todo o potencial da iniciativa privada para retomar o crescimento econômico. Porém, o regresso a um Estado não intervencionista, ou seja, a destruição de suas capacidades regulatórias, apesar de vendida como uma mudança economicamente modernizante, implicava um efeito brutalmente *regressivo* em termos de processo civilizatório. A reestruturação produtiva por meio de políticas orientadas para o mercado exigia um conjunto de reformas estruturais para as quais os direitos sociais apareciam agora (nos anos ‘90) como resíduos regulatórios de um modelo econômico superado. Os direitos se transformavam de repente em um entrave para um novo modelo de crescimento. Em palavras de Francisco de Oliveira, este processo representava uma “desuniversalização da dominação”<sup>164</sup>, porque “os grupos e classes dominantes no Brasil já não pretendem integrar, mesmo que seja por mecanismos reificadores da exclusão”<sup>165</sup> a toda a população. Como consequência, a fragmentação social resultante passou a se expressar como “um crescente

---

<sup>163</sup> Idem, p. 216.

<sup>164</sup> Idem, p. 220.

<sup>165</sup> Idem, p. 215. Sobre a integração por exclusão: “negros, no Brasil, mulheres em toda América Latina, os índios de variada extração na América Latina, os mestiços, a infância, os coortes generacionais, eram formas de clivagem no mercado de trabalho que integravam por exclusão, vale dizer, o mercado reificava como atributos dos indivíduos e das classes o que eram as taras históricas da desigualdade e da não-cidadania na América Latina”, Idem, p, 213.



distanciamento, intranscendência e incomunicabilidade entre as classes sociais.”<sup>166</sup> Tratava-se de uma mudança epocal: era o fim do paradigma da formação e da luta pela construção de uma nação como horizonte último do embate entre projetos políticos, como tinha sido característico durante grande parte do século XX.<sup>167</sup>

Neste sentido, o novo campo semântico da era neoliberal consiste em uma série de operações comunicacionais de exclusão: a proteção social é transformada em um custo empresarial; os funcionários públicos são transformados em inimigos do povo por seus supostos privilégios; os direitos humanos são transformados em causa da violência, e toda contestação ou protesto político é transformado em gesto totalitário.<sup>168</sup> É uma vasta operação ideológica na qual as palavras começam, progressivamente, a perder seu significado, ou pior, a significarem seu contrário. Pode ser considerado exemplo fundacional desta torção linguística o sequestro da palavra reforma, que de aludir tradicionalmente a mudanças socialmente progressistas, passou a sinalizar, no discurso dominante no final dos anos '80 e começo dos anos '90<sup>169</sup>, e até nossos dias, um conjunto de políticas de liberalização econômica para as quais diversos tipos de regulação, incluídos os direitos trabalhistas, precisam ser eliminados. Ou, segundo a novilíngua neoliberal, *flexibilizados*. Contrarreformas socialmente regressivas passaram a ser apresentadas como otimistas mudanças modernizadoras de um mundo caduco pelo seu fracassado *estatismo*.

Segundo Francisco de Oliveira, a mídia realiza estas operações comunicacionais sobre essa sociedade fragmentada por meio de revistas, jornais, programas de rádio e de televisão que se dirigem, desde sua concepção, a públicos segmentados. A mídia não direciona seus produtos ao conjunto da sociedade, mas a estratos sociais diferenciados, e deste modo, cada grupo televisivo, por exemplo, escolhe como alvo preferencial uma classe social determinada.<sup>170</sup>

---

<sup>166</sup> Idem, p. 215. No capítulo 3 voltarei sobre o paradoxo da modernização neoliberal como desmodernização social.

<sup>167</sup> A questão da crise ou ausência de um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil, aparece nos mesmos anos 90 na obra de Celso Furtado, (**Brasil, a construção interrompida**, São Paulo, Paz e Terra, 1992), e também no devastador diagnóstico de época de Paulo Arantes em *A fratura brasileira do mundo*, (*In*: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos (Org.), **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2001, p. 291-343).

<sup>168</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda*, op. cit., p. 216.

<sup>169</sup> Cf. FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado: a Grande Imprensa e a Formação da Agenda Ultraliberal no Brasil*, São Paulo, Editora Hucitec, 2005. Esta obra analisa o papel da grande mídia na difusão e consolidação das ideias neoliberais no Brasil, entre 1985 e 1992.

<sup>170</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda*, op. cit., p. 215. O exemplo do Grupo SBT, dirigido às classes C, D e E, diferentemente da Rede Globo, mais orientada às classes A e B, utilizando como critério de classificação o nível de renda somado de todos os residentes de um mesmo domicílio (IBGE).

Neste contexto, Oliveira já detectava a emergência do discurso sensacionalista-punitivista no jornalismo popular dos anos '90:

A sequência de tragédias, massacres, é diária, e toda uma histeria contra os direitos humanos, que são direitos civis e políticos, manifesta-se cotidianamente na mídia impressa, televisiva e radiofônica. Os arautos do ‘olho por olho’, ‘dente por dente’, conduzem programas de grande audiência na mídia. Há, no ar, uma espécie de sociabilidade da apartação, da segregação, do confinamento.<sup>171</sup>

Os programas de notícias policiais na televisão começavam, à época que foram escritas estas palavras, seu percurso rumo à massividade que lhes conquistaria mais de 7 horas diárias nas telas dos lares brasileiros. Deste modo, o debate político foi progressivamente capturado por uma comunicação midiaticizada caracterizada pela lógica da exclusão, que resulta “mortal”<sup>172</sup> para a formação da esfera política. Trabalhando com a desconfiança natural contra o político profissional (“os programas políticos tendem a se parecer com prontuários policiais”<sup>173</sup>), contra o funcionário público, contra o Estado, contra a política em geral, a comunicação mediática começou a destilar, desde os anos ‘80, segundo a formulação de Francisco de Oliveira, *uma ideologia antiestatal*, cuja mensagem se baseia na “falsa consciência da desnecessidade do Estado; a rigor, trata-se de uma ‘falsa consciência’ da desnecessidade do público, que se expressa nas formas ainda estatais do público no Brasil.”<sup>174</sup> Para este autor, são as próprias burguesias brasileiras que acreditaram poder prescindir do Estado<sup>175</sup>, dada a inversão sofrida pelo Estado de agente financiador do desenvolvimento econômico a administrador falido de uma dívida externa que impossibilitava a continuação deste papel diretor.

*A desuniversalização da dominação* significa que a nova dinâmica estrutural da acumulação no capitalismo de gestão neoliberal, que passa a funcionar excluindo em vez de incluindo os dominados na ordem jurídico-formal da mercadoria<sup>176</sup>, resulta em uma lógica “totalitária” que se impõe por meio da “impossibilidade do dissenso, da alternativa, do sequestro do discurso e da fala contestatória, da anulação da política.”<sup>177</sup> Estavam dadas as pré-condições históricas para o início de um processo profundo de desdemocratização que Francisco de Oliveira, em 1997, apontou como “tendências de metamorfose das democracias

---

<sup>171</sup> Idem, p. 216.

<sup>172</sup> Idem, p. 217.

<sup>173</sup> Idem, p. 216-217.

<sup>174</sup> Idem, p. 219.

<sup>175</sup> Idem, p. 219.

<sup>176</sup> Refiro-me à fase prévia do chamado capitalismo administrado, vigente desde a segunda pós-guerra até a crise estrutural das economias centrais nos anos '70, considerando entre seus principais elementos a construção do *welfare state* e as políticas keynesianas de pleno emprego como objetivo de política econômica.

<sup>177</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda*, op. cit., p. 220.

em totalitarismos”<sup>178</sup>, e que na atualidade aparecem concretizadas nas tendências neofascistas como sintomas da crise das democracias ocidentais.

O *discurso do medo* se insere neste processo histórico como um dos componentes de um discurso midiático que, pelas características estudadas, tem alimentado essa “sociabilidade da apartação, da segregação, do confinamento”. Trata-se da correlação que, vinte anos depois do texto de Francisco de Oliveira, revela sem surpresa o alto apoio a posições autoritárias por parte de uma população com um alto índice de medo à violência. Os programas sensacionalistas de notícias policiais têm efeitos fascizantes porque, de acordo com Gaudêncio Frigotto,

Ao naturalizar a violência contra os pobres, mascaram que o que está subjacente é a pobreza numa sociedade das mais desiguais e injustas do mundo. Por essa via conduzem a opinião pública, mormente a classe média, não só a apoiar a violência institucionalizada contra negros e pobres, mas estatuir e legitimar um Estado policial. A expressão *bandidagem* deslocou-se para o lema *bandido bom é bandido morto*, num claro incentivo da mídia ao linchamento por populares e à execução sumária pela força policial do Estado.<sup>179</sup>

Prepara-se desta maneira o terreno para, em palavras de Oliveira, um potencial “Holocausto sem câmaras de gás”<sup>180</sup>, porque a figura do *bandido* construída no imaginário tem a função de, por meio do estado de pânico que vai se semeando diariamente na população, legitimar o extermínio da grande parcela da população condenada ao *apartheid*. Porque a figura do *bandido* a ser eliminado é, na verdade, o estereótipo midiático que encobre o trabalhador “inempregável”.

Em outras palavras: é a construção midiática da figura do *bandido* que torna o trabalhador “inempregável” matável. Esta figura é moldada pela mobilização de preconceitos que confluem para um estereótipo muito bem definido. Segundo Cida Bento, conselheira do Centro de estudos das relações de trabalho e desigualdades (CEERT),

o perfil deste bandido no imaginário social é negro, mesmo que estejamos saturados de ver seguidamente na televisão, como no caso da CPI da Covid-19, agentes privados em conluio com agentes públicos, cuja maioria não é negra, não é de periféricos, não é pobre (muito pelo contrário), exercendo grandes roubos e desvios de recursos públicos que geram a morte de milhares de brasileiros.<sup>181</sup>

<sup>178</sup> Idem, p. 221.

<sup>179</sup> FRIGOTTO, Gaudêncio, A mídia empresarial e a corrosão dos valores democráticos: a produção do ódio, da violência e do medo, *In*: MORAES, Dênis de (Org.), **Poder midiático e disputas ideológicas**, Rio de Janeiro, Consequência, 2019, p.77.

<sup>180</sup> Idem, p. 221.

<sup>181</sup> BENTO, Cida, Personalidade autoritária move policial que tirou paraplégico negro á força de carro, *In*: **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 2012, Disponível em < [https://www1.folha.uol.com.br/columnas/cida-bento/2021/10/personalidade-autoritaria-move-policial-que-tirou-paraplegico-negro-a-forca-de-carro.shtml?utm\\_source=taboola&utm\\_medium=exchange&tblci=GiDuOkfLga0TbzfwmovqqGk3eajJWtWt0QC5OTYPv7WkPCDJ81Qo\\_JbUvqvSg4dO#tblci=GiDuOkfLga0TbzfwmovqqGk3eajJWtWt0QC5OTYPv7WkPCDJ81Qo\\_JbUvqvSg4dO](https://www1.folha.uol.com.br/columnas/cida-bento/2021/10/personalidade-autoritaria-move-policial-que-tirou-paraplegico-negro-a-forca-de-carro.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tblci=GiDuOkfLga0TbzfwmovqqGk3eajJWtWt0QC5OTYPv7WkPCDJ81Qo_JbUvqvSg4dO#tblci=GiDuOkfLga0TbzfwmovqqGk3eajJWtWt0QC5OTYPv7WkPCDJ81Qo_JbUvqvSg4dO) > Acesso em 18 out. 2021.

Esconder o “inempregável” detrás da figura do *bandido* constitui a grande operação comunicacional de exclusão, porque busca fabricar um consenso autoritário a favor de políticas punitivistas para enfrentar o fenômeno da violência enquanto invisibiliza as políticas neoliberais que são causa atual da permanência e aprofundamento da fratura social. Estas produzem o trabalhador descartável (o “inempregável”) e aquelas propõem a solução final para o problema da violência. É neste ponto que o apartheid se funde com o racismo.

Segundo dados do último relatório do Fórum Brasileiro da Segurança Pública,

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras. [...] Ao analisarmos os dados da última década, vemos que a redução dos homicídios ocorrida no país esteve muito mais concentrada entre a população não negra do que entre a negra. Entre 2009 e 2019, as taxas de homicídio apresentaram uma diminuição de 20,3%, sendo que entre negros houve uma redução de 15,5% e entre não negros de 30,5%, ou seja, a diminuição das taxas homicídio de não negros é 50% superior à correspondente à população negra. Se considerarmos ainda os números absolutos do mesmo período, houve um aumento de 1,6% dos homicídios entre negros entre 2009 e 2019, passando de 33.929 vítimas para 34.446 no último ano, e entre não negros, por outro lado, houve redução de 33% no número absoluto de vítimas, passando de 15.249 mortos em 2009 para 10.217 em 2019.<sup>182</sup>

Trata-se de milhões de homens e mulheres para quem não há projeto de integração porque neoliberalismo significa, neste contexto, o fim de todo tipo de vínculo que pudesse haver por parte das classes dominantes locais com o futuro do país enquanto projeto coletivo (e não por isso menos contraditório) de nação. O problema da dominação será, de agora em diante, não a integração em um sistema que não integra, mas a administração de crescentes multidões descartadas. Esse é a verdadeira raiz da ameaça neofascista contemporânea, que explica os vislumbres que assomam como sinal de alerta em muitos países ocidentais.

Neste sentido, o *discurso do medo* constituirá um discurso com traços fascizantes porque, embora os programas policiais não promovam uma liderança autoritária, a manipulação do medo constrói no imaginário a sua suposta causa, o *bandido* que, enquanto objeto de ódio, leva a audiência a acreditar que a sensação de crescente caos social só pode se resolver com *rajadas de metralhadora e tiros de pistola*. O discurso do medo cria as pré-condições do

<sup>182</sup> CERQUEIRA, Daniel, *et al.*, **Atlas da Violência 2021**, São Paulo, IPEA, p. 49. Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> > Acesso em 10 out. 21.

fascismo porque incita o desejo de terminar com a violência por meio da *eliminação física* do trabalhador inempregável. Neoliberalismo e neofascismo dão início assim à sua dança da morte.

Francisco de Oliveira conclui seu ensaio resgatando a perspectiva frankfurtiana com uma quase profecia: “A sombria desconfiança da teoria crítica de que o nazifascismo foi uma perversão gestada no espectro de virtualidades do liberalismo aparece, no Brasil e na América Latina [...] como uma aterradora plausibilidade da hipótese.”<sup>183</sup> Resulta necessário, portanto, pensarmos os processos históricos que, conjugados, demonstram as raízes neoliberais das atuais tendências neofascistas. O neofascismo não representa uma ruptura, mas antes um novo estágio da incontrolabilidade do capital promovido pela crise e esgotamento do projeto neoliberal.

---

<sup>183</sup> OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda, op. cit., p. 221.

## 2.2

### Rajadas de indignação e tiros de moralismo

#### *(O discurso do ódio)*

##### 2.2.1 Do jornalismo popular ao jornalismo de referência

É hipótese deste trabalho que os inícios do recente processo de fascistização da sociedade brasileira se encontram no discurso da chamada, de maneira geral, grande mídia corporativa, que funcionou como uma espécie de discurso do líder, pensado assim pelo impacto que teve, na sociedade brasileira, a conjugação de um discurso do medo com um discurso do ódio. Analisamos no capítulo precedente o que chamamos de *discurso do medo*, produzido pelos programas policiais de TV aberta ao longo das últimas três décadas, aproximadamente, como uma das contribuições para o lento preparo de um clima social favorável a soluções autoritárias para o problema da violência, e como a figura do *bandido* (no imaginário social: *pobre, preto e favelado*), resume na sua desapareição a esperança da “pacificação” social. Porém, o caráter fascistizante contido no discurso do medo (revelado freudianamente na passagem da *angústia*, causada por uma ameaça difusa, para o *medo*, produzido por um objeto definido, no caso, o *bandido*, tal a função do discurso do que por esta causa chamamos de medo, como analisado no capítulo anterior), não se realiza senão quando conjugado com o que chamaremos de *discurso do ódio*. E se o discurso do medo tem sido veiculado sobretudo pelo jornalismo dito popular, pelos programas de televisão de notícias policiais sensacionalistas, o discurso de ódio, por sua vez, será veiculado pelos programas do denominado jornalismo “de referência”.

As fronteiras entre ambos os tipos de jornalismo não sempre são fáceis de determinar, considerando que ambos - e não só o jornalismo dito popular - estão configurados por interesses

mercadológicos. Como explica Márcia Amaral<sup>1</sup>, o jornalismo de referência se dirige a um público mais escolarizado, assim como os próprios jornalistas e apresentadores, público que constitui um mercado consumidor mais estável na medida em que pode pagar uma assinatura de jornal, de TV a cabo ou mais recentemente, de *streaming*. Contrariamente, o jornalismo popular se dirige a um público com menos poder aquisitivo e desta situação se deriva que “precisam ser conquistados cotidianamente. Os produtos jornalísticos populares precisam mostrar uma conexão com seu público, pois são mais dependentes de um mercado que muda facilmente”<sup>2</sup>, o que poderia explicar o caráter sensacionalista com que costuma se identificar ao jornalismo popular. Desta maneira, os critérios que permitem diferenciar um jornalismo de outro, segundo Amaral, são os mesmos critérios que definem o mercado de cada um, ou seja, referem-se a quem serve e a quem se destina, fundamentalmente, quem são seus anunciantes e quem são seus leitores. O conflito entre jornalistas, donos das empresas, anunciantes e leitores é assim constitutivo do campo jornalístico.<sup>3</sup> Porém, desde uma perspectiva crítica, seguindo as análises de Carla Luciana Silva<sup>4</sup>, e sobretudo no caso particular do jornalismo de referência, há a pretensão de cumprir uma missão “a serviço da sociedade”, como se este se posicionasse por cima dos interesses e conflitos sociais, uma espécie de “cão de guarda” da sociedade que controla e vigia o poder. Esta visão liberal do jornalismo de referência e sua “responsabilidade social” esconde os interesses de classe e o caráter seletivo com que são produzidas as notícias.<sup>5</sup>

A visão liberal com a qual o jornalismo de referência se apresenta, destaca, para Amaral, seu vínculo com o chamado “interesse público”:

O jornalismo de referência tem em seu conjunto regras profissionais baseadas em características racionais, especialmente de corte liberal. Na raiz liberal, o jornal é o órgão de informação e de expressão da classe política, cujo objeto central é a coisa pública, o que interessa ao cidadão. [...] A linguagem é abstrata e conceitual. Conceitos como o de verdade, credibilidade e objetividade integram a mitologia do jornalismo que, como servidor dos interesses públicos, deve relatar o mundo de forma ‘isenta e equilibrada’. O jornalismo tem um discurso baseado no compromisso com o interesse público.<sup>6</sup>

Desta maneira, a grande mídia, a imprensa “liberal” ou grande imprensa, segundo Carla Luciana Silva, “pode se autoproclamar independente [...] partindo da desvinculação direta com

<sup>1</sup> AMARAL, Márcia Franz, **Jornalismo popular**, op. cit., p. 51-53.

<sup>2</sup> Idem, p. 52.

<sup>3</sup> Idem, p. 52 e 55.

<sup>4</sup> SILVA, Carla Luciana, Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica, *In: \_\_\_\_\_*; RAUTENBERG, Edina (Org.) **História e imprensa: estudos de hegemonia**, Porto Alegre, FCM Editora, 2014, p. 131-163.

<sup>5</sup> Idem, p. 134 e 135.

<sup>6</sup> AMARAL, Márcia Franz, **Jornalismo popular**, op. cit., p. 55.

a sociedade política, mas ficando livre para agir *partidariamente* no sentido de classe”.<sup>7</sup> Foi Antonio Gramsci quem pensou o papel do jornalismo como partido político.<sup>8</sup> Sistematizando os principais elementos que alicerçam a visão da grande mídia como partido político, de acordo com Carla Luciana Silva, em primeiro lugar, encontra-se a capacidade de organizar a formação ideológica dos interesses dominantes:

É nas grandes questões que a grande imprensa busca influenciar, sempre apontando o rumo a ser seguido. Isso ocorre sistematicamente a partir das interpretações que são propostas acerca do real, que ampliam ou restringem a possibilidade de que o leitor perceba os elementos motores da história vivida. O seu alvo é a construção de uma organicidade em torno de uma ação de classe, criando seus próprios intelectuais, que querem buscar uma unidade de ação comum.<sup>9</sup>

Em segundo lugar, este atributo do jornalismo, o de formar intelectuais orgânicos encarregados da inculcação e propagação de determinadas ideias, profissionais qualificados para a defesa cotidiana de valores e visões de mundo, remete a uma ação de direção, assim como um partido político. Seguindo esta mesma autora, “sua atuação enquanto intelectual coletivo é a de formular, organizar e gerenciar. É, portanto, uma ação de direção e de dirigente, e a formulação se dá sempre em conjunto com outros agentes”.<sup>10</sup> Carla Luciana Silva conclui assim que é devido a esta atividade que “os grandes jornais e revistas podem ser vistos como os grandes ‘intelectuais orgânicos do capital’”.<sup>11</sup> Em terceiro lugar, a grande mídia atinge um público que rejeita a mensagem política explícita, mas que consome cotidianamente jornalismo sobre política como *notícia*: “são empresas que lidam com uma mercadoria preciosa, a formação de opinião, a criação de um senso comum.”<sup>12</sup> E por último, as grandes empresas de mídia, assim como os partidos políticos burgueses, se vinculam com variadas instâncias associativas, tais como fundações, institutos, órgãos de imprensa, *think tanks* e outros centros produtores de ideologia, integrando

organizações onde são formuladas as linhas gerais da ação de classe. A reprodução do capital necessita de defensores que em níveis diferenciados ajam nos embates políticos. A hegemonia não se dá de forma homogênea, mas é historicamente construída e cotidianamente defendida.”<sup>13</sup>

---

<sup>7</sup> SILVA, Carla Luciana, *Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica*, op. cit., p. 138, grifos nossos.

<sup>8</sup> Cf. GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do Cárcere**. Volume 2, Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 6ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. Utilizamos a edição brasileira preparada por Carlos Nelson Coutinho, baseada na edição crítica organizada por Valentino Gerratana: GRAMSCI, Antonio, **Quaderni del carcere**, Turim, Einaudi Editore, Prima Edizioni, Edizione critica dell’Istituto Gramsci, A cura di Valentino Gerratana, 4 vols, 1975.

<sup>9</sup> SILVA, Carla Luciana, *Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica*, op. cit., p. 159.

<sup>10</sup> Idem, p. 158.

<sup>11</sup> Idem, p. 159-160.

<sup>12</sup> Idem, p. 160.

<sup>13</sup> Idem, p. 159.



Neste mesmo sentido, de acordo com Francisco Fonseca,

O poder da mídia implica, portanto, um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências de seus consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores, internautas, dentre outros) e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, além do próprio Estado, auferir lucro e atuar como *aparelho privado de hegemonia*.<sup>14</sup>

No § 49 do Caderno 3 dos Cadernos Miscelâneos relativos ao Caderno 12, de 1930, Antonio Gramsci considera “como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante”, ou seja:

a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras [...], jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais. [...] A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura.<sup>15</sup>

No Dicionário Gramsciano organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza, o verbete “aparelho hegemônico” indica que “O ‘aparelho hegemônico’ é uma ‘sociedade particular’ (formalmente ‘privada’), que se torna o equivalente do ‘aparelho governamental-coercitivo’ do ‘Estado integral’: ‘força’ e ‘consenso’ possuem ambos os respectivos aparelhos”.<sup>16</sup> Trata-se, portanto, de um aparelho privado de hegemonia porque é um espaço e um sujeito que organiza o consenso para a hegemonia de uma classe sobre outra. Liguori e Voza extraem do Caderno 10 (Q 10 II, 12), uma reflexão mais madura do Gramsci sobre aparelho hegemônico, citando que “A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico.”<sup>17</sup>

A distinção entre jornalismo popular e jornalismo de referência é, portanto, uma maneira de entender, por meio do conceito de aparelho privado de hegemonia, as diferentes vias pelas quais a grande mídia forma opinião relativamente a seus públicos específicos. Tanto em um quanto em outro caso, fabrica senso comum mas com diferentes instrumentos e recursos comunicacionais. Segundo Amaral,

<sup>14</sup> FONSECA, Francisco, *Mídia e democracia: uma análise conceitual e histórica da atuação dos meios de comunicação*, In: SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina (Org.) **História e imprensa: estudos de hegemonia**, Porto Alegre, FCM Editora, 2014, p. 15.

<sup>15</sup> GRAMSCI, Antonio, § 49. Temas de cultura. Material ideológico., In: \_\_\_\_\_, **Cadernos do Cárcere**. Volume 2, Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 6ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 78.

<sup>16</sup> LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale, **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. Trad. Ana Maria Chiarini; Diego Silveira Coelho Ferreira; Leandro de Oliveira Galastri; Silvia de Bernardinis, 1ª ed., São Paulo, Boitempo, 2017, p. 44-45.

<sup>17</sup> GRAMSCI, Antonio *apud* LIGUORI, Guido, aparelho hegemônico, In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale, **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**, op. cit., p. 45.

quem fala no jornalismo de referência são os jornalistas, editorialistas, colunistas e fontes oficiais pois representam instituições de poder, exercem certo controle e têm determinadas responsabilidades. *Quem não exerce poder na sociedade, não ocupa cargo ou não tem representatividade econômica não tem voz na notícia*, a menos que suas ações produzam efeitos negativos. Normalmente, os jornalistas entrevistam fontes oficiais e especializadas; as fontes populares são consultadas apenas quando são testemunhas de algum fato trágico.<sup>18</sup>

Assim como a exploração desses “fatos trágicos” por parte dos programas sensacionalistas policiais constituiu o estudo de caso para analisar o discurso do medo do jornalismo popular, o Jornal Nacional da Rede Globo constituirá o estudo de caso do jornalismo de referência para analisar o que chamaremos de discurso do ódio. São dois estudos de caso que não pretendem esgotar um objeto de estudo complexo como são as grandes empresas de comunicação, mas que aqui foram selecionados em função do seu papel no processo de fascistização da sociedade brasileira.

### 2.2.2 Discurso e discurso do ódio

De acordo com Eni Puccinelli Orlandi, a língua constitui a materialidade específica do discurso, e o discurso constitui a materialidade específica da ideologia.<sup>19</sup> O método da análise do discurso, baseado nas noções de *funcionamento* do discurso<sup>20</sup> e de *processo* discursivo<sup>21</sup>, busca compreender a constituição dos sujeitos e dos sentidos.<sup>22</sup> A noção de *funcionamento* da língua (e não a de função), analisa o discurso em relação com sua exterioridade, a qual envolve a denominada memória ou saber discursivo.

Segundo Orlandi, “para que minhas palavras signifiquem, é preciso que já signifiquem”<sup>23</sup> e tudo aquilo que já foi dito sobre algo é o que constitui a memória discursiva. Só que o sujeito esquece a origem do que diz, porque ele “não tem acesso ao modo como os sentidos se formaram nele.”<sup>24</sup> Dada sua condição irrepresentável, a memória discursiva se estrutura desde o esquecimento; por esta causa é que o sujeito “se ilude na construção discursiva do referente, com a transparência da linguagem e do sujeito como origem de si.”<sup>25</sup> Assim opera

<sup>18</sup> AMARAL, Márcia Franz, **Jornalismo popular**, op. cit., p. 56, grifos nossos.

<sup>19</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli, O método em análise de discurso: uma prática de reflexão, *In*: MARCHIORI, Marlene (org.), **Linguagem e discurso**, São Caetano do Sul, SP, Difusão Editora; Rio de Janeiro, Editora Senac Rio de Janeiro, 2014, p. 45.

<sup>20</sup> Idem, p. 46.

<sup>21</sup> Idem, p. 47.

<sup>22</sup> Idem, p. 45.

<sup>23</sup> Idem, p. 48.

<sup>24</sup> Idem, p. 46.

<sup>25</sup> Idem, p. 46.

o discurso, estabelecendo o nexos ideologia – inconsciente: se uma formação discursiva (reflexo, no discurso, de uma formação ideológica) define com êxito “aquilo que pode e deve ser dito pelo sujeito em uma conjuntura dada”<sup>26</sup>, é porque o sujeito esquece a origem dos sentidos que assume como próprios. Em consequência, ele convive com “a ilusão de ser a origem do que diz, quando na verdade retoma sentidos preexistentes (retoma, não repete necessariamente), e se ilude com o fato de que o que diz só pode ser dito daquela maneira”.<sup>27</sup> Por outro lado, é no *processo discursivo*, onde se articulam linguagem e ideologia, que são produzidos os sentidos e se constituem os sujeitos.

De acordo com Orlandi, o processo discursivo “designa o sistema de relações [de reformulação, sinonímia, substituição, paráfrases, etc.] que funcionam entre elementos linguísticos - significantes – em uma formação discursiva dada”<sup>28</sup>. Desta maneira, entende-se o processo de produção de sentidos como a “determinação histórica dos processos de significação”<sup>29</sup>, e o processo de constituição dos sujeitos como a “individuação desse sujeito pelo Estado e suas instituições e discursos” e a consequente “identificação [...] com uma e não outra formação discursiva.”<sup>30</sup> Neste sentido, chamaremos de *discurso da grande mídia ao processo discursivo que, articulando linguagem e ideologia, produz sentidos para organizar, de uma determinada maneira, o fluxo dos fatos e dos acontecimentos, incidindo na constituição política dos sujeitos*.

No caso do discurso do ódio, Judith Butler considera que precisamente porque somos seres linguísticos, “seres que necessitam da linguagem para existir”<sup>31</sup>, é que a injúria pode nos afetar. A injúria revela nossa vulnerabilidade porque “ser chamado de um nome é também uma das condições pelas quais um sujeito se constitui na linguagem”<sup>32</sup>. O objetivo de Butler é “identificar a especificidade da vulnerabilidade linguística em relação à vulnerabilidade física e em oposição a ela [dado que] parece que não existe uma linguagem específica para o domínio da injúria linguística”.<sup>33</sup> A autora retoma este motivo em outro momento de sua obra afirmando que

O discurso do ódio revela uma vulnerabilidade prévia à linguagem, uma vulnerabilidade que temos em virtude de sermos seres interpelados, que dependem do

<sup>26</sup> Idem, p. 48.

<sup>27</sup> Idem, p. 48.

<sup>28</sup> Idem, p. 46.

<sup>29</sup> Idem, p. 47.

<sup>30</sup> Idem, p. 48.

<sup>31</sup> BUTLER, Judith, **Discurso do ódio**. Uma política do performativo, São Paulo, Editora Unesp, 2021, p. 12.

<sup>32</sup> Idem, p. 12.

<sup>33</sup> Idem, p. 17.

chamamento do Outro para existir. A hipótese de que alguém venha a ‘existir’ por meio de uma dependência do Outro – um postulado hegeliano e, de fato, freudiano – deve ser reformulada em termos linguísticos [pois] Não conseguimos nos proteger dessa vulnerabilidade e dessa suscetibilidade primárias ao chamado do reconhecimento que concede a existência, a essa dependência primária de uma linguagem que nunca produzimos, a fim de tentar adquirir um estatuto ontológico provisório.<sup>34</sup>

Butler resgata as palavras da escritora Toni Morrison, pronunciadas na conferência ao receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1993, quando afirmou que “*A linguagem opressiva faz mais do que representar a violência; ela é a violência.*”<sup>35</sup> Antes do que um substituto da violência, “*Ela coloca em ação sua própria forma de violência.*”<sup>36</sup> Representa a mesma perspectiva que buscou, no capítulo anterior, definir a violência específica das imagens televisivas, muito além das imagens de violência transmitidas nos programas de notícias policiais. Deste modo, do ponto de vista retórico, que discursos que comunicam ódio sejam atos injuriosos, significa que a linguagem age sobre o destinatário de maneira injuriosa.<sup>37</sup> Contudo, Butler adverte que nem todo ato de fala age sobre alguém com efeitos decorrentes do que foi enunciado, porque “Agir linguisticamente não implica necessariamente produzir efeitos e, neste sentido, um ato de fala nem sempre é uma ação efetiva.”<sup>38</sup>

Frente a esta situação, Butler resgata uma tipologia de John Langshaw Austin<sup>39</sup> que divide os atos de fala em atos ilocucionários e atos perlocucionários. Os primeiros produzem efeitos, pois “quando alguém diz alguma coisa, está fazendo alguma coisa”<sup>40</sup>, enquanto os segundos têm consequências, porém, “o que foi dito e suas consequências são temporalmente distintos”.<sup>41</sup> Os atos ilocucionários produzem efeitos imediatos e agem por meio de convenções como, por exemplo, o caso do juiz que sanciona “Eu te condeno” apresentado por Butler, porque “não exprime a intenção de fazer algo nem descreve o que está fazendo: *o próprio dizer é um tipo de ação*”.<sup>42</sup> Enquanto isso, os atos perlocucionários produzem consequências, até distantes no tempo, que inclusive podem não ser intencionais, como o insulto involuntário, que o próprio Austin analisa. Desta maneira, para Austin, a injúria é vista como ato perlocucionário, pois ela “não é inerente às convenções que um determinado ato de fala evoca, mas às consequências

<sup>34</sup> Idem, p. 52.

<sup>35</sup> MORRISON, Toni, *apud* BUTLER, Judith, **Discurso do ódio**. Uma política do performativo, op. cit., p. 19.

<sup>36</sup> Idem, p. 23, grifos nossos.

<sup>37</sup> Idem, p. 35.

<sup>38</sup> Idem, p. 36.

<sup>39</sup> Cf. AUSTIN, John Langshaw, **Quando dizer é fazer: palavras e ação**, Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1990.

<sup>40</sup> BUTLER, Judith, **Discurso do ódio**. Uma política do performativo, op. cit., p. 36.

<sup>41</sup> Idem, p. 37.

<sup>42</sup> Idem, p. 36, grifos nossos.

específicas que um ato de fala produz.”<sup>43</sup> Em contraposição, Butler refere-se à obra de Mari Matsuda, na qual “o discurso de ódio é interpretado não apenas como uma *atuação sobre* o ouvinte (uma cena perlocucionária) mas também como uma contribuição para a constituição social do destinatário.”<sup>44</sup> Por esta causa, o discurso do ódio é pensado como um ato de reprodução da dominação. Em palavras de Butler, para Matsuda “o discurso [do ódio] não apenas *reflete* uma relação de dominação social; o discurso *coloca em ação* a dominação, tornando-se o veículo pelo qual essa estrutura social é restabelecida.”<sup>45</sup> Que o discurso do ódio seja entendido um ato de fala de tipo ilocucionário significa que

o discurso do ódio *constitui* seu destinatário no momento do enunciado; ele não descreve uma injúria ou tem uma injúria como consequência; ele é, no próprio proferimento desse discurso, a performatização da própria injúria, em que a injúria é entendida como uma subordinação social.<sup>46</sup>

Em consequência, o discurso do ódio “reinvoca e reinscreve uma relação estrutural de dominação e constitui a ocasião linguística para a reconstituição dessa dominação estrutural.”<sup>47</sup> Contudo, se bem Butler concorda com que o discurso do ódio constitui o sujeito em uma posição subordinada, questionará a eficácia desse tipo de discurso, perguntando se ele é sempre efetivo em construir tal subordinação. E ainda interrogará pelo tipo de poder, aparentemente absoluto, que permitiria a tal discurso constituir o outro subordinadamente com tanto êxito.<sup>48</sup> A crítica de Butler à concepção de Matsuda considera que “o discurso do ódio se converte, para Matsuda, no lugar da reprodução mecânica e previsível do poder”, e deixaria de fora a imprevisibilidade de todo discurso, isto é, as “diferentes maneiras pelas quais um ato de fala pode dar errado”, a que se referia Austin.<sup>49</sup>

Por um lado, de acordo com Butler, “Os enunciados do discurso do ódio fazem parte do processo contínuo e ininterrupto ao qual estamos sujeitos [...] que repete continuamente a ação do discurso pelo qual os sujeitos são constituídos na sujeição”<sup>50</sup>; e desta perspectiva linguística, “Os termos ofensivos que marcam o lugar discursivo de violação *precedem* e acarretam o enunciado pelo qual são colocados em ação”.<sup>51</sup> Isto aponta para a historicidade dos nomes injuriosos, para o movimento da história interna ao nome no qual se funda a sua força, que

---

<sup>43</sup> Idem, p. 37.

<sup>44</sup> Idem, p. 38.

<sup>45</sup> Idem, p. 39.

<sup>46</sup> Idem, p. 39.

<sup>47</sup> Idem, p. 38.

<sup>48</sup> Idem, p. 40.

<sup>49</sup> Idem, p. 40.

<sup>50</sup> Idem, p. 53.

<sup>51</sup> Idem, p. 53, grifos nossos.

funciona em parte graças a uma memória codificada ou a um trauma, que vive na linguagem e é transmitido por ela. A força do nome depende não apenas de sua iterabilidade, mas sim de uma forma de repetição que está relacionada ao trauma, do que, a rigor, *não é lembrado*, mas revivido, e revivido na e pela substituição linguística do acontecimento traumático.<sup>52</sup>

É neste sentido que a memória discursiva, para Eni Orlandi, está estruturada pelo esquecimento: segundo esta autora, o processo de significação articula a “memória discursiva, a estruturada pelo esquecimento, com a que chamo [Orlandi] memória de arquivo, institucional, que é aquela saturada pelos sentidos que circulam no cotidiano do imaginário social, já significado.”<sup>53</sup> É nessa articulação do processo discursivo entre memória discursiva e memória institucional, isto é, entre o esquecimento com que se estrutura a primeira e a saturação de sentidos de que se alimenta a segunda que, segundo Orlandi, se ligam linguagem e ideologia. No caso particular do discurso do ódio, segundo Butler, “O trauma social toma a forma não de uma estrutura que se repete mecanicamente, mas de uma sujeição contínua, da *reencenação* da injúria por meio de signos que simultaneamente obstruem a cena e a recolocam em ação”.<sup>54</sup> Contudo, este caráter citacional do discurso de ódio não exime de responsabilidade a seu enunciador: “Quem enuncia o discurso de ódio é responsável pela maneira como ele é *repetido*, por reforçar esse tipo de discurso, por restabelecer contextos de ódio e injúria.”<sup>55</sup>

Embora Butler esteja analisando o discurso racista, o discurso homofóbico, o discurso antifeminista, entre outros, intervindo nos debates sobre a criminalização do discurso do ódio nos Estados Unidos, estes estudos resultam importantes para entender os efeitos fascistizantes do discurso do ódio a partir de sua especificidade linguística, isto é, a capacidade de fixar simbolicamente o outro em uma posição subordinada, e como este ato de fala, recriando contextos de ódio e injúria, atualiza as relações de dominação, expressando determinadas correlações de força sociopolíticas. Neste sentido, quando Butler afirma que “A responsabilidade está, portanto, relacionada à repetição do discurso, e não à sua origem”<sup>56</sup>, ela vai ao encontro do discurso do Führer reichiano ou do discurso dos agitadores fascistas adornianos, discurso que, entre outros elementos, não cria mas mobiliza determinados preconceitos socialmente existentes. Tanto o preconceito quanto a injúria estão incluídos, portanto, naquela memória institucional saturada pelos sentidos que circulam no cotidiano do imaginário social já significados, que se conjuga com essa desmemória codificada em termos

<sup>52</sup> Idem, p. 68, grifos nossos.

<sup>53</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli, *O método em análise de discurso: uma prática de reflexão*, op. cit., p. 48.

<sup>54</sup> BUTLER, Judith, **Discurso do ódio**. Uma política do performativo, op. cit., p. 69, grifos nossos.

<sup>55</sup> Idem, p. 54, grifos nossos.

<sup>56</sup> Idem, p. 72.

de trauma inscrito hoje na linguagem, e que são acionados pelo discurso do ódio do agitador profissional com o objetivo de ativar predisposições autoritárias latentes em parte da sociedade.

Se por um lado, Butler considera que

O sujeito que profere um discurso de ódio é claramente responsável por esse discurso, mas *raramente é seu originador*. O discurso racista opera por meio da invocação de convenções; ele circula e, embora necessite do sujeito para que seja proferido, esse tipo de discurso não começa nem termina com o sujeito que fala ou com o nome específico que é utilizado.<sup>57</sup>

por outro lado, Adorno, desde outra perspectiva, afirma que

A propaganda fascista precisa apenas *reproduzir a mentalidade existente* para seus próprios propósitos – ela não precisa induzir uma mudança –, e a repetição compulsiva, que é uma de suas características mais importantes, irá se coordenar com a necessidade por sua reprodução contínua. Ela se apoia absolutamente na estrutura total, bem como em cada traço particular do caráter autoritário, que é ele mesmo o produto de uma internalização dos aspectos irracionais da sociedade moderna.<sup>58</sup>

Assim, o preconceito, que perpassa várias categorias da síndrome autoritária estudadas por Adorno, como o pensamento convencional, a visão dicotômica, a estereotipia e a superstição, é um produto social e historicamente determinado posto novamente em ação pela propaganda autoritária dos agitadores fascistas, que não criam as injúrias *ex nihilo*, mas as reencenam, configurando, por meio de sua constante repetição, o discurso do ódio.

Por outro lado, é fácil associar a expressão agitador profissional a um comunicador exaltado, como no caso dos apresentadores dos programas policiais ao momento de comentar os crimes noticiados. Porém, o tom sóbrio, as fontes entrevistadas, as opiniões consultadas e a seriedade na leitura da notícia que realizam os apresentadores de programas do jornalismo identificado como “de referência”, podem revelar um impacto não menos fascistizante na audiência do que a notícia transmitida nos formatos do jornalismo dito popular. Isto porque o nervo do discurso do ódio passa pelo maior ou menor impacto psicológico, no público, do preconceito mobilizado e da forma da injúria acionada, que vai ao encontro das predisposições autoritárias de parte da audiência. Lembremos como Adorno analisou as técnicas psicológicas que o agitador profissional coloca em prática para atingir o inconsciente de sua audiência, se assemelhando a certo tipo de “ator ou a certo tipo de *jornalista*, que sabe como vender suas instabilidades nervosas e sensibilidade”, uma vez que “a agitação fascista se tornou atualmente uma profissão, ou seja, um meio de vida.”<sup>59</sup>

<sup>57</sup> Idem, p. 64, grifos nossos.

<sup>58</sup> ADORNO, Theodor, Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista, *In: \_\_\_\_\_, Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*, op. cit., p. 184.

<sup>59</sup> ADORNO, Theodor, Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista, op. cit., p. 182, grifos nossos.

### 2.2.3 O papel da Rede Globo

Quando Adorno estudou as técnicas psicológicas das palestras do pastor Martin Luther Thomas (em meados dos anos 1930), o rádio era o mais poderoso meio de comunicação à época. Entretanto, não é possível compará-lo ao poder que a televisão alcançaria poucas décadas depois. De acordo com Marilena Chauí, “rádio e televisão podem oferecer-nos o mundo inteiro num instante, mas o fazem de tal maneira que o mundo real desaparece, restando apenas retalhos fragmentados de uma realidade desprovida de raiz no espaço e no tempo.”<sup>60</sup> Neste sentido, a televisão constitui um lugar e um tempo próprios. Segundo esta autora, por um lado, “as diferenças próprias do espaço percebido [...] são apagadas; o aparelho de rádio e a tela da televisão tornam-se o único espaço real. As distâncias e proximidades, as diferenças geográficas e territoriais são ignoradas”; e por outro lado, “os acontecimentos são relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros; surgem como pontos puramente atuais e presentes, sem continuidade no tempo, sem origem e sem consequências”.<sup>61</sup> Chauí denomina estas duas dimensões da comunicação televisiva como atopia (a ausência de referência espacial) e acronia (a ausência de referência temporal), que impedem a compreensão do verdadeiro significado dos acontecimentos.

Entretanto, esta determinação material não deve ser vista como determinismo tecnológico: a dimensão técnica da televisão não explica diretamente a sua função como instrumento de poder. Em *Aculturação e aculturação*<sup>62</sup>, crônica de 1973, Pier Paolo Pasolini escreveu que a televisão

não é apenas um lugar por onde as mensagens circulam, mas um centro elaborador de mensagens. É um lugar onde se concretiza uma *mentalidade* que de outro modo não se saberia onde instalar. É através do espírito da televisão que se manifesta concretamente o espírito do novo poder.<sup>63</sup>

E arremata o texto com um comentário lapidar:

Não há dúvida (os resultados o demonstram) de que a televisão é o meio de informação mais autoritário e repressivo do mundo. Comparados a ela, o jornal fascista e os *slogans* mussolinianos escritos nos muros são risíveis: o fascismo, insisto, no fundo não foi capaz nem de arranhar a alma do povo italiano: o novo fascismo,

<sup>60</sup> CHAUI, Marilena, Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder, In: MORAES, Denis de (org.), **Poder midiático e disputas ideológicas**, Rio de Janeiro, Consequência, 2019, p. 27.

<sup>61</sup> Idem, p. 26.

<sup>62</sup> PASOLINI, Pier Paolo, *Aculturação e aculturação*, In: \_\_\_\_\_, **Escritos corsários**, 1ª ed., Tradução, apresentação e notas de Maria Betânia Amoroso, São Paulo, Editora 34, 2020, p. 53-56.

<sup>63</sup> Idem, p. 55, grifos nossos.



através dos novos meios de comunicação e de informação (especialmente da televisão) não só a arranhou, as a dilacerou, violentou, contaminou para sempre...<sup>64</sup>

Pasolini chamava de novo fascismo ao processo de consolidação da moderna sociedade de consumo de massa na Itália, por meio da implantação de modelos culturais que destruíam a variedade de expressões da cultura popular do país. Assim, considerava que

Nenhum centralismo fascista conseguiu fazer o que fez o centralismo da sociedade de consumo. O fascismo propunha um modelo reacionário e monumental, mas que permanecia letra morta. As várias culturas particulares (camponesas, subproletárias, operárias) continuavam imperturbavelmente a conformar-se a seus antigos modelos: a repressão se limitava a obter sua adesão puramente verbal. Hoje, ao contrário, a adesão aos modelos impostos pelo centro é total e incondicional.<sup>65</sup>

Este processo de modernização da sociedade italiana é atribuído por Pasolini a duas revoluções, a da infraestrutura e a dos meios de comunicação. E considerou esta última a “mais radical e decisiva”:

Por meio da televisão, o centro assimilou o país inteiro, que era historicamente tão diferenciado e rico em culturas originais. Começou uma obra de padronização destruidora de qualquer autenticidade e concretude. Ou seja, que impôs – como eu dizia – os seus modelos: os modelos desejados pela nova industrialização, que não mais se contenta com ‘um homem que consuma’, mas pretende ainda que se tornem inconcebíveis outras ideologias que não a do consumo.<sup>66</sup>

Certamente, a indústria cultural de Pasolini não é o neofascismo que estuda este nosso trabalho. Mas interessa de sua análise o tipo de poder que ele reconhecia na televisão: a capacidade de impor autoritariamente à sociedade italiana um novo modelo único de homem e uma mentalidade, dilacerando a riqueza das múltiplas formas do ser social desse povo.

No caso do Brasil, esse poder centralizador da televisão teve um papel político crucial. Segundo Eugênio Bucci, a televisão “se tornou, a partir da década de 1960, o suporte do discurso, ou dos discursos que identificam o Brasil para o Brasil.”<sup>67</sup> Esta centralidade é resultado da história política do país, quando a ditadura militar surgida do golpe de 1964 estabeleceu “o projeto de integrar a nacionalidade sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional”:

Segundo aquele ideário, o território brasileiro, para estar a salvo das influências subversivas dos inimigos externos e internos (os militantes comunistas), precisava estar inteiramente sob controle de um veículo de comunicação abrangente, onipresente, forte e unificador. Para tanto, o Estado teria que garantir a infraestrutura

---

<sup>64</sup> Idem, p. 55-56.

<sup>65</sup> Idem, p. 53.

<sup>66</sup> Idem, p. 54.

<sup>67</sup> BUCCI, Eugênio, A crítica de televisão, *In*: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita, **Videologias**: ensaios sobre televisão, op. cit., p.31-32.

para as telecomunicações; a iniciativa privada faria o resto. [...] À televisão foi confiada a tarefa de, via Embratel, unificar no plano do imaginário o povo brasileiro.<sup>68</sup>

Deste modo, a empresa escolhida pelos governantes militares, a Rede Globo, a partir dos anos 1960, se constituiria ora em diante como o “espaço” no qual se produziria a unidade imaginária da identidade nacional do país, ocultando os contrastes, as desigualdades e as contradições sociais.<sup>69</sup> Muito mais do que um meio de comunicação, segundo Bucci, a Rede Globo transformou-se no “*topos nuclear*” da sociedade brasileira, porque passou a determinar “o como da comunicação social, isto é, *os procedimentos de linguagem, a ‘sintaxe’, a ‘gramática’ e, mas ainda, os limites que separam o dizível do indizível*”.<sup>70</sup> Isto significa, segundo este mesmo autor, que “Ela soube forjar uma gramática universalizante através da combinação do melodrama (a novela) com o telejornal, num repertório dinâmico”.<sup>71</sup>

Contudo, Francisco Fonseca sublinha que se tratou de “uma combinação, muitas vezes propositada, entre o ‘fato’ e a versão, o real e o imaginário, o acontecimento e a ficção, *em prejuízo de algo e/ou alguém* (indivíduo ou coletivo)”<sup>72</sup>, dado que a notícia como mercadoria envolve a capacidade de “fabricar e distorcer imagens e versões a respeito de acontecimentos, temas e pessoas, propagar boatos, entre inúmeras outras possibilidades, simultaneamente à sua função de informar.”<sup>73</sup> Neste sentido, para Marilena Chauí, “a desinformação é o principal resultado da maioria nos noticiários nos jornais, no rádio e na televisão, pois, de modo geral, as notícias são apresentadas de maneira a impedir que se possa localizá-la no espaço e no tempo.”<sup>74</sup> Assim, é possível entender o poder comunicacional de toda grande empresa de mídia, e da Rede Globo em particular, como um instrumento da dominação política.

A proximidade entre o acontecimento e a sua versão, entre a realidade e a ficção, no campo do jornalismo se revela, na grade de programação da Rede Globo, no Jornal Nacional, o principal programa jornalístico do grupo, que fica escoltado por duas telenovelas. Esta grade

<sup>68</sup> BUCCI, Eugênio, Ainda sob o signo da Globo, *In*: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita, **Videologias**: ensaios sobre televisão, op. cit., p. 223.

<sup>69</sup> Entre 1960 e 1980, a população urbana “saltou de 32 para 82 milhões de pessoas em 20 anos. Em 1991, a população residente em áreas urbanas já ultrapassava os 110 milhões [...], o processo de urbanização trouxe consigo a expansão do setor de telecomunicações. Como aponta Collig (2006), o número de emissoras de TV aumentou 14 vezes entre 1960 e 1980, e as transmissões, que antes eram restritas a oito capitais, passaram a atingir potencialmente 94% da população.” (FERES Júnior, João; SASSARA, Luna de Oliveira, O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998, *In*: Revista **Compólitica**, vol. 6 (1), ISSN: 2236-4781, Rio de Janeiro, p. 39, 2016. Disponível em: <<http://compolitica.org/novo/revista/>> Acesso em: 22 abr. 2023).

<sup>70</sup> BUCCI, Eugênio, Ainda sob o signo da Globo, op. cit., p. 233-234, grifos nossos.

<sup>71</sup> *Idem*, p. 221.

<sup>72</sup> FONSECA, Francisco, Mídia e democracia: uma análise conceitual e histórica da atuação dos meios de comunicação, op. cit., p. 18.

<sup>73</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>74</sup> CHAUI, Marilena, Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder, op. cit., p. 26.

assim disposta pode buscar tanto marcar a diferença entre o entretenimento e o (suposto) discurso sobre os fatos, quanto para revelar involuntariamente os canais subterrâneos que comunicam jornalismo e ficção. De acordo com Renato Janine Ribeiro,

No começo da Nova República, era interessante o contraste entre o jornal e a novela das oito. Como vários figurões da ditadura foram reciclados no regime civil, eles apareciam no noticiário como pessoas dignas, respeitadas, importantes. [...] Mas quem acompanhou a televisão no final dos anos 1980, já sob a Nova República, via com frequência algum importante político do interior do país ser elogiado no noticioso, para, daí a meia hora, na novela (digamos, *Roque Santeiro*), alguém com traços próximos aos seus - o poder do coronel, a prepotência, a aversão à democracia - ser apontado como responsável pelas mazelas do país. Isso fazia a ficção ser mais realista que o noticiário. *O gênero que deveria retratar mais de perto o que acontece dizia inverdades*. Já o gênero que, por definição, inventa, era mais realista em face da sociedade brasileira.<sup>75</sup>

No caso da Rede Globo, entre a telenovela e o telejornalismo há uma oscilante relação de complementariedade, na qual “Assuntos que eram tabus no noticiário ganharam o debate público pela porta da telenovela [enquanto] o telejornal é capaz de fingir que um movimento de massas não existe”.<sup>76</sup> Revela-se assim a capacidade desta empresa de comunicação de elaborar uma narração sobre os acontecimentos noticiados, influenciando decisivamente a percepção que a sociedade tem de sua própria realidade. A narração midiática não é ficcional, como nas novelas, porque tem o fato como referente, porém, ela o reapresenta, enquadra, organiza, amplifica ou relativiza, e assim é como a grande mídia relata uma história. Esta capacidade tem sido tratada pelas teorias da comunicação americanas do chamado *newsmaking* já desde os anos 1950<sup>77</sup>, mas o objetivo aqui é analisar as estratégias comunicacionais específicas do Jornal Nacional e seu impactos sobre a sociedade brasileira.

A respeito do poder comunicacional da Rede Globo, João Feres Júnior e Luna de Oliveira Sassara analisaram as coberturas que o Grupo Globo fez de todas as eleições presidenciais, desde as primeiras eleições diretas, em 1989, até as eleições de 2014.<sup>78</sup> Por meio do método da análise de valência<sup>79</sup> e de uma completa revisão da produção acadêmica sobre grande mídia e cobertura de eleições, estes autores buscaram estabelecer o padrão de

<sup>75</sup> RIBEIRO, Renato Janine, A política dos costumes, *In: NOVAES, Adauto (Org.) Muito além do espetáculo*, São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2005, p. 134.

<sup>76</sup> BUCCI, Eugênio, Ainda sob o signo da Globo, *op. cit.*, p. 225 e 226.

<sup>77</sup> MARTINO, Luís Mauro Sá, **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2021, p. 39-51.

<sup>78</sup> FERES Júnior, João; SASSARA, Luna de Oliveira, O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998, *op. cit.*, p. 31-63.

<sup>79</sup> A análise de valência “é determinada levando em conta a seguinte pergunta: esta manchete ou chamada (e o texto que a acompanha) é *positiva, negativa, neutra* ou ambivalente para a imagem do candidato, partido, pessoa ou governo a que faz referência?” (Idem, p. 36, grifos nossos).

comportamento de dois de seus principais veículos, o jornal O Globo e o programa Jornal Nacional, para depois examinarem em detalhe a cobertura da campanha das eleições de 2014.

Partindo da análise da ostensiva interferência da emissora no processo eleitoral de 1989, por meio da edição parcial dos debates televisionados<sup>80</sup> entre os candidatos do PT, Lula da Silva, e do PRN, Collor de Mello, Feres Júnior e Sassara afirmam que, apesar de não ser fácil quantificar os efeitos dessa cobertura, é consenso entre os estudiosos o viés demonstrado pela Globo nas eleições de 1989 contra o candidato petista.<sup>81</sup> Em relação às eleições presidenciais de 1994, estes autores, depois de referir a literatura acadêmica sobre a cobertura midiática desse evento, concluem que o então candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve uma maior cobertura positiva que a do candidato Lula do PT:

Arruda estuda a cobertura do JN de junho a outubro de 1994 e contabiliza 37,5 minutos de notícias negativas e apenas 1,5 de positivas sobre Lula. Para FHC foram 2,5 minutos de negativas e 8 de positivas. Além disso, a autora mostra que a Rede Globo exibiu em seu telejornal, no mesmo período, 415 minutos sobre o Plano Real, o que teria sido, segundo ela, a forma encontrada pela emissora para beneficiar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso.<sup>82</sup>

Nas eleições presidenciais de 1998, com os candidatos Lula e FHC protagonizando novamente o embate, o tema que monopolizou os debates durante aquela campanha foi a grave crise econômica que atravessava o país. Mais uma vez, apesar dos princípios editoriais declarados pelo Grupo Globo<sup>83</sup>, os estudos citados por Feres Júnior e Sassara apontam que o modo de operar da Rede Globo mudou. Nessa ocasião, ela realizou uma operação de silenciamento sobre as medidas que o governo de Cardoso iria tomar para enfrentar a crise. O resultado foi um esvaziamento do debate político no Jornal Nacional, no qual as análises do programa, durante toda a campanha eleitoral, se assemelhavam às explicações oficiais do governo. Como exemplo desta estratégia,

a crise econômica é apresentada como uma crise internacional; a venda da Telebrás como acontecimento que só traria benefícios para os brasileiros; o governo federal não é responsabilizado por não ter previsto os efeitos da seca no Nordeste; o desemprego, encarado como problema mundial somado à falta de formação adequada

---

<sup>80</sup> “A eleição de 1989 foi a primeira a contar com debates televisionados entre presidencialistas [...] Já entre o primeiro e o segundo turno, disputado entre Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), outros dois debates foram realizados por um pool formado por Globo, Manchete, SBT e Bandeirantes e exibidos das 21h30 às 24h dos dias 3 e 14 de dezembro. A Rede Globo apresentou, no dia 15 de dezembro, matéria no Jornal Nacional com trechos do último debate, pela qual foi acusada de ter beneficiado Collor, seja por ter concedido mais tempo a ele do que a Lula ou por ter editado o conteúdo do debate de modo a favorecer o candidato do PRN”, (Idem, p. 58).

<sup>81</sup> Idem, p. 40.

<sup>82</sup> ARRUDA, Lilian Rose *apud* COLLIG *apud* FERES Júnior, João; SASSARA, Luna de Oliveira, O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998, op. cit., p. 41.

<sup>83</sup> GRUPO GLOBO, **Princípios editoriais do Grupo Globo**, Disponível em < <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html> > Acesso em 30 de abr. 2023.

do próprio trabalhador; os problemas na educação são apresentados como questões a serem resolvidas pelos pais dos alunos e pela própria comunidade; por fim, a disputa presidencial ou não é pautada ou é exposta como já definida.<sup>84</sup>

Nas eleições presidenciais de 2002, o já histórico viés crítico e sempre negativo do Jornal Nacional contra o candidato Lula e o PT teria se moderado para uma postura mais neutra, dado que

As falas do âncora do Jornal Nacional, William Bonner, durante entrevistas e debates promovidos pela emissora, teriam tido como objetivo pressionar os candidatos a comprometer-se com a manutenção dos compromissos econômicos firmados pelo governo anterior<sup>85</sup>,

como se o Jornal Nacional se posicionasse, naquela conjuntura, tentando preservar as reformas neoliberais que tinham caracterizado os governos do PSDB, se resignando, desta maneira, à então provável vitória do candidato do PT.

Nas eleições presidenciais de 2006, com o presidente Lula da Silva como candidato à reeleição, a cobertura foi fortemente negativa, mais agressiva ainda desde o escândalo chamado “mensalão”, acontecido no ano anterior.<sup>86</sup> Com a vitória do Lula, Feres Júnior e Sassara citam análises sobre o processo de mudança que acontecia, à época, nas bases sociais e eleitorais do PT. Estes autores demonstram que muitos trabalhos à época atribuíam à cobertura da mídia impressa, “parte da responsabilidade pelo fato de eleitores de classe média e alta, mais escolarizados, moradores de áreas prósperas e mais expostos à cobertura política, terem apoiado o candidato de oposição.”<sup>87</sup>

Nas eleições presidenciais de 2010, disputaram o segundo turno a candidata do PT, Dilma Rousseff e o candidato do PSDB, José Serra. Considerando a cobertura feita pelo jornal O Globo, a análise feita por Feres Júnior e Sassara aponta que

A proporção de [notícias] contrárias recebidas por Dilma supera bastante Serra, seja se compararmos as proporções internas de cada candidato (15% da cobertura de Serra composta de textos contrários, enquanto para Dilma esse valor foi de 26%), seja se compararmos a quantidade de contrárias de cada candidato (Dilma obteve 2,1 vezes mais negativas que Serra). A cobertura de Lula, então presidente, teve perfil similar à da candidata petista, 24% de negativas [...] Na análise dos partidos, o viés foi mais

<sup>84</sup> COLLING Leandro *apud* FERES Júnior, João; SASSARA, Luna de Oliveira, O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998, op. cit., p. 42.

<sup>85</sup> MIGUEL, Luis Felipe *apud* FERES Júnior, João; SASSARA, Luna de Oliveira, O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998, op. cit., p. 43.

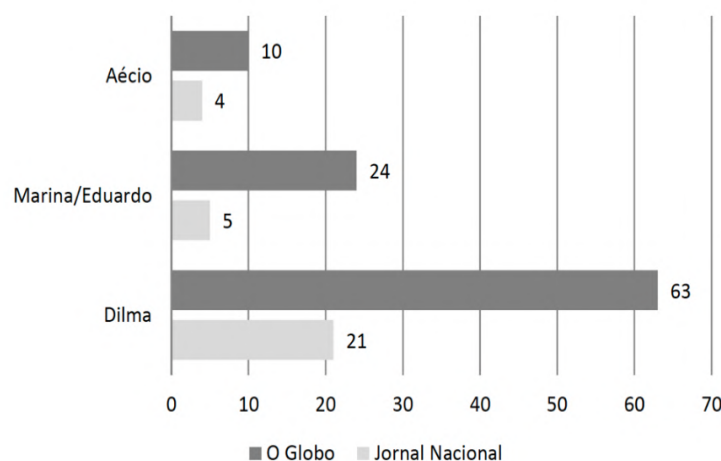
<sup>86</sup> Cf. FONTAINHA, Fernando; LIMA, Amanda Evelyn Cavalcanti de, Judiciário e crise política no Brasil hoje: do Mensalão à Lava Jato, *In*: KERCHÉ, Fábio; FERES Júnior, João, et al., **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**, São Paulo, Editora Contracorrente, 2018, p. 53-68..

<sup>87</sup> MUNDIM *apud* Miguel *apud* FERES Júnior, João; SASSARA, Luna de Oliveira, O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998, op. cit., p. 44.

acentuado: o PT teve, proporcionalmente, duas vezes mais notícias negativas que seu maior adversário, o PSDB: 30% contra 14%, respectivamente.<sup>88</sup>

Nas eleições presidenciais de 2014, a disputa foi decidida no segundo turno entre a candidata à reeleição, Dilma Rousseff (PT), e o candidato Aécio Neves (PSDB). Feres Júnior e Sassara aplicaram o método de valência também ao Jornal Nacional, considerando notícias televisionadas como um texto, e neste artigo só apresentam resultados da cobertura realizada durante o período oficial de campanha. Assim, no caso da quantificação de valências negativas, estes autores demonstram que a candidata Dilma Rousseff recebeu 5 vezes mais notícias negativas no Jornal Nacional do que o candidato do PSDB, cujo gráfico reproduzimos embaixo:

**Gráfico 1 – Textos de capa de O Globo e notícias do Jornal Nacional sobre candidatos – Valência contrária – Eleições 2014**



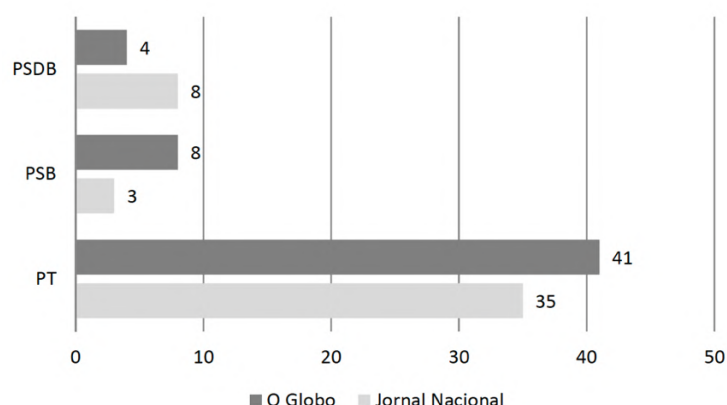
**Fonte:** LEMEP<sup>89</sup>

Do mesmo modo, transcrevemos os dados obtidos pela pesquisa de Feres Júnior e Sassara em relação à quantidade de notícias negativas referidas agora aos partidos políticos:

<sup>88</sup> FERES Júnior, João; SASSARA, Luna de Oliveira, O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998, op. cit., p. 46.

<sup>89</sup> LEMEP (Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública), Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ, *apud* FERES Júnior, João; SASSARA, Luna de Oliveira, O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998, op. cit., p. 50.

**Gráfico 2 – Textos de capa de O Globo e notícias do Jornal Nacional sobre partidos políticos – Valência contrária – Eleições 2014**



Fonte: LEMEP<sup>90</sup>

Como conclusão, está claro que os estudos sobre a cobertura midiática da Rede Globo e do Jornal Nacional sobre das eleições presidenciais ocorridas entre 1989 e 2014, citados por Feres Júnior e Sassara, demonstram claramente o posicionamento político a partir do qual esta empresa buscou influenciar nos rumos da democracia intervindo no debate político no Brasil. Porém, o Jornal Nacional sofreria uma mudança qualitativa a partir de 2014, quando adotou o tema da corrupção para sustentar sua tradicional oposição aos governos do PT. Isto significa que a análise das estratégias comunicacionais por meio das quais o Jornal Nacional tentou influir e até conduzir o desenvolvimento da crise política, a partir de 2014, não pretende meramente revelar sua parcialidade política, cujo histórico já foi acima resumidamente apresentado, e que já tem sido estudado por muitos especialistas. Aponta a demonstrar que sua narrativa teve um impacto *fascistizante* em parte da população brasileira.

Ademais, buscar revelar apenas o viés político do Jornal Nacional pode levar a acreditar, erroneamente, que seria possível um outro jornalismo, neutral, desinteressado e imparcial na apresentação das notícias, tal como imaginado pela visão liberal. Retomando as análises de Carla Luciana Silva<sup>91</sup>, esta visão de uma imprensa “liberal” esconde o *interesse de classe* em que se funda seu partidarismo político: “O ‘ser liberal’ é um simpático eufemismo para recusar nomear a imprensa como parte do sistema capitalista.”<sup>92</sup> Partindo então da constatação de que

<sup>90</sup> LEMEP (Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública), Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ, *apud* FERES Júnior, João; SASSARA, Luna de Oliveira, O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998, op. cit., p. 52.

<sup>91</sup> SILVA, Carla Luciana, *Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica*, op. cit., p. 131-163.

<sup>92</sup> *Idem*, p. 143.

no jornalismo “sempre há tomada de posições. Sempre se defendem interesses e projetos”<sup>93</sup>, o objetivo é demonstrar que os recursos comunicacionais mobilizados pelo Jornal Nacional em defesa de determinados interesses, quer dizer, da produção de linhas ideológicas e de opinião acordes aos programas de governo que respondiam a esses grandes interesses, não só aprofundaram e conduziram a crise política que levaria ao golpe de 2016, como contribuíram decisivamente para o início do processo de fascistização que o Brasil sofreu.

#### 2.2.4. O discurso da corrupção do Jornal Nacional

Em 2018, Eliara Santana, então doutoranda em Estudos Linguísticos da PUC/Minas, junto com a professora Ângela Carrato, do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e o professor Juarez Guimarães, do Departamento de Ciência Política da mesma universidade, iniciam uma parceria para estudar o papel da mídia e do Jornal Nacional na desconstrução da democracia no Brasil. O resultado, a obra *Jornal Nacional: um projeto de poder. A narrativa que legitimou a desconstrução da democracia brasileira*,<sup>94</sup> publicada em 2021, realiza uma análise sistemática das edições do programa (só até 2018 foram mais de 200 edições analisadas). Esta análise concentra-se tanto nos elementos objetivos (duração das reportagens, relevância das fontes ouvidas, presença do contraditório) quanto no modo como as notícias são comunicadas (o que é dito, como é dito e por quem é dito<sup>95</sup>), para o período 2014-2020. O resultado desta pesquisa é a identificação de *padrões* nas coberturas do Jornal Nacional, assim como *mudanças estratégicas* de posição em relação a acontecimentos decisivos da vida nacional, como as ações espetaculares da Operação Lava Jato, a prisão do então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, e a ascensão de Jair Bolsonaro.

Segundo esta pesquisa, o Jornal Nacional (de agora em diante JN) teve em 2019 uma média de audiência de 30,1 pontos, mas na contagem relativa a alcance individual, chegou a 48,9 pontos, isto é, quase 34 milhões de telespectadores.<sup>96</sup> Nos inícios de março de 2020, com a pandemia de coronavírus e uma grande disseminação de fakes news, o JN chegou a 37 pontos

<sup>93</sup> Idem, p. 142.

<sup>94</sup> CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional - Um projeto de poder: A narrativa que legitimou a desconstrução da democracia brasileira**, Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2021, *E-Book*, Edição Kindle.

<sup>95</sup> O que inclui elementos como o tom ou ênfase da voz, a fisionomia e gestos do comunicador, o contexto da fala, o seu vestuário, as cores predominantes do ambiente, entre outros.

<sup>96</sup> Idem, p. 8. Segundo Kantar Ibope (empresa que mede a audiência dos telejornais), cada ponto equivale a 693.786 indivíduos, totalizando 33.926.135,4 telespectadores, na contagem que leva em conta o número de indivíduos impactados pelo programa. O JN é assistido em mais de sete milhões de residências em todo o país. Nesse mesmo período, 2019, o Jornal da Rede Record, segunda maior rede de TV do país, teve uma audiência de 7,8 pontos.



de audiência na Grande SP.<sup>97</sup> Entretanto, outros dados mais recentes demonstram uma relativa queda nos índices de audiência: em 2021, o JN registrou seu pior índice de Ibope em cinco décadas, e em 2022 registrou o menor índice de audiência em um primeiro quadrimestre desde 1969, segundo dados do PNT (Painel Nacional de Televisão): “No primeiro quadrimestre de 2022, o JN está com média de 21,4 pontos e 35,1% de ‘share’. É o menor ‘share’ (ou participação de um programa no universo de TVs ligadas) de todos os tempos. Até então, o pior começo de ano do JN havia sido no ano passado [2021] (25,8 pontos e 39,2% de ‘share’).<sup>98</sup> Contudo, ainda considerando o impacto da internet nos últimos 10 anos, possibilitando canais alternativos de informação, a multiplicação dos serviços de televisão por *streaming* e o espaço ocupado pelas redes sociais, estes indicadores dão uma ideia de por que o JN permanece como uma peça decisiva na organização do debate político no Brasil. Considerando a sua centralidade, o estudo de Carrato, Santana e Guimarães teve como objetivo “observar os movimentos de produção de sentido e a construção de estratégias discursivas [do JN] para compreender como seriam trabalhadas em um ano eleitoral [2018] no cenário pós-golpe.”<sup>99</sup>

Lembrando as análises de Reich ou de Adorno que alertavam sobre a necessária correspondência que a propaganda autoritária, para garantir seu êxito, devia estabelecer com a estrutura de personalidade dos indivíduos a serem capturados e integrados à massa, Carrato, Santana e Guimarães consideram que a narrativa do JN ia ao encontro dos

*medos* que sempre povoaram a mente do cidadão *médio* brasileiro – aquele que precisa trabalhar para pagar as contas e não vive de rendas; que acredita em meritocracia e que também considera que não é beneficiado por políticas públicas.<sup>100</sup>

Esta necessidade de conectar o discurso midiático com os medos da população demonstra que o poder de influência do discurso da mídia nunca é absoluto e que a Rede Globo não é capaz de formatar a seu desejo os rumos da dinâmica política no Brasil. Este poder comunicacional depende da capacidade do JN, neste caso, de conseguir estabelecer um *vínculo* entre sua narrativa e os medos, as frustrações ou as demandas insatisfeitas de sua audiência, que irá *se identificar* com a explicação dos acontecimentos construída, dia a dia, na tela da

<sup>97</sup> Nesta medição realizada na Grande SP, cada ponto equivale a 203.000 pessoas (Idem, p. 9)

<sup>98</sup> No Painel Nacional de Televisão, cada ponto de ibope equivale a cerca de 270 mil domicílios sintonizados. FELTRIN, Ricardo, Queda de ibope se agrava: JN tem pior quadrimestre da história, Disponível em < <https://www.uol.com.br/splash/noticias/oops/2022/06/01/queda-de-ibope-se-agrava-jn-tem-pior-quadrimestre-da-historia.htm> > Acesso em: 21 fev. 2023.

<sup>99</sup> LEMES, Conceição, Professoras que estudaram 200 edições do Jornal Nacional mostram como cena de avião marcou operação de “silenciamento” do ex-presidente Lula, **Viomundo**, 2 out. 2018, Disponível em: < <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/jornal-nacional-e-mostram-como-cena-de-aviao-marcou-operacao-de-silenciamento-do-ex-presidente-lula.html> >, Acesso em: 21 set. 2019, p. 1.

<sup>100</sup> CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional - Um projeto de poder: A narrativa que legitimou a desconstrução da democracia brasileira**, op. cit., p. 15, grifos nossos.

televisão. E para que a narrativa construída pelo JN conseguisse fazer sentido no imaginário desta grande audiência composta pelo “cidadão médio brasileiro”, era necessário elaborar *estratégias de construção de sentido*. De acordo com estes autores, por meio das estratégias de construção de sentido, o JN, a partir do triunfo da candidata Dilma Rousseff nas eleições de 2014, buscou projetar

um cenário de caos econômico, desordem, perda de qualidade de vida, volta da inflação, turbulência política, corrupção nunca antes vista, num momento em que isso não era factível [...] E foi exatamente isso o que fez o Jornal Nacional, após a segunda eleição de Dilma Rousseff, em 2014: deu início à estratégica construção de uma narrativa para convencer o Brasil de que o país vivia, sob os governos petistas, ‘uma corrupção nunca antes vista’.<sup>101</sup>

Com este objetivo, a narrativa do JN construída desde 2014 teve dois componentes essenciais: os temas (ou repertórios centrais) e as representações (a resignificação dos acontecimentos), mantendo sempre a postura do programa como exemplo de prática jornalística de referência. Em relação aos temas principais que pautaram a narrativa do JN, eles foram, em primeiro lugar, a corrupção e, em segundo lugar, a crise econômica. O repertório mais executado, a corrupção, esteve estreitamente vinculado às reportagens sobre as ações da Operação Lava Jato, que iniciara em março de 2014.

A Operação Lava Jato foi uma investigação sobre um grande esquema de corrupção na Petrobras. Um juiz de primeira instância da 13ª Vara Federal em Curitiba, chamado Sergio Moro, foi responsável por julgar os delitos investigados pela força-tarefa da Operação Lava Jato. Ela é considerada a maior investigação de delitos de corrupção no Brasil: “até 2021, somente em Curitiba, foram 79 fases, 1.450 mandatos de busca e apreensão, 211 conduções coercitivas, 132 mandados de prisão preventiva e 163 de temporárias, 130 denúncias contra 553 acusados, 278 condenações, em um total de 2.611 anos de pena.”<sup>102</sup> Contudo, depois de um primeiro momento, quando a operação parecia produzir bons resultados (a descoberta de uma rede de doleiros ativa em vários estados do país, a recuperação de recursos desviados da empresa, entre outros), de acordo com Leonardo Avritzer,

iniciou-se um segundo momento, de conteúdo eminentemente político, que coincidiu com a campanha eleitoral de 2014 e que, em 2015, adquiriu o contorno de *um forte ataque ao sistema político ancorado no apoio midiático*. No início de 2016 a Operação Lava Jato pessoalizou o combate à corrupção, passando a investigar, ao

<sup>101</sup> Idem, p. 15.

<sup>102</sup> KERCHE, Fábio; TANSCHKEIT, Talita, Operação Lava Jato: o impacto da politização de escândalos de corrupção no sistema partidário, *In*: AUGUSTO Jr., Fausto; GABRIELLI, José Sérgio; ALONSO Jr., Antonio (Org.) **Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política**, 1ª ed., São Paulo, Expressão Popular, 2021, p. 147-148. É possível revisitar as diferentes fases e instâncias da Operação Lava Jato na Linha do tempo apresentada no site do Ministério Público Federal. Disponível em < <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo> > Acesso em: 21 abr. 2023.

arrepio do estado de direito, uma pessoa, o ex-presidente Lula, ao invés de investigar delitos.<sup>103</sup>

Segundo este autor, a colaboração entre a Operação Lava Jato e a mídia se realizava por meio de "vazamentos seletivos". A importância destes vazamentos é revelada em um artigo que o próprio juiz Sergio Moro tinha escrito em 2004 sobre a operação Mãos Limpas, famosa investigação judicial contra a corrupção acontecida na Itália nos anos 1990. O jornalista Daniel Giovanaz resgata trechos desse artigo, no qual Moro afirmava que

A investigação da Mani Pulite vazava como uma peneira. Tão logo alguém era preso, detalhes da sua confissão eram veiculados no *L'Espresso*, no *La Repubblica*, e outros jornais e revistas simpatizantes [...]. Os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva. [...] O *processo de deslegitimação* foi essencial para a própria continuidade da operação Mani Pulite.<sup>104</sup>

Replicado no Brasil, esse processo de deslegitimação dos políticos investigados acontecia por meio de notícias filtradas sobre o andamento das averiguações sobre os casos de corrupção. Esses vazamentos que apareciam nas notícias do JN eram "seletivos" porque, por um lado, como veremos, estavam sempre associados a um determinado partido político e, por outro, eram apresentados sem historicidade, isto é, veiculados descontextualizadamente como mero escândalo moral que irrompia, de repente, em um cotidiano perplexo pela descoberta de um estado de corrupção generalizada. A indignação moral era a mais óbvia e previsível reação das audiências televisivas.

O principal instrumento da Lava Jato acabou sendo a "delação premiada" dos acusados, instituto importado do direito americano em 2013 por meio da Lei de Organizações Criminosas nº 12.850. Se a delação premiada é um mecanismo jurídico que “possibilita algum benefício processual ou penal (redução de pena, perdão judicial, a aplicação de regime penitenciário brando etc.) ao acusado (ou indiciado) que contribui com informações sobre a prática delitiva”<sup>105</sup>, é consistente a crítica que sustenta que “A redução de pena dos réus confessos de corrupção sistêmica confere ao juiz poderoso poder discricionário e cria um forte desequilíbrio ao ato de julgar”.<sup>106</sup> Assim, a prisão preventiva de empreiteiros suspeitos de estarem envolvidos em atos de corrupção foi vista como uma maneira de forçar a sua delação premiada, isto é, pressioná-los a afirmar qualquer coisa em troca de vantagens, o que mais configura uma

<sup>103</sup> AVRITZER, Leonardo, Operação Lava Jato, Judiciário, e degradação institucional, *In*: KERCHÉ, Fábio; FERES Júnior, João, et al., **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**, op. cit., p. 39, grifos nossos.

<sup>104</sup> MORO, Sergio, *apud* GIOVANAZ, Daniel, **Dossiê Lava Jato: um ano de cobertura crítica**, 1º ed., São Paulo, Outras Expressões, 2018, p. 43-44, grifos nossos.

<sup>105</sup> KERCHÉ, Fábio; MARONA, Marjorie, O ministério público na operação Lava Jato, *In*: KERCHÉ, Fábio; FERES Júnior, João, et al., **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**, op. cit., p. 91.

<sup>106</sup> AVRITZER, Leonardo, Operação Lava Jato, Judiciário, e degradação institucional, op. cit., p. 40.

chantagem do que um recurso legítimo do procedimento penal.<sup>107</sup> De acordo com Avritzer, “a prisão dos empreiteiros teve como objetivo principal chegar aos membros do sistema político, que Moro considera[va] o principal objetivo da operação [...] Assim, a Lava Jato parou de mirar a corrupção na Petrobras e passou a ter uma estratégia de *criminalização seletiva* do sistema político.”<sup>108</sup> De acordo com Kerche e Marona,

O fato é que a delação premiada foi amplamente utilizada pelos procuradores da Lava Jato, os quais atuaram com um alto grau de discricionariedade sem a contrapartida da *accountability*, frequentemente escolhendo as denúncias que os interessavam e descartando outras. Isso *favorece a construção de determinadas narrativas*, com impactos significativos no processo de construção de culpa.<sup>109</sup>

A estratégia dos vazamentos de delações premiadas para a grande mídia demonstrava a politização ostensiva da Lava Jato, pois aconteciam às vésperas de períodos eleitorais, como nas eleições de 2014, com o caso de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e nas eleições de 2018, com o vazamento da delação premiada de Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda do governo Lula.

Como a televisão tem a capacidade de criar a partir de si um lugar e um tempo próprios, o que se noticia, quem noticia e como se noticia vê reforçado seu impacto porque a historicidade do acontecimento noticiado se perde no fluxo ininterrupto de imagens. O tempo da televisão é um tempo veloz e desenraizado e por isso cada fato aparece fechado sobre si mesmo, sem contexto. Contudo, é desde esse *não-lugar* da lógica midiática que a televisão ocupa um lugar político muito preciso na construção do debate público no Brasil. Como exemplo, a pesquisa de Carrato, Santana e Guimarães destaca a imagem que, durante anos, ambientou para os telespectadores as notícias relativas às operações da Polícia Federal sobre os casos de corrupção investigados pela Lava Jato.<sup>110</sup> Enquanto era comunicada a notícia, mostrava-se regularmente um cano de esgoto gigante de onde eram despejadas notas e mais notas de dinheiro, sobre um fundo todo vermelho.

<sup>107</sup> Gaudêncio Frigotto resgata uma reflexão de Giorgio Agamben sobre o novo papel da delação premiada na polícia italiana depois da Primeira Guerra Mundial. Fundada na categoria religiosa do *arrepentimento* (categoria duas vezes infame, segundo Spinoza), realiza uma passagem para o campo jurídico porque, quando introduzida na Igreja Católica, uma corrente considerou que o arrependimento exigia uma penitência para merecer o perdão. Agamben, citado por Frigotto, conclui que a confusão entre categorias ético-religiosas e conceitos jurídicos resulta na “ruína irresponsável de toda experiência ética”, (AGAMBEN, Giorgio *apud* FRIGOTTO, Gaudêncio, A mídia empresarial e a corrosão dos valores democráticos: a produção do ódio da violência e do medo, In: MORAES, Denis de (org.), **Poder midiático e disputas ideológicas**, Rio de Janeiro, Consequência, 2019, p. 79-80).

<sup>108</sup> AVRITZER, Leonardo, Operação Lava Jato, Judiciário, e degradação institucional, In: KERCHÉ, Fábio; FERES Júnior, João, et al., **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**, op. cit., p. 40-41, grifos nossos.

<sup>109</sup> KERCHÉ, Fábio; MARONA, Marjorie, O ministério público na operação Lava Jato, In: KERCHÉ, Fábio; FERES Júnior, João, et al., **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**, op. cit., p. 91-92, grifos nossos.

<sup>110</sup> CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional - Um projeto de poder: A narrativa que legitimou a desconstrução da democracia brasileira**, op. cit., p. 19-20.

Como esta imagem foi utilizada recorrentemente pelo JN ao longo dos anos, reproduzimos embaixo uma captura própria da referida imagem de fundo durante a edição do JN do dia 25 de setembro de 2018:

**Figura 5 – Apresentação das notícias sobre corrupção pelo JN em 25/09/2018**



Fonte: GLOBOPLAY<sup>111</sup>

Escolhemos uma edição do JN dessa data porque nesse momento faltavam duas semanas para as eleições presidenciais do 7 de outubro de 2018, e a cada vez que Lula ou o Partido dos Trabalhadores eram mencionados, era projetado esse fundo vermelho com um esgoto jorrando notas de dinheiro. Certamente, essa imagem projetava uma ligação simbólica gravíssima, porque desse momento em diante, quando aparecessem as bandeiras vermelhas do PT, o público as associaria imediatamente à corrupção.<sup>112</sup> Assim, a Figura 2.2.1 mostra com clareza como a determinação técnica da televisão pode ser instrumentalizada politicamente pela produção de uma imagem.

Este modo de apresentação das notícias sobre corrupção do JN foi mantido depois das eleições gerais. Por exemplo, um ano depois, em 2019, ainda permanecia a imagem do esgoto sob um fundo vermelho quando a matéria era sobre corrupção:

<sup>111</sup> GLOBOPLAY, **Jornal Nacional: Lava Jato tem fase conduzida em Portugal para investigar operador - 25/09/2018**, Disponível em < <https://globoplay.globo.com/v/7044227/> > Acesso em 21 fev. 2023.

<sup>112</sup> LEMES, Conceição, Professoras que estudaram 200 edições do Jornal Nacional mostram como cena de avião marcou operação de “silenciamento” do ex-presidente Lula, op. cit., p. 2.

Figura 6 – Apresentação das notícias sobre corrupção pelo JN em 27/09/2019



Fonte: GLOBOPLAY<sup>113</sup>

Se a corrupção foi o primeiro grande tema da narrativa montada pelo JN a partir do início de sua parceria com a Operação Lava Jato em 2014, a crise econômica, segundo grande tema, era sempre amplificadora apresentando de maneira negativa qualquer dado econômico. Ademais, os problemas econômicos eram descontextualizados, no sentido de que eram apresentados sem fazer referência, por exemplo, à situação internacional criada pelos desdobramentos da grave crise financeira global iniciada em 2008 nos Estados Unidos. Entretanto, como os dados econômicos daquele momento ainda eram positivos, e no caso, a inflação, em 2013/2014, não era um problema, a reportagem do JN devia apelar às expectativas inflacionárias para tentar apresentar um mal-estar econômico.<sup>114</sup> Carrato, Santana e Guimarães resgatam o seguinte trecho da reportagem do JN da edição do dia 7 de novembro de 2014, que transcrevemos embaixo, no qual a notícia de uma inflação *menor* do que no mês anterior é apresentada como um dado negativo:

O IBGE divulgou hoje a inflação oficial do Brasil em outubro. Ficou em 0,42%. *É menor do que a de setembro*, mas em 12 meses, a inflação acumulada continua acima do limite máximo de tolerância do Banco Central. Entre os grupos que mais pressionaram os preços está o de habitação, especialmente por causa das contas de luz. Nesse período, a energia no Brasil subiu em média 16,77%.<sup>115</sup>

<sup>113</sup> GLOBOPLAY, **Jornal Nacional: Lava Jato tem nova fase - 27/09/2019**, Disponível em < <https://globoplay.globo.com/v/7958035/> >, Acesso em 21 fev. 2023.

<sup>114</sup> Cf. Inflação histórica do Brasil – IPC, Disponível em < <https://www.inflation.eu/pt/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil.aspx> > Acesso em 25 mar. 2023.

<sup>115</sup> JORNAL NACIONAL *apud* CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional - Um projeto de poder**, op. cit., p. 18, grifos nossos.

Assim o JN pautava o humor social, porque sem haver, naquele momento, qualquer ameaça de descontrole inflacionário generalizado, “o medo da volta da inflação” passou a fazer parte das conversas do cotidiano da população. Como exemplo, vale lembrar a curiosa relevância que adquiriu o forte aumento do preço de um único produto, o tomate, em 2013. Nesse ano, o tomate aumentou 122%, passando a valer o quilo de R\$ 3 a R\$ 5 para R\$ 15 ou R\$ 16.<sup>116</sup> Segundo o jornalista e professor de estudos de semiótica e linguagem audiovisual, Wilson Ferreira,

Depois do primeiro semestre do ano passado [2013] onde o vegetal (ou seria fruto?) ter sido considerado o vilão por puxar os números da inflação para o alto, eis que a grande mídia vem tentando ressuscitá-lo. Em dezembro, portais da Internet como o G1 começaram a noticiar altas de preços localizadas, como em São José do Rio Preto (SP) onde o tomate, acompanhado do pão francês e vestuário, teriam elevado os preços, segundo pesquisas de faculdades locais. No início desse ano [2014], o Jornal Nacional fez uma breve retrospectiva do “descontrole da inflação” do ano passado, dando um especial destaque ao tomate.<sup>117</sup>

Fomentava-se permanentemente uma percepção negativa da realidade econômica, quando na verdade, o aumento do preço do tomate devia-se a uma série de fatores conjunturais daqueles anos:

É verdade que o preço do tomate nunca foi estável em razão de seu cultivo exigente. Mas seu comércio sofreu sucessivamente com uma conjunção de fatores desfavoráveis nos últimos meses, como explicam os especialistas. Houve a seca no Nordeste, que já castiga há quase dois anos. Depois, houve um excesso de chuvas mais ao sul. Por fim, a redução de terras utilizadas para a produção de tomate: desde 2009, a área de plantio diminuiu quase 15%. A isso se soma "um mercado de trabalho onde os salários estão em alta e o índice de desemprego em uma baixa histórica"<sup>118</sup>

O Jornal Nacional não era um caso isolado: que se tratava de uma campanha que envolvia outras produções do Grupo Globo fica demonstrado, por exemplo, quando a alta do preço do tomate aparece em um programa matutino de generalidades, o *Mais Você*, no qual a apresentadora, Ana Maria Braga, se mostrava com um colar de tomates pendurado do pescoço como forma de protesto.<sup>119</sup> Ao mesmo tempo, o caso do tomate inflacionário foi pauta dos grandes jornais e redes de televisão, chegando a ser capa tanto da revista *Época*, da Editora Globo, quanto da revista *Veja*, da Editora Abril, como é possível ver na Figura 7:

<sup>116</sup> BOURCIER, Nicolás, "Le Monde" satiriza aumento do preço do tomate e intitula Brasil como país do "vermelho", Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/le-monde/2013/04/25/le-monde-satiriza-aumento-do-tomate-e-intitula-brasil-como-pais-do-vermelho.htm> > Acesso em: 25 de fev. 2023.

<sup>117</sup> FERREIRA, Wilson Roberto Vieira, Por que a mídia está tão obcecada pelos tomates?, In: \_\_\_\_\_, **Bombas semióticas na guerra híbrida brasileira (2013-2016):** por que aquilo deu nisso?, 1º ed., São Paulo, Edição do autor, 2020, p. 99.

<sup>118</sup> Explicação da economista Alessandra Ribeiro, citada por BOURCIER, Nicolás, "Le Monde" satiriza aumento do preço do tomate e intitula Brasil como país do "vermelho", op. cit.

<sup>119</sup> VEJA, Ana Maria Braga usa colar de tomates e satiriza preço, 10 abr. 2013, Disponível em < <https://veja.abril.com.br/cultura/ana-maria-braga-usa-colar-de-tomates-e-satiriza-preco> > Acesso em 5 abr. 2023.

Figura 7 – Exemplos da campanha midiática contra o governo de Dilma Rousseff



Fonte: BRASIL247<sup>120</sup>

Deste modo, a partir do estudo dos repertórios da corrupção e da crise econômica, a pesquisa de Carrato, Santana e Guimarães identifica um *padrão narrativo*, de 2014 até o ano do golpe contra o governo de Dilma Rousseff, 2016, marcado por três recursos: a ênfase na dimensão negativa da realidade (sobretudo econômica), a dramatização da informação e o silenciamento como estratégia.<sup>121</sup> Assim como a dramatização da notícia busca a identificação emocional do espectador com ajuda dos recursos da ficção, o silenciamento não oculta mas antes redimensiona a importância de um acontecimento, outorgando mais ou menos tempo de exposição e aumentando ou relativizando seu impacto segundo a sua inserção no fluxo de notícias.

A conjugação dos temas recorrentes da corrupção generalizada e da crise econômica por meio deste padrão narrativo teve um forte impacto na audiência, porque, de acordo com os referidos autores, configurava-se “um quadro negativo de percepção da realidade” e, portanto,

consolidaram a perspectiva de que o país estava assolado por corrupção, em decorrência da ação de um determinado grupo político, e por uma grave crise econômica, também em função da incompetência desse mesmo grupo. *Os dois temas se comunicavam* em uma mesma direção de sentido pela visão de mundo neoliberal: Estado corrupto, inchado, ineficiente e gastador.<sup>122</sup>

<sup>120</sup> BRASIL247, **Em campanha contra Dilma, Época pisa no tomate**, 14 abr. 2013, Disponível em < <https://www.brasil247.com/economia/em-campanha-contra-dilma-epoca-pisa-no-tomate> >, Acesso em 29 mar. 2023.

<sup>121</sup> Cf. CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional - Um projeto de poder**, op. cit., p. 19-23.

<sup>122</sup> Idem, p. 21, grifos nossos.



A narrativa do JN conjugava recursos que, reunidos, configuravam uma fórmula perigosa: escândalos de corrupção produzem naturalmente indignação moral generalizada, consequente descrédito dos partidos e das instituições e previsíveis reações antipolíticas de setores, constituindo uma sequência previsível, já experimentada em outros países<sup>123</sup>. Se, além disso, o fato denunciado é descontextualizado e apresentado lado a lado de uma crise econômica, não é difícil associar crise com corrupção e que essa enganosa vinculação se transforme em uma rápida fórmula omniexplicativa de todos os males próprios e do país. Mas o elemento crítico que revelava o componente fascistizante desta narrativa da corrupção era que, no meio do agravamento real deste cenário bifronte apresentado diariamente à população, se apontava, sistematicamente, o responsável de toda essa desgraça nacional, um único e grande culpado coletivo (o Partido dos Trabalhadores, o governo de Dilma Rousseff, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva), que ia acumulando sobre si todos os atributos de um *objeto de ódio*. Carrato, Santana e Guimarães afirmam que o efeito descontextualizador com que opera a mídia televisiva viabilizava este recorte político:

A narrativa golpista, com estratégias discursivas muito bem delineadas, construiu e projetou um simulacro sustentador do golpe, *aliando corrupção e crise e vinculando esses repertórios a apenas um grupo político*. O simulacro desse projeto dava conta de que, eliminado da cena política esse grupo e seus vestígios, uma nova realidade iria emergir no horizonte verde e amarelo.<sup>124</sup>

Contudo, para que esta estratégia de negatividade, dramatização e silenciamento não se revelasse caricatural, era imperativo que os apresentadores do JN, o jornalista William Bonner, editor-chefe do JN desde 1999, e da jornalista Renata Vasconcellos, mantivessem o formato característico do jornalismo de referência na construção das notícias. Um recurso recorrente da narrativa do JN sobre a corrupção foi tomar as vozes da autoridade judicial como fonte. Por meio da apresentação das tecnicidades jurídicas dos casos, o JN buscava fundar a pretensa objetividade de sua narrativa e até criar a imagem da superioridade moral do sistema judiciário sobre o mundo dos negócios políticos. Assim, a narrativa do JN foi essencial para suas audiências associarem automaticamente política, petismo e corrupção.

Entretanto, um novo contexto ia surgindo, no qual,

ao lado de um contexto de forte divisão político-ideológica, que passou a dominar o cenário nacional logo após as eleições de 2014, houve uma intensa crise econômica,

<sup>123</sup> Processo verificado quando o surgimento de escândalos de corrupção na Espanha de finais dos anos '80, na Grécia dos anos '90 e também na Itália com a Operação Mani Pulite na mesma década, (Cf. TORCAL, Mariano et al., *apud* TELLES, Helcimara, A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e a democracia nos protestos antigoverno, Revista **Ponto e Vírgula**, PUC SP, N° 19, Primeiro semestre de 2016, p. 115).

<sup>124</sup> CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juez. **Jornal Nacional - Um projeto de poder**, op. cit., p. 28-29, grifos nossos.

disparada de “fora para dentro”, que acarretou verdadeiro “efeito dominó”: além da União, diversos Estados e Municípios entraram sucessivamente em colapso financeiro.<sup>125</sup>

A expressão de “fora para dentro” refere-se à política econômica implementada pelo Joaquim Levy, novo ministro da Fazenda de Dilma Rousseff a partir do 1º de janeiro de 2015. Engenheiro com doutorado em economia na Universidade de Chicago, bem-visto pelo mercado financeiro<sup>126</sup>, as medidas implementadas pelo ministro Levy buscaram reequilibrar as contas públicas por meio de um forte ajuste fiscal. Porém, não só fracassou em reduzir o déficit orçamentário de 2015, como sua política de austeridade fiscal provocou a recessão mais profunda em 25 anos (3,8% em 2015 contra os 4,35% de 1990), perdendo o Brasil o “grau de investimento” outorgado pelas agências de avaliação. Como consequência, em 2015, o PIB brasileiro sofreu uma queda de 3,8% em termos reais (descontada a inflação), em relação ao PIB de 2014 (maior variação negativa da série histórica iniciada pelo IBGE em 1996). O valor do PIB per capita recuou 4,6% em termos reais, em relação a 2014. A despesa de consumo das famílias teve queda de 4,0% em 2015, bem abaixo do resultado de 2014, quando tinha aumentado 1,3%. A média anual do percentual de famílias que se declararam com contas ou dívidas em atraso aumentou 8,4%, e as que se declararam sem condições de pagar as dívidas em atraso aumentou 23,2% em relação a 2014. E, finalmente, a taxa de emprego formal indicou que foram perdidos 1,54 milhão de postos de trabalho com carteira assinada nesse ano.<sup>127</sup> A piora de todos os indicadores econômicos pelas medidas contracionistas aplicadas determinou a demissão de Joaquim Levy do ministério da Fazenda ainda em dezembro do mesmo ano, 2015, e um claro diagnóstico da época foi que sua gestão só aprofundou a crise econômica.<sup>128</sup>

<sup>125</sup> CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: < [http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril\\_v54\\_n215\\_p139](http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139) > Acesso em 26 fev. 2023.

<sup>126</sup> "O novo ministro da Fazenda tinha sido elogiado por Aécio Neves (PSDB, candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014), citando ademais uma frase de Arminio Fraga, cotado como futuro ministro da Fazenda caso ganhasse as eleições, sobre Levy: ‘É como se um quadro da CIA fosse indicado para comandar a KGB’.” (MARTELLO, Alexandre, Joaquim Levy era chamado de 'mãos de tesoura' no 1º mandato de Lula, *In: Portal de Notícias G1*, Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/joaquim-levy-era-chamado-de-maos-de-tesoura-no-1-mandato-de-lula.html> > Acesso em 27 fev. 2023.

<sup>127</sup> Cf. TRIBUNAL de Contas da União, **Desempenho da economia brasileira**. Exercício de 2015, Disponível < [https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo2015/3\\_Desempenho%20da%20Economia%20Brasileira\\_FINAL.pdf](https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo2015/3_Desempenho%20da%20Economia%20Brasileira_FINAL.pdf) > Acesso 26 fev. 2023.

<sup>128</sup> Cf. CARVALHO, Laura, **Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico**, 1ª ed., São Paulo, Editora Todavia, ebook, 2018.

De acordo com Pedro Paulo Zahluth Bastos<sup>129</sup>, o ajuste de Levy resultou em um verdadeiro *austericídio*. Por um lado, a política de ajuste, “Economicamente, subestimou a desaceleração cíclica e o efeito contraproducente da austeridade”<sup>130</sup>, porém,

O pacote não se limitava ao ajuste fiscal e acelerava o ajuste de preços relativos, particularmente da relação câmbio/salários, iniciado em 2011. Agora, ele não se concentrava na desvalorização cambial e sim também na redução dos salários reais e do nível de emprego, exatamente o ponto que poderia unificar a burguesia, mas afastar o eleitorado e a base social do governo.<sup>131</sup>

Com efeito, “o resultado da virada de política econômica foi aprofundar a perda de lucratividade e o descontentamento empresarial, e também detonar uma grande perda de popularidade inclusive em sua base de apoio tradicional.”<sup>132</sup> Assim, nesse contexto de grave crise econômica e extrema debilidade política do governo de Dilma Rousseff, se produz a unificação do conjunto da burguesia em torno de um programa de saída de crise brutalmente regressivo. Esta unificação se produz quando o próprio vice-presidente, Michel Temer, anunciou um programa de governo no documento intitulado *Uma ponte para o futuro*.<sup>133</sup>

Segundo Bastos, este documento é

a inspiração da PEC 214/55 do teto do gasto, que poupa a estrutura tributária regressiva, distribui o ônus do ajuste para os cidadãos pobres carentes de transferências monetárias e serviços públicos (mas que pagam proporcionalmente mais impostos que os ricos) e abre um novo horizonte de privatizações do domínio público [...] Junto com a expulsão de Dilma, iriam a CLT e a Constituição “cidadã”.<sup>134</sup>

Entretanto, apesar da saída de Joaquim Levy e a chegada de Nelson Barbosa ao ministério da Fazenda, a economia brasileira continuou piorando. Em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) caiu -3,3%. Os três setores econômicos mostraram quedas: agropecuária (-5,2%), indústria (-4,6%) e serviços (-2,3%). O PIB *per capita* teve uma queda *em volume* de -4,1%. O consumo das famílias, que representa 62,8% do PIB, caiu pelo segundo ano consecutivo: -3,2% em 2015 e -3,8% em 2016. A taxa de investimento caiu de 17,8% para 15,5%, seu menor

<sup>129</sup> BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia, *In: Revista de Economia Contemporânea*, 2017, Número especial, ISSN 1980-5527, p, 1-63, Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVrRrYS4mD/?lang=pt#> > Acesso em 2 maio 2023.

<sup>130</sup> Idem, p. 47.

<sup>131</sup> Idem, p. 46-47.

<sup>132</sup> Idem, p. 49.

<sup>133</sup> O documento “Uma ponte para o futuro”, considerado como a plataforma de governo de Michel Temer, é um conjunto de propostas reunidas em um texto de 19 páginas lançado em 29 de outubro de 2015 durante o congresso nacional da Fundação Ulysses Guimarães (FUG), instituição privada sem fins lucrativos instituída pelo PMDB em Brasília. (Cf. CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. *Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer*, op. cit.).

<sup>134</sup> BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia, op. cit., p. 53.

percentual na série histórica iniciada pelo IBGE em 1995. Vale notar que, em contraste, o valor adicionado bruto das empresas financeiras teve crescimento nominal de +16,7%, alcançando R\$ 423,4 bilhões. O aumento da taxa Selic, com um patamar médio de 14,2% a.a, contra 13,5% a.a em 2015, facilitou esse resultado positivo.<sup>135</sup> Na Tabela 1 apresentamos alguns indicadores expressivos da evolução da economia brasileira de 2010 a 2016, como a queda do PIB Real (em volume), da taxa de investimento e a despesa de consumo final, dados extraídos do IBGE. Com eles é possível correlacionar a piora nas condições econômicas ano a ano (por exemplo, a evolução do PIB Real, consumo e taxa de investimento) e os acontecimentos políticos que estamos analisando.

**Tabela 1 – Indicadores da economia brasileira 2010-2016**

Principais Indicadores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Produto Interno Bruto (R\$ bilhões)	3.886	4.376	4.815	5.332	5.779	5.996	6.267
PIB per capita (R\$)	19.939	22.260	24.278	26.658	28.649	29.467	30.548
PIB (% em volume)	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,5	-3,3
Despesa de consumo final (% em volume)	5,7	4,2	3,2	3,0	1,9	-2,8	-2,9
FBCF (% em volume)	17,9	6,8	0,8	5,8	-4,2	-13,9	-12,1
Taxa de investimento - FBCF/PIB (%)	20,5	20,6	20,7	20,9	19,9	17,8	15,5
Remuneração dos empregados/PIB (%)	41,6	42,2	42,8	43,2	43,5	44,6	44,7

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais<sup>136</sup>

Neste contexto de aprofundamento da crise econômica, Carrato, Santana e Guimarães identificam uma mudança na narrativa do JN. Consumado o golpe contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016, assume o governo seu vice, Michel Temer (PMDB). Porém, em poucos meses

o grau de corrosão do governo Temer, mergulhado exatamente naquilo que a narrativa elegeu como inaceitável [denúncias de corrupção], colocou um dilema insuperável para a mídia corporativa: não era mais possível apoiar o governo Temer, tampouco se desfazer dele, em função da aplicação do programa golpista e da maioria parlamentar que ele ainda era capaz de organizar.<sup>137</sup>

<sup>135</sup> AGÊNCIA IBGE de Notícias, **Em 2016, PIB chega a R\$ 6,3 trilhões e cai 3,3% em volume**, Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume> > Acesso em 26 fev. 2023.

<sup>136</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, *In*: AGÊNCIA IBGE de Notícias, Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume> > Acesso em 26 fev. 2023.

<sup>137</sup> CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional - Um projeto de poder**, op. cit., p. 29.

De acordo com estes autores, frente ao novo cenário político, dividido entre a narrativa golpista e a verdadeira crise social, política e econômica na qual o Brasil tinha realmente mergulhado, a impopularidade do programa de governo<sup>138</sup>, o desgaste ocasionado pelas denúncias contra as lideranças que promoveram o golpe<sup>139</sup>, e a falta de unidade política nos círculos do governo golpista além de seu antipetismo<sup>140</sup>, tornou-se necessário, para o JN, recuperar a capacidade persuasiva da narrativa golpista. Deste modo, Carrato, Santana e Guimarães consideram que as denúncias contra Aécio Neves e o próprio presidente Michel Temer obrigaram à reapresentação do repertório da corrupção. Assim como a crise econômica, a corrupção se desbordava e passava a atingir representantes de outros partidos políticos, e não mais exclusivamente os membros do PT. Porém, para estes autores, a atualização do repertório da corrupção precisava avançar para poder fortalecer a narrativa em que se apoiava toda a trama golpista. Assim foi inserido um ponto de fuga da crise, “um novo filtro na narrativa, que é a projeção de um inimigo comum: Lula, representado como aquele que se beneficia da corrupção.”<sup>141</sup>

Deste modo, poucos meses depois das denúncias do então Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente Michel Temer, divulgadas à imprensa em 7 de maio de 2017, baseadas em conversas gravadas pelo executivo da empresa JBS, Joesley Batista<sup>142</sup> com o próprio Temer, o foco das denúncias de corrupção foi reconduzido novamente para o PT. Em setembro do mesmo ano, Janot acusou os ex-presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff de terem montado uma “organização criminosa” quando estavam no poder. A notícia-escândalo do dia 5 de setembro de 2017 foram novas denúncias de Janot baseadas em áudios dos executivos delatores da empresa JBS, nos quais supostamente se revelavam vários casos de corrupção, chegando a envolver um procurador da República, o próprio Supremo Tribunal de Justiça (STF) e a cúpula do PT por *organização criminosa*.<sup>143</sup> Segundo a revista eletrônica

---

<sup>138</sup> Em relação a este programa de governo, resulta importante lembrar a declaração do próprio Michel Temer um mês depois de ter assumido como presidente, quando afirmou que o impeachment aconteceu porque a presidenta Dilma rejeitou aplicar o programa apresentado em *Uma ponte para o futuro*. Disponível em < <https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/> > Acesso em 23 fev. 2023.

<sup>139</sup> A crise foi desencadeada pela denúncia, em maio de 2017, do Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sobre o pago de propinas da empresa JBS ao senador Aécio Neves e ao próprio Michel Temer.

<sup>140</sup> CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional - Um projeto de poder**, op. cit., p. 31-32.

<sup>141</sup> Idem, p. 27, grifos nossos.

<sup>142</sup> CONJUR, **Janot deturpou a delação de Joesley para derrubar o governo, diz Temer**, Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2020-mar-03/janot-deturpou-delacao-joesley-derrubar-governo> > Acesso em 6 mar. 2023.

<sup>143</sup> CONJUR, **Denúncia de Rodrigo Janot**, Disponível em < <https://www.conjur.com.br/dl/denuncia-janot-pt.pdf> > Acesso em 6 mar. 2023.

Consultor Jurídico<sup>144</sup>, “Na denúncia, Janot sustenta que os acusados formaram uma organização criminosa no Partido dos Trabalhadores para receber propina desviada da Petrobras durante as investigações da Lava Jato”, citando o próprio Janot:

"Pelo menos desde meados de 2002 até 12 de maio de 2016, os denunciados, integraram e estruturaram uma organização criminosa com atuação durante o período em que Lula e Dilma Rousseff sucessivamente titularizaram a Presidência da República para cometimento de uma miríade de delitos, em especial contra a administração pública em geral", sustenta Janot.<sup>145</sup>

Na chamada de abertura desta notícia, na edição do JN daquele mesmo dia, 5 de setembro de 2017, a jornalista Renata Vasconcellos alterna com o jornalista Heraldo Pereira a leitura da notícia escândalo do dia, acompanhados pela trilha sonora de abertura do jornal. Transcrevemos as falas dos apresentadores criando tensão nos anúncios de que os novos áudios da delação de executivos da J&F<sup>146</sup> chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF):

H.P.: “Eles revelam que um procurador da República orientou os irmãos Batista sobre como conseguir acordos de delação e seus benefícios”,

R.V.: “E mostram que os delatores tentavam uma maneira de envolver o STF”,

H.P.: “*Mas nos áudios não há ministros relacionados a crimes ou atos ilícitos*”,

R.V.: “A presidente do Supremo disse que a dignidade institucional do STF foi agredida de forma inédita”,

H.P.: “Carmen Lúcia exige investigação imediata dos fatos”,

Entra vídeo da ministra Carmen Lúcia declarando “a fim de que não fique qualquer sombra de dúvida sobre a dignidade deste Supremo Tribunal Federal e a honorabilidade de seus integrantes”,

Entra vídeo do Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, declarando que “não tenho coragem, mas medo”,

Entra vídeo do presidente Michel Temer (em viagem na China) declarando “não vou falar sobre isso”,

R.V.: “Aqui no Brasil, a defesa de Temer volta a pedir a suspensão de Janot”,

H.P.: “E o Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou ao Supremo, por *organização criminosa*, a cúpula do PT, o Partido dos Trabalhadores”.

R.V.: “A denúncia de Janot, resultado da Operação Lava Jato, inclui os ex-presidentes Lula e Dilma”,

<sup>144</sup> A revista eletrônica Consultor Jurídico (ConJur), apresenta-se como a publicação “mais influente site sobre a Justiça e o Direito em língua portuguesa. Ao completar 25 anos em julho de 2022, a ConJur já publicou mais de 200 mil textos, entre notícias, artigos e entrevistas com grandes nomes do Direito. São mais de 21 mil decisões judiciais, petições e outros documentos oficiais. Com a missão de contar tudo de importante que ocorre nos tribunais, escritórios e no dia a dia da nação sob as lentes do Poder Judiciário, o site tem, em média 4 milhões usuários por mês.”, Disponível em < <https://25anos.conjur.com.br/index.php/conjur/> > Acesso em 19 abr. 2023.

<sup>145</sup> CONJUR, **Janot denuncia Lula, Dilma e ex-ministros ao Supremo por organização criminosa**, Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2017-set-05/janot-denuncia-lula-dilma-ex-ministros-organizacao-criminosa> >, Acesso em 6 mar. 2023.

<sup>146</sup> Holding controladora da JBS, Eldorado Brasil, Banco Original, PicPay, Âmbar Energia e Canal Rural. Disponível em < <https://www.jfinvest.com.br> > Acesso em 6 mar. 2023.

E finaliza Heraldo Pereira: “E também pelo *mesmo crime*, os ex-ministros petistas Antônio Palocci, Guido Mantega, Edinho Silva, Paulo Bernardo, Gleisi Hoffmann, e o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto.”<sup>147</sup>

A abertura do programa continua com outras denúncias. Porém, nota-se como na mesma chamada de abertura a presidenta do STF pôde aparecer deixando claro desde o começo a improcedência das suspeitas aparecidas nos áudios, com direito a um prévio esclarecimento enérgico dos próprios apresentadores, assim como do então presidente Michel Temer, incluindo seu advogado também, que devolveu a acusação contra o Procurador-geral, pedindo seu afastamento do cargo. Mas nenhum dos dois ex-presidentes acusados de integrar uma “organização criminosa” tiveram a possibilidade de se manifestar na abertura do programa. É importante frisar que nesta abertura, de 1 min. 42 s. de duração até as frases transcritas acima, os “ex-ministros petistas” são acusados do “mesmo crime”, fechando a abertura sem maiores esclarecimentos. O que tende a ficar na atenção do telespectador deste veloz, intenso e musicalizado 1 minuto 42 s. é a indignação da presidenta Carmen Lúcia, o medo de Rodrigo Janot, o balbúcio do Michel Temer e finalmente a numerosa organização criminosa dos petistas, incluídos Lula e Dilma, que foram deixados em silêncio nesta abertura. Não é possível para uma audiência perceber o enquadramento de toda essa informação em pouco mais de um minuto, o que já condiciona a recepção da informação posterior.

Durante o programa, a primeira reportagem sobre o ex-presidente Lula foi anunciada por Renata Vasconcellos desta maneira: “O ex-presidente do Grupo Odebrecht, Marcelo Odebrecht, *afirmou acreditar* que o ex-presidente Lula *sabia* da conta de propina da empresa.”<sup>148</sup> A pesquisa online mais básica no Google nos diz que *afirmar* é “dizer (algo) assumindo o caráter de verdade do que é dito”; já *acreditar* significa “aceitar, estar ou ficar convencido da veracidade, existência ou ocorrência de (afirmação, fato etc.); crer”. Assim, o que a notícia realmente está dizendo é que Marcelo Odebrecht tinha certeza de que não tinha certeza de que Lula sabia alguma coisa de algo. Mas certamente, entre afirmar e acreditar, o peso relativo da expressão se inclinará, nos ouvidos da audiência com vontade de acreditar, para o lado da palavra afirmar.

A ilação apresentada por Marcelo Odebrecht pode ser lida na Figura 8 que extraímos da mesma edição do JN que, de maneira algo surpreendente, o programa fez questão de transcrever:

<sup>147</sup> CANAL Meu Jornal, **Jornal Nacional 05/09/2017 ao vivo**, In: YouTube, 5 set. 2017, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=wC1cma7nHTU> > Acesso em 6 mar. 2023.

<sup>148</sup> Idem, em 39. min. 25 s.

**Figura 8 – Delação de Marcelo Odebrecht (Edição do JN do 05/09/2017)**



Fonte: CANAL Meu Jornal<sup>149</sup>

Neste caso, é possível afirmar que entre o texto transcrito no quadro negro e a imagem projetada ao fundo (uma prisão, à noite, com um refletor de vigilância apontado para baixo onde notas e mais notas de dinheiro se encontram jogadas no chão sujo), predomine, no olhar do telespectador, a imagem, e que o texto, mesmo acompanhado pelo telespectador, só seja decifrado a partir da imagem que dá contexto do que pela irrelevância do texto em si. No tempo e no espaço próprios da televisão, a imagem, com seu sentido pré-determinado e totalizante, rende o texto e pulveriza seu significado.

Ademais, um outro recurso aparece nesta reportagem do JN: quando Renata Vasconcellos começa a leitura da notícia sobre a delação de Marcelo Odebrecht, a imagem de fundo é ainda azul com as siglas grandes do nome do programa (Figura 9). Mas assim que começa a ser pronunciado o nome do então ex-presidente Lula, três segundos depois, na frase seguinte, o fundo transmuta rapidamente no velho e conhecido esgoto gigante, jorrando notas e mais notas de dinheiro sob um fundo de cor vermelha (Figura 10). Em ambas as figuras que reproduzimos é possível ver a linha do tempo do vídeo e confirmar esta mudança:

<sup>149</sup> CANAL Meu Jornal, **Jornal Nacional 05/09/2017 ao vivo**, In: YouTube, 5 set. 2017, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=wC1cma7nHTU> > Acesso em 6 mar. 2023, em 41 min. 20 s.

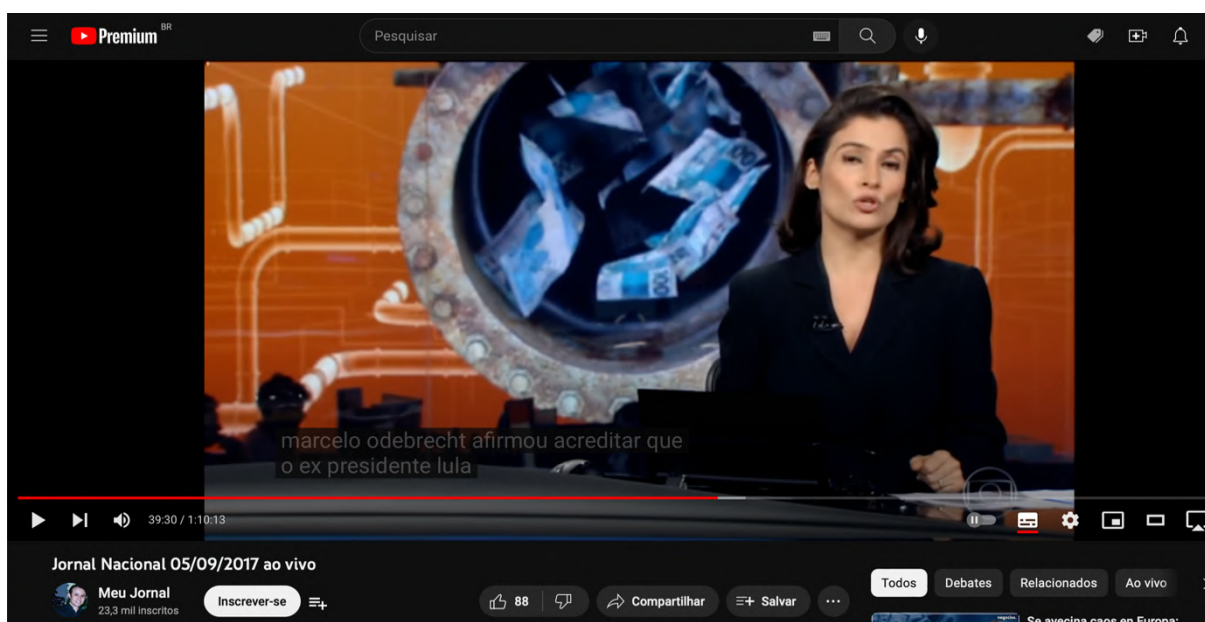


**Figura 9 – Anúncio da reportagem sobre a delação de Marcelo Odebrecht (JN do 05/09/2017)**



Fonte: CANAL Meu Jornal<sup>150</sup>

**Figura 10 – Delação de Marcelo Odebrecht cita Lula (JN do 05/09/2017)**



Fonte: CANAL Meu Jornal<sup>151</sup>

<sup>150</sup> CANAL Meu Jornal, **Jornal Nacional 05/09/2017 ao vivo**, In: YouTube, 5 set. 2017, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=wC1cma7nHTU> > Acesso em 6 mar. 2023, em 39 min. 27 s.

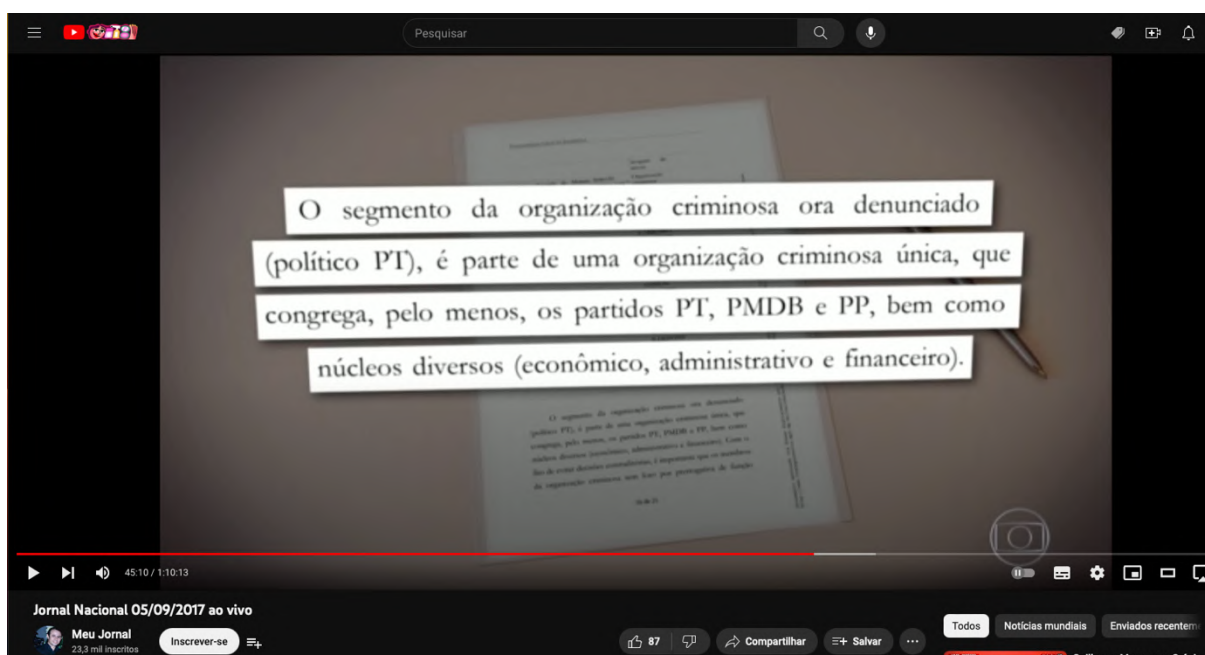
<sup>151</sup> CANAL Meu Jornal, **Jornal Nacional 05/09/2017 ao vivo**, In: YouTube, 5 set. 2017, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=wC1cma7nHTU> > Acesso em 6 mar. 2023, em 39 min. 30 s.

No final da reportagem sobre a delação de Marcelo Odebrecht, o JN deu espaço para o direito de resposta aos acusados, anunciando primeiro que o então ex-presidente Lula iria depor na quarta-feira seguinte. Foram lidas a continuação as declarações da defesa do então ex-presidente Lula, do Instituto Lula, de Antônio Palocci, de Aécio Neves, e da ex-presidenta da Dilma Rousseff. A seguir, Renata Vasconcellos apresenta a denúncia do Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra a cúpula do PT. Carrato, Santana e Guimarães transcrevem a leitura enfática da jornalista:

"O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou, ao Supremo Tribunal Federal a cúpula do Partido dos Trabalhadores por *organização criminosa* na Lava Jato. Os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff estão entre os denunciados. Janot diz que Lula foi o grande idealizador da constituição da presente *organização criminosa* e pede que Lula tenha pena maior do que os demais por ser o líder da *organização criminosa*".<sup>152</sup>

Depois de citar por três vezes a expressão "organização criminosa" na mesma passagem, o JN transcreve o trecho da denúncia de Rodrigo Janot no qual aparece a referida expressão, em letras grandes, que reproduzimos na Figura 11:

**Figura 11 – Trecho da denúncia do Procurador Geral da República Rodrigo Janot (JN do 05/09/2017)**



Fonte: CANAL Meu Jornal<sup>153</sup>

<sup>152</sup> JORNAL NACIONAL *apud* CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional. Um projeto de poder**, op. cit., p. 37, grifos nossos.

<sup>153</sup> CANAL Meu Jornal, **Jornal Nacional 05/09/2017 ao vivo**, In: YouTube, 5 set. 2017, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=wC1cma7nHTU> > Acesso em 6 mar. 2023, em 45 min. 10 s.

Depois de ler o trecho da denúncia de Rodrigo Janot acima reproduzido, o repórter em Brasília, Julio Mosquera, continua com a apresentação do documento, que transcrevemos: "O procurador-geral da República acrescenta que Lula era a grande liderança do grupo político da *organização criminosa* inclusive depois que deixou a presidência da república devido à fora influência que tinha sobre a ex-presidente Dilma."<sup>154</sup> E finalmente, o repórter mal consegue esconder a vaguidade da denúncia com a altissonante retórica do texto:

Janot diz no pedido literalmente: nesse sentido Lula de 2002 até maio de 2016 atuou diretamente na negociação *espúria* em torno da nomeação de cargos públicos com o fim de obter, de forma *indevida*, um apoio político necessário junto ao PP e ao PMDB para que seus interesses e do seu grupo político fossem acolhidos no âmbito do Congresso Nacional. Janot disse que o Lula foi o grande idealizador da *organização criminosa* e que por isso ele deve ter uma pena maior do que aquela que deve ser aplicada aos demais integrantes da *organização criminosa*.<sup>155</sup>

O recurso por meio do qual o JN buscava impactar na sua audiência certamente se encontra na repetição, *ad nauseam*, da sonora expressão "organização criminosa". A defesa do então ex-presidente Lula considerou as denúncias como "ação política sem qualquer fundamento"; a defesa de João Vaccari a classificou como "totalmente improcedente", declarando que doações destinadas ao partido "sempre foram depositadas na conta bancária partidária, com respectivo recibo e a prestação de contas às autoridades competentes"; e o advogado de Guido Mantega, afirmou que causava "estranheza que a PGR resolva oferecer denúncia *baseada nas palavras de delatores, sem uma verificação mínima*".<sup>156</sup> Em relação às denúncias de Rodrigo Janot nesse ano de 2017, sempre baseadas nos áudios dos delatores da JBS investigados pela Operação Lava Jato, é importante lembrar da sentença do juiz Marcus Vinícius Reis Bastos, da 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, pela qual Michel Temer foi absolvido, em 16 de outubro de 2019, da acusação de "obstrução da justiça".<sup>157</sup> Segundo a análise de Pedro Canário e Emerson Voltare sobre esta sentença,

Em determinado trecho da decisão, o juiz compara a transcrição do diálogo feita no laudo pericial com a edição feita por Janot: "Por sua vez, a denúncia transcreve o mesmo trecho do áudio sem considerar interrupções e ruídos, consignando termos diversos na conversa, dando interpretação própria à fala dos interlocutores (...)". Depois de comparar as versões do mesmo diálogo, o juiz aponta outras distorções: "No trecho subsequente das transcrições — principal argumento da acusação quanto ao crime de obstrução da justiça — a denúncia, uma vez mais, desconsidera as interrupções do áudio, suprime o que o Laudo registra como falas ininteligíveis e junta

<sup>154</sup> Idem, em 45 min. 26 s., grifos nossos.

<sup>155</sup> Idem, em 45 min. 40 s.

<sup>156</sup> CONJUR, **Janot denuncia Lula, Dilma e ex-ministros ao Supremo por organização criminosa**, op. cit., grifos nossos.

<sup>157</sup> CANÁRIO, Pedro; VOLTARE, Emerson, MPF adulterou diálogos de Joesley e Temer, diz juiz federal, **ConJur**, 16 out. 2016, Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2019-out-16/juiz-chama-denuncia-temer-ilacao-absolve-sumariamente> > Acesso em 6 de mar. 2023.

trechos de fala registrados separadamente pela perícia técnica que, a seu sentir, dão — ou dariam — sentido completo à conversa tida por criminosa”.<sup>158</sup>

Sobre este pano de fundo de desagregação institucional, implosão político-partidária e decomposição do sistema judiciário, quadro que não é possível estudar aqui em detalhe senão na sua relação com a narrativa do JN, objeto deste capítulo, aparece claramente aquele ajuste da narrativa realizado pelo JN durante 2017. De acordo com Carrato, Santana e Guimarães,

Com as lideranças políticas do golpe profundamente desgastadas, com o sistema judiciário com escasso grau de legitimação pública e cada vez mais notoriamente envolvido na polarização política do país, a narrativa golpista contava sobretudo com o Jornal Nacional para disputar a formação de opinião. Nesse sentido, a principal estratégia desenvolvida e implantada envolveu a *criação de consenso em torno do tema/repertório corrupção (em que se difundia a ideia de que a corrupção era praticada por um determinado grupo apenas, num momento histórico recente e que estava destruindo o Brasil) e da projeção de um inimigo comum* - visceralmente vinculado ao tema. Dessa forma, a narrativa golpista em crise buscou encontrar um caminho para unificar novamente as suas forças.<sup>159</sup>

A causa deste ajuste narrativo era óbvia: não só a perda de legitimidade e o questionamento da legalidade do governo de Michel Temer por grande parte da sociedade brasileira<sup>160</sup> (por isso a necessidade da construção de um inimigo comum que unificasse a frente golpista), mas também porque no ano seguinte, em 2018, haveria eleições presidenciais, — e Lula mantinha enorme apoio popular e só via crescer seus índices de aprovação em toda pesquisa de opinião.<sup>161</sup> Por esta causa, concluem Carrato, Santana e Guimarães, “a figura de Lula foi sistematicamente sendo trazida para o centro do tema corrupção, ganhando mais proporção que outros atores, sem que houvesse, em determinados momentos, novas denúncias.”<sup>162</sup> Todo o esforço em associar a imagem de Lula à corrupção e fixá-lo como

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juez. **Jornal Nacional. Um projeto de poder**, op. cit., p. 37, grifos nossos.

<sup>160</sup> Em outubro de 2016, o percentual de brasileiros que consideravam ruim ou péssimo o governo de Michel Temer era de 39%; em dezembro, este percentual tinha ascendido a 46%; em março de 2017, tinha aumentado para 55%, e em setembro de 2017, alcançou o recorde de avaliação negativa de 77%. (AMORIM, Felipe, Reprovação ao governo Temer sobe para 55 %, diz Ibope, *In: UOL Política*, 31 mar. 2017, Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/03/31/reprovacao-a-governo-temer-sobe-para-55-diz-ibope.htm> > Acesso em 6 de mar. 2023, e VERDÉLIO, Andrea, Popularidade de Temer tem 3 % de aprovação, diz pesquisa CNI/Ibope, *In: Agência Brasil*, 28 set. 2017, Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-09/popularidade-de-temer-tem-3-de-aprovacao-diz-pesquisa-cniibope> > Acesso em 6 mar. 2023.

<sup>161</sup> Em dezembro de 2017, pesquisa de opinião do Instituto Ipsos para o jornal *O Estado de S. Paulo*, confirmou que a popularidade do ex-presidente Lula não parava de crescer: “Sua popularidade cresceu 16 pontos percentuais desde junho, até atingir 45%, mais do dobro de seus adversários potenciais, o ultradireitista Jair Bolsonaro e o governador de São Paulo, o centrista Geraldo Alckmin, que, além disso, caíram nas últimas semanas.”, (HERMIDA, Xosé, Confiante nas pesquisas, Lula ressalta inocência e já anuncia medidas de governo, *In: El País Brasil*, São Paulo, 20 dez. 2017, Disponível em < [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/20/politica/1513791174\\_649004.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/20/politica/1513791174_649004.html) > Acesso em 6 mar. 2023.

<sup>162</sup> CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juez. **Jornal Nacional. Um projeto de poder**, op. cit., p. 38.

inimigo comum, teve seu ápice em dois momentos decisivos: o julgamento de Lula no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), no dia 24 de janeiro de 2018 e o dia que Lula teve a sua prisão decretada pelo então juiz Sérgio Moro em 5 de abril de 2018.<sup>163</sup>

Mas a análise da campanha presidencial de 2018, marcada pelo violento discurso antidemocrático do candidato da ultradireita difundido nas redes sociais e pela conveniente prisão do maior líder popular do Brasil, são o encerramento da primeira etapa do processo de fascistização que estamos estudando. Voltemos a analisar mais em detalhe como foi se projetando socialmente a narrativa do JN e o discurso da corrupção no desenvolvimento da crise política que atravessava o Brasil nesses anos prévios a 2018.

### 2.2.5 Um exemplo para o manual de formação de massas fascistas

O utilização do discurso da corrupção por parte do JN, a partir de 2014, tudo deveu à sua parceria com a Operação Lava Jato. Para Carrato, Santana e Guimarães,

O tema corrupção foi, desde o começo, a bandeira da Operação Lava Jato, sendo também um dos principais repertórios do Jornal Nacional na narrativa de legitimação do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Portanto, a justificativa do combate à corrupção foi o elo que sedimentou a parceria entre o telejornal de maior audiência da maior rede de TV do Brasil e a força-tarefa da Operação Lava Jato, simbolizada, sobretudo, por dois elementos que se destacaram no acompanhamento diário das edições do Jornal Nacional: rica construção das cenas enunciativas da operação (com a encenação de cada etapa deflagrada como cena e filme) e um timing perfeito na divulgação das investigações [...] sem o funcionamento dessa parceria, a Operação Lava Jato não alcançaria o sucesso que alcançou no imaginário da população brasileira, *sobretudo da classe média*.<sup>164</sup>

Os apogeu desta santa aliança teve dois momentos privilegiados: a divulgação de áudios entre Lula e Dilma acerca da nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil, em 16 de março de 2016<sup>165</sup>, e a divulgação de trechos da delação premiada do ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em 1º de outubro de 2018.<sup>166</sup> O primeiro caso ocorreu no dia anterior à eleição dos 65 membros da Comissão especial da Câmara dos Deputados que analisaria o pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Em 17 de abril, este pedido receberia parecer favorável e seria elevado ao Senado que, em 12 de maio, aprovaria a abertura do processo de *impeachment* e determinaria o afastamento da presidenta por 180 dias. O segundo caso, o levantamento do sigilo da delação de Antonio Palocci, foi decidido uma semana antes das

---

<sup>163</sup> Idem, p. 40 e 42.

<sup>164</sup> Idem, p. 74-75, grifos nossos.

<sup>165</sup> Idem, p. 75-79.

<sup>166</sup> Idem, p. 80-83.

eleições presidenciais, acontecidas em 7 de outubro de 2018, e cujo segundo turno, realizado em 28 de outubro, resultaria na vitória do candidato da ultradireita.<sup>167</sup> Deste modo, os oportunos levantamentos de sigilo do então juiz Sérgio Moro e sua divulgação nacional pelo JN, produziram reações sociais que contribuíram politicamente, na primeira intervenção, para o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, e na segunda, para a derrota do candidato do PT, Fernando Haddad.

Transcrevemos a seguir as falas dos apresentadores na abertura da edição do JN do dia 16 de março de 2016:

W.B.: Boa noite. A crise do governo Dilma Rousseff atinge o ponto mais alto,

R.V.: Luiz Inácio Lula da Silva é nomeado ministro-chefe da Casa Civil,

W.B.: *Ele sai do alcance de Sérgio Moro*, o juiz federal do Paraná responsável pela Lava Jato,

R.V.: E passa a ter o chamado “foro privilegiado” no Supremo Tribunal Federal,

W.B.: *O juiz Moro suspende o sigilo*,

R.V.: *E a justiça federal torna públicos os grampos telefônicos do ex-presidente*,

W.B.: *Um deles de hoje à tarde*,

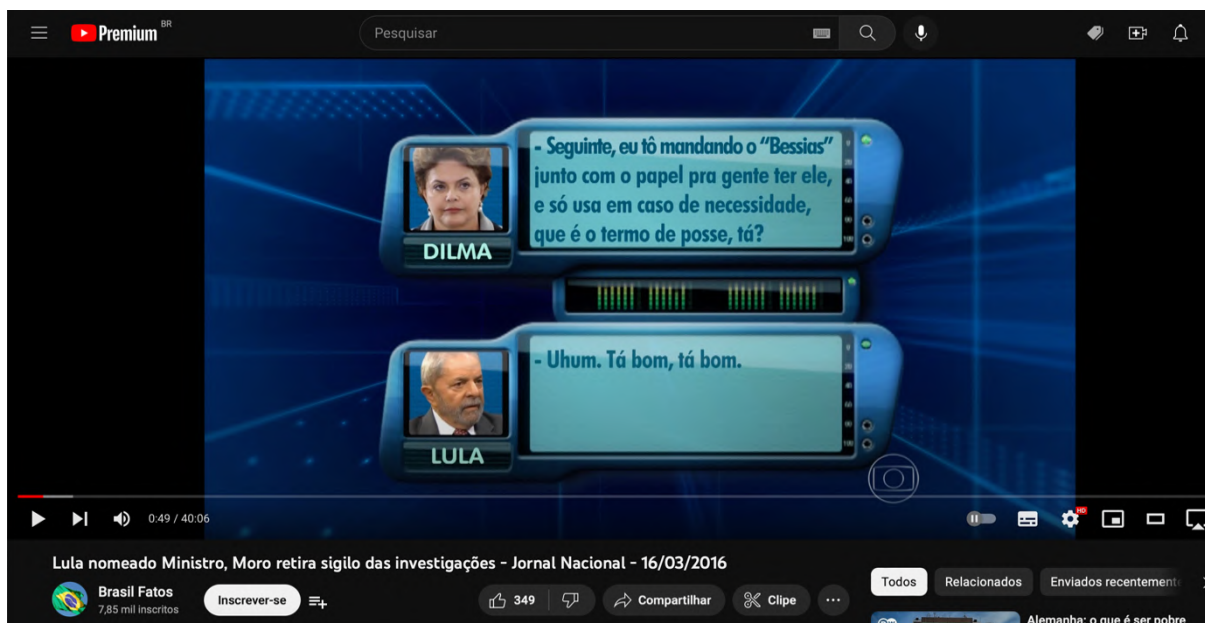
R.V.: Lula recebeu ligação da presidente Dilma,

Corta a apresentação e projetam trecho do diálogo entre Lula e Dilma, muito elaborado esteticamente como para ficar gravado na retina da audiência, áudio e imagem que serão o pivô de todo o programa:

---

<sup>167</sup> POMPEU, Ana, Moro levanta sigilo da delação do ex-ministro petista Antonio Palocci, **ConJur**, 1º out. 2018, Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2018-out-01/moro-levanta-sigilo-delacao-ex-ministro-pt-antonio-palocci> > Acesso em 13 mar. 2023.

Figura 12 – Trecho da transcrição do grampo telefônico do Lula e Dilma (Abertura do JN do 16/03/2016)



Fonte: CANAL Brasil Fatos<sup>168</sup>

E continua a apresentação da notícia do dia:

W.B.: Os grampos têm *indícios fortes* de que o objetivo da ida de Lula para o ministério foi mesmo tirá-lo do alcance do juiz Moro,

R.V.: E *indicam que o ex-presidente tentou influenciar várias autoridades para se proteger*.<sup>169</sup>

Chama a atenção a leitura fechada que, de início, fixa o sentido da nomeação de Lula como ministro: obter o “foro privilegiado”. Deste modo, “Ele *sai do alcance* de Sérgio Moro”, uma expressão mais apropriada para referir-se a uma caçada do que a um processo judicial. Mas se o tom é de caçada ao ex-presidente, se deduz que é por isso que o juiz Moro “suspende o sigilo” dos grampos. Esta alusão (nota-se o cuidado em evitar todo tipo de conjunção causal entre uma e outra fala dos apresentadores), é a única justificativa na fala dos apresentadores do JN para a decisão de Moro. Mais no final do programa, a jornalista Camila Bomfim lê uma declaração pública do Sergio Moro justificando sua decisão por causa de uma “*aparente tentativa de obstrução à justiça*”.<sup>170</sup>

<sup>168</sup> CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, In: YouTube, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 mar. 2023.

<sup>169</sup> Idem, grifos nossos.

<sup>170</sup> Idem, em 34 min. 55 s., grifos nossos.

Transcrevemos as palavras com as quais, já entrando na matéria, William Bonner introduz a reportagem:

Nesta quarta-feira, a *crise* que envolve o governo Dilma Rousseff atinge o ponto mais alto desde o início. *Antes que o Diário Oficial efetivasse a nomeação de Lula como ministro*, o juiz Sergio Moro *retirou o sigilo de toda a investigação sobre o ex-presidente*, e, com isso, tornaram-se públicas, no fim da tarde, conversas telefônicas de Lula. *Os integrantes da Lava Jato afirmam que há indícios de uma operação para atrapalhar as investigações*. Ainda nesta edição, o Jornal Nacional vai mostrar o conteúdo desses grampos e *as reações que eles provocaram*.<sup>171</sup>

William Bonner refere-se, na chamada, “ao ponto mais alto” da crise do governo Dilma Rousseff, e na entrada em matéria acima transcrita, volta a referir-se à “crise” do governo, quando na verdade essa crise também está sendo produzida nesse mesmo instante, a partir da narrativa que o JN estava apresentando sobre os grampos telefônicos que repentinamente se haviam tornado públicos na tarde desse mesmo dia. Segundo Carrato, Santana e Guimarães,

Não há nenhuma referência às implicações do vazamento, nomeado como “liberação do sigilo da investigação” que envolvia um ex-presidente da República e uma então presidenta da República. Observem a sequência argumentativa: primeiro, Moro “suspende o sigilo”. Por isso, as conversas se tornaram públicas, não sendo necessária, portanto, outra explicação. Além disso, também não se explica o caráter repentino da decisão do juiz Sergio Moro de quebrar a proibição de divulgação dos áudios.<sup>172</sup>

A operação político-comunicacional produto da parceria JN – Lava Jato fica assim dissimulada: o JN silencia sobre o oportunismo político do Sergio Moro, e “os integrantes da Lava Jato”, fornecem um princípio de autoridade externo e objetivo para a narrativa que permite ao JN se apresentar como neutro e imparcial, sem voz própria. Efetivamente, “A exemplo do que Moro constatou sobre a operação Mãos Limpas, a imprensa contribuiu para o avanço da operação Lava Jato. Ao alimentar boatos sem a devida checagem, promover vazamentos seletivos e ‘condenar’ os réus antes mesmo da sentença judicial”, afirma o jornalista Daniel Giovanaz.<sup>173</sup>

O programa chega ao intervalo, e Renata Vasconcellos resume seu conteúdo: “E ainda nesta edição: a crise política no auge em Brasília”; William Bonner continua com “A justiça torna público um diálogo entre Lula e a presidente Dilma Rousseff”, e Renata Vasconcellos finaliza: “A Polícia Federal afirma haver *indícios* de ações para atrapalhar as ações da Lava Jato”.<sup>174</sup> Depois de apresentar a entrevista com a presidenta Dilma no Palácio do Planalto, esse

<sup>171</sup> Idem, em 1 min. 27 s.

<sup>172</sup> CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional. Um projeto de poder**, op. cit., p. 78.

<sup>173</sup> GIOVANAZ, Daniel, **Dossiê Lava Jato: um ano de cobertura crítica**, op. cit., p. 44.

<sup>174</sup> CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, In: YouTube, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 mar. 2023, em 11 min 25 s.



mesmo texto é lido novamente, antes do seguinte intervalo. Assim, pela quarta vez no programa, a ideia de que Lula buscava se proteger do avanço das investigações da Lava Jato tentando influenciar várias autoridades já estava gravada na audiência antes de assistir à leitura de qualquer conversa grampeada do então ex-presidente Lula. A “condena” midiática é anterior a qualquer prova e não precisa destas, só de imagens e referências a *indícios*.

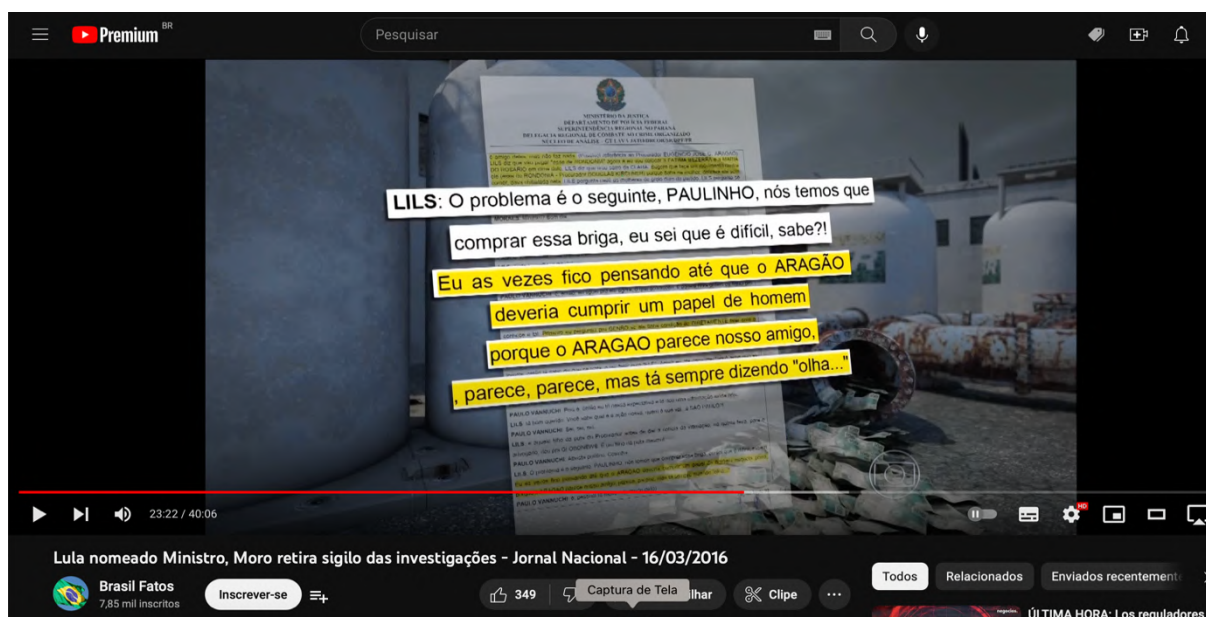
Assim, o JN apresentou seis gravações de conversas grampeadas: todos “indícios” apresentados com muitos verbos no futuro do pretérito. O primeiro áudio refere-se a uma conversa entre Lula e Rui Falcão, então presidente do PT, gravada em 27 de fevereiro de 2016. O jornalista Vladimir Netto comenta esse áudio: “Investigadores dizem que essa conversa e outras que foram interceptadas indicam que Lula *pode ter ficado sabendo* da operação contra ele (sic.), [...] Lula *teria inclusive buscado influenciar...*”.<sup>175</sup> Estas frases foram pronunciadas *depois* de o JN transmitir a conversa do Lula, que supostamente devia ser a prova de um delito. Se alguma prova concreta tivesse sido descoberta nestes áudios, o tempo verbal deveria ter sido Lula “ficou sabendo” da operação contra ele, ou Lula “influenciou”. Todos os outros áudios apresentados têm a mesma pretensão de neutralidade, mas chama a atenção um em particular: refere-se ao áudio que trata do pedido ao STF, por parte dos advogados de Lula, acerca de quem deveria julgá-lo, se o ministério público de São Paulo ou a força tarefa da Operação Lava Jato de Curitiba. O que surpreende é que, imediatamente depois de apresentada a fala do Lula, com o comentário do jornalista Vladimir Netto, William Bonner começa a repetir, com as mesmas palavras, a mesma notícia, referida ao mesmo áudio.<sup>176</sup> O que pode ter sido uma mera torpeza no maior jornal de notícias da TV brasileira, pode ser interpretado também como uma maneira de tentar fixar na memória da audiência a transcrição com mais apelo midiático de todos os áudios grampeados:

---

<sup>175</sup> Idem, 22 min. 40 s.

<sup>176</sup> Idem, Vladimir Netto aos 23 min. e William Bonner repete a mesma notícia aos 25 min. A única diferença é que, à frase de Netto, “De acordo com a Polícia Federal, *há indícios* de que no diálogo Lula esteja se referindo ao ministro indicado da justiça, Eugênio Aragão, que também é subprocurador da república”, Bonner acrescenta a palavra “novo” para referir-se ao ministro indicado.

Figura 13 – Trecho do grampo telefônico vazado para o JN (Edição do dia 16/03/2016)



Fonte: CANAL Brasil Fatos<sup>177</sup>

O ápice da edição, preparado pela dramatização de todo o episódio da liberação das conversas grampeadas do Lula é, sem dúvida, a conversa entre Lula e Dilma acerca do termo de posse como ministro de Lula. A expectativa seria tanta que o vídeo com a transcrição desta conversa é veiculado antes do tempo, quando Renata Vasconcellos ainda está apresentando um outro áudio grampeado. Quando a jornalista pronuncia “Lula diz”<sup>178</sup>, referindo-se a outra conversa, soltam, por erro?, o vídeo final:

<sup>177</sup> CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, In: YouTube, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 mar. 2023, em 23 min. 22 s.

<sup>178</sup> Idem, 26 min. 20s.

Figura 14 – Trecho da transcrição do grampo telefônico do Lula e Dilma (JN do dia 16/03/2016)



Fonte: CANAL Brasil Fatos<sup>179</sup>

Depois da leitura de outro áudio de Lula, quando Renata Vasconcellos chega a destacar, mais de uma vez que, em determinado momento, “o ex-presidente fala um palavrão. E logo em seguida..., outro palavrão”<sup>180</sup>, aparentemente tentando apresentar um Lula nervoso porque encurralado, a apresentação do próximo áudio por parte de William Bonner é ainda mais dramática:

*Numa conversa gravada hoje à tarde, por volta de uma e meia da tarde de hoje, e depois do anúncio de que Lula seria ministro da Casa Civil, a presidente Dilma Rousseff liga para o celular do segurança do Lula para conversar com o ex-presidente:<sup>181</sup>*

e por terceira vez no mesmo programa, o JN mostra a mesma transcrição da conversa:

<sup>179</sup> CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, In: YouTube, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 mar. 2023, em 26 min. 30 s.

<sup>180</sup> Idem, em 29 min. 55.

<sup>181</sup> Idem, em 30 min. 04. Os sublinhados destacam o exagero dramático na leitura da notícia.

Figura 15 – Trecho da transcrição do grampo telefônico (JN do dia 16/03/2016)



Fonte: CANAL Brasil Fatos<sup>182</sup>

De acordo com Carrato, Santana e Guimarães, toda a apresentação dos áudios com os “indícios” contra Lula se reduziu a uma reportagem de 10 minutos consistente em uma

cena enunciativa da leitura do conteúdo dos áudios vazados, interpretados por William Bonner e Renata Vasconcellos, com uma forte carga de dramaticidade, marcada por gesticulações e impostação de voz num tom de indignação<sup>183</sup>

O programa se encaminha para seu final apresentando protestos em diferentes cidades do país, deixando a impressão de uma sociedade nacionalmente mobilizada contra o governo petista. Imediatamente depois de o JN mostrar o diálogo final entre Lula e Dilma sobre o termo de posse que ela lhe estava enviando, e a tardia leitura da explicação do Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo<sup>184</sup>, William Bonner apresenta o repórter Ricardo Soares, ao vivo de Belo Horizonte, que tenta falar rodeado de manifestantes que acusavam o ex-presidente Lula, aos gritos, de ladrão, bem enquadrados pela câmera da Globo. Segundo o repórter, tratava-se de um protesto de 300 a 400 pessoas que tinham combinado pelas redes sociais ir se manifestar

<sup>182</sup> CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, In: YouTube, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 mar. 2023, 30 min. 27 s.

<sup>183</sup> CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional. Um projeto de poder**, op. cit., p. 77-78.

<sup>184</sup> Renata Vasconcellos comentou que, segundo Cardozo, “O diálogo de Dilma, ao contrário da interpretação da oposição, não estava dando a Lula um documento para ele se livrar de uma possível ação policial”, (CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, In: YouTube, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 mar. 2023, em 31 min. 05 s.

em frente ao Palácio da Liberdade contra a nomeação de Lula como ministro, exigindo sua prisão e a renúncia da presidenta Dilma.

**Figura 16 – Protestos em Belo Horizonte contra nomeação do Lula (JN do dia 16/03/2016)**

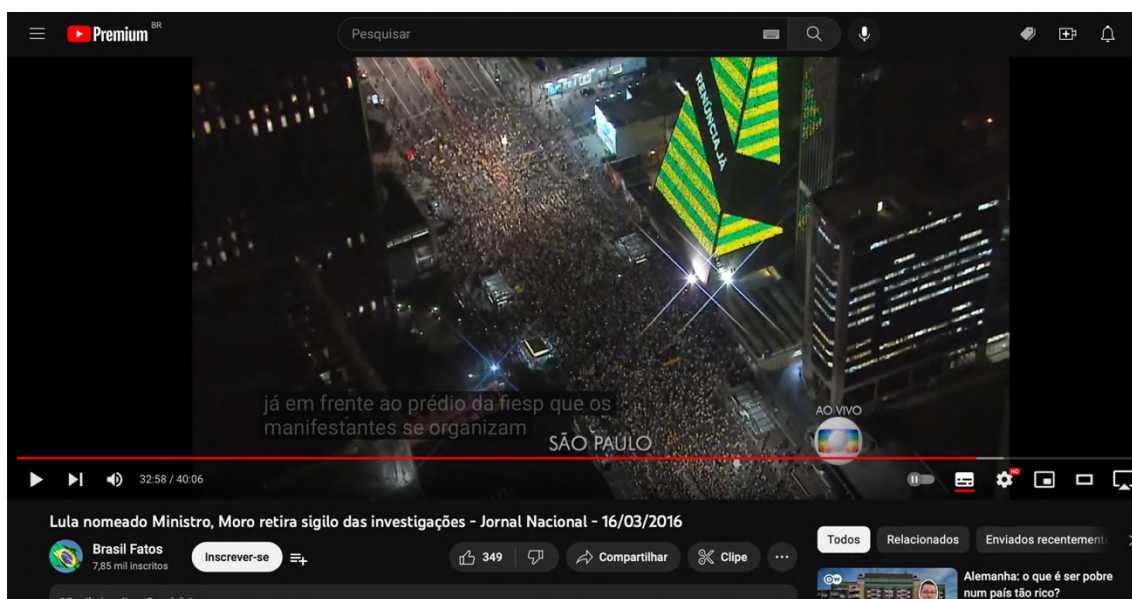


Fonte: CANAL Brasil Fatos<sup>185</sup>

Na sequência, o JN passa a transmitir protestos em São Paulo, ao vivo, pelo repórter Tiago Eltz, direto da Avenida Paulista, frente ao prédio da FIESP, iluminado com a palavra de ordem “Renúncia já”.

<sup>185</sup> CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, In: YouTube, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 mar. 2023, em 31 min. 40 s.

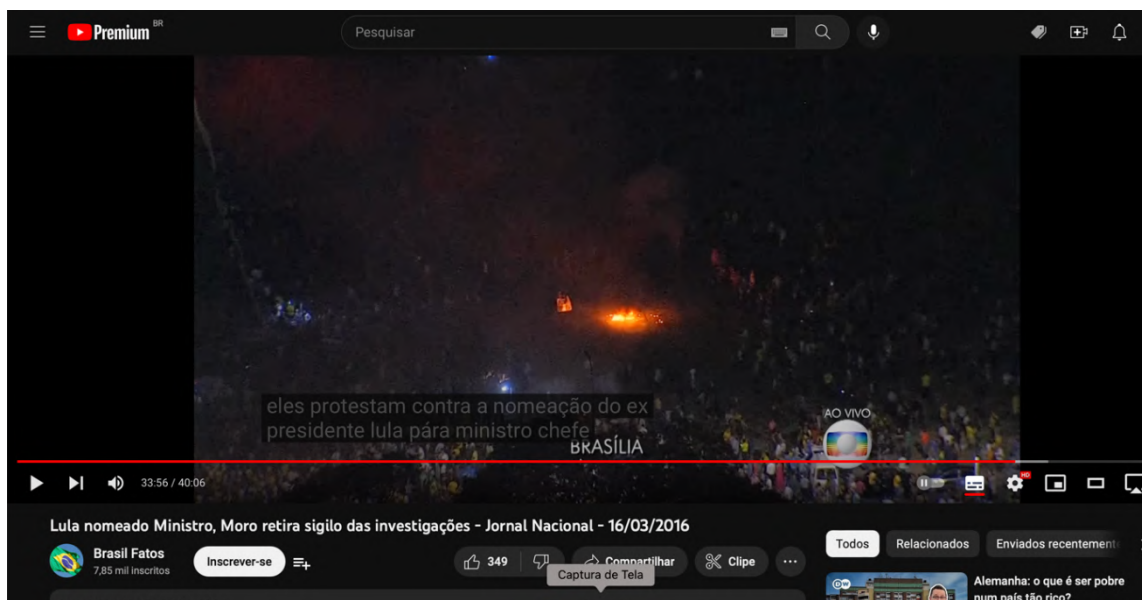
**Figura 17 – Protestos em São Paulo contra nomeação do Lula (JN do dia 16/03/2016)**



Fonte: CANAL Brasil Fatos<sup>186</sup>

Sem interrupções, segue o repórter Fernando Rêgo Bastos de Brasília, onde acontecia uma manifestação, desde 17:00 hs., em frente do Palácio do Planalto, de aproximadamente 5000 pessoas segundo a Polícia Militar, protestando contra a nomeação do Lula.

**Figura 18 – Protestos em Brasília contra nomeação do Lula (JN do dia 16/03/2016)**



<sup>186</sup> CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, In: YouTube, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 mar. 2023, em 33 min.

Fonte: CANAL Brasil Fatos<sup>187</sup>

Entre as transmissões ao vivo dos diferentes protestos contra a nomeação de Lula, William Bonner anuncia de repente que, enquanto ele e a Renata Vasconcellos passavam o conteúdo das gravações telefônicas, “o *fato* (sic.) é que a revelação do diálogo entre Lula e a presidente Dilma provocou uma *reação imediata* no Congresso nacional.”<sup>188</sup> Bonner abre para o repórter em Brasília Júlio Mosquera, que contou que muitos deputados reagiram com “incredulidade” quando

me procuraram para perguntar se o diálogo entre a presidente Dilma com o ex-presidente Lula era de fato verdadeiro, e eu disse que sim, e muitos ficaram boquiabertos sem entender [...] De imediato, os líderes dos partidos da oposição convocaram uma entrevista coletiva para pedir a renúncia de Dilma e a prisão de Lula.<sup>189</sup>

É deste modo que o JN busca pautar a agenda política, quando a narrativa montada sobre o diálogo Lula-Dilma, estrela do programa do 16 de março, parece sinalizar, para uma parte da classe política, o motivo e o momento para avançar na criação das condições legitimadoras do golpe.

O JN termina esta edição mostrando painelaços em bairros de São Paulo e Rio de Janeiro, moradores de apartamentos de classe média ligando e desligando furiosamente as luzes de suas varandas, e buzinações pelas avenidas de várias cidades do Brasil. Como o próprio William Bonner reconhece na despedida do programa: “Neste 16 de março histórico, nervoso, você teve uma edição do Jornal Nacional que *acompanhou* os fatos praticamente ao vivo”.<sup>190</sup> A palavra-chave dessa fala de encerramento é “acompanhou”: a melhor maneira de dissimular a narrativa que organizou os fatos naquele 16 de março de 2016, alimentando todos esses numerosos protestos pelo país.

## 2.2.6 O discurso da corrupção como discurso do ódio e seus interesses

O poder do discurso midiático, como no caso do JN, se desprende de sua capacidade de construir sentidos por meio da organização dos fatos narrados, estruturando a percepção que a audiência tem da realidade social e filtrando dessa maneira valores e visões de mundo

<sup>187</sup> CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, In: YouTube, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 mar. 2023, em 34 min.

<sup>188</sup> Idem, em 36 min 05 s., grifos nossos.

<sup>189</sup> Idem, em 36 min. 25 s.

<sup>190</sup> Idem, em 39 min. 35 s.

determinadas. Porém, esse poder não é uma mera imposição, mas depende de explorar e de se apropriar de sentidos socialmente preexistentes. Da perspectiva da análise do discurso, segundo Eni Orlandi, a produção de sentido e a constituição dos sujeitos se realizam por meio do processo discursivo, que é onde se articulam linguagem e ideologia. Se a produção de sentido consiste na “determinação histórica dos processos de significação”<sup>191</sup>, a constituição dos sujeitos ocorre quando estes se identificam com alguma formação discursiva, por sua vez entendidas como “o reflexo, no discurso, das formações ideológicas”.<sup>192</sup> Assim, o JN intervém, por meio de sua narrativa, na determinação dos processos de significação sócio-política, baseado em uma formação ideológica que, em termos da teoria do discurso, para Eni Orlandi é “aquilo que pode e deve ser dito pelo sujeito em uma conjuntura dada.”<sup>193</sup> Desta maneira, o tema da corrupção ou o tema dos *indícios* das supostas tentativas de atrapalhar investigações, se torna o que pode e deve ser dito pela audiência capturada por esta narrativa, que “se ilude na construção discursiva do referente, com a transparência da linguagem e do sujeito como origem de si”<sup>194</sup>. Aí reside o êxito da narrativa, porque, seguindo a Eni Orlandi, “o sujeito não tem acesso ao modo como os sentidos se formaram nele. Daí sua impressão [...] de que o que diz somente pode ser aquilo e não outra coisa.”<sup>195</sup> O discurso midiático da televisão persuade e não precisa de provas, porque, por um lado, “retoma sentidos preexistentes”<sup>196</sup> (nos termos de nosso trabalho, legitima preconceitos<sup>197</sup>), e por outro, descansa na imagem e no impacto, no imaginário, do seu significado totalizante.

A narrativa do JN delimitou aquilo que podia e devia ser dito sobre a crise política brasileira, que Carrato, Santana e Guimarães sistematizam nos seguintes pontos:

1. O principal problema vivido pelo Brasil é a corrupção;

---

<sup>191</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli, O método em análise de discurso: uma prática de reflexão, In: MARCHIORI, Marlene (org.), **Linguagem e discurso**, São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2014, p. 47.

<sup>192</sup> Idem, p. 48.

<sup>193</sup> Idem, p. 48.

<sup>194</sup> Idem, p. 46.

<sup>195</sup> Idem, p. 46.

<sup>196</sup> Idem, p. 46.

<sup>197</sup> Tomemos como pequeno exemplo a frase do Arnaldo Jabor, colunista da rede Globo desde 1995, quem atuou em vários telejornais da Globo, como o Jornal Nacional, o Jornal da Globo, o Bom Dia Brasil, o Jornal Hoje e outros programas, quando afirmou que os brasileiros, nas eleições presidenciais de 1994, tinham que escolher entre Sartre ou um encanador. A frase, reproduzida na mesma época pela atriz e empresária Ruth Escobar em um almoço muito distinto, associando o candidato Fernando Henrique Cardoso ao filósofo Jean-Paul Sartre e menosprezando o ofício de encanador para associá-lo ao candidato Lula da Silva, é uma boa amostra da selva de preconceitos e ignorância em que vive a classe média. (Cf. COSTA, Caio Túlio, Sobrou para o Sartre, Em: **Folha de S. Paulo**, 14 ago. 1994, Disponível em < [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/14/revista\\_da\\_folha/18.html](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/14/revista_da_folha/18.html) > Acesso em 18 mai. 2023.



2. A corrupção seria uma prática comum a todos os políticos brasileiros, embora centralmente organizada pelo PT;
3. Seria necessário atribuir a uma força tarefa especial, que contasse com poderes jurídicos excepcionais, de investigação e de punição, a tarefa de quebrar o sistema de corrupção construído no centro do Estado brasileiro;
4. Marcado pela corrupção, pelos privilégios, pelo gasto ineficiente do orçamento e por leis que abusavam na garantia dos direitos e impediam o livre funcionamento da economia de mercado, o Estado brasileiro deveria ser radicalmente diminuído e privatizado para ir se construindo, gradativamente, o caminho de superação da crise econômica.<sup>198</sup>

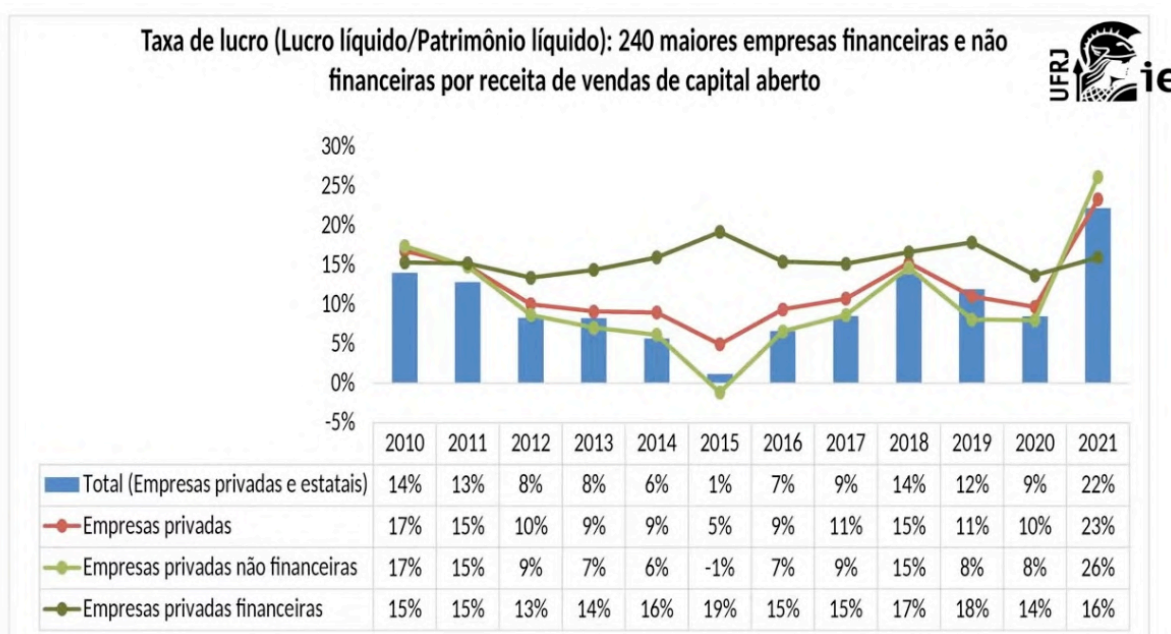
Assim se revela, por fim, no último ponto, a causa que explica toda a campanha midiática do discurso da corrupção. A difusão destas *crenças* era, precisamente, o papel do JN. Como aparelho privado de hegemonia, o JN buscou fabricar consenso a favor de determinado programa de reformas econômicas como políticas de saída de crise a favor dos interesses do grande capital, e para alcançar este objetivo recorreu a toda uma estratégia narrativa envolvendo o discurso da corrupção. O nexo política = corrupção é certamente uma narrativa midiática que provoca facilmente a deslegitimação da atividade política em geral aos olhos da população. No caso aqui estudado, se buscava debilitar ao máximo toda resistência social e política à implementação de uma nova rodada de políticas de ajuste regressivo e de reformas antipopulares como estratégia de saída de crise. O que estava em jogo era a fabricação de consensos que viabilizassem as condições políticas para atender as demandas do grande capital por uma urgente recomposição da taxa de lucro. Nesse sentido, na expressão do economista Eduardo Costa Pinto, o "redemoinho" da profunda crise econômica, social e institucional na qual tinha mergulhado o Brasil, resultava "funcional para a mega e a grande burguesia brasileira (maiores empresas) aumentarem seus lucros desde 2016".<sup>199</sup> Reproduzimos no Gráfico 3. os indicadores sobre a evolução da taxa de lucro para as maiores empresas brasileiras que apresenta este autor, o que permite correlacionar estes dados com os acontecimentos políticos do mesmo período:

---

<sup>198</sup> Idem, p. 117.

<sup>199</sup> COSTA PINTO, Eduardo, O Brasil no redemoinho: o governo Bolsonaro e o butim da burguesia, *In: Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, Ano 14, Número 168, julho de 2021, p. 5

Gráfico 3 - Taxa de lucro das maiores empresas no Brasil (2010-2021)



Fonte: CANAL IE<sup>200</sup>

Portanto, a ruidosa narrativa midiática sobre a corrupção política na verdade buscava impor um diagnóstico da crise econômica e política que forjasse um consenso a favor de um programa de reformas econômicas de natureza fortemente regressiva como estratégia de saída de crise para o grande capital. De acordo com o economista Eduardo Costa Pinto,

os setores dominantes brasileiros se unificaram, desde o golpe parlamentar de 2016, passando pelo governo Temer, até o governo Bolsonaro, com seu ministro de Economia, Paulo Guedes, em torno do juízo de que a única alternativa para destravar a acumulação seriam as reformas neoliberais (previdenciária, trabalhista, administrativa, teto de gastos) e as privatizações (Eletrobras, venda de ativos da Petrobras, etc.), que repassavam o ajuste dos custos da crise de acumulação para os trabalhadores, pois, para eles, os entraves ao crescimento seriam fruto das políticas de ganhos reais do salário, da ampliação das políticas de proteção e dos gastos públicos com as políticas universalizantes (saúde e educação), decorrentes da Constituição de 1988.<sup>201</sup>

É neste contexto que se torna compreensível a narrativa do JN centrada no discurso da corrupção. De acordo com Carla Luciana Silva, a noção que as grandes empresas de jornalismo fiscalizam os poderes porque são um instrumento social a serviço do bem comum “oculta que o papel de cão de guarda exercido pela grande imprensa se dá em nome dos próprios interesses das empresas jornalísticas e suas *relações de classe*. É absolutamente seletiva na escolha dos

<sup>200</sup> CANAL IE, **Diário da Crise 101: Crise, crise, crise! Lucro, lucro, lucro! Bolsonaro, Bolsonaro, Bolsonaro!**, In: YouTube, 22 abr. 2022, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=daiRFGU\\_Yck&t=3717s](https://www.youtube.com/watch?v=daiRFGU_Yck&t=3717s) > Acesso em: 14 mar. 2023, em 1 h. 02 min.

<sup>201</sup> COSTA PINTO, Eduardo, O Brasil no redemoinho: o governo Bolsonaro e o butim da burguesia, op. cit., p. 5

‘desmandos’ que denuncia e das cobranças que faz ao poder instituído”<sup>202</sup>, como ficou demonstrado.

A narrativa da corrupção e da crise não foi uma estratégia exclusiva do JN; foi comum, em maior ou menor grau, a toda a denominada grande mídia brasileira. Mas este estudo se centrou no JN porque este programa continua sendo o principal veículo do jornalismo de referência no Brasil. Neste sentido, o JN apresentou a narrativa com maior alcance e impacto nas audiências, mas que não diferia na sua substância dos relatos das outras grandes empresas de comunicação locais que dominam o campo midiático no país. Com relação ao "mercado midiático", o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (MOM Brasil)<sup>203</sup>, disponibilizado pelo Coletivo Intervezes<sup>204</sup>, tem demonstrado que "Nosso sistema de mídia mostra alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas."<sup>205</sup> O MOM Brasil “tem o objetivo de mapear os veículos de maior audiência – que têm maior potencial de influenciar a opinião pública – e os grupos que os controlam”<sup>206</sup>, buscando produzir indicadores de ameaças ao pluralismo comunicacional.<sup>207</sup> Assim,

O MOM-Brasil mapeou 50 veículos ou redes de comunicação no Brasil, em quatro segmentos: 11 redes de TV (aberta e por assinatura), 12 redes de rádio, 17 veículos de mídia impressa (jornais pagos de circulação diária e revistas pagas de circulação semanal) e 10 veículos online (portais de notícias de interesse geral).<sup>208</sup>

concluindo que

*Cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade dos veículos: 9 pertencem ao Grupo Globo, 5 ao Grupo Bandeirantes, 5 à família Macedo (considerando o Grupo Record e a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, ambos do mesmo proprietário), 4 ao grupo de escala regional RBS e 3 ao Grupo Folha.*<sup>209</sup>

<sup>202</sup> SILVA, Carla Luciana, *Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica*, op. cit., p. 133, grifos nossos.

<sup>203</sup> O MOM Brasil faz parte do *Media Ownership Monitor* (MOM), projeto global no qual participam até o momento 21 países, disponível em < <http://www.mom-gmr.org> > Acesso em 16 de maio 2023. O MOM Brasil está disponível em < <http://brazil.mom-gmr.org/br/> >, Acesso em 16 de maio 2023.

<sup>204</sup> INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social, apresenta-se como sendo uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil, composto por ativistas e profissionais com formação e atuação nas áreas de comunicação social, direito, arquitetura, artes e outras, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal, para quem o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia. Disponível em < <https://intervozes.org.br/quem-somos/> > Acesso em 16 maio 2023.

<sup>205</sup> Quem controla a mídia no Brasil? *In: MOM Brasil*, 2017, Disponível em < <http://brazil.mom-gmr.org/br/> > Acesso em 16 mai. 2023.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> Os indicadores referem-se ao grau de concentração da audiência, concentração da propriedade, existência ou não de controles externos e grau de transparência, isto é, “quem tem controle sobre cada veículo, que outros negócios possuem e que interesses podem guiar a produção das notícias.” (Idem).

<sup>208</sup> Mídia, *In: MOM Brasil*, 2017, Disponível em < <http://brazil.mom-gmr.org/br/midia/> > Acesso em 16 mai. 2023.

<sup>209</sup> Proprietários, *In: MOM Brasil*, 2017, Disponível em < <http://brazil.mom-gmr.org/br/proprietarios/> >, Acesso em 16 mai. 2023, grifos nossos.

Um exemplo da existência de toda uma mesma narrativa comum às diferentes empresas de mídia é apontado por Jorge Chaloub:

A análise dos editoriais dos três mais influentes jornais do país – *Folha*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo* - às vésperas da derrubada da presidenta Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016, aponta para uma narrativa bem semelhante. Ao lado da preocupação em defender a legalidade e a legitimidade do processo, há o diagnóstico de que, para além das “pedaladas”, o afastamento tem duas grandes justificativas: a má condução da política econômica e, nos exatos termos do *Estadão*, “a corrupção endêmica”.<sup>210</sup>

Um estudo comparativo de textos jornalísticos (chamadas, manchetes, artigos, colunas e editoriais) baseado no banco de dados do Manchetômetro<sup>211</sup>, que reúne material online do Jornal Nacional e dos três maiores jornais do Brasil, O Estado de S. Paulo, a Folha de S. Paulo e O Globo, demonstrou a enorme semelhança existente entre estas empresas de jornalismo nas coberturas da Operação Lava Jato. Segundo os autores deste estudo, Feres Júnior, Barbabela e Bachini<sup>212</sup>, tanto o número total de entradas para cada meio resultou praticamente o mesmo (todos com mais de 2000 entradas), como o número de editoriais e também de manchetes resultaram muito semelhantes.<sup>213</sup> A operação Lava Jato recebeu um forte impulso midiático desde seu início, diminuindo relativamente ao longo de 2014, para ser reativado “em escala geométrica” à medida que se confirmava o favoritismo de Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral:

Até aqui temos a utilização de escândalos de maneira desequilibrada para prejudicar candidatos do PT, coisa que já havíamos observado de maneira inequívoca em eleições passadas [...] Nada se compara, contudo, com o ocorrido após a vitória de Dilma, quando as ocorrências saltam de 115 em outubro para 297 em novembro, quase triplicando, e subindo ainda mais em dezembro para 343 [...] Em 2015 tivemos uma média mensal de 243 textos sobre a Lava Jato nos três jornais e no Jornal Nacional. No período de 2016, que vai até o afastamento de Dilma, a média mensal sobe para 263. De maio a dezembro de 2016, já sobre Temer, a média cai para 208, para logo retomar o patamar de 245 em 2017.<sup>214</sup>

Portanto, a grande mídia brasileira, em seu conjunto, com o citado protagonismo do JN, teve êxito em impor uma narrativa e até conduzir em certo momento os acontecimentos, que atendia os interesses do grande capital. Mas pelo seu caráter empresarial, a grande mídia

<sup>210</sup> CHALOUB, Jorge, As duas faces da corrupção no Brasil, *In: Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, Ano 13, Nº 146, setembro de 2019, p. 11.

<sup>211</sup> O Manchetômetro é produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e esfera Pública (LEMEP) da Universidade do Estado de Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em < <http://manchetometro.com.br> > Acesso em 20 mai. 2023.

<sup>212</sup> FERES JÚNIOR, João; BARBABELA, Eduardo; BACHINI, Natasha, A Lava Jato e a mídia, *In: KERCHÉ, Fábio; FERES Júnior, João, et al., Operação Lava Jato e a democracia brasileira*, op. cit., p. 199-228.

<sup>213</sup> “O número total de ocorrências, próximo de 10 mil, é impressionante, seja pelo seu tamanho absoluto, seja na comparação com a base total do Manchetômetro quando da coleta, 57.432: quase 20% da cobertura total da grande mídia foi sobre a Operação Lava Jato.” (Idem, p. 221).

<sup>214</sup> Idem, p. 212, grifos nossos.

também tinha seus próprios interesses para defender. Neste sentido, como afirma Eduardo Costa Pinto,

É importante entender [...] a relação do grande capital com a grande mídia. Parte dessa grande mídia brasileira é financeirizada. O Grupo Globo, metade do lucro dele vem da gestão de fundos de investimento, de ativos financeiros. O grupo UOL, que controla a *Folha de S. Paulo*, tem um banco; o negócio deles é associado a interesses da lógica da financeirização do capital portador de juros. Ou seja, também se conecta com a lógica dos grandes bancos. [...] A própria Abril recentemente foi comprada pelo BTG [Banking and Trading Group Pactual (BTG Pactual)], sendo o ex-ministro da fazenda de Bolsonaro, Paulo Guedes, um de seus fundadores].<sup>215</sup>

Para efeito de comparação, nos anos 1950, “as principais fontes de receitas dos jornais, procediam dos editais de cartórios, protestos, das atas de assembleias, dos balanços e comunicados das empresas ao público, dentre outros”, e dos anos 1960 em diante, provinham da “expansão do mercado publicitário [...] que veio atrelado à instalação das indústrias de bens de consumo, o que resultou no aperfeiçoamento dos meios de comunicação.”<sup>216</sup> Hoje em dia, a lógica financeirizada a que estão submetidas as próprias empresas de comunicação determina a forma de seus vínculos de classe e a defesa dos interesses de classe do grande capital é realizada por meio de um discurso fortemente unificado em defesa do modelo de gestão neoliberal do Estado e da economia. A inexistência de qualquer tipo de pluralismo no campo da comunicação, comandado no Brasil por aquele poderoso grupo de cinco empresas familiares, pode explicar a facilidade com que o discurso da corrupção como discurso de ódio se transformou em um vetor fascistizante de grande parte da sociedade brasileira.

Deste modo, os efeitos corrosivos da narrativa do JN sobre a democracia brasileira constituem o início do processo de fascistização. Em primeiro lugar, porque a pauta da corrupção sempre foi enquadrada como problema moral, quer dizer, de maneira descontextualizada, a-histórica. Esta contribuição à deseducação política de toda uma sociedade tem um efeito cultural regressivo, apresentando os problemas políticos quase nos mesmos termos como o problema da violência é tratado no discurso dos programas sensacionalistas de notícias policiais: rajadas de metralhadora e tiros de pistola como solução final.

O moralismo é uma das formas do pensamento convencional, a primeira das nove categorias que definem a síndrome da personalidade autoritária, segundo a pesquisa de Adorno

<sup>215</sup> COSTA PINTO, Eduardo, **Diário da Crise 39: Olhar Além da Neblina dos Equívocos**, In: YouTube, Canal IE, 8 jan. 2021, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=LYIJ-29zcFo> >, Acesso em 23 abr. 2022, em 48 min. 55 s.

<sup>216</sup> QUINTÃO, Ayle-Salassie Figueiras, *apud* SOUZA, Tatianne Santos Moreira de; PORTO Jr., Gilson, Mídia, lógica de mercado e relações de poder, In: PÓRTO Jr., Gilson; ANJOS, Ana Carolina Costa dos, (Org.), **Discurso midiático: poder, violência e cultura**, Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. *E-Book*, Disponível em < <https://www.editorafi.org/047gilson> >, Acesso em 15 mar. 2023, p. 67-68.

e Sanford. Por um lado, significa a adesão rígida a valores tradicionais de classe média, e por outro, também alude à estereotipia, um pensamento que opera por meio de categorias rígidas, dicotômicas.<sup>217</sup> A agressividade encontra no moralismo o melhor alibi para se justificar, ao ponto de não precisar compreender em detalhe denúncias ou indícios acusatórios: “não somente ocorre que o autoritário deva condenar a permissividade moral que vê nos outros, mas ele é realmente levado a ver atributos imorais nestes últimos, *tenha isso fundamento ou não*”<sup>218</sup>. Desta maneira, o moralista indignado reclama soluções urgentes que a descontextualização midiática da notícia sabe conduzir para o punitivismo.

Em segundo lugar, o discurso da corrupção, apontando sistematicamente a suposta falha moral como causa da corrupção para um partido político e para uma figura política em particular, foi reunindo os componentes de um *discurso do líder*: a mais do que previsível indignação moral da população reconheceu neles, no que foi se convertendo em uma espécie de *grupo externo* adorniano, um objeto de ódio para onde canalizar toda a raiva e o ódio estimulados ao longo dos anos. A construção da figura do inimigo comum é consubstancial ao repertório da corrupção, e é por esta causa que ele se configura como um discurso fascizante.

E em terceiro lugar, o discurso da corrupção, quando apresentado junto com o repertório da crise econômica, garantia seu êxito na medida em que incidia cirurgicamente sobre as emoções das audiências do JN: fornecia uma fácil explicação para as misérias, insatisfações e frustrações da vida cotidiana produzidas por uma sociedade complexa e fraturada, com uma economia ornitorrínica, que estava dando seu adeus às últimas ilusões do (neo?)desenvolvimentismo. Segundo Adorno, frequentemente os sujeitos com alta pontuação na Escala F, “reclamam que nunca obtêm toda a parte que lhes cabe, que estão sendo explorados por todos. Esse sentido de vitimização anda de mãos dadas com desejos possessivos e acumuladores subjacentes muito fortes”<sup>219</sup>, e este traço psicológico não pode ser compreendido sem uma conexão com um sistema paranoico para o qual

O *outgroup*, o inimigo escolhido, representa um desafio eterno. Enquanto algo diferente sobreviver, o caráter fascista se sente ameaçado, não importa o quão fraco o outro possa ser [...] ele chega, tendo começado com acusações relativamente brandas, às conclusões mais tresloucadas”.<sup>220</sup>

<sup>217</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 135.

<sup>218</sup> Idem, p. 145, grifos nossos.

<sup>219</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 293

<sup>220</sup> Idem, p. 294.

Assim, Adorno conclui que “a inter-relação entre desejo de morte e a racionalização moralista se torna realmente aterrorizante”.<sup>221</sup> O discurso moralista da corrupção funcionou, funciona e continuará funcionando como um dispositivo comunicacional capaz de ativar o autoritarismo latente em toda sociedade capitalista enquanto servir para canalizar e escoar a agressividade e a destrutividade sistemicamente produzidas nos indivíduos pelas contradições, violências e impotências de uma ordem social em crise. Sua eficácia se deve a que tal discurso permite um alibi insuperável para racionalizar a descarga de agressividade contra o outro apresentado no imaginário como objeto de ódio.

Assim como o discurso do medo apresenta dicotomicamente suas personagens principais - a figura do bandido contraposta à figura do salvador, no caso, o policial militar -, o discurso da corrupção, de maneira semelhante, também opera por meio de *dramatis personae* polarizadas: a odiada figura do corrupto é contraposta às várias formas que adota o herói vingador, que pode se encarnar no Ministério Público, no Judiciário Federal ou na Polícia Federal. Neste sentido, a cobertura da grande mídia sobre estas instituições do sistema de justiça foi muito diferente daquela aplicada à política. Analisando os dados apresentados no seu estudo, Feres Júnior, Barbabela e Bachini concluem que os atos do sistema judicial são apresentados em matérias neutras, recorrendo à “tecnicidade dos procedimentos jurídicos. E ao exaltarem a tecnicidade, afirmam sua superioridade moral perante o mundo corrupto da política”.<sup>222</sup> Na análise das curvas de valências da cobertura política da Operação Lava Jato, estes autores destacam três dados importantes:

O primeiro é a intensidade negativa da cobertura da política nesses quatro canais de comunicação [Jornal Nacional, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo] No seu pico máximo, a cobertura negativa atinge quase 1.200 textos por mês, o que dá aproximadamente dez textos negativos por dia por órgão de mídia [...] O segundo dado é a maneira como a curva da cobertura da Lava Jato segue aquela das contrárias da política. Os picos e vales quase todos coincidem. E por fim, temos a proporção média de participação do tema Lava Jato nas negativas da política, que na média do período ficou em 26%. [...] O total é de 7.820 textos negativos sobre política que tratam da Lava Jato, uma média de quase dois textos por dia por meio, ao longo de três anos. Não há precedente de um escândalo de corrupção que tenha durado tanto tempo e ocupado tanto espaço no noticiário político. *As evidências são claras e contundentes da associação sistemática e contínua de política à corrupção. E elas atingem em cheio os poderes da República que tem direta conexão com o voto popular: o Executivo e o Legislativo.*<sup>223</sup>

A consequência foi um aprofundamento da deslegitimação das instituições democráticas. Certamente, a narrativa do JN não criou os problemas e as sérias limitações da

<sup>221</sup> Idem, p. 293.

<sup>222</sup> FERES JÚNIOR, João; BARBABELA, Eduardo; BACHINI, Natasha, A Lava Jato e a mídia, op. cit., p. 225.

<sup>223</sup> Idem, p. 215-216, grifos nossos.

democracia liberal no Brasil, mas acelerou sua desagregação institucional. Nesse contexto, o discurso da corrupção, centro da narrativa do JN no período 2014-2021, isto é, enquanto durou a parceria com a Operação Lava Jato, contribuiu para uma "associação perversa entre mídia e instituições judiciais", em palavras de Feres Júnior, Barbabela e Bachini. Esta associação foi capaz de colocar a política de joelhos, porém, sem ter as condições de substituí-la:

O Sistema de Justiça tem poder de fato, ou seja, tem a capacidade de fazer suas ordens cumpridas, mas é incapaz de se comunicar diretamente com o povo e, portanto, extrair dele legitimidade para suas ações. A mídia, por seu turno, não tem poder de fazer suas ordens serem cumpridas diretamente, mas tem um acesso amplo ao povo e acesso privilegiado às elites, e, portanto, poder de legitimar as ações que noticia.<sup>224</sup>

Neste quadro assim descrito aparece uma mudança no processo de fascistização, que se refere à irrupção de novos canais de comunicação política possibilitados pela revolução das novas tecnologias digitais, resumidos no combo internet, celulares e redes sociais. A profunda desorganização política e as próprias limitações acima citadas destes dois sócios, o sistema judiciário e a grande mídia, deixaram abertas as portas para a então iminente exploração dos novos meios digitais de comunicação política, estes sim capazes de conseguir o que não conseguia o sistema de justiça (“se comunicar diretamente com o povo”) e o poder midiático (“fazer suas ordens serem cumpridas diretamente”): as novas tecnologias da comunicação digital, as redes sociais e os serviços de troca de mensagens por internet passando, de repente, por cima de todo o poder da mídia tradicional e dos discursos oficiais, se converteram velozmente em um canal ideal de multiplicação e disseminação de discursos “antissistema”, muitos dos quais explicitamente fascistas. O fim do monopólio comunicacional da grande mídia, a intensificação da poluição informacional, a cacofonização das mensagens e a degradação ainda maior do debate político encontraram nas redes sociais suas melhores ferramentas.

Mas o ápice da fascistização comunicacional aconteceria durante a campanha eleitoral de 2018. Previamente, um dos momentos culminantes dessa parceria entre o poder midiático e o poder judiciário, o vazamento ilegal dos grampos telefônicos do então ex-presidente Lula e seu diálogo com a então presidenta Dilma revelados no JN do 16 de março de 2016, acima analisado, revelava o impacto fascistizante que o discurso da corrupção do JN estava provocando na sociedade: a excitação com que o JN encerra essa edição, mostrando protestos de todo tipo Brasil afora, pode ter parecido, naquele momento, uma demonstração do poderio comunicacional da Rede Globo, capaz não só de pautar a política brasileira (a corrupção),

---

<sup>224</sup> FERES JÚNIOR, João; BARBABELA, Eduardo; BACHINI, Natasha, A Lava Jato e a mídia, op. cit., p. 226.



construir o inimigo comum (a organização criminosa segundo a denúncia de Rodrigo Janot), condená-lo midiaticamente (de maneira que o processo judicial parecesse a confirmação do veredicto do JN), e ainda estimular a mobilização de parte da população para que se completasse o esforço de legitimação do golpe em andamento.

É neste sentido que consideramos a narrativa do JN como um proto-discurso do líder, uma vez que a suas estratégias comunicacionais, operando sobre preconceitos e frustrações existentes na população, por meio de um discurso da corrupção funcionando como discurso do ódio, mobilizou parte da sociedade sob a forma de protestos de massas contra um inimigo comum. Entretanto, a narrativa do JN, associando sistematicamente a corrupção aos governos do PT, induzia a condena, *in toto*, das políticas públicas de inclusão social também, provocando uma outra associação, agora não só entre corrupção e crise econômica, mas entre políticas públicas de inclusão social e o papel do Estado frente às desigualdades sociais, fortalecendo o programa de ajuste neoliberal privatista e anti-estatal como resposta à crise. Na medida em que estava em jogo a imposição de um programa de reformas neoliberais radicais, que, em benefício dos grandes interesses econômicos, significava aprofundar o caráter socialmente regressivo do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro, se tornava necessário angariar apoio social para medidas e políticas profundamente antipopulares. Se lembramos que, segundo Adorno, o discurso do líder

não tem como demonstrar que irá melhorar a situação da maioria das pessoas a ponto de seus interesses serem atendidos. Ele precisa, portanto, fazer apelo, acima de tudo, não ao autointeresse racional, mas às necessidades emocionais – frequentemente aos medos e desejos mais primitivos e irracionais<sup>225</sup>,

o JN, a partir do seu repertório principal, o discurso da corrupção, buscou, de maneira semelhante, operar emocionalmente sobre a população criando a impressão de que o Brasil estava mergulhado em uma situação catastrófica, nunca antes vivida, produto exclusivo da decomposição moral de um grupo político particular. O resultado foi que o discurso da corrupção teve fortes efeitos fascizantes na sociedade brasileira, concretizados na crescente mobilização de massas indignadas pela corrupção generalizada cometida por um inimigo comum, contribuindo com a crise de legitimidade das instituições democráticas, a implosão do sistema partidário e a criação de um clima político tipicamente favorável ao surgimento de candidatos oportunistas supostamente “antissistêmicos” com discurso autoritário. Por isso a

---

<sup>225</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 88.

origem do processo de fascistização (seu início, não suas raízes, historicamente mais profundas e complexas), se encontra no discurso da grande mídia como um proto-discurso do líder.<sup>226</sup>

Nesta mesma chave interpretativa, o economista Eduardo Costa Pinto considera que a desagregação institucional do Brasil foi produto da replicação do mecanismo da Lava Jato por todo o Estado, cujo êxito se deveu ao papel que teve a grande mídia em todo este processo. Segundo este autor, uma espiral de instabilidade foi se espalhando em um clima de guerra de todos contra todos, aumentando as probabilidades de saídas autoritárias:

O mecanismo de combate a corrupção da Operação Lava Jato [...] abriu uma caixa de Pandora da desestruturação do Estado de direito, pois, para seguir em sua missão, a operação adotou a seguinte estratégia: vazamento/publicidade → instabilidade → deslegitimação política → legitimidade da operação junto à opinião pública (aumento do seu poder) → pressão sobre às instâncias superiores do judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal (STF), para que essas não coibissem a flexibilização das regras.<sup>227</sup>

Em consequência, segundo este autor,

Com o esgarçamento institucional, as corporações estatais, inclusive as forças armadas, os indivíduos, os pequenos grupos, os políticos, os empresários e os juízes também passaram a balançar o barco (garantir e expandir o seus poderes) para alcançar seus interesses – quer sejam eles para o “bem ou para o mal” (e o que isso possa significar) – tais como: não ir para a cadeia, prender corruptos, combater ou continuar a flexibilização das regras, manter seus auxílios moradia, etc.<sup>228</sup>

E foi neste processo de desagregação institucional que o papel dos meios de comunicação resultou essencial:

A fim de que essa estratégia [da Lava Jato] fosse efetivada, fez-se necessário formar um consórcio entre a Procuradoria Geral da República / “República do Paraná” (os weberianos messiânicos) e os grandes meios de comunicação (Globo, Bandeirantes, Folha, Estadão, etc.). Tal consórcio foi viabilizado pelos vazamentos seletivos e ilegais que foram legitimados, junto à opinião pública, por meio da defesa dos grandes meios de comunicação desse tipo de prática.<sup>229</sup>

Neste sentido, os grandes meios de comunicação iniciaram o processo de fascistização, funcionando como um dispositivo comunicacional do poder alimentando a crise política por

---

<sup>226</sup> De nenhuma maneira estou afirmando que a grande mídia em geral e menos ainda que o JN em particular foram a única causa, exclusiva e isolada, que explica, por si, o processo de fascistização no Brasil. Só tento demonstrar que o discurso da grande mídia foi o vetor principal por meio do qual parte importante da população, sobretudo de classe média, foi mobilizada explorando suas inclinações antidemocráticas, iniciando um processo de fascistização social por sobre as ruínas do sistema político, que se conjugaria com outros processos e atores políticos até chegar à vitória do candidato ultradireitista nas eleições presidenciais de 2018.

<sup>227</sup> COSTA PINTO, Eduardo Costa, **Lava jato, crise institucional e perigo para a Democracia**, Disponível em <[https://www.academia.edu/36324237/Lava\\_jato\\_crise\\_institucional\\_e\\_perigo\\_para\\_a\\_Democracia\\_não\\_há\\_nada\\_tão\\_ruim\\_que\\_não\\_possa\\_piorar?auto=download&email\\_work\\_card=download-paper](https://www.academia.edu/36324237/Lava_jato_crise_institucional_e_perigo_para_a_Democracia_não_há_nada_tão_ruim_que_não_possa_piorar?auto=download&email_work_card=download-paper)>, sem data, Acesso em: 19 de abr. 2023, 2017, p. 1.

<sup>228</sup> Idem, p. 4.

<sup>229</sup> Idem, p. 1.

meio do discurso da corrupção como discurso de ódio. A capilarização desse discurso fascistizante fica evidente quando este mesmo autor conclui que

O que há é uma nova mudança no patamar da crise institucional, pois a linha tênue entre justiça e justicamento está indo além do guarda da esquina, alcançando o cidadão comum que não possui poder de polícia, mas começa a achar que supostamente pode fazer justiça com as próprias mãos (abrindo as portas do inferno), uma evidente guerra de todos contra todos.<sup>230</sup>

Assim, os vazamentos “seletivos e ilegais” da Operação Lava Jato alimentaram o discurso da corrupção do JN e da grande mídia em geral com o objetivo de mobilizar a sociedade contra o governo do PT e assim fabricar apoio social para o golpe e de seu programa de profundização do modelo neoliberal como estratégia de saída da crise. Só que a manipulação das emoções primárias de parte da população, como a agressividade e o ódio, junto com a crise de todo o sistema político partidário, desata processos sociais e reações que não se detêm com uma decisão domingueira de um editor-chefe de jornal. A dinâmica da fascistização, uma vez iniciada, tende a se intensificar e a se autonomizar, implodindo consensos, regras de jogo e o próprio estado de direito. Nestas circunstâncias, os agitadores oportunistas são convocados pelos grandes interesses. As fábricas de candidatos a líderes autoritários se põem em movimento.

O papel que desempenhou o JN se deveu a uma crise política e econômica que o próprio JN contribuiu para aprofundar, a qual, indo além do PT e do Lula, acabou se estendendo a todos os partidos políticos. Como exemplo desta situação, transcrevo as palavras do repórter que transmitiu o protesto contra a nomeação de Lula em Brasília, frente ao Palácio do Planalto, na mesma edição do JN do 16 de março de 2016 acima analisada:

Um grupo de deputados *da oposição* chegou aqui logo depois do início do protesto, mas demorou um pouco e foi logo embora; logo alguns deputados também que chegaram e foram expulsos pelos manifestantes, que não queriam a presença de alguns deputados protestando aqui junto com eles.<sup>231</sup>

Esta não foi a única vez que políticos da oposição ao governo de Dilma Rousseff foram literalmente expulsos de protestos contra o governo. A dinâmica da crise foi além do alvo determinado pela narrativa midiática, Lula e o PT, e a campanha de descrédito da política sempre associada a corrupção acabou afetando todo o conjunto da classe política. Neste sentido, o acelerado desgaste das lideranças do golpe de 2016 e a ulterior crise dos principais partidos políticos revelaria, nesse impasse político, como o JN conseguiu ocupar o papel de partido

<sup>230</sup> Idem, p. 6.

<sup>231</sup> CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, In: YouTube, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 mar. 2023, em 9 min 50 s., grifos nossos.

político na concepção gramsciana. Segundo Carla Luciana Silva, “A organicidade do jornal, dada pelas relações de classe que ele encerra, lhe confere o caráter de atuação partidária, atendendo a objetivos previamente definidos.”<sup>232</sup> E estes objetivos estão referidos a construir a hegemonia para um projeto político que

não é criado por um jornal ou revista específico, tampouco é elaborado no âmbito exclusivo da imprensa, mas remete a uma experiência organizacional mais ampla, seus estados-maiores. Por isso, os grandes jornais e revistas podem ser vistos como os grandes “intelectuais orgânicos do capital”. E estão indissociados do caráter teórico e ideológico de defesa do neoliberalismo e a sua existência prática.”<sup>233</sup>

É possível afirmar que, em função da crise do sistema político que o próprio JN contribuiu para aprofundar, o JN assumiu, durante esses anos, o papel de partido político do grande capital. Ao mesmo tempo, o impacto social do discurso do ódio contra Lula e o PT foi tão devastador que até criou as condições para o início do processo de fascistização e o consequente surgimento do primeiro candidato que soubesse explorar o sentimento antipolítico da população e se apresentar como um *outsider* daquele sistema político deteriorado do qual tinha saído. Mas até o candidato da destruição se apresentar, o JN exerceu um papel político excepcional: funcionou como um intelectual orgânico do capital organizando a narrativa legitimadora do golpe de 2016 por meio do discurso da corrupção e fabricando o consenso para o programa ultraliberal de reformas do Michel Temer. O resultado foi o crescimento de um movimento com características fascistas cujo líder chegaria à presidência em 2018.

Em conclusão, o JN produziu uma narrativa cujo componente central, o discurso da corrupção, tinha características de discurso do líder sem estar corporificado ainda em um líder fascista. *Como se*, retrospectivamente, o JN tivesse cumprido o papel dos agitadores profissionais estudados por Adorno (mas respondendo aos interesses do grande capital sob o formato do jornalismo de referência), criando as condições sociais para que as multidões surgidas dos protestos contra a corrupção ficassem prontas para serem organizadas como massa quando finalmente lhes fosse apresentado seu líder.

Freud explicou que a coesão da massa era produto da figura do líder fascista, do pai primordial da horda renascido; Reich e Adorno estudaram tanto o discurso do Führer como as estruturas de personalidade proclives a apoiar soluções autoritárias. O Brasil padeceu, entre 2014 e 2018, um discurso que pareceu reunir, em um *in crescendo* que alimentava e se alimentava da crise, os elementos essenciais de um discurso do líder (o discurso da corrupção

---

<sup>232</sup> SILVA, Carla Luciana, *Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica*, op. cit., p. 157.

<sup>233</sup> Idem, p. 159-160.

como discurso do ódio), mas sem um líder corporizado ainda. Portanto, não temos, nessa etapa da história brasileira recente, massas propriamente fascistas, mas multidões em processo de formação como massas. Processo de formação de massas no qual o discurso da grande mídia foi essencial. Como vimos no capítulo 1.1, as multidões são efêmeras, e se dispersam com facilidade uma vez cumprida sua convocatória; lhes falta a voz do líder que, contudo, uma empresa de mídia não tem como usurpar. Mas quando a grande mídia veicula o discurso do ódio, dá-se início a um processo de organização do que até esse momento eram multidões dispersas em massas mais coesas. Segundo Adorno e Horkheimer,

A massa é um produto social [...] um amálgama obtido com o aproveitamento racional dos fatores psicológicos irracionais e não uma comunidade originalmente próxima do indivíduo; proporciona aos indivíduos uma ilusão de proximidade e de união. Ora, essa ilusão pressupõe, justamente, a atomização, a alienação e a impotência individual. A debilidade objetiva de todos na sociedade moderna [...] predispõe cada um, também, para a fragilidade subjetiva, para a capitulação na massa dos seguidores. A identificação, seja com o coletivo ou com a figura superpoderosa do Chefe, oferece ao indivíduo um substitutivo psicológico para o que, na realidade, lhe falta.<sup>234</sup>

O discurso do ódio funcionaliza o discurso do medo e sua lenta preparação de décadas de um imaginário social que normaliza o desejo de extermínio do *Outro* que nos ameaça, o bandido. Esta figura midiática encobre o *outro*, que passa a ser percebido como inimigo. Se o discurso midiático policialesco opera sobre o laço social fraturado transformando o próximo em meu inimigo, a quem devo temer, o discurso da corrupção apresenta a figura, insuperável em termos de discurso do ódio, daquele que roubou o que me falta, isto é, *daquele que explica a falta*, o corrupto, a quem devo odiar.

Deste modo, o discurso da grande mídia intervém sobre a dialética pulsional dos indivíduos, exacerbando cirurgicamente a agressividade e seus impulsos destrutivos, e quando o discurso do ódio se conjuga com êxito com o discurso do medo, tem-se suficiente apoio social para colapsar o pacto democrático e vê-lo finalmente substituído pela ideia de que as contradições da objetividade só se resolvem com *rajadas de metralhadora e tiros de pistola*.

### 2.2.7. Do proto-discurso do líder à fragilidade subjetiva

Se a narrativa do JN e da grande mídia, entre 2014 e 2018, executou um discurso do líder ocupando o papel de partido político do grande capital, iniciando um processo de fascistização da sociedade brasileira, Adorno e Horkheimer já reconheciam em um texto de

---

<sup>234</sup> HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor, A massa, *In*: \_\_\_\_\_ (Org.), **Temas básicos da sociologia**, op. cit., Ep. 87.

1956 que “os demagogos semeiam em terreno já cultivado. É por isso que não existem métodos inteiramente seguros para seduzir as massas; o método varia com a disposição delas para serem seduzidas.”<sup>235</sup> Em efeito, o êxito mobilizador do discurso da corrupção se deve a que encontrou em parte da sociedade brasileira certas predisposições psicológicas e ideológicas favoráveis a reduzir a complexidade da crise nacional a uma questão moral e canalizar a agressividade acumulada em direção a um objeto de ódio feito a medida. Adorno e Horkheimer completam a reflexão afirmando que “o demagogo atua na base de predisposições psíquicas, utilizando recursos psicológicos; mas essas predisposições, tal como as finalidades que a obra do demagogo pretende alcançar, estão socialmente condicionadas.”<sup>236</sup> O demagogo, no caso aqui analisado, o JN e seu discurso de ódio como proto-discurso do líder, operou com êxito sobre predisposições autoritárias já existentes na sociedade brasileira. Mas o que deixou preparado o terreno social para o processo de fascistização que dispararia o discurso midiático?

---

<sup>235</sup> Idem, p. 86-87.

<sup>236</sup> Idem, p. 87.

# 3

## **O esgotamento da gestão neoliberal da crise estrutural**

*"o fascismo está organicamente ligado à atual  
crise do regime capitalista e só desaparecerá  
com a supressão deste regime"*

***Antonio Gramsci***

*(Escritos Políticos, Volume 2, 1921-1926, p. 74)*



## 3.1

### Americanismo e pós-fordismo

#### 3.1.1. A fabricação fordista de um novo tipo de homem

*Uma intensificação da civilização europeia:* assim se refere Antônio Gramsci ao fenômeno do fordismo, buscando sublinhar que não se trata de uma mudança “no caráter e nas relações dos grupos fundamentais: trata-se de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização europeia que apenas assumiu uma nova epiderme no clima americano.”<sup>1</sup> Trata-se portanto de uma forma de reafirmação/reorganização da dominação burguesa, que implica uma diferença “não de natureza, mas de grau, em relação ao ‘europeísmo’.”<sup>2</sup> Mas o termo “civilização” indica que se trata de uma transformação histórica com exigências muito superiores à mera adaptação do trabalhador a novas técnicas, a novas formas de trabalhar. A “necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática”<sup>3</sup> exigirá, para o capital, não só “produzir” um novo tipo de trabalhador, mas *fabricar um novo tipo de homem*, segundo a expressão gramsciana, à medida de toda uma nova forma de organização social.

Em *Psicologia de massas do fascismo*, Wilhelm Reich escreveu que “cada ordem social cria nas massas que a compõem as estruturas [de personalidade] de que ela necessita para atingir seus objetivos fundamentais.”<sup>4</sup> Esta observação, que Reich irá desenvolver no contexto de sua perspectiva freudo-marxista, a qual discutimos no capítulo 1.2., encontra certa semelhança no pensamento de Gramsci, quando este afirma, no §11 do Caderno 13 *Breves notas sobre a política de Maquiavel*, que “Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo, *In*: \_\_\_\_\_, **Cadernos do Cárcere**. Volume 4, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 281.

<sup>2</sup> Idem, p. 281.

<sup>3</sup> Idem, p. 241.

<sup>4</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 21.

e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades).”<sup>5</sup> Neste sentido, Gramsci lê o fordismo como um projeto de modernização produtiva que significou simultaneamente a recriação de toda uma forma de organização social e a produção de um novo estilo de vida para a classe trabalhadora, para o qual foi decisiva a intervenção de instituições, novas normas e políticas estatais:

Dado que se opera essencialmente sobre as forças económicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção económica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de "racionalização", de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”.<sup>6</sup>

Por isso Gramsci pode concluir que “Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo.”<sup>7</sup> Essa racionalização dos processos produtivos adquire o nome de *fordista* precisamente em função de ter sido a indústria automobilística a pioneira na reorganização da produção. Como é sabido, foi Henry Ford quem, em 1913, implementou uma nova forma de organização da produção e do trabalho na sua fábrica em Detroit, Michigan, para que seu modelo T se tornasse acessível à classe média e atingisse vendas massivas. E para produzir em massa, era necessário “racionalizar ao extremo as operações efetuadas pelos operários e combater os desperdícios, principalmente de tempo.”<sup>8</sup> Assim, de maneira simplificada, o fordismo consiste no parcelamento das tarefas inspirado no *taylorismo* – a organização científica do trabalho –, sendo que agora “um operário faz apenas um número limitado de gestos, sempre os mesmos, repetidos ao infinito durante sua jornada de trabalho”<sup>9</sup>. As novas formas de produzir consistiam, em primeiro lugar, na reunião destes operários em torno da linha de montagem, cujo ritmo do esforço passava agora a estar controlado pela direção da empresa; em segundo lugar, na necessidade de padronizar as peças assim produzidas (uma mesma peça para um mesmo modelo de carro); em terceiro lugar, na integração vertical da empresa (quando

---

<sup>5</sup> GRAMSCI, Antonio, Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel, *In: \_\_\_\_\_, Cadernos do Cárcere*. Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012, p. 28.

<sup>6</sup> Idem, p. 28.

<sup>7</sup> Idem, p. 248.

<sup>8</sup> GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Boitempo, 1999, p. 18.

<sup>9</sup> Idem, p. 19.

Ford começou a comprar as empresas que fabricavam as peças), o que, finalmente, em quarto lugar, resultou na automatização das fábricas.<sup>10</sup>

A primeira condição, o parcelamento das tarefas, a disposição corporal para o trabalho mecânico, repetitivo, levou Gramsci a afirmar, a partir do contraponto campo-cidade, que “a vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes etc., que não é algo inato, ‘natural’, mas exige ser adquirido”.<sup>11</sup> Isto significa que o fordismo americano envolve não só a produção de um novo tipo de trabalhador com novas habilidades produtivas e seu correspondente disciplinamento corporal, mas de todo um estilo de vida, uma mentalidade, uma visão de mundo: “um novo tipo de homem”. Para Gramsci, “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro.”<sup>12</sup> Como exemplos, este autor refere outras dimensões que vão além das exigidas no estrito ambiente da fábrica, mas que apontam a produzir esse novo tipo de trabalhador, como a “tentativa de criar uma nova ética sexual adequada aos novos métodos de produção e de trabalho”, até a tentativa da “formação de uma nova personalidade feminina.”<sup>13</sup> Estas considerações demonstram a clareza que Gramsci tinha da raiz material (as mudanças exigidas ao trabalhador no chão da fábrica) do que poderíamos chamar de *processos de subjetivação* do fordismo americano, dirigidos a criar aquele "novo tipo de homem" funcional ao novo estágio do capitalismo industrial.

Portanto, americanismo significava que o fordismo envolvia mais mudanças além da racionalização produtiva no interior da fábrica, mas que essas mudanças no “modo de viver, de pensar e de sentir a vida” não resultavam inteligíveis dissociadas das novas exigências produtivas. Partindo das novas condições objetivas, técnicas, materiais da produção, Gramsci demonstrava que “não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado”.<sup>14</sup> Esta relação entre progresso civilizatório e repressão instintual parece se assemelhar às análises freudianas desenvolvidas em obras como *O mal-estar na cultura*, que apresentamos no capítulo 1.2. Porém, se distinguem em que para Gramsci não se trata de um princípio a-histórico aplicável à “humanidade”, em abstrato, mas só é

---

<sup>10</sup> Idem, p. 19.

<sup>11</sup> GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo, op. cit., p. 251.

<sup>12</sup> Idem, p. 266.

<sup>13</sup> Idem, p. 252.

<sup>14</sup> Idem, p. 252.

compreensível quando pensado em função do desenvolvimento de um determinado modo de produção da vida material e relativo às lutas de classes implicadas.

Neste mesmo sentido, quando Gramsci relaciona as “dolorosas repressões dos instintos, da passagem do nomadismo à vida sedentária e agrícola”<sup>15</sup>, está articulando a repressão instintual com determinado estágio do desenvolvimento da produção da vida material, em uma espécie de dialética do processo civilizatório. Também se verifica isto quando Gramsci relaciona “novos tipos de civilização” a “novas formas de produção e trabalho”<sup>16</sup>, ou quando analisa o aparecimento histórico de “ideologias puritanas” ou “crises de libertinismo”, dado que

Até agora, todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades.<sup>17</sup>

Assim, no Dicionário de Liguori e Voza, se assinala que "Em linhas gerais, o 'americanismo' representa nos *Q* a dimensão ideológico-cultural ou ético-política assumida pelo modo de produção capitalista na época contemporânea a *G.*, ao passo que o 'fordismo' constitui sua dimensão técnico-produtiva".<sup>18</sup> Esta distinção é fundamental porque expressa a concepção madura de hegemonia que tinha alcançado no Caderno 22 o pensamento de Gramsci, deixando para atrás análises algo mecanicistas quando referidas à relação estrutura-superestrutura.<sup>19</sup> Isso significa que, se por um lado o "americanismo" no pensamento de Gramsci realizava a crítica do marxismo economicista de sua época (tarefa que desde uma outra perspectiva, como vimos, também enfrentou Wilhelm Reich), demonstrando a centralidade dos fenômenos relativos à denominada superestrutura para compreender as formas da dominação burguesa, por outro lado, também significa que as formações discursivas dos aparelhos privados de hegemonia operando no campo da cultura, dos valores e das visões de mundo não podiam ser dissociados da dimensão econômica da produção material, isto é, do "fordismo" da expressão sintética *americanismo e fordismo*.

Neste sentido, de acordo com Roberto Finelli, para Gramsci “a nova fábrica se faz princípio e síntese da nova totalidade social”, na medida em que ela é, simultaneamente,

1. *produção material de mercadorias*; 2. *produção do nexos social de salário e lucro*, ou seja, da relação de classe central da sociedade contemporânea; e, por fim, é 3.

---

<sup>15</sup> Idem, p. 262.

<sup>16</sup> Idem, p. 263.

<sup>17</sup> Idem, p. 262-263.

<sup>18</sup> BARATTA, Giorgio, Americanismo, In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale, **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**, op. cit., p. 39.

<sup>19</sup> Idem, p. 41.

*produção de um imaginário* [...] de um estilo de vida capaz de uma ética puritana, em oposição a comportamentos dissipadores e improdutivos.<sup>20</sup>

Portanto, esta nova reorganização da sociedade moderna parte, em palavras de Finelli, desta tripla *centralidade da fábrica*, das novas formas subjetivadoras da produção e do trabalho que se concretizavam a partir desse espaço. A conhecida afirmação de Gramsci de que “A hegemonia nasce da fábrica”<sup>21</sup> significa que para este autor, como América ainda estava em uma fase econômico-corporativa em relação a Europa, a construção de hegemonia na América “necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.”<sup>22</sup> Em consequência, o conceito de hegemonia não pode ser limitado ao convencimento ideológico (a produção de um imaginário) ou à violência dos dispositivos subjetivadores (o citado estilo de vida puritano), mas deve considerar igualmente processos de articulação de interesses econômicos, concretos, materiais, entre dominantes e dominados (o nexó social entre salário e lucro que estabelece o fordismo, na expressão de Finelli).<sup>23</sup>

O próprio Gramsci não deixa lugar a dúvidas neste ponto:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.<sup>24</sup>

No capítulo *Bases materiais do consentimento*, Adam Przeworski afirma que “Gramsci frizava que a hegemonia deve assentar-se em bases materiais”.<sup>25</sup> Neste sentido, considera que

<sup>20</sup> FINELLI, Roberto, Americanismo, fordismo e subjetividade, 1997, em **Gramsci e o Brasil**, Disponível em < <https://gramsci.org/?page=visualizar&id=283> > Acesso em 22 de jul. 2023.

<sup>21</sup> GRAMSCI, Antonio, Americanismo e fordismo, op. cit., p. 247.

<sup>22</sup> Idem, p. 247-248.

<sup>23</sup> Se bem o pensamento gramsciano destaca as determinações superestruturais da dominação burguesa, se opondo ao marxismo economicista e determinista da II Internacional e na fase estalinista da III Internacional da sua época, talvez hoje, em outro momento histórico, em um cenário intelectual dominado pelas perspectivas culturalistas ditas pós-modernas, seja necessário reforçar o papel da crítica da economia política na sua obra política e filosófica, evitando um Gramsci pós-moderno para quem o “fordismo” seria fundamentalmente uma ideologia. Neste sentido, enfatizamos que para Gramsci a hegemonia não resulta exclusivamente de discursos mas que envolve, no caso, a combinação entre repressão (sindical), convencimento (ideológico) e também processos de articulação de interesses econômicos entre capitalistas e trabalhadores, o que constitui o fundamento econômico da hegemonia burguesa na era fordista. (Por exemplo, cf. CASTELO, Rodrigo, Gramsci e a crítica da economia política: estudos sobre o mercado determinado, *In: Rev. Katálysis*. Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 122-131, jan./abr. 2020 ISSN 1982-0259, disponível em < <https://www.scielo.br/j/rk/a/9Z3CxRpwmGZnMsM4bkCevhD/#> > Acesso em 26 jul. 2023. Neste texto, o autor considera que a categoria de *mercado determinado* é um dos pontos centrais da unidade dialética entre filosofia, economia e política nos *Cadernos*, sendo que “Nesta unidade, a crítica da economia política tem um peso considerável, o que nem sempre é reconhecido por comentadores da obra de Gramsci.”).

<sup>24</sup> GRAMSCI, Antonio, Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel, op. cit., p. 49.

<sup>25</sup> PRZEWORSKI, Adam, **Capitalismo e social-democracia**, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 164.

As condições objetivas podem estar presentes e ainda assim a hegemonia pode não ser estabelecida, por razões políticas e religiosas autónomas, [...] Entretanto, a base econômica objetiva é necessária não só para estabelecer a hegemonia, mas também para mantê-la continuamente”<sup>26</sup>

Apontando como um erro considerar o Gramsci como “o teórico marxista das ‘superestruturas’, da ‘dominação cultural’, da ‘hegemonia ideológica’”<sup>27</sup>, Przeworski conclui que a hegemonia ideológica somente pode ser mantida se assentada em uma base material.”<sup>28</sup>

Se a centralidade da fábrica impede a dissociação analítica entre a produção material de mercadorias e a produção de um imaginário, a especificidade do americanismo fordista (quer dizer, da nova subjetividade operária reclamada pelo capital) reside em uma “redistribuição entre lucro, salário e renda profundamente diversa daquela do capitalismo do Ocidente europeu [já que]

Com relação ao capitalismo oitocentista e tradicional, baseado na repressão do salário e numa relação orgânica entre lucro e renda, o novo capitalismo americano desloca a renda para uma função marginal e coloca salário-lucro no centro do desenvolvimento econômico.<sup>29</sup>

No §13 de *Americanismo e Fordismo*, Gramsci busca explicar a causa dos altos salários a partir da situação de monopólio: “Na realidade, a indústria americana que paga altos salários desfruta ainda de um monopólio que resulta do fato de ter a iniciativa dos novos métodos; aos lucros de monopólio correspondem salários de monopólio.”<sup>30</sup> Adverte que a inevitável difusão dos novos métodos fordistas de produção necessariamente extinguirá a situação de monopólio e correspondentemente desaparecerão os altos salários, porém, o mais importante nesta análise é que, para Gramsci, o fenômeno dos altos salários “é um fenômeno derivado de uma *necessidade objetiva* da indústria moderna que atingiu determinado grau de desenvolvimento”<sup>31</sup>. Em princípio,

Constituir um quadro orgânico e bem articulado de operários fabris qualificados ou uma equipe de trabalho especializada jamais foi tarefa simples: ora, uma vez constituídos esse quadro e essa equipe, seus componentes, ou parte deles, acabam por vezes não só se beneficiando com um salário de monopólio, mas também não são demitidos no caso de uma redução temporária da produção; seria antieconômico dispersar os elementos de um rodo orgânico constituído com esforço, já que seria quase impossível voltar a agrupá-los, na medida em que a reconstrução deste todo com elementos novos, aleatórios, custaria tentativas e gastos não indiferentes.<sup>32</sup>

<sup>26</sup> Idem, p. 164.

<sup>27</sup> Idem, p. 163.

<sup>28</sup> Idem, p. 164.

<sup>29</sup> FINELLI, Roberto, *Americanismo, fordismo e subjetividade*, op. cit.

<sup>30</sup> GRAMSCI, Antonio, *Americanismo e fordismo*, op. cit., p. 273.

<sup>31</sup> Idem, p. 273, grifos próprios.

<sup>32</sup> Idem, p. 275.

Entretanto, continua Gramsci, os altos salários cumprem uma função central na formação desta nova classe trabalhadora, uma vez que estes permitem

um melhor padrão de vida, ou talvez, mais exatamente, da possibilidade de realizar o padrão de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um particular dispêndio de energias musculares e nervosas."<sup>33</sup>

É neste sentido preciso que o capitalismo de tipo fordista apresenta um caráter *integrador*, na medida em que, para Finelli, “Os altos salários e a conseqüente expansão da demanda permitem a *ampliação de um mercado interno* que não mais vê as rendas e o consumo improdutivo numa posição de grande relevo”.<sup>34</sup> Em outras palavras, a citada centralidade que no fordismo adquire a relação salário-lucro para o desenvolvimento econômico (e o deslocamento da renda para uma função marginal), resulta em uma dinâmica de *inclusão* de trabalhadores nas relações capitalistas de produção (altos salários, aumento da demanda, crescimento do mercado interno, ampliação do consumo). E neste aspecto é que se fundamenta a dimensão econômica da hegemonia fordista: "Ao lado da força (ataques antissindicais, numerosíssimos naqueles anos) e da coerção, foram os altos salários que representaram o momento da persuasão típica da hegemonia"<sup>35</sup>, sem esquecer que "Em longo prazo, G. sugere a hipótese de que as características do fordismo, se combinadas com as modificações das condições sociais e dos costumes, poderiam se generalizar"<sup>36</sup> a outros países, como de fato acabou ocorrendo.

Certamente, a questão dos altos salários se inseria na racionalização dos processos produtivos que o modelo fordista implementava. Baseado nas experiências tayloristas, buscava elevar a produtividade da mão de obra, e portanto, o aumento da exploração da força de trabalho. Por esta causa, "embora os ritmos e os métodos fordistas de trabalho oferecessem uma recompensa para um trabalho exaustivo ou a possibilidade de um padrão de vida 'adequado aos novos modos de produção', não necessariamente forneciam os meios para 'reintegrar' as forças musculares e nervosas consumidas"<sup>37</sup>. Por esta causa, segundo Geraldo Augusto Pinto,

a racionalização puramente *técnica* [...] na verdade implicava um gigantesco processo de racionalização *social*, reservando à classe trabalhadora maior *subordinação* a um automatismo mecânico e, portanto, a uma crescente negação de sua natureza humana".<sup>38</sup>

<sup>33</sup> Idem, p. 275.

<sup>34</sup> FINELLI, Roberto, Americanismo, fordismo e subjetividade, op. cit, grifos próprios.

<sup>35</sup> BOOTHMAN, Derek, Altos salários, *In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale, Dicionário Gramsciano (1926-1937)*, op. cit., p. 36.

<sup>36</sup> Idem, p. 36.

<sup>37</sup> Idem, p. 36.

<sup>38</sup> PINTO, Geraldo Augusto, *A organização do trabalho no século XX*, 1ª ed., São Paulo, Editora Expressão Popular, 2007, p. 48, grifos nossos.

Deste modo, a referida *inclusão* de trabalhadores no sistema fordista deve ser qualificada, uma vez que procurava o aumento da exploração da força de trabalho, e por isso traduzia a estratégia política da classe dominante de conseguir a integração *subordinada* destes à nova ordem produtiva. Assim, o fordismo se configura como um processo de modernização industrial mediante a destruição da combatividade do movimento operário, constituindo uma das formas do que Gramsci denominou *revolução passiva*, junto com o caso do fascismo italiano. De acordo com Angela Tude de Souza,

o fordismo se constitui em uma poderosa arma política nas mãos da burguesia industrial [...] De grupos de resistência, os sindicatos deveriam transformar-se em grupos de produção, repartição e negociação, tornando-se, desta forma, um novo sustentáculo da reorganização social. [...] Era o que permitia que, aos olhos de muitos, a via americana - veiculada pela ideologia fordista - fosse reconhecida como “*progressiva*”, e aparecesse prioritariamente como uma decorrência histórica inevitável do desenvolvimento das forças produtivas, desdobrando-se naturalmente na “*modernização e na racionalização*” da economia e da estrutura social precedentes.<sup>39</sup>

A integração passiva da classe trabalhadora se obtinha através da transferência do conhecimento das diversas etapas produtivas para diferentes gerências da empresa, criando várias categorias de trabalhadores, algumas mais qualificadas e com melhores salários. Isto teve como consequência uma maior fragmentação da classe operária: “A própria formação profissional especializada levou, dentro e fora do ambiente de trabalho, mais à diferenciação entre os trabalhadores segundo suas qualificações do que a uma identificação de sua condição comum de subalternidade.”<sup>40</sup> É neste sentido que Gramsci considerou que, no americanismo,

Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção.<sup>41</sup>

Deste modo, a articulação entre os processos de racionalização do trabalho, a produção em massa de mercadorias, o aumento do controle sobre a classe trabalhadora e a criação de grandes mercados de consumidores, anunciava, para Gramsci, uma nova fase expansiva do sistema capitalista. Isto ia de encontro ao diagnóstico de estagnação e crise terminal do capitalismo feito pela Terceira Internacional<sup>42</sup>, que estava focado na lógica mecânica das

<sup>39</sup> SOUZA, Angela Tude de, Sobre “Americanismo e Fordismo” de Antonio Gramsci, *In: Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, 5: 45-69, Jul./Dez 1991, p. 54.

<sup>40</sup> PINTO, Geraldo Augusto, *A organização do trabalho no século XX*, p. 48.

<sup>41</sup> GRAMSCI, Antonio, *Americanismo e fordismo*, op. cit., p. 247.

<sup>42</sup> Cf. BOTTOMORE, Tom, *Dicionário do pensamento marxista*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2012, *Verbete Internacionais*, p. 311-316.



contradições econômicas objetivas.<sup>43</sup> Como a luta de classes não era só econômica, mas também acontecia no plano das ideias, dos valores, dos modos de pensar e sentir, as análises de Gramsci evidenciavam como uma vasta rede dos chamados “órgãos da opinião pública – jornais e associações”<sup>44</sup>, entre outros aparelhos privados de hegemonia, buscavam moldar a mentalidade desse novo tipo de trabalhador para produzir aquele “novo tipo de homem” que representasse o triunfo da intensificação americana da civilização burguesa. O fordismo, “combinando habilmente a força com a persuasão” sobre a classe trabalhadora, exigia, segundo Gramsci,

compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem.<sup>45</sup>

O controle dos dispositivos de subjetivação (puritanismo, proibicionismo, papel da mulher, controle da sexualidade etc.) escoltados pela combinação de força (desarticulação dos sindicatos combativos) e persuasão (altos salários), aparecia, assim, como esse “esforço coletivo” rápido e consciente “como jamais visto na história” de produzir um tipo de trabalhador e de homem disposto a prestar o consentimento ao projeto hegemônico da burguesia americana para a nova ordem social do capital.

Em termos gerais, o fordismo teve sua época dourada nos chamados *trente glorieuses*, o período entre 1945 e 1975, época de alto crescimento, baixa inflação, baixo desemprego, altos salários, empregos estáveis para a grande maioria dos trabalhadores homens sindicalizados, e toda a proteção que oferecia o Estado de bem-estar social construído nos países europeus. Entretanto, é nos anos 1970 quando toda uma série de transformações e crises conjugadas provocaram sua obsolescência e exigiram das empresas mudanças organizacionais capazes de enfrentar um novo cenário de crescente instabilidade e baixo crescimento. Nesse novo contexto de crise iniciado nos anos 1970, que ainda considerando todos os diferentes estágios que atravessou, dura até os dias de hoje<sup>46</sup>, como poderíamos entender, em termos gramscianos, o impacto das novas formas pós-fordistas de produção sobre as condições laborais e, portanto,

<sup>43</sup> FINELLI, Roberto, Americanismo, fordismo e subjetividade, op. cit.

<sup>44</sup> GRAMSCI, Antonio, Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel, op. cit., p. 96.

<sup>45</sup> GRAMSCI, Antonio, Americanismo e fordismo, op. cit., p. 266.

<sup>46</sup> Referimo-nos à distinção entre duas leituras da crise das economias capitalistas centrais nos anos 1970: por um lado, a versão do *mainstream* econômico que apontava o esgotamento das políticas keynesianas, a insustentabilidade do *Welfare-State*, e o descontrole das finanças públicas (diagnóstico que já anunciava o começo da era das (contra)reformas neoliberais) e por outro lado, a leitura crítica que reconhecia na crise do capitalismo dos anos 1970 uma crise estrutural do capital, nunca superada e se alastrando, em diferentes estágios, até os dias de hoje, cuja última e grave manifestação tem sido a crise financeira do ano de 2008.

também subjetivas da classe trabalhadora? Para tentarmos responder esta questão, precisamos entender também como a saída econômica que o capital encontrou para a crise do fordismo se configurou como um projeto político de recomposição da dominação do capital sobre a classe trabalhadora.

### **3.1.2 Regime de acumulação flexível e modo de (des)regulação neoliberal**

Nos anos 1970, as economias capitalistas centrais entram em crise devido a um conjunto de fatores: uma queda das taxas de lucro das grandes corporações, os choques do petróleo em 1973 e 1979, o conseqüente aumento do preço dos combustíveis, altos índices de inflação, recessão econômica, e um débil crescimento da demanda que as políticas keynesianas não mais conseguiam estimular. A alta inflação, combinada com o quadro de recessão econômica, deu origem ao novo fenômeno da estagflação. Este cenário favoreceu o diagnóstico da época que se resumiu na chamada crise fiscal dos Estados, que em seu conjunto representava o esgotamento do ciclo de alto crescimento verificado nas economias centrais desde finais da segunda pós-guerra. Porém, como David Harvey aponta, o fordismo já enfrentava problemas desde meados dos anos 1960. Em primeiro lugar, naqueles anos a Europa Ocidental e o Japão tinham completado sua reconstrução econômica, e com seus mercados internos saturados, precisavam abrir mercados de exportação para sua produção excedente. Nessas circunstâncias, a economia americana acumulava uma série de desequilíbrios: o próprio êxito da racionalização fordista foi deslocando trabalhadores da indústria, debilitando a demanda efetiva. Ao mesmo tempo, desde 1966 as grandes empresas sofriam queda na produtividade e no lucro, o que, por sua vez, começou a provocar problemas fiscais para o Estado americano. Estes problemas foram enfrentados por meio de uma alta inflacionária, o que terminaria afetando o papel do dólar na economia internacional. Ademais, se somava a este quadro a crescente participação de países da periferia capitalista em pleno processo de industrialização fordista (por substituição de importações na América Latina, com vocação mais exportadora no Sudeste asiático). Em consequência deste cenário assim descrito por Harvey, “daí por diante, a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Breton Woods e de produzir a desvalorização do dólar.”<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> HARVEY, David, **A condição pós-moderna**, São Paulo, Edições Loyola, 1992, p. 135.

No caso da indústria automobilística, paradigma do modelo fordista, ela enfrentava naquele momento uma saturação estrutural do mercado (isto é, o máximo de veículos para cada mil habitantes que uma economia pode comportar) e nesse grave contexto, começa a impactar a revolução tecnológica da microeletrônica, com consequências importantíssimas na reorganização da produção. De acordo com Gounet, a indústria automobilística

foi a primeira usuária de robôs industriais [...], a primeira consumidora de sistemas de concepção/fabricação assistidos por computadores. E berço da aplicação dos sistemas flexíveis e, em geral, da produção informatizada onde todas as funções produtivas serão comandadas por computadores. Essa revolução tecnológica expande as possibilidades de organização da produção. Em especial, permite uma produção mais flexível e ao mesmo tempo mais integrada: *flexível quer dizer melhor adaptável à demanda*; integrada significa que os instrumentos e máquinas estão mais bem interligados.<sup>48</sup>

Neste contexto, o baixo crescimento econômico dos países centrais durante os anos 1970 intensifica a concorrência entre as principais fabricantes no mercado mundial, o que somado a sua crescente internacionalização, força uma adaptação a novas formas de produzir segundo o modelo que estava demonstrando mais sucesso: o *toyotismo*.

Sendo desenvolvido no Japão desde os anos 1950, o modelo organizacional da *Toyota Motor Company* resultou a maneira mais eficiente de a indústria se adaptar a economias de baixo crescimento. Segundo Gounet, resumidamente, no toyotismo

a produção é puxada pela demanda e o crescimento, pelo fluxo. No sistema fordista, a meta era produzir o máximo, em grandes séries. Vender era tarefa do departamento comercial. No Japão, isso não era rentável. É preciso produzir muitos modelos, cada um em pequena quantidade, e é a demanda que deve fixar o número de veículos de cada modelo [...] Assim, a empresa só produz o que é vendido e o consumo condiciona toda a organização da produção.<sup>49</sup>

O sistema toyotista é uma resposta à crise do modelo fordista, na medida em que as características deste último foram revelando rigidezes sistêmicas que impediam sua adaptação ao novo contexto econômico. Se o fordismo se caracterizava pela “produção em série e em larga escala, fundamentada em unidades produtivas altamente verticalizadas e concentradoras de grandes contingentes de trabalhadores especializados, em sua maioria, semiqualeificados”<sup>50</sup>, o modelo toyotista, por sua vez, conseguia produzir e entregar uma mercadoria mais personalizada, atendendo demandas mais específicas, mais rapidamente, com melhor qualidade, e deixando baixa capacidade ociosa na fábrica. Para conseguir isto, de acordo com

<sup>48</sup> GOUNET, Thomas, **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**, op. cit., p. 17, grifos próprios.

<sup>49</sup> Idem, p. 26.

<sup>50</sup> PINTO, Geraldo Augusto, **A organização do trabalho no século XX**, op. cit., p. 39.

os estudos de Geraldo Augusto Pinto, se requeria um novo tipo de empresa, uma empresa que fosse *flexível*:

Isso era obtido pela focalização no produto principal, gerando desverticalização e subcontratação de empresas que passavam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades, com utilização de uma força de trabalho polivalente – agregando em cada trabalhador atividades de execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades.<sup>51</sup>

Qual a consequência desta nova forma de organização da produção para os trabalhadores? A necessidade de adaptar-se rapidamente às flutuações da demanda exigiu a *flexibilização* do trabalho, rompendo, em primeiro lugar, a relação um homem / uma máquina:

o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho em equipe; a relação homem-máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar, o trabalhador deve tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para poder ajudar o colega quando preciso.<sup>52</sup>

Os efeitos sobre os trabalhadores são conhecidos: o toyotismo representa um aumento da exploração da mão de obra, uma vez que o trabalho em equipe lida agora com um sistema informatizado, robotizado (que, por exemplo, passa de uma máquina por trabalhador, no modelo fordista, para uma média de cinco máquinas por trabalhador), sob um gerenciamento *por estresse* (nome técnico real utilizado), e no qual, finalmente, a reação a mudanças no fluxo deve ser imediata. Em tempo: diferentemente da questão dos “altos salários” destacada na análise de Gramsci sobre o fordismo, a citada “polivalência” dos trabalhadores exigida pela empresa Toyota não foi acompanhada por aumento de salários proporcional às novas qualificações.

Como consequência, o sindicato, baseado tradicionalmente na solidariedade de classe, terminou transformando-se em um entrave para a velocidade que exigiam os fluxos da produção neste novo modelo flexível. Ao longo de uma série de conflitos e greves, o sindicato foi sendo enfraquecido e finalmente substituído pelo sindicato-da-empresa, colaborador com o patronato, invenção neste caso da empresa Nissan, ainda nos anos 1950.<sup>53</sup> O alto desempenho econômico japonês a partir dos anos 1970 deveu-se ao sucesso deste modelo toyotista, que seria imitado pelas grandes empresas automobilísticas americanas e europeias e se imporia como nova forma de organização da produção e do trabalho, nas décadas seguintes, em todas as economias capitalistas centrais. Para as empresas, a implantação da produção flexível se deveu a vários motivos: primeiro, porque permitia enfrentar melhor a crise econômica, aumentando a

---

<sup>51</sup> Idem, p. 40.

<sup>52</sup> GOUNET, Thomas, **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**, op. cit., p. 27.

<sup>53</sup> Idem, p. 31.

eficiência produtiva das empresas; segundo, por se adaptar com mais rapidez ao problema da saturação dos mercados; terceiro, por melhor lidar com o impacto das mudanças tecnológicas e, por último, por oferecer uma resposta ao aumento da conflitividade laboral que enfrentava o fordismo na sua última época.<sup>54</sup>

Para os trabalhadores, o toyotismo parece, inicialmente, eliminar o caráter repetitivo e uniforme da linha de montagem fordista, porém, o verdadeiro custo humano desta mudança se revela quando “no toyotismo, o princípio fundamental do taylorismo, ou seja, a luta patronal contra o ócio operário, atinge um patamar superior.”<sup>55</sup> Se o novo princípio é que a produção (o quê se fabrica e quanto se fabrica) está determinada pela demanda, a *fluidéz* se transforma no principal objetivo para o bom funcionamento da empresa. Este imperativo de rápida adaptabilidade é o que dispara uma mudança estrutural no mercado de trabalho, onde as empresas, de agora em diante, vão manter contratado apenas a um mínimo de operários porque, caso aumente a demanda, a empresa poderá obrigar os trabalhadores a fazer horas extra para aumentar a produção ou, senão, poderá contratar trabalhadores temporários. Segundo Geraldo Augusto Pinto,

No sistema toyotista, a autonomia, a polivalência e a organização celular permitiram que a capacidade produtiva dos postos de trabalho passasse a ser flexível, absorvendo variações quantitativas e qualitativas na demanda dos produtos, sem manutenção de estoques e contando com um número idealmente fixo de trabalhadores, dos quais podem ser exigidas jornadas flexíveis, com aumento significativo de horas extras.<sup>56</sup>

Esta nova forma de trabalho exigiria profundas mudanças na legislação laboral, o que já revelava o fim da era dos empregos estáveis, mais típica do fordismo. Neste novo modelo de produção flexível, a empresa, segundo a conjuntura, pode contratar mais operários, porém “a política básica é usar o mínimo de operários e o máximo de horas extras.”<sup>57</sup> Por esta causa, partidos, sindicatos e toda legislação trabalhista que resistissem e se opusessem à *flexibilização* das regulamentações do mercado de trabalho se tornariam os principais inimigos políticos da nova ordem econômica que o grande capital começava a organizar para escapar da crise dos anos 1970. David Harvey apresenta o diagnóstico econômico dominante à época, resumido em uma palavra: “rigidez”. Assim,

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho

<sup>54</sup> Idem, p. 32-33.

<sup>55</sup> Idem, p. 29.

<sup>56</sup> PINTO, Geraldo Augusto, **A organização do trabalho no século XX**, op. cit., p. 63.

<sup>57</sup> Idem, p. 30.

(especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972.<sup>58</sup>

A partir deste diagnóstico, é possível apontar que a passagem do fordismo para o toyotismo se transformava, de um imperativo de mudança técnica no plano da produção, em um *projeto político* de reformulação integral das relações capital – trabalho, certamente com impactos sobre toda a vida social do capitalismo tardio. Completando o diagnóstico apresentado por David Harvey,

Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita *que solapavam, me vez de garantir, a acumulação do capital.*<sup>59</sup>

É neste sentido, portanto, que a adoção e difusão do sistema de produção flexível pode ser entendido, inicialmente, como a reação do capital frente à falta de respostas da produção fordista e das políticas keynesianas para lidar com as contradições que se multiplicavam no denominado "capitalismo administrado" da época: enfrentar o acirramento da competição internacional, recuperar a taxa de lucro das grandes corporações, aumentar a produtividade do trabalho, e tudo isso em um cenário de baixa demanda, alta inflação e instabilidade monetária. Contudo, dado que os consequentes processos de reestruturação produtiva exigidos pelos novos métodos flexíveis exigiam o início da progressiva destruição da legislação e dos direitos trabalhistas e a imposição de formas de trabalho cada vez mais precárias, quando estas exigências econômicas de flexibilização laboral e de desregulação de mercados se organizaram para chegar ao poder como programa político de governo, temos o início de era do capitalismo de gestão *neoliberal*.

De acordo com Edmundo Fernandes Dias, no neoliberalismo

a estratégia capitalista passa a ser a do “desengessamento” das condições da acumulação. [...] Sindicatos, partidos e movimentos sociais são agora considerados não apenas desnecessários mas intoleráveis mas, também, irracionais e obstáculos ao puro desenvolvimento das novas formas econômicas.<sup>60</sup>

A noção de neoliberalismo refere-se neste trabalho a um *projeto político* que, no seu primeiro momento, implica uma luta política, econômica e ideológica do grande capital contra todo tipo de regulamentação estatal da atividade econômica privada. Constitui assim um

<sup>58</sup> HARVEY, David, **A condição pós-moderna**, op. cit, p. 135.

<sup>59</sup> Idem, p. 136, grifos nossos.

<sup>60</sup> DIAS, Edmundo Fernandes, Posfácio, In: BRAGA, Ruy, **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea, São Paulo, Editora Xamã, 1996, p.289-290.

processo de redução da autonomia relativa do político-estatal relativamente ao núcleo de decisões econômicas do grande capital corporativo-monopolista. Mercados cada vez mais desregulamentados, mais flexibilizados, em definitiva, "mercados livres" de toda interferência estatal que não contemplasse os interesses do capital, definiram talvez o lema mais poderoso da *propaganda ideológica* do que poderíamos chamar de projeto de reforma neoliberal das sociedades modernas. Com tais bandeiras, o neoliberalismo chega ao poder em 1979 na Inglaterra com a eleição de Margareth Thatcher para o cargo de primeira-ministra, e nos Estados Unidos em 1980 com a eleição do republicano Ronald Reagan para presidente, inaugurando a era das reformas "orientadas para o mercado", que introduzimos no ponto 2.1.5 deste trabalho. Estas verdadeiras *contrarreformas* liberalizantes, que os países centrais passaram a implementar nos anos 1980, e que fazem parte da agenda política de todos os governos dos países latino-americanos, em maior ou menor medida, desde os anos 1990 até o presente, tinham entre seus primeiros objetivos econômicos desregular mercados para favorecer a implantação de um novo modelo de capitalismo que David Harvey denominou "capitalismo de acumulação flexível".<sup>61</sup>

### 3.1.3 Uma subjetividade flexível para muito além da fábrica

Está claro que o toyotismo e as variações de suas réplicas ocidentais buscavam um aumento da produtividade implementando a produção flexível, respondendo mais rapidamente às variações da demanda, acelerando o ritmo da produção, sem aumentar o número de trabalhadores ou sequer garantindo estabilidade para aqueles que ficavam "dentro" do sistema. Assim apresentado o novo modelo de organização da produção, surge a pergunta: que novo tipo de trabalhador exigia a nova fábrica toyotista? E como consequência, que nova subjetividade (que "novo tipo de homem") começava a ser produzido através da nova sociabilidade neoliberal?

Já referimos que a intensificação da exploração da força de trabalho se conseguia pela reorganização dos postos de trabalho da antiga linha fordista de produção em série com funções únicas e fixas, em equipes (chamadas de "células de produção"), que agora se ocupavam de toda uma etapa da produção, com cada trabalhador assumindo novas funções. De acordo com Geraldo Augusto Pinto<sup>62</sup>, a novidade é que agora cada equipe de trabalhadores é responsável por cumprir as metas e é ela quem passa a distribuir as tarefas internamente. Desta maneira, o

<sup>61</sup> Cf. HARVEY, David, Parte II – A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX, *In*: \_\_\_\_\_, *A condição pós-moderna*, op. cit., p. 115-184.

<sup>62</sup> Cf. PINTO, Geraldo Augusto, *A organização do trabalho no século XX*, op. cit., p. 65-72.

controle pela empenho e pela produtividade de cada indivíduo é da própria equipe de trabalhadores, que passa a operar em uma “gerência por estresse”, o que significa um estado de alerta permanente para poder reagir com rapidez às variações da demanda, segundo o fluxo de informações provindas de outras células. Para Edmundo Fernandes Dias,

O caso das ilhas de produção é exemplar: faz-se com que um trabalhador vigie o outro, dispensando assim a vigilância do patrão. Diminui-se o número de capatazes explícitos, cria-se um crescente quadro de ‘servos voluntários’.<sup>63</sup>

Neste contexto, “a alocação frequente dos trabalhadores polivalentes entre variadas atividades provoca-lhes sucessivas *crises de adaptação* – pois se exigem inúmeras habilidades, sempre em mutação.”<sup>64</sup> Entretanto, essa multifuncionalidade não se limita às tarefas relativas à etapa da produção da qual se responsabiliza uma célula: além destas, se exige dos trabalhadores

a responsabilidade pela manutenção dos equipamentos com que trabalham, a limpeza do local de trabalho, o controle de qualidade de seus produtos e mesmo a tarefa de se reunir periodicamente e propor à administração da empresa modificações que elevem a sua própria produtividade.<sup>65</sup>

Entre as sugestões que resultam das reuniões das equipes de trabalhadores, as quais não contam com a presença da gerência, se encontram propostas para redução de custos e de melhora de qualidade. Diferentemente da organização fordista, na qual a responsabilidade pelo aumento da eficiência e da qualidade da produção era das gerências, a responsabilização das células de trabalhadores, no modelo toyotista, os coloca em uma situação de “autoexploração”.<sup>66</sup> Neste contexto de sobrecarga de trabalho, polivalência, rápida adaptabilidade a novas funções e mutua responsabilização (e cobrança) pelo rendimento e pela qualidade da produção, verificam-se nos trabalhadores “processos compulsivos de autoaceleração”<sup>67</sup>, nos quais a equipe intensifica de repente seu ritmo de trabalho para exercer uma pressão sobre os trabalhadores mais lentos da célula. Como conclusão, o trabalhador internaliza os objetivos da empresa, quebrando todo tipo de solidariedade de classe, uma vez que, na expressão de Edmundo Fernandes Dias, “Trata-se de destruir não apenas o trabalhador coletivo, mas os coletivos de trabalho.”<sup>68</sup>

Se no modelo fordista, segundo Angela Tude de Souza, “as bases da sociabilidade entre trabalhadores [se organizavam] pela mediação e subordinação das relações interpessoais e

<sup>63</sup> DIAS, Edmundo Fernandes, Posfácio, op. cit., p. 295.

<sup>64</sup> PINTO, Geraldo Augusto, **A organização do trabalho no século XX**, op. cit., p. 65-66, grifos nossos.

<sup>65</sup> Idem, p. 69.

<sup>66</sup> Idem, p. 68.

<sup>67</sup> Idem, p. 67-68.

<sup>68</sup> DIAS, Edmundo Fernandes, Posfácio, op. cit., p. 294.



subjetivas à linha de montagem e às formas de controle e supervisão *externas*”<sup>69</sup>, o novo tipo de trabalhador exigido pela *celularização* do fluxo contínuo de produção é resultado da *interiorização* das exigências empresariais, o que significa que o controle e a coerção do trabalho são assumidas como próprias, pelo trabalhador, contra si próprio.

Aqui que deitam raízes as novas formas de subjetividade flexível dos trabalhadores, ou a personalidade neoliberal do indivíduo da sociedade pós-fordista. A internacionalização dos imperativos produtivos e de seus valores configuram uma estrutura de personalidade que se contrapõe ao tipo de estrutura do trabalhador fordista.

Se a subjetividade do trabalhador fordista surgia de todo um sistema disciplinar baseado na repressão, assim como analisado por Gramsci, o trabalhador do capitalismo de produção flexível é resultado do deslocamento da centralidade do mundo do trabalho para mundo do consumo. A repressão e o disciplinamento dos instintos são substituídos pelo *imperativo do gozo*, mediante a captura e formatação do desejo pela indústria cultural. A estrutura de personalidade neurótica, analisada por Freud, dá lugar à estrutura perversa objeto da reflexão lacaniana. Maria Rita Kehl aponta que Freud vinculou a neurose obsessiva ao funcionamento da sociedade de sua época. Neste sentido,

aquela era uma sociedade que funcionava sob o imperativo do trabalho e a interdição de todos os excessos. Resumindo: uma sociedade capitalista em expansão. Nesta sociedade, o sofrimento neurótico era a norma, e a perversão, exceção. [...] Aquela não era uma sociedade “de consumo”, era uma sociedade “de produção” (industrial). Hoje [...] o imperativo social deslocou-se do eixo renúncia-trabalho, para o da acumulação e do consumo. O imperativo do gozo substituiu a interdição do excesso, e embora gozar plenamente seja impossível para o ser humano, é este gozo que o supereu, reproduzindo os discursos dominantes e os valores em circulação, exige dos sujeitos. A perversão, e não a neurose, é o modo dominante, invisível, de organização do laço social.<sup>70</sup>

Entretanto, se a economia pós-fordista se funda numa dinâmica excludente, onde a pressão coercitiva não é mais exercida uniformemente sobre todos os trabalhadores senão sobre aquela fração ainda “empregável”, para o neoliberalismo, que representa o projeto da desistência das classes dominantes “de integrar a população, seja à produção, seja à cidadania”<sup>71</sup>, não haveria mais necessidade de implementar nenhum equivalente às “iniciativas puritanas” que analisou Gramsci. Esta mudança explicaria a passagem da estrutura neurótica para a perversa na era neoliberal.

<sup>69</sup> SOUZA, Angela Tude de, Sobre “Americanismo e Fordismo” de Antonio Gramsci, op. cit., p. 55, grifos nossos.

<sup>70</sup> KEHL, Maria Rita, Fetichismo, In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita, **Videologias**: ensaios sobre televisão, op. cit., p. 74.

<sup>71</sup> OLIVEIRA, Francisco de, A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda, op. cit., p. 215

Os dispositivos de subjetivação pensados por Gramsci como “um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho”<sup>72</sup> que, entre outras dimensões, “exigem uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso)”<sup>73</sup>, resultam desnecessários para um projeto de dominação que consiste em administrar o novo *apartheid*, na medida em que não existe a exigência *universal* de adequação de toda a classe trabalhadora às novas formas da produção flexível do capitalismo pós-fordista. A *desuniversalização da dominação*, citando a expressão de Francisco de Oliveira<sup>74</sup>, transmuta toda política de disciplinamento social fordista baseada em uma forte repressão instintual de tipo autoritário-patriarcal em novas formas de subjetivação expressas na figura do indivíduo que se administra a si próprio, que se disciplina a si próprio. O trabalhador, jogado no jogo do empresário-de-si, assumindo simultaneamente os dois papéis, de explorador e de explorado, está condenado a fracassar tentando cumprir metas inatingíveis vedadas pela objetividade invisibilizada pela ideologia empreendedorista. A subjetivação neoliberal é a metamorfose das contradições do sistema em impotências individuais.

---

<sup>72</sup> GRAMSCI, Antonio, *Americanismo e fordismo*, op. cit., p. 251.

<sup>73</sup> *Idem*, p. 264.

<sup>74</sup> OLIVEIRA, Francisco de, *A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda*, op. cit. p. 220

## 3.2

### O nexu neoliberalismo - neofascismo

#### 3.2.1. O neoliberalismo como forma pós-hegemônica de dominação

Se “A hegemonia nasce da fábrica”, seria um erro forçar um paralelismo analítico e pensar que, assim como para Gramsci o americanismo representava um processo de intensificação da civilização burguesa, que envolvia a produção de um novo tipo de trabalhador e, ademais, de um novo tipo de homem, o capitalismo de acumulação flexível de gestão neoliberal seria o mais novo estágio da ordem social do capital, que, muito esquematicamente, produziria de dentro de sua fábrica pós-fordista tanto seu próprio novo tipo de trabalhador flexível (ou, melhor, *flexibilizado*), como também um “novo tipo de homem”, acorde ao novo estágio neoliberal da civilização burguesa.

O ponto de partida deve ser o reconhecimento de que a crise dos anos 1970 e o início da era do capitalismo de gestão neoliberal nos anos 1980 significaram a ruptura do compromisso com a integração subordinada dos trabalhadores via Estado de bem-estar social à racionalidade capitalista. Segundo Edmundo Fernandes Dias,

A crise geral das décadas 70 e 80 rompeu o compromisso do welfare state. Esta tinha sido a estratégia assumida pelos capitalistas e pelo seu Estado, em alguns países, para, através de políticas sociais compensatórias, buscar a “fidelidade das massas”, legitimando assim a ordem burguesa. Agora, com esta crise, o capitalismo busca se livrar das grandes conquistas sociais que fora obrigado a aceitar face à alternativa socialista.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> DIAS, Edmundo Fernandes, Posfácio, op. cit., p. 288-289.

Conseqüentemente, este autor conclui que “Entregue a si mesmo, o capitalismo aprofundará a miséria e o *apartheid* social não declarado.”<sup>2</sup> O início da era deste *apartheid* neoliberal começou com a divisão da classe trabalhadora em duas categorias diferentes, derivadas das exigências do novo tipo de produção flexível toyotista. Na primeira categoria, na descrição de Geraldo Augusto Pinto, se encontram os trabalhadores

mais escolarizados, dos quais se exige mais participação e polivalência. Porém, observa-se que esse grupo embora necessário às novas estratégias de produção, concentra-se sobretudo nas grandes empresas líderes, na maioria dos casos [...] nos círculos operacionais ou gerenciais mais importantes, bem como em alguns dos principais países capitalistas.”<sup>3</sup>

Na segunda categoria, encontram-se os trabalhadores temporários, que o modelo flexível convocava e dispensava segundo as necessidades determinadas pelo aumento da demanda, os trabalhadores terceirizados e aqueles que, menos qualificados, foram abandonados na cada vez maior economia informal. Este universo de trabalhadores,

numericamente muito maior do que o primeiro, congregando diversas categorias de trabalhadores dispersos por vários países e setores econômicos, sofre a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação (negociada ou não) das condições de seu trabalho em relação às normas legais e, conseqüentemente, vê regredir constantemente seus direitos sociais em meio a uma crescente ausência de proteção e expressão sindical.<sup>4</sup>

A inversão realizada pelo projeto neoliberal foi apresentar os direitos sociais dos trabalhadores e as políticas compensatórias como causas da crise e, portanto, como entraves para a acumulação. Como conseqüência, para Edmundo Fernandes Dias, “A concepção segundo a qual os direitos sociais podem ser expandidos e, através deles, *se incorporar o conjunto da sociedade* é agora claramente subversiva ao capital.”<sup>5</sup> Deste modo, o neoliberalismo, entrando na sua segunda década dos anos 1990 com a dissolução da União Soviética e do bloco de países socialistas da Europa Oriental, consolida o fim de “todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania”<sup>6</sup>, constituindo assim uma forma não-hegemônica de garantir a dominação burguesa. Se, como escreveu Gramsci, junto com a coerção, “O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso”<sup>7</sup>, e o neoliberalismo pode ser resumido, em palavras de Edmundo Fernandes Dias, como “o

<sup>2</sup> Idem, p. 287.

<sup>3</sup> PINTO, Geraldo Augusto, **A organização do trabalho no século XX**, op. cit., p. 41-42.

<sup>4</sup> Idem, p. 42.

<sup>5</sup> DIAS, Edmundo Fernandes, Posfácio, op. cit., p. 293., grifos nossos.

<sup>6</sup> Idem, p. 289.

<sup>7</sup> GRAMSCI, Antonio, Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel, op. cit., p. 49.

fortalecimento do Estado na perspectiva capitalista e o enxugamento dos direitos sociais [no qual] A cidadania tem que ser reduzida praticamente a letra morta”<sup>8</sup>, não é possível referir-se a algo assim como uma *hegemonia* neoliberal. Se no fordismo americano a hegemonia “nascia da fábrica” porque envolvia uma combinação de “força e consenso” (destruição de sindicatos combativos conjuntamente com “altos salários”); agora, no americanismo pós-fordista, a “persuasão” da estabilidade fordista e dos “altos salários” desaparece sob a forma de baixos salários, aumento da exploração para os sobrecarregados trabalhadores “polivalentes ou multifuncionais” e emprego temporário, informalidade ou exclusão definitiva para o resto.

Conceitualizar o neoliberalismo como forma pós-hegemônica de dominação do capital aponta para trabalhar com a processualidade histórica desse projeto político, na qual década a década, dos anos 1980 até o presente, a dinâmica excludente do neoliberalismo foi se aprofundando, revelando uma espécie de deslocamento do campo da construção hegemônica do poder, herdada do período fordista, para formas de exercício do poder cada vez mais tecnocráticas e excludentes, *pari passu* cada rodada de (contra-)reformas “orientadas para o mercado”, como o desmonte de direitos laborais, privatizações, desregulação de mercados, ajustes permanentes do gasto social, etc. Segundo Edmundo Fernandes Dias, “Se no início do capitalismo, a cidadania se pretendia expansiva, agora ela é *necessariamente* restritiva. Cortam-se, destroem-se direitos sociais, asfixiam-se possibilidades de organização sindical, produzem-se mutações no processo partidário e, acima de tudo, trata-se de desideologizar, de despolitizar a luta”.<sup>9</sup> O neoliberalismo como projeto político engendra, inevitavelmente, a crise de legitimidade do regime democrático em função da concretização progressiva, década a década, de uma “desuniversalização da dominação”, na expressão de Francisco de Oliveira.<sup>10</sup>

Já referimos a análise de Roberto Finelli, na qual afirma que

para Gramsci o americanismo se baseia numa relação e redistribuição entre lucro, salário e renda profundamente diversa daquela do capitalismo do Ocidente europeu. Os altos salários e a conseqüente expansão da demanda permitem a ampliação de um mercado interno que não mais vê as rendas e o consumo improdutivo numa posição de grande relevo. Com relação ao capitalismo oitocentista e tradicional, baseado na repressão do salário e numa relação orgânica entre lucro e renda, o novo capitalismo americano desloca a renda para uma função marginal e coloca salário-lucro no centro do desenvolvimento econômico.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> DIAS, Edmundo Fernandes, Posfácio, op. cit., p. 297.

<sup>9</sup> Idem, p. 297.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda, op. cit., p. 220.

<sup>11</sup> FINELLI, Roberto, Americanismo, fordismo e subjetividade, 1997, em **Gramsci e o Brasil**, Disponível em < <https://gramsci.org/?page=visualizar&id=283> > Acesso em 22 jul. 2023.

Partindo desta conceituação, se o fordismo, na expressão de Finelli, se baseia na centralidade da relação salário-lucro, deslocando renda e consumo improdutivo para uma função marginal, a expulsão de trabalhadores que opera a flexibilização neoliberal dos direitos laborais representa uma desconexão relativa entre o lucro e o salário. Esta desconexão pode explicar que a recomposição da taxa de lucro tenha resultado na financeirização da acumulação. A “volta” da renda, agora oriunda da especulação financeira, no capitalismo globalizado de gestão neoliberal, aparece como a outra face da perda de centralidade do salário relativamente ao papel que teve na equação fordista, o que possibilitou análises centradas na chamada crise da sociedade salarial.<sup>12</sup>

No Brasil, de acordo com Ruy Braga, “foi o processo de ampliação da *cidadania salarial* que cimentou o consentimento das massas populares em relação ao Estado burguês no país.”<sup>13</sup> Segundo este autor, desde a primeira legislação protetiva dos trabalhadores durante a ditadura de Getúlio Vargas nos anos 1930, passando pela promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, pela consolidação de uma identidade de classe “empregada na indústria fordista ou não” durante os anos 1950 e 1960, até os direitos sociais reconhecidos na Constituição de 1988, tratou-se de um longo ciclo histórico de construção, “ainda que frágil e problemática”, de uma sociedade salarial.<sup>14</sup> Contudo, este processo sofreria uma reversão decisiva com o golpe de 2016 contra o governo de Dilma Rousseff, que os governos neoliberais dos anos 1990 não tinham conseguido realizar:

A partir de então, aprovou-se um teto constitucional para os gastos públicos que atinge severamente os gastos sociais, sem alterar o principal gasto do governo federal que é sua conta de juros e de amortizações da dívida pública. Além disso, aprovou-se uma lei que permite a universalização da terceirização e uma contrarreforma da CLT que, em termos práticos, elimina a promessa da sociedade salarial para a imensa maioria dos trabalhadores brasileiros. Além de permitir a generalização do trabalho terceirizado e intermitente, atinge mortalmente a função dos sindicatos no país de fiscalizarem o respeito aos direitos trabalhistas pelas empresas por meio do princípio do negociado sobre o legislado, a contrarreforma votada pelo congresso nacional no dia 11 de julho de 2017 permite incontáveis formas de flexibilização da jornada de trabalho, colocando um ponto final naquele ciclo protetivo<sup>15</sup>

O desmonte da sociedade salarial, processo que se verifica em muitos outros países submetidos aos mesmos ditames do neoliberalismo e suas receitas, confirma a perda da centralidade que a relação salário-lucro tinha no fordismo. Vimos que a reação do capital frente

---

<sup>12</sup> Cf. CASTEL, Robert, *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário, Petrópolis, Editora Vozes, 2015.

<sup>13</sup> BRAGA, Ruy, O golpe parlamentar e o fim da sociedade salarial no Brasil, Disponível em < <https://www.dmtemdebate.com.br/o-golpe-parlamentar-e-o-fim-da-sociedade-salarial-no-brasil/> >, Acesso em 2 ago. 2023.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Idem.

à crise de estagflação dos anos 1970 e ao aumento do protesto social que se propagava por todos os países centrais, foi

violenta, golpeando duramente as organizações trabalhistas, avançando contra as políticas de bem-estar social e as políticas sociais de maneira geral, destruindo direitos trabalhistas, precarizando o trabalho, aumentando a exploração e impondo a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatizações<sup>16</sup>

Porém, esta recomposição da dominação que significou a destruição das bases da que tinha sido até então a hegemonia burguesa durante o capitalismo fordista, foi acompanhada por outro processo concomitante: as grandes corporações enfrentaram a crise dos anos 1970 internacionalizando sua produção, buscando mundo afora mão de obra mais barata e legislações favoráveis às formas mais flexíveis de contratação. Este processo de transnacionalização da produção foi favorecido pela revolução tecnológica da microeletrônica e das novas tecnologias de telecomunicação, mas promovendo, ao mesmo tempo, segundo Gustavo Moura de Cavalcanti Mello, uma mudança fundamental: “Este avanço das grandes corporações capitalistas em escala global exigiu grandes estruturas de financiamento, e também o estabelecimento de fluxos financeiros muito intensos para garantir a mobilidade do capital em escala mundial num ritmo cada vez mais acelerado.”<sup>17</sup> A partir de então, de acordo com Claude Serfati, o fato decisivo é que “A mundialização financeira elevou consideravelmente o grau de liquidez e a mobilidade de recursos centralizados” pelos grandes grupos industriais.<sup>18</sup> Por conseguinte, “os grupos dispõem de meios diversificados que facilitam uma circulação do capital-dinheiro (ou capital monetário), no seio do qual *as formas produtivas e financeiras se interpenetram permanentemente*”<sup>19</sup>. Assim, para este autor, “as clivagens entre estas duas formas de valorização, frequentemente consideradas como ‘polares’, são hoje menos claramente demarcadas do que se pensa.”<sup>20</sup> Como conclusão, a desregulamentação e abertura dos mercados financeiros propiciadas pelo neoliberalismo, alteraram profundamente os modos como os grandes grupos predominantemente industriais valorizavam seu capital: “Com efeito, eles se transformam cada vez mais claramente em grupos financeiros.”<sup>21</sup> A consequência da participação dos grandes grupos multinacionais como atores principais da globalização

<sup>16</sup> MELLO, Gustavo M. de C., A atualidade da crítica de Marx ao sistema de crédito, In: \_\_\_\_\_, NAKATANI, Paulo (Orgs.), **Introdução à crítica da financeirização**: Marx e o moderno sistema de crédito, 1ª ed., São Paulo, Expressão Popular, 2021, p. 145.

<sup>17</sup> Idem, p. 146.

<sup>18</sup> SERFATI, Claude, O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia, In: CHESNAIS, François (Coord.), **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos, São Paulo, Xamã, 1998, p. 142.

<sup>19</sup> Idem, p. 142, grifos nossos.

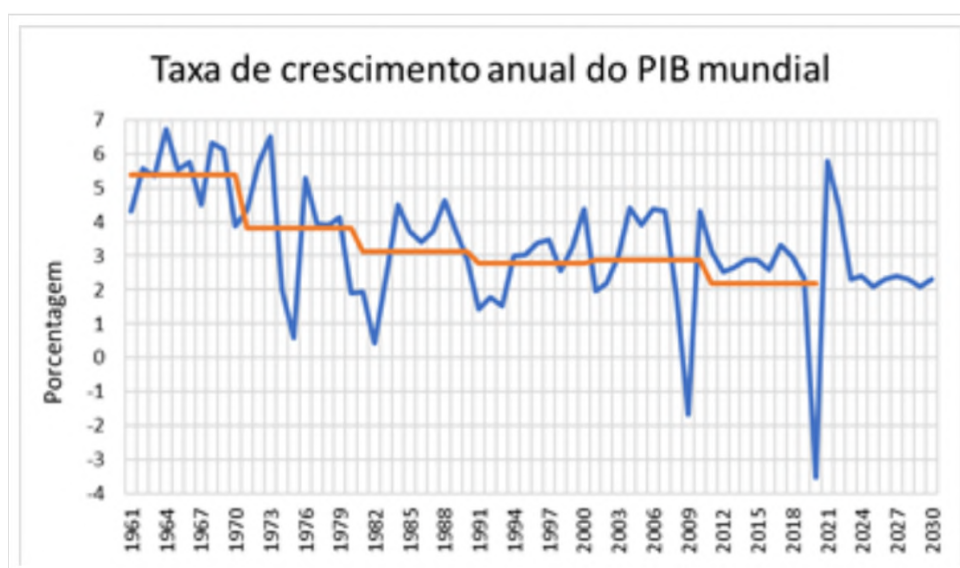
<sup>20</sup> Idem, p. 142.

<sup>21</sup> Idem, p. 142.

financeira é que “eles próprios são cada vez mais considerados ‘ativos de rendimento’ pelos fundos de pensão e de arbitragem e outros ‘investidores institucionais’, cujos representantes nos conselhos de direção têm os olhos pregados na distribuição trimestral de dividendos.”<sup>22</sup> Serfati aponta “os efeitos devastadores” da financeirização das grandes empresas, “em termos de emprego, de questionamento dos direitos coletivos e sociais (que passam a ser chamados de ‘privilégios’), e da marginalização de camadas inteiras da população mundial.”<sup>23</sup>

A progressiva financeirização da acumulação tem sido a consequência do novo modelo neoliberal de acumulação, por meio do qual se buscava recompor a taxa de lucro do grande capital e retomar o crescimento econômico. Entretanto, segundo Eleuterio Prado, “as taxas de crescimento do PIB global têm caído tendencialmente desde o fim da II Guerra Mundial. Se entre 1961 e 1970, esse indicador avançou segundo uma taxa média de 5,4% ano, nas décadas seguintes, essa taxa foi caindo até chegar à média de 2,2% ao ano entre 2011 e 2020.”<sup>24</sup>, como mostra o Gráfico 4:

Gráfico 4 – Taxa de crescimento anual do PIB mundial (1961-2020)



Fonte: Banco Mundial<sup>25</sup>

<sup>22</sup> Idem, p. 143.

<sup>23</sup> Idem, p. 143.

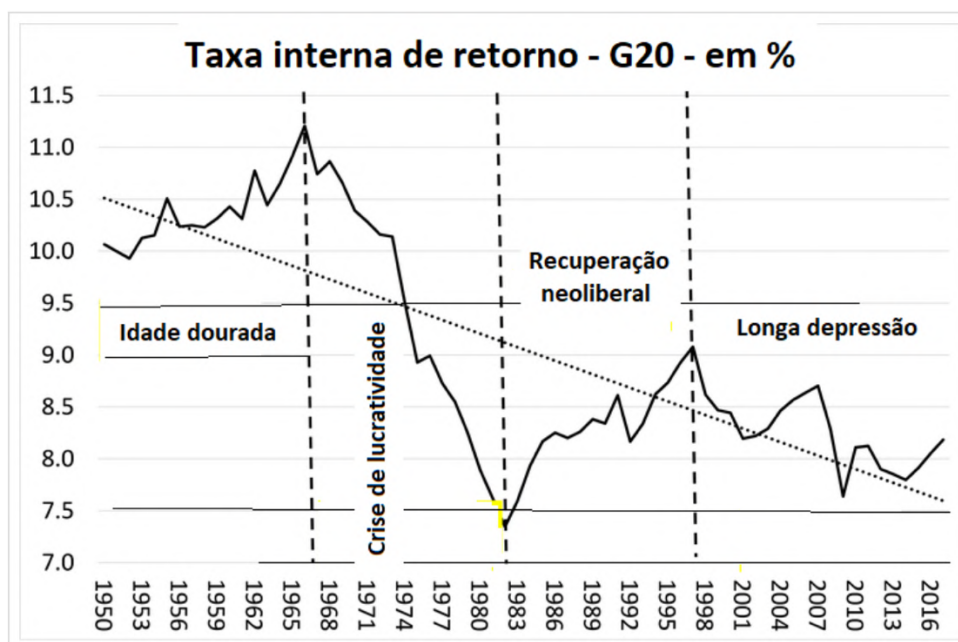
<sup>24</sup> PRADO, Eleuterio, Do futuro da economia mundial, *In*: Blog **Economia e complexidade**, 26 jul, 2021, Disponível em < <https://eleuterioprado.blog/2021/07/26/do-futuro-da-economia-mundial/> >, Acesso em 5 ago. 2023.

<sup>25</sup> BANCO Mundial *apud* PRADO, Eleuterio, Do futuro da economia mundial, op. cit. Este autor explica no seu artigo que para determinar a taxa de lucro do gráfico, “tomou-se a taxa interna de retorno para o G20 (uma média ponderada construída com os dados da Penn World Table 9.1) como representativa, já que o G20 inclui as vinte maiores economias, as quais respondem por cerca de 70% do PIB mundial.”



Em termos gerais, a taxa de crescimento depende das decisões de investimento, baseadas nas expectativas de retorno sobre o capital investido. Por isso a taxa de lucro é um dado fundamental, porque com baixa rentabilidade, haverá baixos níveis de investimento. O seguinte gráfico mostra qual tem sido a lucratividade dos últimos ciclos econômicos para as 20 maiores economias do mundo:

Gráfico 5 – Taxa de lucro das economias dos países do G20 (1950-2016)



Fonte: Michael Roberts<sup>26</sup>

Deste modo, a tendência declinante do crescimento do primeiro gráfico se explica pela tendência declinante da taxa de lucro, durante o mesmo período, do segundo gráfico. Eleuterio Prado conclui que

o neoliberalismo não foi capaz de produzir uma recuperação forte da economia mundial, capaz de levar as economias dispersas na superfície do planeta Terra aos patamares obtidos após o fim da II Guerra Mundial. De qualquer modo, enquanto regime de acumulação prevalecente nos últimos 40 anos, o neoliberalismo parece agora estar em processo final de esgotamento – sem que se saiba ainda o que vai substituí-lo.<sup>27</sup>

Se o projeto neoliberal fracassou em criar as condições para a resolver a crise orgânica dos anos 1970, é possível referirmos ao neoliberalismo, seguindo a expressão de Gustavo Moura de Cavalcanti Mello, como uma “‘fuga para frente’ em relação aos gargalos e aos impasses do capital, que *apenas retardam e agravam os problemas estruturais*.”<sup>28</sup> Sintoma de

<sup>26</sup> ROBERTS, Michael, *apud* PRADO, Eleuterio, Do futuro da economia mundial, op. cit.

<sup>27</sup> PRADO, Eleuterio, Do futuro da economia mundial, op. cit.

<sup>28</sup> Idem, 146-147, grifos nossos.

que os problemas estruturais do capitalismo contemporâneo não conseguiram ser resolvidos é que, enquanto a economia real apresentou nas últimas décadas uma tendência à queda da taxa de crescimento, os mercados financeiros não deixaram de crescer e se expandir. Mello resume esta situação afirmando que “as grandes corporações buscam compensar as baixas taxas de lucro por meio de ganhos especulativos, e mergulham numa espiral de endividamento.”<sup>29</sup> No mesmo sentido, François Chesnais demonstrava que “A gradativa constituição de uma massa de capitais procurando valorizar-se de forma financeira, como capital de empréstimo, só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção”.<sup>30</sup> Confirmando que “a mundialização financeira não pode ser compreendida fora do que os regulacionistas chamam de ‘crise do modo de regulação fordista’”<sup>31</sup>, Chesnais questiona se

as transformações que se deram [...] nas condições de remuneração, de contratação e de trabalho dos assalariados [...], com a generalização dos contratos precários, a subordinação aos requisitos de flexibilização das empresas, a queda relativa dos salários, tudo baseado num desemprego elevado e em elevação [...] podem ser atribuídas unicamente aos efeitos da mudança tecnológica? Ou estariam ligadas também ao crescente peso das finanças e às exigências as novas instituições financeiras não-bancárias?<sup>32</sup>

Com o aumento da desigualdade social, a precarização do emprego e o desemprego estrutural, não é possível entender o neoliberalismo como um projeto hegemônico para o capital. Como demonstrado até aqui, o neoliberalismo é um projeto político essencialmente excludente que não deixa margens para processos de construção hegemônica, porque precisamente se baseia na destruição dos direitos dos dominados, impedindo que, de alguma maneira, sejam contemplados certos interesses da classe trabalhadora em troca do seu consentimento, tal como é conceituado por Gramsci. O projeto neoliberal não se limitou à flexibilização de normas e desregulação de mercados que provocaram a divisão cada vez mais profunda da classe trabalhadora entre trabalhadores hiper-explorados mas com relativa estabilidade laboral e trabalhadores precarizados ou subempregados. O neoliberalismo não constitui uma hegemonia porque ele impôs e impõe uma cisão de outra natureza, ainda mais profunda: trata-se de um modo de regulação da acumulação cuja dinâmica se desenvolve mediante a expulsão de trabalhadores da relação salarial, — força de trabalho que não resulta

---

<sup>29</sup> MELLO, Gustavo M. de C., A atualidade da crítica de Marx ao sistema de crédito, op. cit., p. 149.

<sup>30</sup> CHESNAIS, François, Introdução geral, In: \_\_\_\_\_ (Coord.), **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**, São Paulo, Xamã, 1998, p. 17.

<sup>31</sup> Idem, p. 17

<sup>32</sup> Idem, p. 19.

ser mais funcional para as necessidades produtivas do capital. Em palavras de Edmundo Fernandes Dias,

fala-se com uma certa facilidade em hegemonia burguesa no Brasil, quando na realidade trata-se, pura e simplesmente, do domínio político-ideológico dessa classe. No máximo, se poderia falar em neutralização dos adversários e não em construção objetiva de uma plataforma que efetivamente incorpore as classes sociais.<sup>33</sup>

Trata-se daqueles mesmos indivíduos incorretamente reunidos sob o epíteto *inempregáveis*, expressão à qual fizemos referência no capítulo 2.1.5 e que mal esconde a inadmissível culpabilização do próprio trabalhador pela marginalização que sofre, isto é, todo aquele universo de trabalhadores que não podem ser mais empregados, mesmo nas condições mais precárias, em nenhum setor produtivo, porque o capitalismo não precisa mais deles.

### 3.2.2 A marginalização disfuncional

A palavra-chave para entender a verdadeira natureza do projeto neoliberal é funcionalidade. Estamos afirmando que a crise estrutural que arrasta o capitalismo desde a década de 1970, gerida pelo projeto neoliberal, produz uma população excedente que não resulta funcional ao processo de acumulação de capital.

Lembremos primeiro a conhecida análise de Marx, na qual demonstra que “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.”<sup>34</sup> Contudo, esta mesma superpopulação excedente (relativamente às necessidades da acumulação capitalista), mesmo sendo

um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> DIAS, Edmundo Fernandes, Sobre a leitura dos textos gramscianos, *In*: \_\_\_\_\_, et al, **O outro Gramsci**, São Paulo, Xamã, 1996, p. 114.

<sup>34</sup> MARX, Karl, Capítulo 23. A lei geral da acumulação capitalista, 3. Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, *In*: \_\_\_\_\_, **O Capital**. Crítica da economia política, Livro I: o processo de produção do capital, Trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013, p. 705.

<sup>35</sup> Idem, p. 707.

É conhecida a funcionalidade deste “exército industrial de reserva” para a acumulação: fornece mão de obra nos ciclos econômicos ascendentes, impede o aumento do preço do trabalho, e debilita a organização sindical dos trabalhadores. Neste sentido é que Marx afirmou que a população de trabalhadores excedente é um produto *necessário* para a acumulação de capital, e inclusive como alavanca e *condição de existência* do modo de produção capitalista.

Contudo, em fins dos anos 1960, o politólogo José Nun percebeu que “a funcionalidade da superpopulação relativa resulta necessária mas não suficiente para caracterizar suas relações com o setor dominante da economia.”<sup>36</sup> Por um lado, em virtude de toda uma série de transformações, como a entrada do capitalismo em sua fase monopolística, a internacionalização do capital e a heterogeneização e instabilidade desenvolvidas pela estrutura ocupacional em relação à época de Marx, Nun apontou a “enorme complexidade [acrescentada] à incidência dos excedentes de população sobre os movimentos da acumulação capitalista.”<sup>37</sup> Por outro lado, este autor considerou que quando Marx analisa a produção da superpopulação excedente própria do modo de produção capitalista, trata, ao mesmo tempo, das suas funcionalidades sobre a acumulação, o que nesse caso opera precisamente como exército industrial de reserva. Deste modo, “o problema é que essa identificação equivocada das duas noções lhe impediu de ver que a superpopulação pode produzir também efeitos não funcionais e obstaculizou desta maneira o exame tanto das condições em que emergem efeitos de um ou outro tipo assim como das consequências.”<sup>38</sup> Assim, Nun explica que

Foi precisamente para tematizar os efeitos não funcionais da superpopulação relativa (que, segundo o caso, podem ser afuncionais ou disfuncionais) que introduzi a categoria de *masa marginal*. [...] de igual modo que a categoria de exército industrial de reserva, designa as relações entre a população excedente e o sistema que as origina e não os agentes ou suportes mesmos de tais relações.<sup>39</sup>

Nun escrevia pensando na realidade latino-americana, e tinha percebido que os processos de modernização que os países da região experimentavam desde os anos 1940, apesar de mostrar, em geral, alto crescimento econômico, processos de industrialização, migrações internas e rápida urbanização, revelavam alto desemprego, subocupação, e a multiplicação da miséria nas grandes cidades, ademais da recorrência de golpes militares com os quais se

---

<sup>36</sup> NUN, José, 1999. Nueva visita a la teoría de la masa marginal, In: \_\_\_\_\_, **Marginalidad y exclusión social**, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 258-259, tradução nossa.

<sup>37</sup> Idem, p. 263, tradução nossa.

<sup>38</sup> Idem, p. 256, tradução nossa.

<sup>39</sup> Idem, p. 256-257, tradução nossa. Na parte final da citação, Nun refere-se à polêmica que manteve com Fernando Henrique Cardoso, que em 1970 publicou uma crítica ao conceito de massa marginal, respondida por Nun em um novo artigo em 1971. Nun comenta que Cardoso “vários anos depois ia terminar reconhecendo a existência dos excedentes de população não funcionais aos quais eu me referia”, Idem, p. 257.

buscava abortar todo intento democratizador.<sup>40</sup> Que o debate sobre marginalidade surgisse na América Latina devia-se à “irrelevância de uma parte substancial da população excedente em termos de da reprodução do setor capitalista que hegemonizava um desenvolvimento desigual e dependente.”<sup>41</sup> Em consequência, a modernização dos países da região passou ser entendida, nos anos 1960, em termos da existência de um dualismo estrutural que mantinha a desigualdade, a exploração e a persistência do atraso. Por este motivo, para este autor

não era nem é plausível sustentar que o conjunto da superpopulação relativa resulte funcional em *todas* suas dimensões (ainda quando o possa ser em algumas) nem isto significava tampouco que as pautas funcionais [...] fossem necessariamente as mais convenientes ou rentáveis para os setores capitalistas hegemônicos.<sup>42</sup>

Assim, o conceito de *massa marginal* refere-se àquela parte da superpopulação relativa que, em novas situações históricas, e em países latino-americanos, não produzia efeitos funcionais à dinâmica da acumulação capitalista dominante. No seu momento, a publicação do artigo<sup>43</sup> se opunha ao “hiper-funcionalismo de esquerda” para o qual “até o último camponês sem terra de América Latina (ou de África) aparecia como funcional para a reprodução da exploração capitalista.”<sup>44</sup> Nun explica que com o conceito de massa marginal ele buscava demonstrar que, em determinados países da região, crescia uma população excedente que

no melhor dos casos era simplesmente irrelevante para o setor dominante da economia e, no pior, se convertia em um perigo para sua estabilidade. Isto colocava para a ordem estabelecida o *problema político da gestão desses excedentes não funcionais de mão de obra*, para evitar que se tornassem *disfuncionais*.<sup>45</sup>

Neste sentido, fenômenos como a dualização das economias latino-americanas, entre um setor moderno e um setor atrasado, e outros mecanismos de segregação, antes do que sobrevivências de formas de vida tradicionais que pareciam escapar ou resistir aos processos de modernização capitalista na região, eram resultado, segundo Nun, da “necessidade de afuncionalizar os excedentes de população para evitar que se tornassem disfuncionais”.<sup>46</sup> Se consideramos os efeitos prejudiciais para os trabalhadores das transformações das últimas

<sup>40</sup> NUN, José, 2000. Introducción, *In: \_\_\_\_\_, Marginalidad y exclusión social*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 14, tradução nossa.

<sup>41</sup> NUN, José, 1999. Nueva visita a la teoría de la masa marginal, op. cit., p. 287, tradução nossa.

<sup>42</sup> Idem, p. 26, tradução nossa.

<sup>43</sup> O artigo “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal” foi publicado em 1969 na **Revista Latinoamericana de Sociología**, Vol. V, núm. 2, Buenos Aires, Instituto Torcuato di Tella, p. 178-236. No seu momento, provocou uma série de debates dos quais participaram o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso, Aníbal Quijano, e novas discussões quando sua republicação atualizada em 1999. No Brasil, os primeiros artigos foram publicados em PEREIRA, Luiz (Org.) **Populações “marginais”**, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1978. A segunda versão, com o título de “O futuro do emprego e a tese da massa marginal”, foi publicada na Revista **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 56, março de 2000, pp. 43-62. O conjunto de autores, obras e debates de caráter marxista e latino-americano costuma ser identificado como a *Teoría da marginalidade social*.

<sup>44</sup> NUN, José, 1999. Nueva visita a la teoría de la masa marginal, op. cit., p. 265, tradução nossa.

<sup>45</sup> Idem p. 265, tradução e grifos nossos.

<sup>46</sup> Idem, p. 295, tradução nossa.

décadas desde a crise da fábrica fordista, com os novos modos da produção flexível, o aumento da automatização, as recorrentes rodadas de flexibilização de direitos trabalhistas, a transnacionalização da produção, a mundialização financeira e a financeirização da acumulação, resultando na produção neoliberal da crise da sociedade salarial, “Não há dúvida que a superpopulação relativa faz muito que deixou de ser um mero sinônimo do exército industrial de reserva.”<sup>47</sup> Neste sentido, o neoliberalismo como gestão do capitalismo de acumulação flexível significa que a gestão dos interesses do grande capital implica, progressivamente (isto é, na medida do progressivo desmonte do compromisso fordista do Estado de bem-estar social), na gestão de uma superpopulação relativa cujo aumento, década a década, revela sua não funcionalidade para a acumulação dominante, que passa a operar em um plano global.

A redução dos empregos estáveis e bem remunerados, a multiplicação de ocupações temporárias, a precarização de quase todas as formas de trabalho e o aumento da informalidade e do desemprego muitas vezes considerado estrutural, tem criado, nos países entregues às contrarreformas neoliberais, para muito além de seus exércitos industriais de reserva, uma massa marginal de trabalhadores que resulta, para utilizar a expressão acima citada de José Nun, *irrelevantes* para as necessidades a acumulação do polo dominante do capital em cada economia. Por isso é importante destacar que o conceito de massa marginal não se refere somente ao problema do desemprego, indo além das discussões sobre se o desemprego é reduzível ou eliminável com determinadas políticas inclusivas ou tem um piso que definiria seu caráter estrutural. Por exemplo, o relatório Panorama Laboral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para 2022 assinalava que uma “taxa média de desocupação regional estimada no final de 2022, de 7,2%, ‘é significativamente inferior’ à de 2019, antes da crise provocada pela pandemia da COVID-19, quando alcançava um nível de 8%.”<sup>48</sup> Em si, esse dado pouco significa se não é qualificado apropriadamente. Por isso,

o relatório destaca que a recuperação do trabalho foi fortemente afetada pelo aumento das ocupações informais, que representavam entre 40% e 80% dos empregos gerados. Embora nos últimos meses essa tendência tenha diminuído em favor de empregos formais, a taxa de informalidade regional já chega a 50%, tal qual antes da pandemia, embora em alguns países seja bem maior.<sup>49</sup>

<sup>47</sup> Idem, p. 283, tradução nossa.

<sup>48</sup> OIT Brasília, Informalidade e pobreza trabalhista pesam sobre os mercados de trabalho na América Latina e no Caribe, 7 fev. 2023, Disponível em < [https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS\\_867541/lang-pt/index.htm#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupação%20caiu,da%20América%20Latina%20e%20Caribe.>](https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_867541/lang-pt/index.htm#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupação%20caiu,da%20América%20Latina%20e%20Caribe.>) Acesso em 9 ago. 2023.

<sup>49</sup> Idem.

Portanto, em 2022, a *metade* da força de trabalho na América Latina se encontrava na informalidade, “embora em alguns países seja bem maior”. Informalidade significa, no mesmo relatório, uma situação de “instabilidade no emprego, baixa renda e falta de proteção social”<sup>50</sup>. Segundo estimativas da OIT, “os trabalhadores informais têm entre 3 e 4 vezes mais probabilidades de serem pobres do que os trabalhadores formais, ao mesmo tempo representam entre 70% e 90% da pobreza laboral total.”<sup>51</sup> Ou seja, metade dos trabalhadores empregados da região trabalha na economia informal, que representa entre 70 e 90 % da pobreza regional. Porém, em relação à outra metade dos trabalhadores empregados, estes na economia formal, Roxana Maurizio, economista do trabalho do Escritório Regional da OIT e coordenadora desta edição do Panorama Laboral, afirma que “devemos estar atentos ao 'fenômeno dos trabalhadores pobres', ou seja, daquelas pessoas que, *mesmo tendo um emprego, inclusive um emprego formal, podem se encontrar em situação de pobreza.*”<sup>52</sup> Mas o que significa, então, o dado inicial, que a taxa de desocupação regional em 2022 foi estimada em 7,2 %? Pouco ou nada nos diz acerca da verdadeira condição social da classe trabalhadora. Não só é problemática a realidade social, mas os próprios números com que pretendemos entendê-la.

No Brasil, o Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE)<sup>53</sup> se propôs desenvolver uma metodologia alternativa para que as estatísticas não se limitassem a um recorte parcial da realidade mas que, ao invés, revelem as relações sociais que produzem esses números e que dados oficiais ignoram. No seu terceiro Anuário Estatístico, publicado em outubro de 2021, se explica que esta metodologia “É uma tentativa rara de utilizar categorias marxistas para análise crítica e reformulação dos números expressos pela contabilidade nacional e das empresas privadas.”<sup>54</sup> Na Introdução, Gustavo Machado questiona como a taxa de desemprego pode estar no Brasil “na casa dos 10 ou 15 milhões, se possui 176 milhões de pessoas em idade para trabalhar e apenas metade delas possuem algum trabalho formal – assalariado ou autônomo – ou estão aposentadas”.<sup>55</sup> De mesmo modo, se questionam os dados construídos por metodologias neoclássicas ou keynesianas, como o crescimento do PIB (cujo número não explica, por exemplo, qual foi a distribuição desse crescimento), ou outros indicadores como inflação, preço, lucro, salário, juros, etc. No capítulo Exploração do Anuário,

---

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Idem, grifos nossos.

<sup>53</sup> ILAESE, Disponível em < <http://ilaese.org.br> > Acesso em 10 de ago. 2023.

<sup>54</sup> ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração. v. 1, nº 03, outubro, ILAESE, São Paulo, 2021, Disponível em < <http://ilaese.org.br/categorias/anuario-estatistico-ilaese/> >, Acesso em 10 de ago. 2023, p. 7.

<sup>55</sup> Idem, p. 8.

por exemplo, se apresenta um indicador, a “taxa de exploração”, entendida como “a divisão da riqueza produzida pela empresa entre os proprietários e os trabalhadores”, sendo calculada,

também, da forma de trabalho não pago em uma jornada de 8 horas. Se este trabalho não pago é, por exemplo, de 6 horas em uma dada empresa, significa que, durante uma jornada de 8 horas, em média, duas horas de trabalho foram usadas para pagar o salário e os benefícios dos trabalhadores, enquanto as outras 6 horas foram apropriadas pela empresa sem qualquer contrapartida.<sup>56</sup>

Assim sendo, das 250 empresas com maiores taxas de exploração pesquisadas pelo ILAESE, é possível constatar que

A SALOBO, pertencente a VALE S.A., com operações localizadas na mina de cobre em Marabá-PA, foi a campeã da exploração dos trabalhadores em 2020. A taxa de exploração foi de 2.232%. Isto significa que o trabalhador paga seu próprio salário em 21 minutos de uma jornada de trabalho de 8 horas. O resultado de 7 horas e 39 minutos de seu trabalho não lhe pertence, está fora de seu controle e usufruto.<sup>57</sup>

Dentre todos os temas tratados, a saber, Exploração, Produtividade, Remuneração, Emprego, Dividendos, Dados Setoriais, União, Estados e Municípios, com o agregado de um capítulo dedicado à Análise setorial das grandes empresas mundiais, o Anuário propõe um novo método de análise das classes sociais no Brasil. Diferentemente da classificação das classes sociais nas categorias A, B, C, D e E, segundo a remuneração média das famílias, o ILAESE, elabora sua própria classificação “cruzando os dados fornecidos pelo IBGE e PNAD, pela RAIS-MTE, DATAPREV e algumas pesquisas relevantes, como a da SPC Brasil, que fornece o percentual de aposentados que permanecem trabalhando”<sup>58</sup>. Consideramos importante transcrever integralmente os critérios do ILAESE para analisar as classes sociais:

*Fora da força de trabalho:* Crianças e adolescentes com menos de 15 anos de idade que estão fora do exército disponível para trabalhar.

*Aposentados:* Indicamos, aqui, o total de aposentados segundo o DATAPREV, no entanto, apenas os que se retiraram do mercado de trabalho, conforme pesquisa divulgada pela SPC Brasil e CNDL.

*Sem emprego:* Neste item, indicamos a fração da população que não se encontra em nenhum dos dois itens indicados acima e, apesar disso, não trabalham. Diferentemente de outros institutos, não queremos saber apenas o conjunto de pessoas que procuram emprego em um dado momento, mas aqueles que não possuem, seja por que motivo for, nenhuma atividade remunerada: formal ou informal.

*Subempregados:* Neste item, procuramos alçar o total de pessoas em atividades informais, e há mudanças em relação às edições anteriores do Anuário Estatístico do ILAESE. O PNAD finalmente incorporou o item do trabalho informal em suas estatísticas. Consideramos os critérios do PNAD razoáveis, a saber: (1) empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada; (2) empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada; (3) empregador sem registro no CNPJ; (4) trabalhador

<sup>56</sup> Idem, p. 27.

<sup>57</sup> Idem, p. 27. Em todos os casos, a taxa de exploração é calculada com base em dados “retirados dos relatórios fornecidos pelas próprias empresas aos respectivos diários oficiais ou nos relatórios anuais disponíveis no site da empresa” (Idem, p. 27).

<sup>58</sup> Idem, p. 8.



por conta própria sem registro no CNPJ; (5) trabalhador familiar auxiliar. Até então, na ausência dos dados de CNPJ de autônomos e empresas, utilizávamos como critério, para estimar a informalidade, a ausência de contribuição previdenciária.

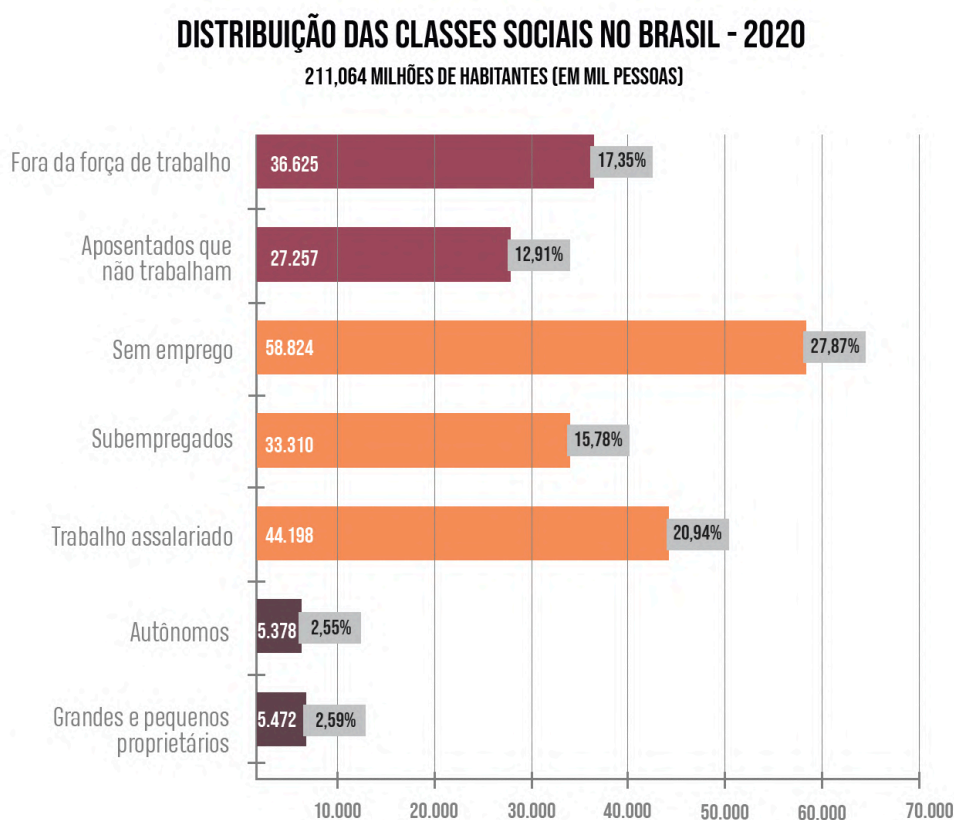
*Trabalho assalariado:* Também, neste caso, houve uma alteração em nossa fonte. Utilizávamos como referência para o trabalho formal a base da RAIS-MTE complementada pelo CAGED. Esta base apresenta todos os trabalhadores assalariados formais do país, em números reais em conformidade com os relatórios enviados pelas empresas, seja celetistas ou estatutários. Houve mudanças a partir de 2019 que tornam esta base duvidosa, motivo pelo qual utilizamos aqui o total de trabalhadores formais indicados, também, pelo PNAD. Esse item engloba: (1) empregados no setor privado com carteira assinada, (2) trabalhadores domésticos com carteira assinada e (3) empregados no setor público.

*Autônomos:* Considera os trabalhadores por conta própria com registro no CNPJ.

*Pequenos e grandes proprietários:* Neste item, adicionamos os empregadores com registro no CNPJ.

A partir deste entendimento, o Anuário apresenta um gráfico com os dados que permitem ver a conformação das classes sociais no Brasil em 2020, que reproduzimos embaixo:

**Gráfico 6 – Distribuição das classes sociais no Brasil – 2020**



**Fonte:** ILAESE elaboração a partir de SPC Brasil, DATAPREV, PNAD-IBGE, IBGE<sup>59</sup>

<sup>59</sup> ILAESE, **Anuário Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração**. v. 1, nº 03, outubro, São Paulo: ILAESE, 2021, Disponível em < <http://ilaese.org.br/categorias/anuario-estatistico-ilaese/> >, Acesso em 10 de ago. 2023, p. 96.

No vídeo de apresentação da nova edição do Anuário<sup>60</sup>, Gustavo Machado analisa o gráfico acima explicando como o desemprego ganha outra dimensão com esta metodologia. Em primeiro lugar, subempregado não é trabalhador autônomo; em segundo lugar, por causa do aumento de sua precarização, a classe trabalhadora aparece mais uniforme do que nas estatísticas oficiais e, por último, a classe trabalhadora surge como um exército industrial de reserva cada vez maior. No Anuário, há um tratamento mais detalhado de cada classe social considerando as diferenciações internas relativas a cada setor e este tema está desenvolvido em detalhe na Seção Artigos, sob o título *Brasil: Um país do trabalho precário, do subemprego e da desigualdade*, escrito por Ana Godoi.<sup>61</sup>

O conceito de exército industrial de reserva é utilizado por Machado para interpretar estes dados. Este conceito reúne os trabalhadores sem emprego mais os trabalhadores subempregados, que representam surpreendentes 62,6% da força de trabalho disponível, isto é, 92,1 milhões de pessoas. Segundo este autor,

Essa fatia que totaliza 43,65% da população do país constitui um exército de reserva por ser força de trabalho potencial. Estão aptos a ingressarem na força de trabalho ativa e, por esse motivo, impulsionam para baixo as condições de trabalho e de remuneração de todos aqueles que se encontram no exército de trabalho ativo.<sup>62</sup>

Se, por efeitos comparativos, considerássemos dados oficiais, a taxa de desemprego no Brasil caiu de 13,2% em 2021 para 9,3% em 2022, “menor patamar desde 2015”.<sup>63</sup> Segundo dados do IBGE, a população ocupada chegou em 2022 a 98 milhões de pessoas, sendo que o emprego com carteira assinada foi de 35,9 milhões e sem carteira assinada chegou a 12,9 milhões de trabalhadores.<sup>64</sup> Com esses dados não é possível compreender que em 2020, data do Anuário do ILAESE, mais de 60% da classe trabalhadora brasileira (subempregados mais desempregados) se encontrasse sobrevivendo sem ter uma relação salarial estável.

Entretanto, considerando o conceito de massa marginal, cabe interrogar aqui se essa superpopulação relativa de 91,2 milhões de trabalhadores brasileiros pode ser entendida integralmente como um exército industrial de reserva *plenamente funcional* às necessidades e exigências do regime de acumulação dominante no Brasil. Como apontado por Nun quando

<sup>60</sup> ILAESE, **LIVE Lançamento Anuário Estatístico do ILAESE: Trabalho & Exploração 2021**, 3 nov. 2021, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=cSMtArB75No> > Acesso em 10 ago. 2023, em 14 min. 50 s.

<sup>61</sup> GODOI, Ana, *Brasil: Um país do trabalho precário, do subemprego e da desigualdade*, In: **ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração**, op. cit., p. 94-103.

<sup>62</sup> Idem, p. 10.

<sup>63</sup> BELANDI, Caio, Taxa média de desemprego cai a 9,3% em 2022, menor patamar desde 2015, In: **Agencia IBGE Notícias**, 13 de abril 2023, Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36351-taxa-media-de-desemprego-cai-a-9-3-em-2022-menor-patamar-desde-2015> >, Acesso em 12 de ago. 2023.

<sup>64</sup> Idem.

analisando a conceitualização de Marx, não estaria se identificando neste caso também superpopulação relativa com exército industrial de reserva? Certamente, esta não é uma questão que possa ser respondida em um plano teórico. Por isso, de acordo com Nun,

Introduzir e fundamentar um conceito como o de massa marginal não equivale a sustentar que resulta aplicável sempre e em todo lugar. Não só meus colaboradores e eu distinguimos desde o início entre diversos tipos de marginalidade mas também que a prevalência (ou não) dos efeitos “exército industrial de reserva” ou “massa marginal” em situações particulares é *uma questão empírica*, para cujo tratamento - e este é o ponto - precisa contar com os instrumentos teóricos adequados.<sup>65</sup>

Neste sentido reconhecemos, em primeiro lugar, o ganho teórico de poder entender a produção de população excedente por parte de um modelo de acumulação em uma determinada formação econômico-social em um dado período histórico, como não sendo sempre e em todo lugar plenamente funcional aos interesses do capital. E por consequência, podendo pensar que a não funcionalidade da massa marginal pode se tornar disfuncional para a acumulação. Em segundo lugar, podemos esmiuçar o apontamento de Nun de que a prevalência dos efeitos da população excedente como exército industrial de reserva ou como massa marginal depende de situações particulares.<sup>66</sup> Considerando o período que vai do início da era neoliberal, na década de 1980, até a crise financeira de 2008, crise que por sua gravidade pode ser considerada uma inflexão histórica para o capitalismo contemporâneo<sup>67</sup>, nesses quase 30 anos,

a incorporação ao mercado capitalista da produção chinesa, indiana e de países da antiga União Soviética colocou trabalhadores de todo o mundo em concorrência internacional direta pela primeira vez na história: trabalhadores ocidentais tornaram-se minoria num mercado mundial que ganhou 1,2 bilhão de operários adicionais nos últimos 30 anos; 350 milhões de trabalhadores treinados, e mais caros, do Ocidente, responsáveis pela maior parcela da produção global até recentemente, estão sendo desalojados de empregos e salários; das 3 bilhões de pessoas ativas no mercado global hoje, metade ganha menos de U\$S 3 por dia. A China, a nova oficina do mundo tem um custo hora/trabalho de U\$S 0,60, contra média de U\$S 30 h/ na Alemanha, U\$S 21 nos Estados Unidos e cerca de U\$S 4,5 no Brasil. Resultado: dados compilados pela Comissão Europeia revelam que a parcela de riqueza destinada atualmente aos salários é a mais baixa desde 1960 (o primeiro ano com dados conhecidos). Em contrapartida, a riqueza abocanhada pelos detentores do capital financeiro vinha batendo recordes seguidos até o colapso atual [de 2008]. A produtividade ao mesmo tempo não para de crescer - desde 2001, cresceu 15% nos Estados Unidos e saltou em média 8% a 10% ao ano na China.<sup>68</sup>

<sup>65</sup> NUN, José, 2000. Introducción, *In: \_\_\_\_\_, Marginalidad y exclusión social*, op. cit., p. 28-29, tradução nossa, grifos nossos.

<sup>66</sup> Como exemplo de um trabalho empírico de mensuração do exército industrial de reserva para a economia brasileira, Cf. GRANATO NETO, Nelson Nei, **Exército Industrial de reserva: conceito e mensuração**. Curitiba, 2013. Mestrado em desenvolvimento econômico, Curso em desenvolvimento econômico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

<sup>67</sup> Cf. TONELO, Iuri, **No entanto, ela se move**. A crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo, 1º ed., São Paulo, Boitempo / Iskra, 2021.

<sup>68</sup> SISTER, Sérgio (Org.), **O abc da crise**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 85.

A partir desses dados, podemos afirmar que a incorporação desses certamente hoje mais de 1,2 bilhões de pessoas ativas no mercado de trabalho mundial tem resultado funcional ao capital globalizado, desde que teve por efeito o “desalojo” dos caros e qualificados trabalhadores ocidentais de empregos e salários, provocando, como se afirma, uma queda histórica da participação dos salários no total de riqueza produzida, no caso, na União Europeia. Contudo, não é automático que a funcionalidade que essa superpopulação relativa mundial possui para o capital globalizado deva resultar também funcional para os processos de acumulação dos capitais locais não globalizados, quer dizer, limitados a operar no espaço de um Estado-nacional. O que estamos propondo é que a mesma população excedente que funciona como exército industrial de reserva para o capital globalizado pode se apresentar como massa marginal para a burguesia local, mesmo que subordinada ao processo de acumulação comandado pelo capital multinacional.

Se o conceito de massa marginal, no contexto de sua primeira publicação (os processos de modernização capitalista que atravessavam os países latino-americanos desde a segunda pós-guerra), permitiu entender os processos de *dissolução* de formas produtivas e comerciais preexistentes em função dos efeitos da própria expansão capitalista, também buscou explicar a *conservação* de formas produtivas e comerciais prévias (o dualismo estrutural cepalino) por uma causa mais profunda: não pelas fragilidades do ímpeto modernizador, mas, segundo Nun, pela “necessidade de neutralizar os excedentes de população não funcionais que [corriam] o risco de se tornarem disfuncionais dado que não eram incorporáveis às formas produtivas hegemônicas.”<sup>69</sup> Assim, a massa marginal cria o problema, para os interesses dominantes locais, da *gestão política* dos excedentes populacionais não funcionais. Esta gestão política da massa marginal pode resultar, de acordo com Nun, na estratégia de afuncionalizar estes excedentes para evitar que se tornem disfuncionais para o processo de acumulação dominante.

O estudo de Nun buscava pensar o impacto na integração do sistema da “necessidade de afuncionalizar os excedentes de população para evitar que se tornassem disfuncionais, dando lugar, por exemplo, a mecanismos de dualização e de segregação que eram muito menos sobrevivências de um passado ainda tradicional que expressões de um presente já moderno.”<sup>70</sup> Entretanto, isto acontecia em uma época na qual na América Latina ainda predominavam ideias desenvolvimentistas, que atribuíam ao Estado um papel central na promoção do crescimento, e

---

<sup>69</sup> NUN, José, 2000. Introducción, In: \_\_\_\_\_, **Marginalidad y exclusión social**, op. cit., p. 27-28, tradução nossa.

<sup>70</sup> NUN, José, 2000. 1999. Nueva visita a la teoría de la masa marginal, In: \_\_\_\_\_, **Marginalidad y exclusión social**, op. cit., p. 295.

mantinham uma visão sistêmica do processo de modernização nacional. Se a conformação, nas últimas décadas, de um mercado mundial de trabalho barato funcional para o capital globalizado significou a superação das “rigidezes” fordistas nacionais por meio da incorporação de mão de obra externa barata e a criação de um imenso exército industrial de reserva mundial, esse processo se traduziu, para os interesses dominantes locais, com inserção dependente e subordinada à globalização, no problema da gestão política das crescentes massas marginais. Porém, como consideramos o neoliberalismo como uma forma pós-hegemônica de gestão do capitalismo, as burguesias locais não têm instrumentos nem estratégias e talvez nem interesse<sup>71</sup> em gestionar as massas marginais fora a intensificação do convencimento ideológico e a repressão, aumentando, década a década, o risco de disfuncionalização desses excedentes populacionais para o capital. Esta situação constituiria a verdadeira crise do projeto neoliberal, e não as costumeiras crises financeiras, cada vez mais graves, que sempre levam a discutir a iminente morte do ideário neoliberal para, no dia seguinte, constatar que saiu delas mais fortalecido ainda.

Funcionalizar uma massa marginal significaria que o capitalismo de acumulação flexível representaria um projeto de intensificação da civilização burguesa, de novas formas de inclusão econômica dos trabalhadores. Porém, o neoliberalismo é o projeto político do desmonte do Estado de bem-estar social e das formas de integração passiva da classe trabalhadora, e de sua substituição por formas cada vez mais precárias, desprotegidas e violentas de exploração do trabalho para a minoria que fica dentro da relação salarial estável e de marginalização do amplo resto dos trabalhadores. Neste sentido, o neoliberalismo representa um projeto de recomposição da dominação do capital, após a crise do modelo fordista, que não pode ser entendido como uma intensificação da civilização burguesa mas como multiplicação da barbárie do capital, na medida em que abdica de políticas sistêmicas de integração dos crescentes excedentes populacionais não funcionais para os processos de acumulação. É neste contexto que surgem as políticas compensatórias, medidas emergenciais que mal conseguem ganhar tempo da barbárie vindoura. Por isso o neoliberalismo produz um novo tipo de trabalhador acorde às exigências das formas de produção flexível, mas não é capaz de produzir um novo tipo de homem, mantendo as expressões gramscianas, porque o arremedo de tipo de homem que de fato passa a existir são os cacos do novo tipo de trabalhador precarizado.

---

<sup>71</sup> Lembremos a reflexão de Francisco de Oliveira, já citada no cap. 2.1.5.: “De fato, há algo de mais tenebroso por trás das renúncia ao combate ao desemprego e à miséria. É que as classes dominantes na América Latina desistiram de integrar a população, seja à produção, seja à cidadania.” (OLIVEIRA, Francisco de. *A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda*, op. cit., p. 215).

Se no fordismo o salário era base da coesão social, isto é, da integração passiva da classe trabalhadora sindicalizada, e a fábrica, base da hegemonia, no neoliberalismo a marginalização é a base da “desuniversalização da dominação”, segundo a já citada expressão de Francisco de Oliveira.<sup>72</sup> O neoliberalismo, como a economia política da quebra dos laços sociais, é a verdadeira raiz da crise de legitimação política das instituições democráticas ocidentais. Neste contexto histórico, o neofascismo representaria, portanto, a opção que levanta o poder econômico quando a superpopulação relativa não funcional, produzida nos mais de quarenta anos de (des)regulação neoliberal em todos aqueles países que sofreram sua imposição, começa a revelar sua crescente disfuncionalidade. O capitalismo de acumulação flexível, a internacionalização produtiva e a mundialização financeira têm produzido, nas últimas décadas, uma crescente superpopulação relativa não funcional, mas foi a gestão política neoliberal destes processos que também tem produzido as disfuncionalidades dessa massa marginal. Essa população excedente disfuncional para o capital é a candidata a esse “Holocausto sem(?) câmaras de gás”, como já o assinalara Francisco de Oliveira<sup>73</sup>.

Neste sentido, o neofascismo não constitui uma ruptura com o projeto neoliberal mas é a sua resultante historicamente mediada, uma vez que seu projeto, explícito no seus discursos, refere-se sempre à gestão da disfuncionalidade das massas marginais por meio da construção imaginária de um objeto de ódio relativo a cada ambiente social. Assim, o imigrante, o trabalhador ilegal, o refugiado, o desempregado, o marginalizado, são reapresentados com os recursos típicos do discurso do líder sob a forma de um objeto de ódio que reúne variados preconceitos socialmente já existentes. Deste modo ganha sentido a figura do “bandido”, lado a lado com a figura do “corrupto”, do “comunista”, do “professor”, do “funcionário público”, do “artista” e de qualquer grupo minoritário apresentado como causa da desordem moral (e portanto social) do mundo. Estimulando o ódio contra estas figuras, o discurso neofascista forma massas e busca apoio social para uma política de extermínio do outro, mais intensa quanto mais profunda se torna a crise do capital.

Certamente, entender a emergência de movimentos neofascistas como a necessidade do capital de gestionar a disfuncionalidade das massas marginais que o neoliberalismo multiplicou nas últimas décadas exige uma análise pormenorizada com estudos empíricos caso a caso, como já apontara o próprio José Nun. Contudo, se pretende uma necessária chave interpretativa geral que permita compreender a dimensão internacional do neofascismo contemporâneo. Wilhelm

---

<sup>72</sup> Idem, p. 220, analisado no capítulo 2.1.5 deste trabalho.

<sup>73</sup> OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda, op. cit., p. 221, ver, cap. 2.1.5.

Reich escreveu que o fascismo não era uma característica nacional específica dos alemães ou dos japoneses, ou a ditadura de uma pequena clique [corja] reacionária. Como vimos no capítulo 1.2., segundo este autor havia que reconhecer “a situação real: o fascismo é um fenômeno *internacional* que permeia todos os corpos da sociedade humana de todas as nações.”<sup>74</sup> Neste sentido, é possível propor que uma propaganda fascistizante incitaria com êxito o ódio aglutinador daquela parte da classe trabalhadora que ainda permanece dentro da economia formal, com empregos um pouco mais estáveis e relações salariais condizentes, e que é levada a se autoperceber como um “cidadão de bem”, pelo fato de ter um emprego registrado e ter que pagar impostos. Porém, que ao mesmo tempo é um trabalhador que se encontra física e psicologicamente esgotado pela intensificação da exploração do trabalho dentro da empresa flexível mas consciente de que a qualquer momento pode cair na vala do desemprego. *Esta é a subjetividade neoliberal, pronta para explodir, na qual o discurso do líder fascista contemporâneo encontra correspondência. Este discurso explora a agressividade e o ressentimento contidos do trabalhador formal de classe média e lhe apresenta um objeto de ódio à medida do universo de seus preconceitos (o bandido, o corrupto, o funcionário público privilegiado, o intelectual, todos misturadamente comunistas), onde ele possa descarregar a violência que lhe percute cotidianamente a objetividade capitalista.*

Como vimos no capítulo 1, o discurso do líder estudado por Wilhelm Reich e por Theodor Adorno certamente não tem o poder absoluto de fascistizar toda uma sociedade por si, mas só tem êxito porque encontra certa correspondência com aquela parte da sociedade com o que estes autores analisaram como estrutura de caráter ou de personalidade potencialmente autoritária já existente na sociedade. Entretanto, isto não significa que o problema é a subjetividade *neoliberal* em si a que apresenta predisposição a apoiar soluções autoritárias para as graves contradições atuais. Se pensamos que *Psicologia de massas do fascismo* de Reich foi publicada em 1933, e que *A personalidade autoritária* foi publicada em 1950, ambos estudos se referem ao que poderíamos entender por trabalhador da era fordista, sobretudo no caso da pesquisa de Adorno. Em *Nós, filhos de Eichmann*<sup>75</sup>, Günther Anders considerou que em função da organização fordista da produção, os trabalhadores “estamos condenados a nos concentrar em partes minúsculas do processo geral [...] Assim, nos é bloqueada a representação do aparato geral, a imagem de todo o processo de trabalho composto por milhares de fases.”<sup>76</sup> Em

---

<sup>74</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. XVIII.

<sup>75</sup> ANDERS, Günther, **Nós, filhos de Eichmann**: carta aberta a Klaus Eichmann, Trad. Felipe Catalani, São Paulo, Elefante, 2023.

<sup>76</sup> Idem, p. 50.

consequência, “porque permaneceram ‘prisioneiros’ de suas tarefas especializadas, portanto, separados, por vários muros, do efeito final [...] o caráter indireto de seu trabalho os tornou incapazes de perceber as massas de seres humanos que eles ajudaram a liquidar.”<sup>77</sup> Deste modo, a rotina do trabalho fordista foi funcional à organização do extermínio nazista nos campos de concentração. E o trabalhador, isolado na sua tarefa específica, podia participar desta atrocidade sem remorso, submetido ao princípio da inescrupulosidade de um mundo capturado pelas máquinas, no qual “o que é considerado trivial passa despercebido, e o que passa despercebido é aceito sem oposição.”<sup>78</sup>

Portanto, a subjetividade pode ser fordista ou neoliberal, moderna ou pós-moderna, neurótica, perversa ou psicopata, porém, o que é definitivo é que se trata de estruturas de personalidade fraturadas produto de uma realidade social constitutivamente antagônica, cujos indivíduos emergem da irracionalidade da racionalidade capitalista. As estruturas de personalidade “refletem algo da desrazão objetiva”<sup>79</sup>, como afirmou Adorno, e por esta causa a sociedade burguesa só pode produzir uma subjetividade mutilada, em função do entramado de contradições sociais da qual ela emerge. Considerar que o neoliberalismo, assim como no seu momento o fordismo, é um discurso ideológico expulsa da análise a crítica da economia política sem a qual esse discurso, que surge de algum “poder” inapreensível, sem referências a classes sociais em luta, de nenhuma maneira pode ser combatido com uma análise crítica do discurso. No presente estágio de desenvolvimento do capitalismo, o projeto neoliberal é a gestão da dominação do capital que produz um tipo de trabalhador com uma subjetividade acorde às exigências da produção flexível. E hoje, esse é o tipo de estrutura de personalidade danificada na qual encontra correspondência o discurso fascista contemporâneo.

Na medida em que o discurso do líder explora a vulnerabilidade do trabalhador provinda da objetividade socioeconômica, ele fornece o atalho emocional para racionalizar as contradições de uma realidade complexa. Lembremos que a pesquisa de Adorno e Sanford sobre a personalidade autoritária demonstrava que o impacto do discurso do líder residia em que a “desorientação, concomitante ao medo e à incerteza” resultante da “ignorância e a confusão generalizadas de nossos sujeitos quando se trata de questões sociais para além do alcance de suas experiências mais imediatas” eram respondidas por “uma orientação rápida e abrangente”<sup>80</sup>, constituída de fórmulas primitivas e drásticas “que devido à sua estereotipia,

---

<sup>77</sup> Idem, p. 59.

<sup>78</sup> Idem, p. 52.

<sup>79</sup> ADORNO, Theodor, *A psicanálise revisada*, op. cit, p. 68-69.

<sup>80</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 266.



simultaneamente mais atraentes elas são, uma vez que reduzem o complicado ao elementar, não importando como a lógica dessa redução possa funcionar.”<sup>81</sup> A correspondência que o discurso fascistizante encontra na subjetividade mutilada do trabalhador flexibilizado, faça parte ainda do salariado, do precariado<sup>82</sup>, ou daquela imensa superpopulação excedente não mais funcional à acumulação, é o que explica o seu êxito. A violência objetiva, traduzida pela violência das imagens, a multiplicação de gigantescas periferias urbanas ou até de sociedades inteiras em estado de guerra civil não declarada, a crise de representatividade ou de legitimidade das instituições democráticas pela sua falta de resposta frente à degradação social, e até a noção de Estado falido na periferia do capitalismo global, são os primeiros indicadores do avanço da crise sistêmica que o discurso neofascista toma como referente. Parece estar montado já um cenário de guerra civil e o papel do neofascismo será, como sempre tem sido, fazer que os contendores sejam, de um e outro lado, os trabalhadores.

Lembremos que Adorno, nos estudos sobre *A personalidade autoritária*, afirmou que “não vemos razões para supor que as estruturas autoritárias com as quais nos ocupamos seriam menos desenvolvidas nos Homens de Classe Trabalhadora do que em outros segmentos da população”, advertindo que “é imprudente subestimar a suscetibilidade à propaganda fascista no interior dessas próprias massas [de trabalhadores].”<sup>83</sup> No mesmo sentido, Wilhelm Reich demonstrou em *Psicologia de massas do fascismo* que “não era só a classe média que se voltava para a direita, mas também inúmeros, e nem sempre os piores, elementos do proletariado.”<sup>84</sup> Este autor afirma também que “Foram as massas reduzidas à miséria que contribuíram para a ascensão do fascismo, expoente da reação política”<sup>85</sup>, o que faz pensar em como a extrema vulnerabilidade de todos os segmentos da classe trabalhadora, desde a classe média, a classe média baixa e até os setores mais precarizados e desprotegidos da exploração, os torna passíveis de serem capturados por um discurso fascista que lhes apresente qualquer objeto de ódio que apareça como responsável pela violência, pela miséria do seu cotidiano ou, em um plano psicanalítico, pela *falta*. No caso brasileiro, a produção midiática de um imaginário no qual o *inempregável* aparece sob a figura do “bandido”, combinada com um discurso que reduz toda crise política ou econômica a “corrupção”, ativa a agressividade e a pulsão de morte da massa

---

<sup>81</sup> Idem, p. 267.

<sup>82</sup> Cf. BRAGA, Ruy, **A política do precariado**, São Paulo, Boitempo / USP Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2021.

<sup>83</sup> Idem, p. 211 e 210.

<sup>84</sup> REICH, Wilhelm, **Psicologia de massas do fascismo**, op. cit., p. 7.

<sup>85</sup> Idem, p. 9.

fascista em formação que deste modo fica “de prontidão” para apoiar o primeiro discurso do líder que venha fechar o círculo freudiano da regressão civilizatória do indivíduo em horda.

Deste modo, a mentalidade fascista do projeto neofascista pretende, com rajadas de metralhadora e tiros de pistola, resolver as impossibilidades da crise estrutural do capital que o projeto neoliberal não mais consegue gestionar.

### 3.2.3 A intensificação ideológica pela impossibilidade hegemônica

A leitura gramsciana que nos permitiu entender o neoliberalismo como uma forma pós-hegemônica de dominação nos exige termos presente a processualidade deste fenômeno: o projeto neoliberal, como modo de gestão política do capitalismo de acumulação flexível, não permaneceu o mesmo desde sua chegada ao poder nos anos 1980, mas foi mutando, década a década, precisamente para poder continuar gerenciando o capitalismo frente a cada novo contexto histórico. As etapas quase se apresentam por década: as reformas orientadas para o mercado dos anos 1980 para enfrentar a crise da regulação fordista da década anterior, a internacionalização produtiva e a mundialização financeira nos anos 1990, o início da era das guerras permanentes em 2001<sup>86</sup>, e a gestão da última manifestação da irresoluta crise estrutural do capital em 2008 até nossos dias. Nesta última etapa, o ressurgimento de discursos e movimentos de corte fascista parece apontar o progressivo esgotamento da capacidade do projeto neoliberal de garantir consenso para a dominação. Ao longo deste processo, se aceitamos a proposição de que o neoliberalismo não pode construir uma hegemonia para o capital na era da acumulação flexível, mas certamente tampouco se constitui como uma forma de dominação abertamente autoritária, integralmente baseada na força, entendemos que o neoliberalismo compensou a ausência de benefícios econômicos materiais para a classe trabalhadora com o aumento da persuasão ideológica.

Neste sentido, desde os anos 1980 até o presente, em termos gerais, em função do aprofundamento do próprio projeto excludente e das consequências e reações sociais que a crescente marginalização social provocaria, o neoliberalismo *necessariamente* multiplicaria os meios e modos de convencimento ideológico dos trabalhadores. Por outro lado, considerando sua processualidade histórica, o neoliberalismo, acompanhando a degradação social produzida, iria desenvolvendo formas cada vez mais autoritárias de se impor.

---

<sup>86</sup> Cf. FIORI, José Luis (Org.) **Sobre a guerra**, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2018.

Claro que isto exige um estudo detalhado caso a caso, considerando a história de cada país e as crises e rupturas que foram articulando este processo em cada sociedade. No caso brasileiro, é possível pensar deste modo as mutações do neoliberalismo desde sua chegada desconexa com o governo Collor, sua forma otimizada durante os governos FHC, as marchas e contramarchas do neoliberalismo durante o chamado “lulismo”, para finalmente assumir formas mais autoritárias depois do golpe de 2016 durante o governo Temer é chegar ao governo profascista de Bolsonaro. Na medida em que, em virtude de todo o analisado até aqui, o neoliberalismo não tem benefício econômico algum para oferecer aos trabalhadores para obter o consentimento necessário para a dominação hegemônica, ele buscou obter consentimento da classe trabalhadora por meio da aumento da pressão ideológica, via grande multiplicação de aparelhos privados de hegemonia e a intensificação de seus discursos subjetivadores. A semente do fascismo se encontra na crise do neoliberalismo a partir do momento em que a intensificação da pressão ideológica deixa de ser eficiente, os protestos sociais se multiplicam, e o capital apela para opções mais autoritárias a fim de garantir sua dominação. A tarefa: a gestão política da massa marginal progressivamente disfuncional.

Neste sentido, as novas tecnologias da comunicação digital se descobriram como um surpreendente instrumento para intensificar a pressão ideológica sobre os trabalhadores. A impossibilidade da existência de uma hegemonia neoliberal levou os grandes interesses econômicos a ir aumentando, simultaneamente, década a década, tanto seu lado repressivo quanto seu lado persuasivo, para garantir a sua dominação. Assim, internet, celulares, e redes sociais forneceram um novo suporte técnico para o convencimento ideológico apesar da contínua degradação social e piora das condições de vida. Deste modo, com a instrumentalização política das novas tecnologias digitais de comunicação durante a campanha para as eleições presidenciais de 2018 se completaria a primeira etapa do processo de fascistização no Brasil, encerrada com a vitória eleitoral do Bolsonaro à presidência em 2018. Os quatro anos do governo Bolsonaro, 2019-2022, constituirão um segundo momento do processo de fascistização, caracterizado por mudanças institucionais que exigem um outro estudo específico, continuação do presente trabalho que aqui finaliza.

## UM BREVE ENSAIO A MODO DE CONCLUSÃO

*"Os líderes sindicais só são respeitados na medida em que se crê que eles gozam da confiança das grandes massas trabalhadoras, na medida em que possam evitar greves e convencer os operários a aceitar resignadamente a exploração e a opressão do capitalismo 'a fim de salvar a nação da ruína'. Hoje, os socialistas, os líderes sindicais perderam todo o controle sobre a classe operária"*

*Antonio Gramsci<sup>1</sup>*

Na Introdução a este trabalho, apresentamos a hipótese de que o processo de fascistização teve início quando a grande mídia adotou uma narrativa agressiva e mobilizadora da população, lida em termos de um *proto*-“discurso do líder”, mantendo a expressão reichiana. No estudo de caso que apresentamos no capítulo 2.2., a partir da parceria entre o Jornal Nacional e a Operação Lava Jato, iniciada em 2014, a narrativa midiática esteve fundamentalmente baseada no discurso da corrupção, que interpretamos como um discurso de ódio, dando início a uma era de protestos e mobilizações de massa que em 2015 parecia irrefreável. Este processo de formação de massas fascistas e de aumento de discursos autoritários foi continuado até a campanha eleitoral de 2018, aprofundado com a instrumentalização política das novas tecnologias digitais de comunicação por parte do bolsonarismo, permitindo a difusão massiva de mensagens de intolerância, ódio e mentiras com um impacto psicológico nos indivíduos predispostos a tais discursos até esse momento inédita.

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antonio, Os líderes e as massas, *In*: \_\_\_\_\_, **Escritos Políticos**, Volume 2, 1921-1926, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 73.

Contudo, sabemos que o fascismo não é a grande mídia, nem tampouco o são as redes sociais, nem a massa esbanjando pulsão de morte por meio da destruição do existente. Lembremos da reflexão de Adorno, presente em *A personalidade autoritária*, de 1950:

Parece bem entendido que depende, em primeiro lugar, da situação dos interesses econômicos mais poderosos se a propaganda antidemocrática deverá ou não se tornar uma força dominante neste país – se eles farão uso, de forma consciente ou não, desse dispositivo a fim de manter seu status dominante.<sup>2</sup>

No mesmo sentido, em 1967, em uma palestra publicada sob o título de *Aspectos do novo radicalismo de direita*, Adorno afirmou

Talvez possa dizer aqui, do ponto de vista da psicologia social – embora, sabe Deus, não considere que essas questões sejam em primeiro lugar psicológicas –, que no ano de 1945 o verdadeiro pânico, a verdadeira dissolução da identificação com o regime e a disciplina não ocorreram como, por exemplo, na Itália. Eles mantiveram-se até o fim. Na Alemanha, a identificação com o sistema nunca foi destruída de forma radical.<sup>3</sup>

Deste modo, o presente trabalho, cujo objeto foi estudar o aspecto fenomênico das origens do processo de fascistização, não pode deixar de, pelo menos, nas suas considerações finais, apresentar uma hipótese sobre aquele momento decisivo a partir do qual começaria a operar a máquina fascistizadora. Em que momento os grandes interesses econômicos optaram por quebrar o pacto democrático estabelecido pela Constituição de 1988 e apelaram para um golpe para impor um programa que satisfizesse suas demandas econômicas?

A crise do governo Dilma e o golpe de 2016 são interpretados por Pedro Zahluth Bastos em função da unificação da burguesia em torno a um programa de reformas ultraliberal, que retiraria todo apoio dos grandes interesses econômicos ao governo. De acordo com este autor,

Um governo de esquerda reformista não pode governar o capitalismo contra uma unificação da burguesia, ou seja, sem dividi-la, e tende a cair caso a unificação ocorra e ele não esteja fortemente enraizado socialmente. Minha hipótese é que, politicamente, a intenção em 2015 era trazer a burguesia bancária para o governo e desarmar a *possibilidade* de unificação do conjunto da burguesia que, ao contrário, a recessão e o enfraquecimento político resultante acabaram produzindo, ao mesmo tempo em que solapavam as bases sociais do governo, deixando-o solto no ar.<sup>4</sup>

Qual a causa de o governo Dilma ter tentado, em 2015, recém reeleita, por meio da política *austericida* do ministro Joaquim Levy, atrair a burguesia bancária para o bloco do governo? É possível considerar que, em função de sua fragilidade política, a política econômica

<sup>2</sup> ADORNO, Theodor, **Estudos sobre a personalidade autoritária**, op. cit., p. 83.

<sup>3</sup> ADORNO, Theodor, **Aspectos do novo radicalismo de direita**, op. cit., p. 18, afirmação que vai no mesmo sentido do diagnóstico pasoliniano, referido no capítulo 2.2., de que o fascismo mal havia arranhado a alma do povo italiano, ao contrário do ulterior sequestro do ser social por parte da então florescente indústria cultural.

<sup>4</sup> BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia, op. cit., p. 45.

de Dilma/Levy buscava recompor relações com os interesses prejudicados pelo ensaio desenvolvimentista ou neo-desenvolvimentista praticado nos inícios do primeiro governo de Dilma Rousseff. É necessário lembrar que, no seu primeiro governo, em agosto de 2011, Dilma Rousseff tinha implementado uma política de redução de juros inédita até esse momento. O Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) reduziu a taxa de juros de 12,5 para 12 % ao ano, chegando a 7,25 % em outubro do ano seguinte. Ao mesmo tempo, o governo Dilma promoveu a desvalorização da taxa de câmbio, passando de R\$ 1,56 por dólar para R\$ 2,00 por dólar entre 2012 e 2013. Segundo Fernando Rugitsky, de cujo texto extraímos os dados acima referidos,

Essas alterações concomitantes visavam estimular a elevação da taxa de investimento da economia brasileira, por meio da redução do custo do capital (via redução da taxa de juros) e do aumento da competitividade da produção nacional nos mercados estrangeiros (via desvalorização do câmbio). *Supunha-se também que a redução do retorno das aplicações financeiras, que se seguiu à redução da taxa de juros, estimularia a transferência de recursos para atividades produtivas.*<sup>5</sup>

Porém, vários fatores de natureza econômica contribuíram para o fracasso desta tentativa neo-desenvolvimentista. Tanto restrições internas, de demanda, quanto externas, como a queda do preço das commodities exportadas pelo Brasil devido à redução da demanda chinesa, prejudicaram os planos do governo que não se traduziram na elevação da taxa de investimento e portanto em crescimento econômico. Contudo, o ensaio neo-desenvolvimentista não se limitou à política econômica. Rugitsky assinala que

Houve também uma tentativa de aumentar a competitividade da economia através da redução de alguns custos incorridos pelas empresas. Esse era o objetivo, por exemplo, ao colocar em negociação as taxas de retorno das licitações de obras públicas, ao reduzir o preço da energia elétrica ou ao desonerar a folha de pagamento. Vislumbrava-se nos dois primeiros casos a possibilidade de *conciliar crescimento econômico e redução das desigualdades*. Afinal, o objetivo era *limitar os lucros apropriados por alguns setores particularmente concentrados*. O que se buscou fazer, também, ao se reduzir os spreads cobrados pelos bancos públicos, impondo *uma notável pressão competitiva sobre as instituições financeiras privadas*.<sup>6</sup>

Deste modo, é possível compreender o cenário que enfrentava o segundo governo Dilma em relação ao poder econômico, sobretudo financeiro. Tentou-se precisamente mudar o modelo de acumulação brasileiro, reduzido fundamentalmente a uma plataforma de valorização financeira, modelo herdado dos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso nos anos

<sup>5</sup> RUGITSKY, Fernando, Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana, *In: Lavra Palavra*, 09 set. 2015, Disponível em < <https://lavrpalavra.com/2015/09/09/do-ensaio-desenvolvimentista-a-austeridade-uma-leitura-kaleckiana/> >, Acesso em 15 jul. 23, p. 1, grifos nossos.

<sup>6</sup> Idem, p. 2, grifos nossos.

1990, para um outro modelo baseado na produção, buscando promover o crescimento junto com políticas de redução da desigualdade.

A grande questão que surge é tentar explicar a racionalidade do comportamento da burguesia: como compreender aquela unificação da burguesia, apontada por Zahluth Bastos, contra um governo que oferecia ao capital não só benefícios mas todo um programa (ou pelo menos, um início de programa, inédito desde os anos do Fernando Collor de Melo), de retomada do desenvolvimento econômico?

Rugitsky resgata um artigo do economista polonês Michal Kalecki, intitulado *Os aspectos políticos do pleno emprego*<sup>7</sup>, de 1944. Nele, o autor analisa a aparente contradição dos grandes capitalistas em se oporem às políticas governamentais de pleno emprego por meio do gasto público. Essas políticas resultaram essenciais para enfrentar a depressão econômica dos anos 1930, porém com exceção da Alemanha nazista, a grande burguesia se opôs frontalmente a elas. Como explicar esse comportamento? Kalecki explica que

Em um sistema de laissez-faire o nível de emprego depende, em grande parte, do assim chamado estado de confiança. Se este se deteriora, o investimento privado declina, do que resulta uma queda do produto e do emprego. [...] Isso dá aos capitalistas um poderoso controle indireto sobre a política governamental [...] Mas, uma vez que o governo aprenda o truque de aumentar o emprego por meio de suas próprias despesas, esse poderoso mecanismo de controle perde sua eficácia.<sup>8</sup>

Desta maneira, motivações políticas explicariam a irracionalidade da burguesia ao rejeitar medidas que a beneficiam economicamente, porque ao mesmo tempo essas mesmas medidas debilitam o poder de controle sobre a classe trabalhadora. Mesmo que os lucros possam ser maiores em um modelo de pleno emprego, “a demissão de empregados deixaria de exercer sua função de medida disciplinar.”<sup>9</sup> Kalecki continua argumentando que nesta situação “A posição social do patrão estaria minada e cresceriam a autoconfiança e a consciência da classe trabalhadora. As greves por aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho criariam tensão política”<sup>10</sup>, para finalmente concluir esta parte de seu ensaio afirmando que “os líderes empresariais apreciam mais a ‘disciplina nas fábricas’ e a ‘estabilidade econômica’ do que os lucros. Seu instinto de classe lhes diz que, de seu ponto de vista, um pleno emprego durável é insano”.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> KALECKI, Michal, Os aspectos políticos do pleno emprego, *In*: \_\_\_\_\_, **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**, 2º ed., São Paulo, Hucitec, 1983, p. 54-60.

<sup>8</sup> Idem, p. 55.

<sup>9</sup> Idem, p. 56.

<sup>10</sup> Idem, p. 56.

<sup>11</sup> Idem, p. 56.

De acordo com Rugitsky, o governo Dilma tinha confrontado interesses poderosos. Neste sentido, este autor aponta que podemos encontrar um aspecto “político” naquela taxa de investimento estagnada e no declinante crescimento econômico daqueles anos. Porém, para fugir de certo esquematismo, cabe a pergunta: terá sido a hipótese kaleckiana do debilitamento do controle da burguesia sobre a classe trabalhadora o que pode ter provocado a unificação da burguesia contra o governo Dilma? E ainda haveria outra questão: caso assim fosse, por que esta crise política teria resultado em um processo de fascistização? Esta última questão não se deriva automaticamente da primeira.

Florestan Fernandes, em sua obra clássica *A revolução burguesa no Brasil*, interrogou

*o que deveria fazer, no plano histórico, uma burguesia cuja tarefa não era a de liderar a transformação capitalista nos países centrais e hegemônicos, mas de torná-la possível e durável em condições francamente adversas (se se considera que a dependência, a drenagem de riquezas para o exterior e o subdesenvolvimento devem ser tomados como tais?)*<sup>12</sup>

A resposta foi um espaço político que, “inspirado no arsenal ideológico e utópico das Nações hegemônicas e centrais”, nascia “congelado e morto”. Para este autor, “Ele não podia ser saturado através de qualquer grupo que fizesse ‘oposição dentro da ordem’, em nome dos interesses sagrados da burguesia”.<sup>13</sup> Mesmo quando a luta de classes produziu “protagonistas inesperados e eles, de uma forma ou de outra, insinuaram-se por aquele espaço político, *que deveria permanecer virtual e imobilizável*.”<sup>14</sup> Esse espaço político “não era utilizável, porque essas mesmas instituições não prescreviam o seu uso histórico nem o tornavam acessível aos que estivessem fora das posições de dominação econômica, social e política”.<sup>15</sup>

Fernandes conclui que esse poder de uso

só poderia ser invocado, nas condições existentes, ou “a partir de cima e de dentro” (na forma de conflitos de facção, no seio das classes dominantes, considerando-se os setores intermediários como parte delas [...] ou pela via da “oposição consentida” (que só poderia envolver conflitos ou dissensões favoráveis “a partir de cima” e de interesse direto ou indireto para as “forças da ordem”).<sup>16</sup>

Assim, toda força de oposição devia eclodir “*dentro da ordem e sob seu controle*”.<sup>17</sup>

<sup>12</sup> FERNANDES, Florestan, **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica, 3º ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1987, p. 213, grifos do autor.

<sup>13</sup> Idem, p. 211.

<sup>14</sup> Idem, p. 211, grifos nossos.

<sup>15</sup> Idem, p. 211.

<sup>16</sup> Idem, p. 212.

<sup>17</sup> Idem, p. 212, grifos do autor.



Esta análise vai ao encontro da visão gramsciana sobre a realidade política da Itália, apontada por Calil:

O ponto de partida da reflexão gramsciana é o reconhecimento da fragilidade da democracia italiana e seu entendimento de que esta fragilidade se explica pelas limitações de uma burguesia reacionária, que jamais trabalhou a favor do – ou permitiu o – pleno desenvolvimento de uma democracia liberal, optando pela implementação de um regime autocrático, sendo observável “a ausência nos burgueses de todo espírito de civismo e lealdade em face das instituições.”<sup>18</sup>

E qual foi um dos grandes acontecimentos da vida política brasileira recente, que à época foi visto como um divisor de águas, e que até hoje é analisado, revisado e muitas vezes tratado de forma polarizada? As chamadas Jornadas de Junho de 2013. E qual foi o significado histórico destas Jornadas para o processo que estamos estudando? O que nos interessa interrogar não são as Jornadas em si, que certamente iniciaram nos seus primeiros dias como uma explosão de demandas plurais mas legítimas e democratizadoras. Desde outro ângulo, nos importa considerar aqui a percepção que a grande burguesia local possa ter tido daqueles protestos, a leitura acerca do significado político das Jornadas de junho. A hipótese é que as Jornadas lhe revelaram ao poder econômico que o PT não controlava mais as ruas. Foram o sinal de que a estratégia da conciliação de classes e de desmobilização popular por meio das quais os governos do PT tinham governado o Brasil estavam esgotadas.

Que o conflito social não mais pudesse ser contido “dentro da ordem”, como determinava a autocracia burguesa, teria sinalizado para os interesses econômicos dominantes que a retomada do controle político sobre os trabalhadores exigia descartar o governo Dilma, porque o PT já não conseguia ser mais funcional à dominação do capital. E talvez aqui se encontre o momento quando começou a ficar claro para os interesses dominantes que todas as opções voltavam a estar sobre a mesa, inclusive um golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. A pergunta de Adorno pelo momento no qual os grandes interesses optam por apoiar o aumento da propaganda antidemocrática, abrindo as portas à fascistização, pode ser respondida no nosso caso quando a burguesia, a partir dos protestos massivos de junho de 2013, começou a considerar que havia que retomar o controle político da classe trabalhadora mesmo sacrificando os benefícios econômicos imediatos que as propostas neodesenvolvimentistas dos governos do PT ofereciam. Retomar o controle político da classe trabalhadora significava, deste modo, demover o PT e colocar no seu lugar um governo certamente obediente aos ditames do grande capital mas que também impusesse ao mesmo tempo o redisciplinamento da classe

---

<sup>18</sup> CALIL, Gilberto, José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação da ascensão do fascismo (1921-1922), op. cit., p. 24. As palavras de Antonio Gramsci que encerram a citação se encontram em GRAMSCI, Antonio, **Escritos Políticos**, Volume 2, 1921-1926, op. cit., p. 29.

trabalhadora, reprimindo ou capturando a seu favor as mobilizações massivas iniciadas em junho de 2013. Assim, por meio de campanhas midiáticas orientadas a alimentar o antipetismo e criando o clima de crescente autoritarismo, um processo de fascistização foi impulsionado sobre a sociedade brasileira, o que levaria a burguesia, consumado o golpe de 2016, a apoiar o programa tipicamente fascista que representava o bolsonarismo: capturar ideologicamente uma parte da classe trabalhadora, organizá-la e mobilizá-la como massa e dirigi-la contra o resto da mesma classe trabalhadora, para conseguir impor um programa radical de reformas ultraneoliberais viabilizado pelo redisciplinamento social operado por um governo autoritário.

Mas estas considerações finais apontam para um outro estudo, centrado nos interesses de classe e nas estratégias de determinadas frações do capital que impulsionaram a regressão neofascista da sociedade brasileira, análise maior do processo político recente para o qual buscamos contribuir com o presente estudo sobre uma de suas faces, as dimensões político-midiáticas da fascistização.

\*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). **Critério de classificação econômica Brasil**. 2021. Disponível em < <https://www.abep.org/criterio-brasil> > Acesso em 16 fev. 2022.
- ADLER, Katya, O rápido avanço dos partidos de direita radical pela Europa, *In: BBC News Brasil*, 03 jul. 2023, Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gm0pj2ykgo> >, Acesso em 9 set. 2023.
- ADORNO, Theodor W. **Aspetos do novo radicalismo de direita**. Lisboa, Edições 70, 2020.
- ADORNO, Theodor et al. **The Authoritarian Personality**. New York, Harper & Brothers. Copyright American Jewish Committee, 1950. Disponível em < <https://archive.org/details/THEAUTHORITARIANPERSONALITY.Adorno/page/n5/mode/2up> >, Acesso em: 15 jul 2019.
- ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Organizado por Virginia Helena Ferreira da Costa. Trad. Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo, Editora Unesp, 2019.
- ADORNO, Theodor. **Ensaio sobre a psicologia social e psicanálise**. Trad. Verlaine Freitas, 1º ed., São Paulo, Editora Unesp, 2015.
- ADORNO, Theodor. **A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas [1943]**. Tradução de Francisco Rüdiger. Disponível em < <https://www.marxists.org/portugues/adorno/ano/mes/palestras.htm> > Acesso em: 10 ago. 2020.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- ADORNO, Theodor. Experiências científicas nos Estados Unidos. *In: \_\_\_\_\_, Palavras e sinais. Modelos críticos 2*, Trad. Maria Helena Ruschel, Petrópolis, RJ, Vozes, 1995, p. 137-178.
- AGÊNCIA IBGE de Notícias, **Em 2016, PIB chega a R\$ 6,3 trilhões e cai 3,3% em volume**, Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume> > Acesso em 26 fev. 2023.
- AITH, Márcio, Entrevista da 2ª: José Luiz Datena: em fase política, Datena elogia Serra, mas vota em Dilma, *In: Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 mai. 2010, Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0305201013.htm> > Acesso em 18 mar. 21.
- AIRES, Janaine S. Freires, A política do grotesco: programas sensacionalistas como trampolins políticos, *In: VI Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação*, UERJ, Rio de Janeiro, outubro de 2013. Disponível em < [https://www.academia.edu/31751617/A\\_POLÍTICA\\_DO\\_GROTESCO\\_Programas\\_sensacionalistas\\_como\\_trampolins\\_políticos](https://www.academia.edu/31751617/A_POLÍTICA_DO_GROTESCO_Programas_sensacionalistas_como_trampolins_políticos) > Acesso em 23 abr. 2022.

ALBERTINI, Paulo. Wilhelm Reich: percurso histórico e inserção do pensamento no Brasil. *In: Boletim de Psicologia*, Vol. LXI, n° 135, 2011, p. 159-176.

ALBERTINI, Paulo. Reich e a possibilidade do bem-estar na cultura, *In: Revista Psicologia USP*, 14 (2), São Paulo, 2003, p. 61-89.

ALVES, José Estácio Diniz. O desperdício ultrajante da força de trabalho no Brasil, *In: Outras Palavras*, 11 nov. 2020. Disponível em < <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-desperdicio-ultrajante-da-forca-de-trabalho-no-brasil/> > Acesso em: 21 ago. 21.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. 2º ed., São Paulo, Editora Contexto, 2021.

AMORIM, Felipe, Reprovação ao governo Temer sobe para 55 %, diz Ibope, *In: UOL Política*, 31 mar. 2017, Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/03/31/reprovacao-a-governo-temer-sobe-para-55-diz-ibope.htm> > Acesso em 6 mar. 2023

AMBRA, Pedro et al. Dossiê Pulsão de Morte. *Revista CULT*, Ano 23, n° 256, abril de 2020, p. 13-35.

ANDERS, Günther. **Nós, filhos de Eichmann**: carta aberta a Klaus Eichmann. Trad. Felipe Catalani, São Paulo, Elefante, 2023.

AQUI AGORA, *In: WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Aqui\\_Agora&oldid=63056881](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Aqui_Agora&oldid=63056881) >. Acesso em: 19. Out. 2021.

ARANTES, Paulo, A fratura brasileira do mundo, *In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos (Org.), Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2001, p. 291-343.

ATLAS da Violência, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> > Acesso em 22 fev. 2022.

AUGUSTO Jr., Fausto; GABRIELLI, José Sérgio; ALONSO Jr., Antonio (Org.) **Operação Lava Jato**: crime, devastação econômica e perseguição política. 1ª ed., São Paulo, Expressão Popular, 2021.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação, Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1990.

BARTHES, Roland; Billy Graham no Vel'D'Hiv', *In: \_\_\_\_\_*, Mitologias. 2ª ed., Rio de Janeiro, DIFEL 2006.

BASTOS, Elide Rugai, **Conversas com sociólogos brasileiros**, [entrevistas por] Elide Rugai Bastos, Fernando Abrucio, Maria Rita Loureiro e José Marcio Rego, 1º Ed., São Paulo, Editora 34, 2006.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia, *In: Revista de Economia Contemporânea*, 2017, Número especial, ISSN 1980-5527, p, 1-63, Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRrYS4mD/?lang=pt#> > Acesso em 2 mai. 2023.

BELANDI, Caio, **Taxa média de desemprego cai a 9,3% em 2022, menor patamar desde 2015**, *In: Agência IBGE Notícias*, 13 abr. 2023, Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36351-taxa-media-de-desemprego-cai-a-9-3-em-2022-menor-patamar-desde-2015> >, Acesso em 12 ago. 2023.

BENTO, Cida. Personalidade autoritária move policial que tirou paraplégico negro a força de carro, *In: Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 2012, Disponível em < [https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cida-bento/2021/10/personalidade-autoritaria-move-policial-que-tirou-paraplegico-negro-a-forca-de-carro.shtml?utm\\_source=taboola&utm\\_medium=exchange&tblci=GiDuOkfLga0TbzfwmovqGk3eajJWtWt0QC5OTYPv7WkPCDJ81Qo\\_JbUvqvSg4dO#tblciGiDuOkfLga0TbzfwmovqGk3eajJWtWt0QC5OTYPv7WkPCDJ81Qo\\_JbUvqvSg4dO](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cida-bento/2021/10/personalidade-autoritaria-move-policial-que-tirou-paraplegico-negro-a-forca-de-carro.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tblci=GiDuOkfLga0TbzfwmovqGk3eajJWtWt0QC5OTYPv7WkPCDJ81Qo_JbUvqvSg4dO#tblciGiDuOkfLga0TbzfwmovqGk3eajJWtWt0QC5OTYPv7WkPCDJ81Qo_JbUvqvSg4dO) > Acesso em 18. out. 2021.

BOITO Jr., Armando. A questão do fascismo no governo Bolsonaro, *In: Brasil de Fato*, 10 jan. 2019, < <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro> >, Acesso em 9 set. 2023.

BOITO Jr., Armando. O neofascismo já é realidade no Brasil, *In: Brasil de Fato*, 19 mar. 2019, Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil> >, Acesso em 9 set. 2023.

BORON, Atilio. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave, *In: Brasil de Fato*, 02 jan. 2019, Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave> > Acesso em 9 set. 2023.

BOSCO, Francisco. Violência e sociedade do espetáculo, *In: NOVAES, Adauto (Org.), Mutações: Fontes passionais da violência*. São Paulo, Edições Sesc São Paulo, 2015, p. 35-57.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2012.

BOURCIER, Nicolás. "Le Monde" satiriza aumento do preço do tomate e intitula Brasil como país do "vermelho", *In: UOL Notícias Internacional*, 25 abr. 2013, Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/le-monde/2013/04/25/le-monde-satiriza-aumento-do-tomate-e-intitula-brasil-como-pais-do-vermelho.htm> > Acesso em 25 fev. 2023.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. São Paulo, Boitempo / USP Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2021.

BRAGA, Ruy, **O golpe parlamentar e o fim da sociedade salarial no Brasil**, Disponível em < <https://www.dtemdebate.com.br/o-golpe-parlamentar-e-o-fim-da-sociedade-salarial-no-brasil/> >, Acesso em 2 de ago. 2023.

BRASIL URGENTE, Disponível em < <https://www.band.uol.com.br/noticias/brasil-urgente> >, Acesso em 13. mar. 2022.

BRASIL247, **Em campanha contra Dilma, Época pisa no tomate**, 14 abr. 2013, Disponível em < <https://www.brasil247.com/economia/em-campanha-contra-dilma-epoca-pisa-no-tomate> >, Acesso em 29 mar. 2023.

BRUM, Eliane. **A imprensa que estupra**, 5 jun. 2021, Disponível em < <http://elianebrum.com/opiniao/colunas-na-epoca/a-imprensa-que-estupra-parte-1/> > Acesso 19 mar. 2022.

BRUNO, Pierre; CLÉMENT, Catherine; B.; SÈVE, Lucien. **Para uma crítica marxista da teoria psicanalítica**. Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre televisão**, São Paulo, Boitempo, 2004.

BUTLER, Judith. **Discurso do ódio**. Uma política do performativo, São Paulo, Editora Unesp, 2021.

CALIL, Gilberto. José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação da ascensão do fascismo (1921-1922), *In: História*. Revista da FLUP, Porto, IV Série, Vol. 10 n° 1, 2020, p. 8-28.

CALIL, Gilberto. Gramsci e o fascismo. *In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (Orgs.), O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*, Rio de Janeiro, Consequência, 2019, p. 47-67.

CALIL, Gilberto. Pode o fascismo ser neoliberal? Um precedente do integralismo brasileiro, *In: Esquerda Online*, 25 set. 2018, Disponível em < <https://esquerdaonline.com.br/2018/09/25/pode-o-fascismo-ser-neoliberal-um-precedente-do-integralismo-brasileiro/> >, Acesso em 9 set. 2023.

CANAL Brasil Fatos, **Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações - Jornal Nacional - 16/03/2016**, *In: YouTube*, 18 mar. 2016, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k) >, Acesso em: 9 de mar. 2023.

CANAL IE, **Diário da Crise 101: Crise, crise, crise! Lucro, lucro, lucro! Bolsonaro, Bolsonaro, Bolsonaro!**, *In: YouTube*, 22 abr. 2022, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=daiRFGU\\_Yck&t=3717s](https://www.youtube.com/watch?v=daiRFGU_Yck&t=3717s) > Acesso em: 14 mar. 2023, em 1 h. 02 min.

CANAL Meteoró Brasil, **Quem é Datena**, *In: YouTube*, 17 set. 2021, em 5 min. 30 s. Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=9\\_kWZGPY3Y8&lc=Ugx7gIYwSjNhTsJNiG94AaABAg](https://www.youtube.com/watch?v=9_kWZGPY3Y8&lc=Ugx7gIYwSjNhTsJNiG94AaABAg) > Acesso em 17 abr. 2022.

CANAL Meu Jornal, **Jornal Nacional 05/09/2017 ao vivo**, *In: YouTube*, 5 set. 2017, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=wC1cma7nHTU> > Acesso em 6 mar. 2023.

CANAL Mr. Neves, **[HD] Primeiro bloco do "Cidade Alerta" com Marcelo Rezende (23/04/2014)**, 23 abr. 2014, *In: YouTube*, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=fCmzPXBvfZg> >, Acesso em: 9 jun. 2023.

CANAL Ponta Verde / SBT, **Sikera fala da Operação da Polícia no Cidade Sorriso**, *In: YouTube*, Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=PBU\\_UOYmV8I](https://www.youtube.com/watch?v=PBU_UOYmV8I) >, Acesso em 9 jun. 2023.

CANAL TV a Crítica, **Você maconheiro vai morrer antes do Natal**, *In*: YouTube, 16 dez. 2020, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=qsQFhUDBMOQ> > Acesso em: 22 fev. 2022.

CANÁRIO, Pedro; VOLTARE, Emerson, MPF adulterou diálogos de Joesley e Temer, diz juiz federal, **ConJur**, 16 out. 2019, Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2019-out-16/juiz-chama-denuncia-temer-ilacao-absolve-sumariamente> > Acesso em 6 de mar. 2023.

CARONE. Iray. A personalidade autoritária. Estudos frankfurtianos sobre o fascismo, *In*: Revista **Sociologia em Rede**, Vol. 2, nº 2, 2012, Publicação eletrônica do Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (GPDS) da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), p. 14-21.

CARONE. Iray. Fascismo on the air. Estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista, *In*: Revista **Lua Nova** nº 55-56, São Paulo, CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), 2002, p. 195-209.

CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional: um projeto de poder**. A narrativa que legitimou a desconstrução da democracia brasileira, Belo Horizonte, Comunicação de fato Editora, 2021, *E-book*, Edição Kindle.

CARVALHO, Igor. Dá para controlar os abusos de programas policiais na TV? Lei uruguaia mostra que sim, *In*: **Brasil de Fato**, São Paulo, 10 jul. 2020, Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/da-para-controlar-os-abusos-de-programa-policiais-na-tv-lei-uruguaia-mostra-que-sim> > Acesso em 22 fev. 2022.

CASTEL, Robert, **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário, Petrópolis, Editora Vozes, 2015.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico**. 1ª Edição, São Paulo, Editora Todavia, 2018, *E-book*.

CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: < [http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril\\_v54\\_n215\\_p139](http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139) > Acesso em 26 fev. 2023.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2021**, São Paulo, IPEA. Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> > Acesso em 10. out. 21.

CHALOUB, Jorge. As duas faces da corrupção no Brasil, *In*: **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, Ano 13, Nº 146, setembro de 2019.

CHAUÍ, Marilena, Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder, *In*: MORAES, Denis de (org.), **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro, Consequência, 2019, p. 13-34.

CHESNAIS, François. (Coord.) **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo, Xamã, 1998.

CIDADE ALERTA, Disponível em < <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta> > Acesso em 12 fev. 2022.

CIDADE ALERTA, **Cidade Alerta - Edição de Sábado ganha novo horário e mais tempo no ar**, 24 abr. 2020, Disponível em < <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta/cidade-alerta-edicao-de-sabado-ganha-novo-horario-e-mais-tempo-no-ar-24042020> >, Acesso em 12 fev. 2022.

CONJUR, **Janot denuncia Lula, Dilma e ex-ministros ao Supremo por organização criminosa**, 5 set. 2017, Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2017-set-05/janot-denuncia-lula-dilma-ex-ministros-organizacao-criminosa> >, Acesso em 6 mar. 2023.

CONJUR, **Janot deturpou a delação de Joesley para derrubar o governo, diz Temer**, 3 mar. 2020, Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2020-mar-03/janot-deturpou-delacao-joesley-derrubar-governo> > Acesso em 6 mar. 2023.

CONJUR, **Denúncia de Rodrigo Janot**, Disponível em < <https://www.conjur.com.br/dl/denuncia-janot-pt.pdf> > Acesso em 6 mar. 2023.

COSTA, Caio Túlio, Sobrou para o Sartre, *In: Folha de S. Paulo*, 14 ago. 1994, Disponível em < [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/14/revista\\_da\\_folha/18.html](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/14/revista_da_folha/18.html) > Acesso em 18 mai. 2023.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. As contradições da personalidade autoritária, *In: Revista CULT*, ano 23, edição n. 259, Dossiê A “Personalidade Autoritária” hoje, São Paulo, Editora Bregantini, julho 2020, p. 16-19.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. Apresentação à edição brasileira, *In: ADORNO, Theodor, Estudos sobre a personalidade autoritária*, Organizado por Virginia Helena Ferreira da Costa; Traduzido por Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo, São Paulo, Editora Unesp, 2019, p. 13-28.

COSTA PINTO, Eduardo, **Diário da Crise 39: Olhar Além da Neblina dos Equívocos**, *In: YouTube*, Canal IE, 8 jan. 2021, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=LYIJ-29zcFo> >, Acesso em 23 abr. 2022

COSTA PINTO, Eduardo. O Brasil no redemoinho: o governo Bolsonaro e o butim da burguesia, *In: Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, Ano 14, Número 168, julho de 2021.

COSTA PINTO, Eduardo Costa, Lava jato, crise institucional e perigo para a Democracia, Disponível em < [https://www.academia.edu/36324237/Lava\\_jato\\_crise\\_institucional\\_e\\_perigo\\_para\\_a\\_Democracia\\_não\\_há\\_nada\\_tão\\_ruim\\_que\\_não\\_possa\\_piorar?auto=download&email\\_work\\_card=download-paper](https://www.academia.edu/36324237/Lava_jato_crise_institucional_e_perigo_para_a_Democracia_não_há_nada_tão_ruim_que_não_possa_piorar?auto=download&email_work_card=download-paper) >, sem data, Acesso em: 19 abr. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a nova sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

DATENA, José Luiz, Quem é Datena, *In: Canal Meteoro Brasil*, YouTube, 17 set. 2021, em 5 min. 30 s. Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=9\\_kWZGPY3Y8&lc=Ugx7gIYwSjNhTsJNiG94AaABA](https://www.youtube.com/watch?v=9_kWZGPY3Y8&lc=Ugx7gIYwSjNhTsJNiG94AaABA) > Acesso em 17 abr. 2022.



DATENA. *In: WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Datena&oldid=63184933> > Acesso em: 13 mar. 2022.

DE FELICE, Franco. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. *In: FERRI, Franco (Coord.), Política e história em Gramsci*. Vol. 1, Atlas do Encontro Internacional de Estudos Gramscianos, Florença, 9 a 11 de dezembro de 1977, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**, Trad. Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje, *In: NOVAES, Adauto, Ensaios sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

DIAS, Edmundo Fernandes, Sobre a leitura dos textos gramscianos, *In: \_\_\_\_\_, et al, O outro Gramsci*, São Paulo, Xamã, 1996, p. 105-122..

DIAS, Edmundo Fernandes. Posfácio. *In: BRAGA, Ruy. A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo, Editora Xamã, 1996, p. 277-298.

DUARTE, Rodrigo. **Adornos: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1997.

EFKEN, Pedro Henrique de Oliveira. A dimensão de domínio na constituição do ego, *In: Revista Subjetividades*, Fortaleza, 17 (1): Janeiro, 2017, p. 22-34.

FELTRIN, Ricardo. **Queda de ibope se agrava: JN tem pior quadrimestre da história**, 1º jun. 2022, Disponível em < <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2022/06/01/queda-de-ibope-se-agrava-jn-tem-pior-quadrimestre-da-historia.htm> > Acesso em 21 fev. 2023.

FERES Júnior, João; SASSARA, Luna de Oliveira. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998, *In: Revista Compolítica*, vol. 6(1), ISSN: 2236-4781, Rio de Janeiro, p. 31-63, 2016. Disponível em: < <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/94> > Acesso em 16 mai. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica, 3º ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

FERNANDES, Florestan. 1. Florestan Fernandes. *In: BASTOS, Elide Rugai, Conversas com sociólogos brasileiros*. [entrevistas por] Elide Rugai Bastos, Fernando Abrucio, Maria Rita Loureiro e José Marcio Rego, 1º ed., São Paulo, Editora 34, 2006, p. 13-48.

FERNANDES, Simone Bernardette. A recepção crítica da filosofia de Nietzsche por Horkheimer nos anos 30: a interiorização dos instintos e seus desdobramentos, *In: Revista Kínesis*, Vol. X, nº 22, Julho de 2018, p. 239-253.

FERREIRA, Poliana da Silva. **Justiça e letalidade policial**. Responsabilização jurídica e imunização da polícia que mata, São Paulo, Jandaíra, 2021.

FERREIRA, Wilson Roberto Vieira. **Bombas semióticas na guerra híbrida brasileira (2013-2016):** Por que aquilo deu nisso?, 1º ed., São Paulo, Edição do autor, 2020.

FINELLI, Roberto, Americanismo, fordismo e subjetividade, 1997, *In: Gramsci e o Brasil*. Disponível em < <https://gramsci.org/?page=visualizar&id=283> > Acesso em 22 jul. 2023.

FIORI, José Luis (Org.) **Sobre a guerra**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2018.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado:** a Grande Imprensa e a Formação da Agenda Ultraliberal no Brasil, São Paulo, Editora Hucitec, 2005.

FONTES, Virgina. Historicidade e subjetividade. Contradição e conflito, liberdade e determinação, *In: \_\_\_\_\_*, **Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo**, Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005, p. 119-146.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**, Textos para debate nº 1, São Paulo, 2017, 39 p. Disponível em < [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/medo-da-violencia-e-o-apoio-ao-autoritarismo-no-brasil/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/medo-da-violencia-e-o-apoio-ao-autoritarismo-no-brasil/) > Acesso em: 20 set. 2021.

FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**. (German Edition), Ideenbrücke Verlag, 2016, *E-book*, Edição Kindle.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, *In: \_\_\_\_\_*, **Obras Completas**. Volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”), e outros textos (1901-1905), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2016, p. 13-172.

FREUD, Sigmund. Os instintos e seus destinos, *In: \_\_\_\_\_*, **Obras Completas**. Volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 51-81.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo, *In: FREUD, S., Obras Completas*. Volume 12: Introdução ao narcisismo, Ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 13-50.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer, *In: \_\_\_\_\_*, **Obras Completas**. Volume 14: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 161-239.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu, *In: \_\_\_\_\_*, **Obras Completas**. Volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 13-113.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão, *In: \_\_\_\_\_*, **Obras Completas**. Volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p. 231-301.

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na civilização, *In: FREUD, S., Obras Completas*. Volume 18: O Mal-Estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e Outros textos, (1930-1936), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 13-354.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A mídia empresarial e a corrosão dos valores democráticos: a produção do ódio, da violência e do medo, *In: MORAES, Dênis de (Org.), Poder midiático e disputas ideológicas*. Rio de Janeiro, Consequência, 2019, p. 69-92.

FURTADO, Celso. **Brasil, a construção interrompida**, São Paulo, Paz e Terra, 1992.

GIELOW, Igor. Economia cria “inempregáveis”, diz FHC, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 abr. 1997, Caderno Brasil, Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc080427.htm> > Acesso 21 ago. 20.

GIOVANAZ, Daniel. **Dossiê Lava Jato: um ano de cobertura crítica**. 1º ed., São Paulo, Outras Expressões, 2018.

GLOBOPLAY, **Jornal Nacional: Lava Jato tem nova fase - 27/09/2019**, Disponível em < <https://globoplay.globo.com/v/7958035/> >, Acesso em 21 fev. 2023.

GLOBOPLAY, **Jornal Nacional: Lava Jato tem fase conduzida em Portugal para investigar operador - 25/09/2018**, Disponível em < <https://globoplay.globo.com/v/7044227/> > Acesso em 21 fev. 2023.

GOMES, Gilberto. Os dois conceitos freudianos de *Trieb*, *In: Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 17, nº 3, Set-Dez 2001, p. 249-255.

GONZÁLEZ, Horacio. Anticipo de “Humanismo, impugnación y resistencia”, el último libro de Horacio González, *In: Página12*, 19 dez. 2021, Disponível em < <https://www.pagina12.com.ar/389552-anticipo-de-humanismo-impugnacion-y-resistencia-el-ultimo-li> > Acesso em 22 fev. 2022.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

GRAMSCI, Antonio, **Quaderni del cárcere**. Turim, Einaudi Editore, Prima Edizioni, Edizione critica dell’Istituto Gramsci, A cura di Valentino Gerratana, 4 vols, 1975.

GRAMSCI, Antonio, **Escritos Políticos**. Volume 1, 1910-1920, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Volume 2, 1921-1926, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. *In: \_\_\_\_\_*, **Cadernos do Cárcere**, Volume 4, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 237-282.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 2, Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 6ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. §49. Temas de cultura. Material ideológico., *In: \_\_\_\_\_*, **Cadernos do Cárcere**, volume 2, Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 6ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. *In: \_\_\_\_\_*, **Cadernos do Cárcere**, Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012, p. 11-111.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Disponível em < <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html> > Acesso em 30 abr. 2023.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

HERMIDA, Xosé, Confiante nas pesquisas, Lula ressalta inocência e já anuncia medidas de governo, *In: El País Brasil*, São Paulo, 20 dez. 2017, Disponível em < [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/20/politica/1513791174\\_649004.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/20/politica/1513791174_649004.html) > Acesso em 6 mar. 2023.

HORKHEIMER, Max. Autoridade e família, *In: \_\_\_\_\_*, **Teoria Crítica I**. Trad. Hilde Cohn, São Paulo, Perspectiva, 2015, p. 175-236.

HORKHEIMER, Max; MARCUSE, Herbert; FROMM, Erich; et al. **Studien über Autorität und Familie**. Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung. Reimpressão da edição de Paris, 1936, Klampen, Lüneburg, 2005.

HORKHEIMER, Max. El psicoanálisis desde el punto de vista de la psicología, *In: \_\_\_\_\_*, **Sociedad en transición: estudios de filosofía social**, Barcelona, Editorial Planeta-De Agostini, 1986, p. 187-198.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica (1937), *In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.; HABERMAS, J. Textos Escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983, p. 117-154.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. (Org.) **Temas básicos da sociologia**, São Paulo, Cultrix, 1978.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A massa, *In: \_\_\_\_\_* (Orgs.), **Temas básicos da sociologia**. São Paulo, Cultrix, 1978, p. 78-92.

HORKHEIMER, Max; FLOWERMAN, Samuel H. (Eds.) **Studies in Prejudice**, New York, Harper & Brothers, 1949-1950. Disponível em < <http://www.ajcarchives.org/main.php?GroupingId=1380> > Acesso em: 15 jul. 19.

IANNINI, Gilson. Dossiê: A língua de Freud e a nossa, *In: Revista CULT*, ano 16, nº 181, São Paulo, Jul, 2013, p. 20-40.

IASI, Mauro. Reflexão sobre o processo de consciência, *In: \_\_\_\_\_*. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 11-45.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, *In: AGÊNCIA IBGE de Notícias*, Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume> > Acesso em 26 fev. 2023.

ILAESE (Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos). **Anuário Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração**. v. 1, nº 03, outubro, São Paulo, ILAESE, 2021, Disponível em < <http://ilaese.org.br/categorias/anuario-estatistico-ilaese/> >, Acesso em 10 ago. 2023.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Disponível em < <https://intervozes.org.br> > Acesso em 16 de maio 2023.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**, Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> > Acesso em 22 fev. 2022.

JAY, Martin. **A imaginação dialética**, 1º ed., Rio de Janeiro, Contraponto, 2008.

KALECKI, Michal. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**, 2º ed., São Paulo, Hucitec, 1983.

KEHL, Maria Rita. Elogio do medo, *In*: NOVAES, Adauto, **Ensaio sobre o medo**, São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 89-110.

KERCHE, Fábio; FERES Júnior, João et al. **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo, Editora Contracorrente, 2018.

KONDER, Leandro. Como Freud via Marx?, *In*: \_\_\_\_\_, **O marxismo na batalha das ideias**, São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 107-111.

La BOÉTIE, Étienne de, **Discurso sobre a servidão voluntária**. 1ª ed., Trad. Evelyn Tesche, São Paulo, Edipro, 2020. *E-book*.

LE BON, Gustave, **Psychologie des Foules**, Presses Universitaires de France, Paris, 1895.

LEBON, Gustave. **Psicologia das multidões**, 1º ed., Trad. Mariana Servulo da Cunha, São Paulo, Martins Fontes, 2008.

LEMES, Conceição. Professoras que estudaram 200 edições do Jornal Nacional mostram como cena de avião marcou operação de “silenciamento” do ex-presidente Lula, *In*: **Viomundo**, 2 out. 2018, Disponível em: < <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/jornal-nacional-e-mostram-como-cena-de-aviao-marcou-operacao-de-silenciamento-do-ex-presidente-lula.html> >, Acesso em: 21 set. 2019.

LEURQUIN, Chloé Catarina Fraga. **Programas policiais: a exibição de meninas vítimas de violência sexual**, *In*: Apresentação em Congresso: 12º Interprogramas de Mestrado Faculdade Cásper Líbero, Mesa 6: Comunicação e cultura visual, São Paulo, 4 nov. 2016. Disponível em < <https://casperlibero.edu.br/pos-graduacao/mestrado/pesquisa/interprogramas-casper-libero/edicoes-anteriores/> >, Acesso em 14 mar 2022.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**, Tradução Ana Maria Chiarini; Diego Silveira Coelho Ferreira; Leandro de Oliveira Galastri; Silvia de Bernardinis, 1ª ed., São Paulo, Boitempo, 2017.

LIMA, Renato Sergio de *et al.* Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017, *In*: Revista **Opinião Pública**, Campinas, São Paulo, vol. 26, nº 1, jan-abr, 2020, p. 34-65.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**, Trad. Luiz Sérgio Henriques, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, São Paulo, Editora Unesp, 2004.

LUIZ BACCI, *In*: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Luiz\\_Bacci&oldid=63008431](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Luiz_Bacci&oldid=63008431) >. Acesso em: 12 fev. 2022.

MARCELO REZENDE, *In: WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marcelo\\_Rezende&oldid=62058046](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marcelo_Rezende&oldid=62058046) >. Acesso em: 12 fev. 2022.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e sociedade**, Vol. 2, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

MARIN, Inara Luisa. Psicanálise e emancipação na teoria crítica, *In: NOBRE, Marcos (Org.), Curso livre de teoria crítica*, Campinas, SP, Papirus, 2008, p. 277-250.

MARTELLO, Alexandro, Joaquim Levy era chamado de 'mãos de tesoura' no 1º mandato de Lula, 27 nov. 2014, *In: Portal de Notícias G1*, Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/joaquim-levy-era-chamado-de-maos-de-tesoura-no-1-mandato-de-lula.html> > Acesso em 27 de fev. 2023.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos**, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2021.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital, Trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013.

MARXISTS INTERNET ARCHIVE, **Dicionário Político: As Internacionais**. Disponível em < <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/internacional.htm> > Acesso em: 12 ago. 20.

MELLO, Gustavo M. de C.; NAKATANI, Paulo (Org.). **Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito**. 1ª ed., São Paulo, Expressão Popular, 2021.

MOM BRASIL. **Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil**. Disponível em < <http://brazil.mom-gmr.org/br/> >, Acesso em 16 mai. 2023.

MORAES, Denis de (Org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

MORAES, Denis de. **Crítica da mídia & hegemonia cultural**. 1º ed., Rio de Janeiro, Mauad X, FAPERJ, 2016.

MORAES, Denis de (Org.), **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. Tradução: Karina Patrício, São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, FAPERJ, 2013.

MURRAY, Henry A. T.A.T. **Teste de apercepção temática**, São Paulo, Editora Pearson Clinical, 2019.

NASIO, J.-D. (Direção). **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Tradução Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

NEGRINI, Michele; TONDO, Romulo. O apresentador espetáculo: o discurso de José Luiz Datena, *In: Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. IV, nº 1 - 1º semestre de 2007, p. 23-32.

NOBRE, Marcos. Max Horkheimer. A teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio, *In: \_\_\_\_\_*, (Org.), **Curso livre de teoria crítica**, Campinas, SP, Papirus, 2008, p. 35-52.

NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações**: Fontes passionais da violência. São Paulo, Edições Sesc São Paulo, 2015.

NOVAES, Adauto (Org.), **Ensaio sobre o medo**. São Paulo, Senac SP, 2007.

NOVAES, Adauto (Org.), **Muito além do espetáculo**. São Paulo, Editora SENAC SP, 2005.

NUN, José. **Marginalidad y exclusión social**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001.

NUN, José. O futuro do emprego e a tese da massa marginal, Revista **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 56, março de 2000, pp. 43-62.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal, **Revista Latinoamericana de Sociología**, Vol. V, núm. 2, Buenos Aires, Instituto Torcuato di Tella, 1969, p. 178-236.

OIT Brasília, **Informalidade e pobreza trabalhista pesam sobre os mercados de trabalho na América Latina e no Caribe**, 7 fev. 2023, Disponível em < [https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS\\_867541/lang-pt/index.htm#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20caiu,da%20Am%C3%A9rica%20Latina%20e%20Caribe.>](https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_867541/lang-pt/index.htm#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20caiu,da%20Am%C3%A9rica%20Latina%20e%20Caribe.>) Acesso em 9 de ago. 2023.

OLIVEIRA, Aline, O que é escala Likert e como aplicá-la na pesquisa?, Disponível em < <https://mindminers.com/blog/entenda-o-que-e-escala-likert/> > Acesso em: 20 ago. 20.

OLIVEIRA, Cláudio. Economia marxista e economia freudiana ou política e pulsão. *In*: Revista **Crítica Marxista**, nº 27, Campinas, São Paulo, Cemarx, IFCH, Unicamp, 2008, p.47-63.

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. Jornalismo policial, gênero e modo de endereçamento na televisão brasileira. *In*: **Colóquio Internacional Televisão e realidade**, 21 a 24 de outubro de 2008, Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Grupo de Análise de Telejornalismo, Disponível em < [www.tvrealidade.facom.ufba.br](http://www.tvrealidade.facom.ufba.br) > Acesso 12 mar. 22

OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda. *In*: \_\_\_\_\_, **Os direitos do antivalor**: a economia política da economia imperfeita, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998, p. 205-221.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O método em análise de discurso: uma prática de reflexão, *In*: MARCHIORI, Marlene (org.), **Linguagem e discurso**. São Caetano do Sul, São Paulo, Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2014, p. 37-51.

PASOLINI, Pier Paolo. **Escritos corsários**. 1ª ed., Tradução, apresentação e notas de Maria Betânia Amoroso, São Paulo, Editora 34, 2020.

PASSARINHO, Natália. PSDB pede a TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente. *In*: **Portal de Notícias G1**, 18 dez. 2014, Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html> > Acesso em 10 set. 2023.

PEREIRA, Luiz (Org.) **Populações “marginais”**, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1978.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**. 1ª ed., São Paulo, Editora Expressão Popular, 2007.

PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. **A linguagem fascista**. São Paulo, Hedra, 2020.

PITA, Flávia Almeida. Eric Santner, “flesh”, soberania e arte: Dois corpos do povo ao sul do Equador?, *In*: Revista **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 9, n. 3, Niterói, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 501-531, Disponível em < <https://www.redalyc.org/journal/3373/337353512017/html/#fn31> > Acesso em 20 mar. 21.

POMPEU, Ana, Moro levanta sigilo da delação do ex-ministro petista Antonio Palocci, **ConJur**, 1º out. 2018, Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2018-out-01/moro-levanta-sigilo-delacao-ex-ministro-pt-antonio-palocci> > Acesso em 13 mar. 2023.

PÔRTO Jr., Gilson; ANJOS, Ana Carolina Costa dos (Org.). **Discurso midiático: poder, violência e cultura**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. *E-book*, Disponível em < <https://www.editorafi.org/047gilson> >, Acesso em 15 mar. 2023.

PRADO, Eleuterio. Do futuro da economia mundial. *In*: Blog **Economia e complexidade**, 26 de jul, 2021, Disponível em < <https://eleuterioprado.blog/2021/07/26/do-futuro-da-economia-mundial/> >, Acesso em 5 ago. 2023.

PROGRAMA BRASIL URGENTE, Disponível em < <https://www.band.uol.com.br/noticias/brasil-urgente/videos/policial-reage-e-mata-bandido-16848393> >, Acesso em 20 jul. 2022.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

QUINTÃO, Ayle-Salassie Figueiras, apud SOUZA, Tatianne Santos Moreira de; PORTO Jr., Gilson, Mídia, lógica de mercado e relações de poder, *In*: PÔRTO Jr., Gilson; ANJOS, Ana Carolina Costa dos, (Org.), **Discurso midiático: poder, violência e cultura**, Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. *E-Book*, Disponível em < <https://www.editorafi.org/047gilson> >, Acesso em 15 mar. 2023, p. 67-68.

REDE SBT, < <https://www.sbt.com.br/especiais/tbt-sbt/fiquepordentro/114618-volte-ao-passado-com-uma-edicao-na-integra-do-jornalistico-aqui-agora> > Acesso em 22 fev. 2022.

REICH, Wilhelm. **Die Massenpsychologie des Faschismus**. Kopenhague, Verlag For Sexualpolitik, 1933. Disponível em: < [https://archive.org/details/Reich\\_1933\\_Massenpsychologie\\_k/mode/2up](https://archive.org/details/Reich_1933_Massenpsychologie_k/mode/2up) > Acesso em: 15 mar 2020.

REICH, Wilhelm. **Análise do caráter**. 3º ed., Trad. Ricardo Amaral do Rego, São Paulo, Martins Fontes, (1933) 2020.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. 3º ed., Trad. Maria da Graça M. Macedo, São Paulo, Martins Fontes, (1930) 2001.

REICH, Wilhelm. **Materialismo dialético e psicanálise**. 3º ed., Lisboa, Presença, (1929) 1977.



RIBEIRO, Fábio. O apelo à ordem nos telejornais policiais. *In: Revista Plural*, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, V. 27.1, jan/jul., 2020, p. 231-255.

RIBEIRO, Fábio. Telejornalismo policial como “jornalismo popular”: reflexão sociológica sobre uma categoria nativa. *In: Revista Temática*, Ano XII, nº 08, agosto de 2016, p. 1-16.

RIBEIRO, Janaína. "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre, *In: Exame*, 03 set. 2018, Disponível em < <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/> >, Acesso em 10 set. 2023.

RIBEIRO, Renato Janine. A política dos costumes. *In: NOVAES, Adauto (Org.) Muito além do espetáculo*. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2005, p. 128-143.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Teoria Crítica e psicanálise**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1983.

ROUANET, Sérgio Paulo. **A razão cativa**. As ilusões da consciência: de Platão a Freud. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1990.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

RUGITSKY, Fernando. Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana. *In: Lavra Palavra*, 09 set. 2015, Disponível em < <https://lavrpalavra.com/2015/09/09/do-ensaio-desenvolvimentista-a-austeridade-uma-leitura-kaleckiana/> >, Acesso em 15 jul. 23.

SAFATLE, Vladimir. Freud em Frankfurt: a função da psicanálise no pensamento de Theodor Adorno. *In: KUPERMANN, Daniel (Org.), Por que Freud hoje?* 1ª ed., São Paulo, Zagodoni, 2017, p. 63-89.

SANTOS, Jessyka Camila Faustino dos. **Midiatização da violência e violências midiáticas**. *In: 39º ENECOM – Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação Social / Simpósio de Pesquisa em Comunicação Social – SIMPECOS*, Belém/PA, 30 de julho a 5 de agosto de 2018. Disponível em < [https://www.academia.edu/38111127/Midiatização\\_da\\_Violência\\_e\\_Violências\\_Midiáticas](https://www.academia.edu/38111127/Midiatização_da_Violência_e_Violências_Midiáticas) > Acesso em 24 fev. 2022.

SECCO, Lincoln, Gramsci e o fascismo: um mapa da questão, *In: Revista Novos Rumos*, Marília, v. 59, n. 2, Jul.-Dez., 2022, p. 96-119.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Relendo os clássicos da teoria do fascismo em 2018: uma tarefa necessária. *In: Blog Psicanalistas pela Democracia*. 2 dez. 2018. Disponível em: < <https://psicanalisedemocracia.com.br/2018/12/relendo-os-classicos-da-teoria-do-fascismo-em-2018-uma-tarefa-necessaria-marcio-seligmann-silva/> >. Acesso em: 9 set 19.

SERFATI, Claude, O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia, *In: CHESNAIS, François (Coord.), A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*, São Paulo, Xamã, 1998, p. 141-182.

SIKÊRA Júnior, **Você maconheiro vai morrer antes do Natal**, *In: YouTube*, Canal TV a Crítica, 16 dez. 2020, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=qsQFhUDBMOQ> > Acesso em: 22 fev. 2022.

SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina (Orgs.). **História e imprensa: estudos de hegemonia**, Porto Alegre, FCM Editora, 2014.

SISTER, Sérgio (Org.). **O abc da crise**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos**. 1ª ed., São Paulo, Boitempo, 2019.

SOUZA, Angela Tude de. Sobre “Americanismo e Fordismo” de Antonio Gramsci. *In: Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, 5: 45-69, Jul./Dez 1991.

TELLES, Helcimara. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e a democracia nos protestos antigoverno. *Revista Ponto e Vírgula*, PUC SP, São Paulo, N° 19, Primeiro semestre de 2016, p. 97-125.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move**. A crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. 1º ed., São Paulo, Boitempo / Iskra, 2021.

TRAVERSO, Enzo. Do fascismo ao pós-fascismo. *In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Vol. 13, Número 2, 2019, Universidade de Brasília, Brasil, Disponível em < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=131833131833003> > Acesso em 9 set. 2023.

TRIBUNAL de Contas da União, **Desempenho da economia brasileira**. Exercício de 2015, Disponível em < [https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2015/3\\_Desempenho%20da%20Economia%20Brasileira\\_FINAL.pdf](https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2015/3_Desempenho%20da%20Economia%20Brasileira_FINAL.pdf) > Acesso 26 fev. 2023.

VEJA, **Ana Maria Braga usa colar de tomates e satiriza preço**, 10 abr. 2013, Disponível em < <https://veja.abril.com.br/cultura/ana-maria-braga-usa-colar-de-tomates-e-satiriza-preco> > Acesso em 5 abr. 2023.

VERDÉLIO, Andrea, Popularidade de Temer tem 3 % de aprovação, diz pesquisa CNI/Ibope, *In: Agência Brasil*, 28 set. 2017, Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-09/popularidade-de-temer-tem-3-de-aprovacao-diz-pesquisa-cniibope> > Acesso em 6 mar. 2023.

WRIGHT MILLS, Charles. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

#### **Dissertações e Teses consultadas:**

BALTAZAR, Tiago Hercílio. **Sexualidade e metafísica: entre Freud e Reich**. Curitiba, 2018. 242 p. Tese de doutoramento. Programa de pós-graduação em Filosofia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

GRANATO NETO, Nelson Nei. **Exército Industrial de reserva: conceito e mensuração**. Curitiba, 2013. 126 p. Dissertação (Mestrado). Curso em desenvolvimento econômico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. **Jornalismo policial a televisão: gênero e modo de endereçamento dos programas Cidade Alerta, Brasil Urgente e Linha Direta**. Salvador, 2007. 208 p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia.

QUIRINO, Fabiano Melo. **O programa Fique Alerta e o discurso da “prestação de serviço”**: o telejornalismo popular em busca de definição e legitimação. Maceió, 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas.

RAMALHO, Simone Aparecida. **Psicologia de massa do fascismo: Reich e o desenvolvimento do pensamento crítico**. São Paulo, 2001. Dissertação. 271 p. Programa de Pós-graduação em, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

REGO, Ricardo Amaral. **Psicanálise e biologia: uma discussão da pulsão de morte em Freud e Reich**. São Paulo, 2005. 288 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo policial: indústria cultural e violência**. São Paulo, 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.